

ISSN: 1519-8782

**XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOGIA**  
*Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos*  
**Universidade Veiga de Almeida**  
Rio de Janeiro, 24 a 28 de agosto de 2015



**CADERNOS DO CNLF, VOL. XIX, Nº 12**  
**SOCIOLINGÜÍSTICA, DIALETOLOGIA**  
**E GEOLINGÜÍSTICA**



RIO DE JANEIRO, 2015

**UNIVERSIDADE VEIGA DE ALMEIDA  
RIO DE JANEIRO – RJ**

---

**REITOR**

*Arlindo Viana*

---

**DIRETOR ACADÊMICO**

*Eduardo Maluf*

---

**PRÓ-REITORA DE GRADUAÇÃO**

*Katia Cristina Montenegro Passos*

---

**PRÓ-REITORA DE PÓS-GRADUAÇÃO,  
PESQUISA E EXTENSÃO**

*Maria Beatriz Balena Duarte*

---

**DIRETOR DO CAMPUS TIJUCA**

*José Luiz Meletti de Oliveira*

---

**COORDENADORA DO CURSO DE LETRAS**

*Flávia Maria Farias da Cunha*

---

**COORDENADORA LOCAL DO XIX CNLF**

*Anne Caroline Morais Santos*

---

**XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOGIA**

*Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos*

Boulevard 28 de Setembro, 397/603 – Vila Isabel – 20.551-185 – Rio de Janeiro – RJ  
[eventos@filologia.org.br](mailto:eventos@filologia.org.br) – (21) 2569-0276 – <http://www.filologia.org.br>

---

**DIRETOR-PRESIDENTE**

*José Pereira da Silva*

---

**VICE-DIRETOR**

*José Mário Botelho*

---

**PRIMEIRA SECRETÁRIA**

*Regina Celi Alves da Silva*

---

**SEGUNDA SECRETÁRIA**

*Eliana da Cunha Lopes*

---

**DIRETOR DE PUBLICAÇÕES**

*Anne Caroline de Moraes Santos*

---

**VICE-DIRETOR DE PUBLICAÇÕES**

*Naira de Almeida Velozo.*

---

**DIRETORA CULTURAL**

*Adriano de Sousa Dias*

---

**VICE-DIRETOR CULTURAL**

*Agatha Nascimento dos Santos Dias*

---

**DIRETOR DE RELAÇÕES PÚBLICAS**

*José Enildo Elias Bezerra*

---

**VICE-DIRETOR DE RELAÇÕES PÚBLICAS**

*Dayhane Alves Escobar Ribeiro Paes*

---

**DIRETORA FINANCEIRA**

*Marilene Meira da Costa*

---

**VICE-DIRETORA FINANCEIRA**

*Maria Lúcia Mexias-Simon*

---

**XIX CONGRESSO NACIONAL  
DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA**  
de 24 a 28 de agosto de 2015

---

**COORDENAÇÃO GERAL**

*José Pereira da Silva*  
*José Mario Botelho*  
*Adriano de Souza Dias*  
*Agatha Nascimento dos Santos Dias*

---

**COMISSÃO ORGANIZADORA E EXECUTIVA**

*Anne Caroline de Moraes Santos*  
*Eliana da Cunha Lopes*  
*Maria Lúcia Mexias Simon*  
*Marilene Meira da Costa*  
*Regina Celi Alves da Silva*  
*Maria Lúcia Mexias Simon*  
*Marilene Meira da Costa*  
*Naira de Almeida Vellozo*

---

**COORDENAÇÃO DA COMISSÃO DE APOIO**

*Anne Caroline de Moraes Santos*  
*Eliana da Cunha Lopes*

---

**COMISSÃO DE APOIO ESTRATÉGICO**

*Marilene Meira da Costa*  
*José Mario Botelho*

---

**COORDENAÇÃO LOCAL**

*Anne Caroline de Moraes Santos*

---

**SECRETARIA GERAL**

*Sílvia Avelar Silva*

---

## XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOGIA

### APRESENTAÇÃO

O Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos tem o prazer de apresentar-lhe a segunda edição deste número 12 do volume XIX dos *Cadernos do CNLF*, com 19 (dezenove) trabalhos, em 245 (duzentas e quarenta e cinco) páginas, sobre os temas “Sociolinguística, Dialectologia e Geolinguística”, que foram apresentados no XIX Congresso Nacional de Linguística e Filologia de 24 a 28 de agosto deste ano de 2015.

Na primeira edição só foi possível a publicação de 7 (sete) trabalhos, em 108 páginas.

Na primeira edição, foram publicados os trabalhos dos seguintes congressistas: Catarina Santos Capitulino, Clézio Roberto Gonçalves, Cristiana Barcelos da Silva, Gerson Tavares do Carmo, Janete Araci do Espírito Santo, Karine Albuquerque, Liliane Ribeiro Moreira, Manuela Chagas Manhães, Nataniel dos Santos Gomes e Thiago Soares de Oliveira, correspondentes aos textos recebidos até o final da primeira semana de agosto.

Os demais foram acrescentados nesta segunda edição, seguindo a ordem alfabética dos títulos, dos seguintes congressistas: Andréia Almeida Mendes, Cassiane Josefina de Freitas, Danndara Wagmaker Gonçalves, Denise Ramos Cardoso, Dilcéia Almeida Sampaio, Dostoiewski Mariatt de Oliveira Champagnatte, Evandro Francisco Marques Vargas, Fernanda Franklin Seixas Arakaki, Larissa Mendonça Lirio, Lidiane Nunes de Castro, Luiza Puntar Muniz Barreto, Maria da Penha Pereira Lins, Moacir da Silva Côrtes Junior, Mônica Teixeira Tupini, Raquel Azevedo da Silva, Raquel Veggi Moreira, Rodrigo Silva e Siméia Daniele Silva do Carmo.

Dando continuidade ao trabalho do ano passado, foram editados, simultaneamente, o livro de *Minicursos e Oficinas*, o livro de *Resumos* e o livro de *Programação* em três suportes, para conforto dos congressistas: em suporte virtual, na página do Congresso; em suporte digital, no *Almanaque CiFEFiL 2015* (DVD) e em suporte impresso, nos três primeiros números do volume XVIII dos *Cadernos do CNLF*.

Todo congressista inscrito nos minicursos e/ou nas oficinas recebeu um exemplar impresso do livro de *Minicursos e Oficinas*, tendo sido

*Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos*

possível também adquirir a versão digital, pagando pela segunda, que está no *Almanaque CiFEFiL 2015*.

O *Almanaque CiFEFiL 2015* já trouxe, na primeira edição, mais de 130 textos completos deste XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA, junto com o livro de *Minicursos e Oficinas*, o livro de *Resumos* e o livro de *Programação*, para que os congressistas interessados pudessem levar consigo a edição de seu trabalho, além de toda a produção do CiFEFiL nos anos anteriores, não precisando esperar até o final do ano para ter sua produção acadêmica publicada.

A programação foi publicada em caderno impresso separado, para se tornar mais facilmente consultável durante o evento, assim como o *Livro de Resumos*, sendo que o livro de *Programação* foi distribuído a todos os congressistas, mas o livro de *Resumos* foi distribuído apenas aos congressistas inscritos com apresentação de trabalhos, visto que vários deles precisariam comprovar imediatamente, em suas instituições, que efetivamente participaram do congresso.

Aproveitamos a oportunidade para lhe pedir que nos envie, por e-mail, as críticas e sugestões para que possamos melhorar a qualidade de nossos eventos e de nossas publicações, principalmente naqueles pontos em que alguma coisa lhe parece ter viável melhoria.

Rio de Janeiro, dezembro de 2015.



SUMÁRIO

0. Apresentação – .....05  
*José Pereira da Silva*
1. A discriminação do discurso jurídico frente à sociedade não jurídica ..... 09  
*Andréia Almeida Mendes, Rodrigo Silva e Fernanda Franklin Seixas Arakaki*
2. A gente ~ nós: estudo comparativo do vocabulário rural mineiro 17  
*Cassiane Josefina de Freitas*
3. A ininteligibilidade da linguagem jurídica pela sociedade .....25  
*Raquel Veggi Moreira e Larissa Mendonça Lirio*
4. A pesquisa sociolinguística em comunidades rurais baianas .....37  
*Siméia Daniele Silva do Carmo*
5. A questão da linguagem e os conflitos sociais .....52  
*Liliane Ribeiro Moreira e Janete Araci do Espírito Santo*
6. A representação do uso do imperativo na fala de salvador .....62  
*Dilcéia Almeida Sampaio*
7. Da planta para a língua: uma análise das representações sociais sobre a puaia em Bom Jesus do Itabapoana .....70  
*Mônica Teixeira Tupini e Evandro Francisco Marques Vargas*
8. Deficiência e preconceito: implicaturas desvelam o humor crítico em cartuns educativos .....79  
*Danndara Wagnemaker Gonçalves e Maria da Penha Pereira Lins*
9. Deslocamentos espaciais e identitário-afetivos dos sujeitos em trânsito .....95  
*Luíza Puntar Muniz Barreto*

*Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos*

10. Normativismo e sociolinguística: análise da gramática aplicada aos textos .....108  
*Thiago Soares de Oliveira*
11. O caipira na sala de aula: linguagem, cultura e identidade .....130  
*Clézio Roberto Gonçalves*
12. Os personagens femininos na música popular brasileira .....145  
*Manuela Chagas Manhães*
13. O português de contato na área do Libolo/Angola – aspectos metodológicos de uma pesquisa em andamento .....160  
*Raquel Azevedo da Silva*
14. O preconceito linguístico de um grupo de moradores da comunidade vila operária do Palheta .....170  
*Denise Ramos Cardoso*
15. Os falares do sertão baiano: um resgate ao reconhecimento do caráter pluriétnico do português brasileiro .....185  
*Moacir da Silva Côrtes Junior*
16. PROEJA e EJA: um estudo comparativo à luz da linguística .....199  
*Cristiana Barcelos da Silva e Gerson Tavares do Carmo*
17. Reflexões sobre a tradição: a influência dos pensamentos linguísticos sobre a norma gramatical .....215  
*Thiago Soares de Oliveira*
18. Ruídos na comunicação, polissemia e diferenças culturais: compreensão e incompreensão humanas .....228  
*Dostoiewski Mariatt de Oliveira Champangnatte e Lidiane Nunes de Castro*
19. Sociolinguística nos quadrinhos: um estudo da variação linguística em tiras retiradas de uma coleção de livros de língua portuguesa 236  
*Catarina Santos Capitulino, Karine Albuquerque e Nataniel dos Santos Gomes*

**A DISCRIMINAÇÃO DO DISCURSO JURÍDICO  
FRENTE À SOCIEDADE NÃO JURÍDICA**

*Andréia Almeida Mendes (FACIG)*

[andreialetras@yahoo.com.br](mailto:andreialetras@yahoo.com.br)

*Rodrigo Silva (FACIG)*

*Fernanda Franklin Seixas Arakaki (FACIG)*

**RESUMO**

Este trabalho tem por finalidade discutir o comportamento receptivo do cidadão frente ao discurso jurídico e as dificuldades encontradas por ele para compreender tal discurso, limitando-se a tomar como conhecimento específico do campo jurídico apenas o que lhe é exposto, principalmente, por cartilhas e pela mídia, a fim de direcionar seu comportamento, tornando-se assujeitado a tais ideologias. Tal comportamento torna inviável ao cidadão recorrer à justiça nos parâmetros do art. 9 da lei 9099/95 com causas até 20 salários mínimos, portanto, este artigo aponta a inviabilidade da utilização desta Lei Ordinária, uma vez que desconhece a linguagem técnica do direito utilizada no meio jurídico.

**Palavras-chave:** Linguagem. Direito. Assujeitamento.

**1. Introdução**

O conhecimento do cidadão comum sobre legislação é muito restrito ao que é propagado em campanhas, principalmente as divulgadas pela mídia e por cartilhas, a fim de conduzir/determinar o comportamento do cidadão na sociedade criando dificuldades de se pleitear o direito devidamente, devendo o Estado, de forma clara, fornecer meios de entendimento.

Fora desse contexto, a linguagem muito técnica e elaborada utilizada pelo campo jurídico é dificilmente compreendida pelo público não frequentador do meio forense. Este se torna incapaz de ler/interpretar as leis às quais é subordinado. Dessa forma, ele se torna assujeitado aos comportamentos disseminados pela mídia e cartilhas, devido às formas populares de divulgação da informação que estas usam como estratégia para que o indivíduo as tome como verdades absolutas.

Dessa forma, quando o cidadão necessita de um acesso mais específico da justiça, recorre ao advogado mesmo em situações previstas no Art. 9 da Lei Ordinária 9099/95 com causas até vinte salários mínimos. (BRASIL, 1995)

Essa dificuldade de compreender termos jurídicos que o cidadão comum apresenta é prova de que direito e sociedade seguem caminhos separados, ao passo que deveriam andar lado a lado. A linguagem comum (utilizada pela sociedade independentemente do nível de escolaridade) e a linguagem técnica jurídica, não são, ou pelo menos não deveriam ser, discursos independentes.

Destarte, este trabalho tem como finalidade ilustrar e fundamentar a receptividade do cidadão frente a essas imposições comportamentais disseminadas na sociedade de que o direito é ferramenta exclusiva de quem está inserido no meio jurídico. Portanto, para se ter acesso ao meio jurídico somente é possível através do advogado.

## **2. O assujeitamento do discurso jurídico**

A linguagem é a principal ferramenta de desenvolvimento da vida em sociedade, pode-se dizer que, sem essa capacidade de comunicação, a vida social seria praticamente impossível.

A capacidade de comunicação do homem permitiu a ele desenvolver técnicas agrícolas, industriais, tecnológicas, etc. que favoreceram o crescimento ordenado da vida em sociedade.

Se por um lado a linguagem permitiu que o homem se desenvolvesse e fosse capaz de viver em sociedade; por outro, surgem também conflitos, causados justamente pela capacidade do homem de se comunicar e expressar suas opiniões. Para resolver tais conflitos, cabe a ciência do direito, como sua terminologia específica, julgar e cuidar para que a justiça seja feita sem que nenhuma parte seja lesada. A necessidade dessa terminologia específica, nas palavras de Dias e Silva (2010, p. 53), retrata que “é essencial para a difusão precisa e objetiva da ciência”.

Em uma relação paradoxal, a existência do direito como ciência está diretamente relacionada à capacidade do homem de se comunicar, essa capacidade se concretiza somente através da linguagem uma vez que o ato jurídico se baseia no argumento e na retórica e, através da linguagem, seja ela um ato de fala ou escrita que o juiz formará sua convicção e decretará sua sentença.

A prática jurídica é a forma exteriorizada da função jurisdicional do Estado; para tanto, todo processo jurídico utiliza-se da linguagem, tanto escrita quanto oral, para trazer ao mundo material a existência jurí-

## XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOGIA

dica do conflito e são os técnicos juristas responsáveis pela ação, utilizando-se de todo o vocabulário jurídico como forma de reafirmação da necessidade de um processo técnico para a resolução dos conflitos, e embora Dias e Silva (2010) defendam que:

A relevância da terminologia se evidencia pela necessária normalização dos conceitos, pela comunicação especializada, como canal de transferência de tecnologias e também como auxílio na tradução de textos especializados. A objetividade e univocidade imprescindível a qualquer discurso especializado são obtidas somente por meio da Terminologia. (DIAS & SILVA, 2010, p. 54)

Essa “comunicação especializada” não familiar ao cidadão não pertencente ao meio forense, cria um abismo entre os técnicos juristas e os leigos juristas, em que, o último, vê-se forçado a sempre ser assistido por um representante, o advogado, sempre que necessitar mover uma ação jurídica, mesmo nos casos em que o auxílio técnico seria dispensável.

Como já foi dito, o Direito surgiu através da necessidade do homem para solucionar conflitos, por isso deve ser acessível a todos; no entanto, apresenta uma linguagem técnica muito elaborada e de difícil compreensão. Dessa forma, tem-se a impressão de que a linguagem jurídica é um discurso a parte da linguagem comum, no qual apenas o público forense é capacitado para utilizá-lo. No entanto, Silveira (2010) procura desmistificar esses conceitos ao afirmar que o discurso jurídico não está a parte da linguagem:

O discurso jurídico não é a soma de discursos: Direito mais linguagem. O Direito não se constitui a par da linguagem. Ele é uma articulação específica com efeitos particulares, que se produzem pela injunção a seu modo de circulação e de interpretação. É um jogo complexo de interpretação. Não são duas línguas, mas a mesma língua. (SILVEIRA, 2010, p. 131)

Entretanto, o que ocorre de fato é um distanciamento entre sociedade civil e jurídica na qual o cidadão desconhece, muitas vezes, seus direitos e deveres por não ser capaz de compreender os termos técnicos jurídicos. Para Goodrich (1987),

A prática legal e a linguagem jurídica encontram-se estruturadas de tal forma que inviabilizam a aquisição desse conhecimento por qualquer pessoa que não pertença a uma elite de especialistas altamente treinados nos vários ramos do domínio jurídico. Como resultado de sua investigação, o pesquisador aponta que cerca de 80% da amostra, entre homens e mulheres de faixas etárias e níveis de escolaridade diversos, apresentaram uma compreensão nula ou insatisfatória da terminologia jurídica. (GOODRICH, 1987, p. 7 *apud* MOZDZENSKI, 2010, p. 100)

Dessa forma, o técnico jurista torna-se o único acesso ao meio jurídico que o cidadão comum encontra para recorrer à justiça. O que ocorre de fato é uma dependência quase absoluta do advogado pelo cidadão que precisa acesso ao meio jurídico.

O uso técnico do vocabulário utilizado no campo jurídico inibe o cidadão leigo que, por não ser capaz de compreender os termos técnicos utilizados no meio forense, torna-se incapaz de interpretar uma lei ou decreto por exemplo, e toma como verdade absoluta o que encontra divulgado principalmente pelas mídias, tornando-se inconscientemente incapaz de questionar o que lhe está sendo exposto. Essas informações, tomadas como verdades absolutas, influenciam diretamente no modo de pensar e agir do cidadão. Tal comportamento é definido por Pêcheux (1988 *apud* TFOUNI & MONTE-SERRANTN, 2010, p. 76), como uma forma de assujeitamento ideológico, em que “ele explica que a ideologia, dissimulada através do ‘uso’ e do ‘hábito’, determina ‘o que é’ e ‘o que deve ser’ e conclui que o sujeito de direito também é constituído sob essa evidência”.

Essa forma de assujeitamento ideológico proposta por Pêcheux (1988) evidencia-se por exemplo, nas cartilhas jurídicas, nas quais o cidadão é induzido a através de um discurso injuntivo, acompanhado, geralmente, de imagens ilustrativas bem convincentes, a cumprir sem questionar o que se propõe na cartilha, tomando-a como verdade absoluta conforme Leonardo Mozdzenski (2010)

A voz técnica, com base na “racionalidade nominalizada” (cf. Gomes, 2003), sobrepõe-se ao tom ameno e coloquial das CJs, o qual é normalmente percebido através de simpáticas ilustrações. É o que se constata, por exemplo, no uso de nominalizações como “*cumprimento das leis*” e “*cumprimento de meta*”, omitindo ou relegando a segundo plano quem tem que efetivamente cumprir, sem questionar, as determinações legais. Condensa-se a informação em um ‘nome’ (*cumprimento* em vez de *cumprir*), criando a ilusão de conhecimentos socialmente legitimados.

[...]

De modo análogo, processos abstratos como ‘*Gestão participativa*’, ‘*iniciativa*’ e ‘*processo da mudança*’ (7) evocam valores positivos, cristalizados e desejáveis, não dando espaço para perguntar quem de fato participa da gestão e como os interesses são gerenciados, quem toma essa iniciativa e por qual razão, nem em que direção se encaminha essa mudança. (MOZDZENSKI, 2010, p. 119-120)

## XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA

Como se percebe, o sujeito aceita como verdade o que lhe foi exposto, ao não questionar, ele torna-se assujeitado às impressões e ideologias as quais tomou como fato absoluto.

Portanto, de um lado existe o interesse, principalmente do técnico jurídico de que o cidadão não questione seu posicionamento e recorra a ele sempre que necessário, do Estado para que o cidadão não tome conhecimento de seus plenos direitos e deveres; existe também o comodismo da sociedade que não manifesta interesse em mudar esse posicionamento, uma vez que recorre esporadicamente ao setor jurídico.

### *3. As dificuldades encontradas pelo cidadão comum ao recorrer à justiça nos parâmetros do art. 9 da lei 9099/95 com causas até 20 salários mínimos*

Apesar de a Justiça ser regida por membros devidamente preparados para soluções de conflitos através das ações judiciais, as demandas jurisdicionais crescem de maneira superior a criação de varas judiciais criando um atolamento de processos nos fóruns do país sem uma resolução dos conflitos, aumentando a sensação de impunidade e a sensação de impotência perante uma violação de direito, criando na sociedade um descrédito na função jurisdicional; o Estado, em regra geral, proíbe a autotutela por parte da sociedade sem o acionamento do Estado para a resolução dos conflitos; com isso, o Estado tenta criar mecanismos para hegemonizar a função estatal; diante dessa necessidade, o Estado, através de seus representantes, aprovaram a lei nº 9099, de 26 de setembro de 1995, que dispõe sobre os juizados especiais cíveis e criminais para desburocratizar as ações cotidianas da sociedade.

Conforme a lei 9099, de vinte e seis de setembro de 1995, a previsão dos Juizados especiais criminal/civil em que a parte interessada poderá, sem a presença de um técnico jurista, o Advogado, ingressar com ação perante o juizado especial em ações que não ultrapasse a 20 salários mínimos, conforme prevê seu art. 9º: "Nas causas de valor até vinte salários mínimos, as partes comparecerão pessoalmente, podendo ser assistida por advogado; nas causas de valor superior, a assistência é obrigatória".

Ainda prevê em seu art. 14: "O processo instaurar-se-á com a apresentação do pedido, escrito ou oral, à Secretaria do juizado".

Como se percebe, mesmo havendo a possibilidade de ingressar com a ação judicial sem a presença de um advogado, de forma escrita ou de forma verbal, essas passarão pela Secretaria do Juizado, e caso a apresentação do pedido for de forma oral, essa será posta a termo pela Secretaria que, de forma involuntária, estará formulando-a de acordo com as técnicas jurídicas, nas quais se acredita que:

O discurso jurídico, tal como praticado pelos operadores do direito, trabalha com uma noção de língua representativa do mundo transparente, capaz de explicitar de forma clara o que está sendo dito. Em princípio, não há lugar para opacidades, ambiguidades, deslizamentos de sentido. No máximo, segundo teorias hermenêuticas, procura-se a *melhor* interpretação, aquela em que estaria o espírito da lei. (SILVEIRA, 2010, p. 129)

Contudo, sempre que se ingressa com uma ação judicial nos termos da Lei 9099, é facultada às partes a serem ou não assistidas por um advogado. Entretanto, caso alguma das partes utilize dos serviços profissionais de um advogado e a outra não, haverá um desequilíbrio na ação; pois, acostumado a lidar com conflitos, o advogado toma as medidas jurídicas de defesa cabíveis para a lide, criando uma defesa técnica que, dificilmente, será entendida pela parte “leiga juridicamente” impossibilitando contestar uma defesa que nem sequer consegue interpretar, criando um fosso intransponível, sendo forçado a procurar um técnico jurista para ter condições de discutir a lide de forma mais justa. Nas palavras de Vinícius de Negreiros Calado (2010):

O advogado ao conhecer as regras e o funcionamento da corte, tem efetivamente um poder, pois não se permite que qualquer pessoa tenha acesso, sendo ele ao mesmo tempo submetido ao poder e às regras/condições de funcionamento da corte [...]. Assim explicitado, o discurso jurídico como campo de produção de poder especializado é capaz de conformar o mundo social aos seus interesses (dominantes), através de uma representação oficial. (CALADO, 2010, p. 290)

Nesse contexto, podemos notar que a utilização da linguagem ocorre desigualmente entre os interessados. Devido sua complexidade ela poderá causar efeitos diferentes de acordo com os interesses das partes, como por exemplo, na disputa entre um consumidor e uma empresa, de um lado, o leigo Jurídico, amparado pelo Art. 9 da Lei 9099, que decida não utilizar um advogado, utiliza uma linguagem cotidiana para expressar sua insatisfação ao entender que houve uma violação de um direito seu, aparentemente correto e que vê na tutela estadual a única forma de preitear uma solução para a demanda, se vê limitado ao entendimento de terminologias jurídicas complexas que foram criadas apenas para os administradores do Direito. Do outro lado, estão as empresas amparadas

## XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA

por recursos e condições técnicas para se defenderem de forma eficaz por terem profissionais capazes de utilizar terminologias jurídicas específicas para formação do convencimento do juiz natural na apreciação da lide, com conhecimentos de nulidades e demais erros processuais desconhecidos pela outra parte deixando assim, a disputa desequilibrada.

Estes impasses ficam evidentes devido a utilização da linguagem de forma discriminatória pelos profissionais de direito que temem perderem seu *status* de “pilares da sociedade racional” em que levam a glória dos grandes pensadores do direito, que se utilizavam de uma oralidade superior ao grande público para convencer e mudar comportamentos, fechando-se dentro de uma cúpula blindada de palavras inacessíveis aos cidadãos comuns.

### 4. *Considerações finais*

A sociedade atual, dotada de sua evolução tecnológica, criou meios dinâmicos de acesso a informação; e, conseqüentemente, criou um emaranhado de conhecimento disperso em redes de computadores e demais locais de armazenamento de informações. No âmbito do direito, essas informações também existem abertas a todos; contudo, devido à dificuldade de compreensão das terminologias jurídicas, grande parte da sociedade vive erma a essas informações até serem obrigadas a procurar a justiça para a resolução de um conflito.

Este posicionamento é, em parte, culpa do Estado que, de forma de controlar a grande parte da população não jurista, utiliza dos meios de comunicação para difundir informações de acordo com os interesses do Estado e as demais informações, ele faz o uso de terminologia específicas e de difícil compreensão ao público não frequentador ao meio forense; dessa forma, o Estado monopoliza as informações, pois se o cidadão obtiver o conhecimento de seus direitos e deveres, passará a fiscalizar e cobrar do Estado medidas cabíveis para situações específicas. Portanto, este é o modo encontrado pelo Estado de controlar as massas, uma vez que quem possui o conhecimento detém o poder.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995. Dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências. *Diário Ofi-*

cial da República Federativa do Brasil. Brasília, 26 de setembro de 1995; 174º da Independência e 107º da República. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LeIs/L9099.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LeIs/L9099.htm)>. Acesso em: 15-06-2015.

CALADO, V. N. “Porte ilegal de fala”. O “crime” de discurso crítico contra-hegemônico. In: COLARES, Virginia. (Org.). *Linguagem e direito*. Recife: Universitária da UFPE, 2010, p. 290.

DIAS, G. M. M.; SILVA, M. M. A. Terminologia e al. In: COLARES, Virginia (Org.). *Linguagem e direito*. Recife: Universitária da UFPE, 2010.

MOZDZENSKI, L. Divulgação do direito e da cidadania: uma abordagem crítica. In: COLARES, Virginia. (Org.). *Linguagem e direito*. Recife: Universitária da UFPE, 2010, p. 100-119.

SILVEIRA, C.C. Análise do discurso-escola francesa: interpretação do/no discurso jurídico. In: COLARES, Virginia. (Org.). *Linguagem e Direito*. Recife: Universitária da UFPE, 2010, p. 131.

TFOUNI, L. V.; MONTE-SERRANT, D. M. Letramento e discurso jurídico. In: COLARES, Virginia. (Org.). *Linguagem e direito*. Recife: Universitária da UFPE, 2010, p. 76-86

A GENTE ~ NÓS  
ESTUDO COMPARATIVO  
DO VOCABULÁRIO RURAL MINEIRO

Cassiane Josefina de Freitas (UFMG)  
[cassianej@yahoo.com.br](mailto:cassianej@yahoo.com.br)

RESUMO

Foram analisados separadamente a variação *nós* ~ *a gente* na função de sujeito com sentidos determinado e indeterminado na fala espontânea de informantes das cidades de Águas Vermelhas, Passos e Serra do Cipó, localizados, respectivamente, nas regiões norte, sul e central do estado de Minas Gerais. Nos serviram para esse trabalho dados dos corpora de três trabalhos de conclusão de mestrado, realizados sob mesma metodologia, em cada uma das regiões. Tais estudos tiveram como base os princípios teórico-metodológicos da sociolinguística variacionista de Labov, 1972.

**Palavras-chave:** *Nós. A Gente. Sociolinguística. Variação linguística. Falar mineiro. Falar baiano. Falar paulista.*

1. *Introdução*

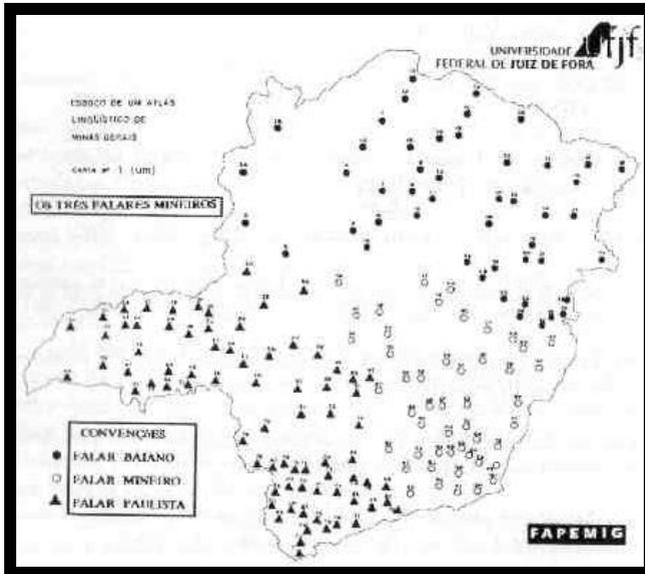
O presente estudo tem como objetivo analisar o uso da 1ª pessoa do plural, cujas variantes são as formas *nós* e *a gente* em três localidades rurais do estado de Minas Gerais: Serra do Cipó, Passos e Águas Vermelhas. Será feita uma comparação desses distintos falares com o intuito de descrever o português falado nessas regiões.

Os dados utilizados para este estudos foram retirados de *corpora* constituintes das pesquisas *Caminho do boi, caminho do homem: o léxico de Águas Vermelhas – Norte de Minas*, de Vander Lúcio de Souza, *O vocabulário rural de Passos/MG: um estudo linguístico nos Sertões do Jacuhy*, de Gisele Aparecida Ribeiro e *Café com Quebra Torto: um estudo léxico cultural da Serra do Cipó – MG*, de Cassiane Freitas, dissertações de mestrado, defendidas em 2008, 2010 e 2012, respectivamente, no Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Faculdade de Letras da UFMG, sob orientação da Professora Dra. Maria Cândida Trindade Costa de Seabra. Tais dissertações apoiam-se nos ensinamentos da antropologia linguística e não fazem a adoção de questionários. Segundo Tarallo

a narrativa de experiência pessoal é a mina de ouro que o pesquisador sociolinguista procura. Ao narrar suas experiências pessoais mais envolventes, ao

colocá-las no gênero narrativa, o informante desvencilha-se praticamente de qualquer preocupação com a forma. (TARALLO, 2007, p. 23)

As regiões localizam-se em áreas de distintos falares. Águas Vermelhas está na área dos falares baianos, Passos, falares paulistas e Serra do Cipó, falares mineiros (ZÁGARI, 1998), conforme podemos observar no mapa a seguir:



Partimos da hipótese de que como as três regiões são caracteristicamente rurais, haveriam semelhanças de usos das variantes analisadas. Sendo o *nós* mais utilizado, por se tratar de uma forma mais conservadora e o *a gente* menos recorrente, por se tratar de uma variante inovadora. Entretanto, os dados nos revelaram características não esperadas. As variantes *nós* e *a gente*, como sujeito, tem comportamento distinto nas três regiões. Passemos aos procedimentos metodológico e apresentação dos dados.

## **2. Procedimentos metodológicos**

Os três trabalhos, cujos dados nos serviram para a realização do presente estudo, seguiram critérios metodológicos similares. Primeiramente houve o deslocamento para a região pesquisada e, seguindo meto-

## XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA

dologia proposta por Labov (1972), foram realizadas entrevistas orais, gravadas em ambientes familiares ao informante, ora em sua casa ou em seu local de trabalho (como foi o caso da realização de uma entrevista em um engenho de cana de açúcar). O tempo das gravações variou de 30 minutos a 1 hora e 15 minutos e foram realizadas por meio de conversa informal, sem a adoção de perguntas previamente elaboradas.

A seleção dos informantes foi realizada tendo como parâmetro as normas propostas pelo Projeto Pelas Trilhas de Minas: as bandeiras e a língua nas Gerais, utilizadas em vários trabalhos desenvolvidos na UFMG, dentre eles os de Seabra (2004), Souza (2008), Menezes (2009) e Ribeiro (2010). Tais normas para seleção são as seguintes:

- a) ter idade igual ou superior a setenta anos;
- b) ser preferencialmente da zona rural;
- c) ter nascido ou ter vivido a maior parte da vida no município em estudo;
- d) ter baixa ou nenhuma escolaridade.

As transcrições seguiram a proposta utilizada pela equipe do Projeto Filologia Bandeirante e, depois, adaptada pela equipe do Projeto Pelas Trilhas de Minas: as bandeiras e a língua nas Gerais. O modelo não se refere a uma transcrição fonética, trata-se de uma transcrição ortográfica, com adaptações.

A partir da transcrição dos trabalhos apresentados, com o objetivo de investigar a fala rural das três regiões mineiras (Águas Vermelhas, Passos e Serra do Cipó) no que se refere ao emprego dos pronomes de 1ª pessoa do plural *nós* ~ *a gente*. Foram selecionadas 42 (quarenta e duas) entrevistas. Sendo 15 (quinze) entrevistas de Águas Vermelhas, 15 (quinze) de Passos e 12 (doze) da Serra do Cipó. Todos os entrevistados são adultos (entre 70 e 97 anos) e tem pouca ou nenhuma escolaridade.

Foram separadas e quantificadas, em cada município, as ocorrências das variantes, independentemente da função gramatical em que estivessem empregadas. Em seguida houve a análise dos dados referentes à função de sujeito. Parte das realizações com a variável analisada nesta função possui sentido determinado e a outra parte, sentido indeterminado.

### 3. Apresentação de dados

#### 3.1. Quanto ao número de ocorrências

##### Quanto ao número de ocorrências

Variante	Ocorrências
Nós	257
Nóis	34
Nóisi	6
<b>Total</b>	<b>295</b>
A gente	65

**Tabela 1 – Número de ocorrências *a gente* ~ *nós* - Serra do Cipó**

Foram contabilizadas 257 ocorrências na forma *nós*, 34 da forma *nóis* e 6 *nóisi*, totalizando um número de 295 ocorrências. Número bem expressivo se comparado às ocorrências de *a gente*, que somaram 65 ocorrências na região da Serra do Cipó. Tais dados podem ser melhor visualizados no gráfico a seguir.

Variante	Ocorrências
Nós	331
A gente	221

**Tabela 2 – Número de ocorrências *a gente* ~ *nós* – Águas Vermelhas**

No município de Águas Vermelhas há um maior equilíbrio entre as formas *nós* e *a gente*. Sendo 331 as ocorrências da forma conservadora e 221 da inovadora. Entretanto, ainda há a superioridade numérica da forma *nós*.

Variante	Ocorrências
Nóis	185
A gente	106

**Tabela 3 – Número de ocorrências *a gente* ~ *nós* – Passos**

Finalmente, em Passos, a diferença numérica entre as ocorrências de *nós* e *a gente* permanece a seguir a tendência dos municípios anteriores, com a predominância da forma *nós*, com 185 ocorrências e *a gente*, com 106.

3.2. Quanto à variação de sujeito com sentido indeterminado e determinado

Variante	Indeterminado	Determinado
Nós/Nóis/Nóisi	0	295 (100%)
A gente	39 (60%)	26 (40%)

Tabela 4 –

variação de sujeito com sentido indeterminado e determinado - Serra do Cipó

Na Serra do Cipó houve uma especialização no uso das formas *nós/nóis/nóisi* e *agente*. Dos dados analisados no corpus dessa região, as 295 ocorrências (100%) de *nós/nóis/nóisi*, são utilizados com sentido determinado. Já a forma *a gente* é empregada, predominantemente, com sentido indeterminado. Vejamos alguns contextos em que esses dados ocorrem:

(...) *nós* fomo pra lá...eas passô aqui à cavalo e *nós* peguemo a garupa por aí né...que *nós* tava sozinha porque num era dia de escola né...eas ia de noite...*nós* fomo lá no Cipó e aí cabô a festa...

(...) *nóis* prantemo tudo... aí quano foi no dia da capina foi penado demais quano foi do dia da capina teve quarenta trabaiaadô...quarenta home pra capiná roça aí nós cabô a capina menina...tinha a entrega de pé de mio que eu fiz lá em casa teve doce...que ô fazia muito doce.

(...) *nóisi* trabaiano no eito e ea trabaiano e cantano...cantano...era um história cantada...uma história cantada mais eu num sei nada depois ficô muito cabulada minha vida e ieu isquci...

(...) *a gente* ia cantá né...aí ô cheguei pra papai e falei “pai compra pra mim uma lata de pó de arroz...de arroz branco...mais era na lata...na epra num era papel não era lata memo... (determinado)

(...) *a gente* morre é uma vez só deus deu um e tirô é porque num mereceu tá muito bem pregado ieu sozinha... (indeterminado)

Variante	Indeterminado	Determinado
Nós	06 (1,81%)	325 (98,19%)
A gente	111 (50,22%)	110 (49,78%)

Tabela 5 –

variação de sujeito com sentido indeterminado e determinado - Águas Vermelhas

Em Águas Vermelhas também há a predominância do emprego do *nós* (98,19%) com sentido determinado, entretanto, há um equilíbrio no uso da forma *a gente*. 111 ocorrências (50,22%) são empregadas com sentido indeterminado e 110 (49,78%) com sentido determinado. Abaixo seguem alguns contextos:

(...) Era tear... *nós* hoje chama roda. (indeterminado)

(...) aí *nós* pegava umas madeira... uns barrolão né... fazia umas rodinha assim... botava um eixo... botava um pau (aqui em cima dele)... ocê conhece o que é carretão né? (determinado)

(...) aonde *a gente* faz a vida... aonde *a gente* casa...faz uma família... ali *a gente* faz conhecimento e vai morano né... (indeterminado)

(...) *a gente* tava vindo da lagoa e fazia aquele rastel pronto pra puxá os pêxe... (determinado)

Variante	Indeterminado	Determinado
Nós/Nóis	0	183 (100%)
A gente	48 (45,28%)	58 (54,72%)

**Tabela 6 – variação de sujeito com sentido indeterminado e determinado - Passos**

O mesmo fenômeno que ocorre em Águas Vermelhas ocorre também em Passos. Há a especialização do uso do *nós/nóis* com uso determinado, 183 ocorrências (100%). Já a forma *a gente* teve um equilíbrio entre as formas determinadas, 58 ocorrências (54,72) com sentido determinado, e 48 ocorrências (45,28%) com sentido indeterminado. Vejamos alguns contextos:

(...) onde *nóis* foi criado num era brincadêra não... nêgo lá num tinha jeito de discuti cum outro e ficá iguale hoje... (determinado)

(...) di primêro...tempo de quaresma *a gente* rezava muito...agora *a gente* num reza mais...no tempo de quaresma *a gente* rezava pras arma... (indeterminado)

(...) intão quando doía muito/ tinha uma dor num lugar...lá em casa *a gente* pegava aquela semente de mostarda e esmoía ela com a garrafa. (determinado)

	Serra do Cipó	Águas Vermelhas
Nós	0	6
A gente	39	111
<b>Total de Ocorrências</b>	39	117
<b>P-VALOR</b>	0,1492402422	

**Tabela 7 –**

**Variação de sujeito com sentido indeterminado – Serra do Cipó/Águas Vermelhas**

Em um estudo comparativo da variação de sujeito com sentido indeterminado entre região da Serra do Cipó e o município de Águas Vermelhas o p-valor é maior que 0,05, ou seja, não é significativo. Sendo assim, podemos inferir que o fenômeno ocorre de maneira similar nos dois municípios. O mesmo ocorre ao compararmos os dados de Passos e Águas Vermelhas, como indica a tabela a seguir.

	Passos	Águas Vermelhas
Nós	0	6
A gente	48	111

## XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOGIA

<b>Total de Ocorrências</b>	48	117
<b>P-VALOR</b>	0,1099857351	

**Tabela 8 – Variação de sujeito com sentido indeterminado – Passos/Águas Vermelhas**

	<b>Serra do Cipó</b>	<b>Águas Vermelhas</b>
Nós	295 (91,90%)	325 (74,71%)
A gente	26 (8,1%)	110 (25,29%)
<b>Total de Ocorrências</b>	321 (100%)	435 (100%)
<b>P-VALOR</b>	0,0000000012	

**Tabela 9–  
Variação de sujeito com sentido determinado – Serra do Cipó/Águas Vermelhas**

	<b>Serra do Cipó</b>	<b>Passos</b>
Nós	295 (91,90%)	185 (76,13%)
A gente	26 (8,1%)	58 (23,87%)
<b>Total de Ocorrências</b>	321 (100%)	243 (100%)
<b>P-VALOR</b>	0,0000001902	

**Tabela 10– Variação de sujeito com sentido determinado – Serra do Cipó/Passos**

Nos estudos comparativos entre a Serra do Cipó e os municípios de Passos e Águas vermelhas constata-se um p-valor significativo, inferior à 0,05. Isso revela que o processo de determinação do sujeito está mais estabelecido na Serra do Cipó do que nos outros dois municípios.

	<b>Passos</b>	<b>Águas Vermelhas</b>
Nós	185 (76,13%)	325 (74,71%)
A gente	58 (23,87%)	110 (25,29%)
<b>Total de Ocorrências</b>	243 (100%)	435 (100%)
<b>P-VALOR</b>	0,6815047423	

**Tabela 11– Variação de sujeito com sentido determinado – Passos/Águas Vermelhas**

Na comparação dos dados de Passos e Águas Vermelhas, no que se refere à variação de sujeito com sentido determinado, o p-valor é superior a 0,05, ou seja, não é significativo, indicando, assim que o processo ocorre de maneira similar nas duas localidades.

#### **4. Considerações finais**

Foi possível observar a confirmação da hipótese de que o uso da forma pronominal *nós* (conservadora) em posição de sujeito ocorre de maneira predominante em todos os *corpora* analisados. Isso se dá por se

tratarem de dados de zona rural obtidos através de entrevistas realizadas com indivíduos idosos, ou seja, tanto o ambiente quanto o indivíduo tendem a serem linguisticamente mais conservadores.

Entretanto, nos surpreendeu a especialização da forma inovadora *a gente* como item de indeterminação do sujeito, enquanto a forma *nós* é usada quase que unanimemente em todas as regiões como sujeito determinado.

Se tratando de pesquisas linguísticas há, ainda, muito o que se pesquisar em relação ao tema proposto, tendo em vista esta pequena contribuição.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FREITAS, Cassiane Josefina. *Café com Quebra Torto: um estudo léxico-cultural da Serra do Cipó-MG*. 2012. Dissertação (de mestrado). FALE/UFMG, Belo Horizonte.

LABOV, W. *Sociolinguistic Patterns*. Philadelphia: Pennsylvania University Press, Oxford: Blackwell, 1972.

RIBEIRO, Gisele Aparecida. *O vocabulário rural de Passos/MG: um estudo linguístico nos Sertões do Jacuhy*. 2010. Dissertação (de mestrado). FALE/UFMG, Belo Horizonte.

SEABRA, Maria Cândida Trindade Costa de. *A formação e a fixação da língua portuguesa em Minas Gerais: a toponímia da Região do Carmo*. 2004. Tese (de doutorado). FALE/UFMG, Belo Horizonte.

\_\_\_\_\_. (org.). *O léxico em estudo*. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, 2006

SILVA, Maria de Lordes Medeiros da. Estudo comparativo da variação a gente~nós no falar baiano e no falar mineiro. *Revele*, Belo Horizonte, n. 7, maio/2014.

SOUZA, Vander Lúcio de. *Caminho do boi, caminho do homem: O léxico de Águas Vermelhas – Norte de Minas*. 2008. Dissertação (de mestrado). FALE/UFMG, Belo Horizonte.

TARALLO, F. *A pesquisa sociolinguística*. 4. ed. São Paulo: Ática, 1985.

A ININTELIGIBILIDADE DA LINGUAGEM JURÍDICA  
PELA SOCIEDADE

*Raquel Veggi Moreira* (UENF)

[rveggi@yahoo.com.br](mailto:rveggi@yahoo.com.br)

*Larissa Mendonça Lirio* (UENF)

[larissalir@hotmail.com](mailto:larissalir@hotmail.com)

RESUMO

O presente artigo teve como objetivo pesquisar acerca do uso da linguagem jurídica, através da pesquisa bibliográfica, utilizando o método de procedimento descritivo. Para melhor sistematizá-lo, foi dividido em três partes, sendo na primeira a respeito da linguagem jurídica; na segunda, a ininteligibilidade da linguagem jurídica pela sociedade, buscando evidenciar que a linguagem jurídica pode ser simplificada, sem, no entanto, abandonar a técnica necessária exigida no âmbito jurídico. Sabemos que é através da linguagem que os seres humanos, se comunicam, manifestam sua vontade; mas para tanto, necessário se faz ter certo domínio sobre ela. No entanto, a sociedade de maneira geral é leiga, em relação à linguagem jurídica. Os termos técnicos representam um desafio para ela quanto ao entendimento da mesma e, assim, ficam sem entender quando necessário buscar auxílio da justiça. Por fim, fizemos algumas considerações finais ressaltando a importância da simplificação da linguagem jurídica, na sociedade atual.

**Palavras-chave:** Linguagem jurídica. Operadores do direito. Acesso.

*1. Introdução*

“Começemos por dizer que a linguagem é, ao mesmo tempo, efeito e condição do pensamento” (DELACROIX). É efeito por traduzir com palavras e fixar o pensamento; e condição porque, quanto maior for o conhecimento de palavras, mais claro é o pensamento. “Pensamento e linguagem progredem, correlativamente: o primeiro, desenvolvendo-se, leva à expressão mais exata e o sinal permite-lhe maior precisão” (CAVILLER, 2003). A linguagem socializa e racionaliza o pensamento. É axiomático, modernamente, que quem pensa bem escreve ou fala bem. Assim, cabe ao advogado e ao juiz estudar os processos do pensamento, que são o objeto da lógica, conjuntamente com a expressão material do pensamento, que é a linguagem. Talvez, nenhuma arte liberal necessite mais de forma verbal adequada que a advocacia, isso porque o jurista não examina diretamente os fatos, porém fá-lo mediante uma exposição deles, e essa exposição é, necessariamente, de textos escritos ou depoimentos falados. (NASCIMENTO, 2007, p. 3)

No Código de Processo Civil anterior, em seu art. 159, inciso III, determinava que, “fatos e fundamentos expostos com precisão e clareza” deveriam constar da petição para melhor entendimento do julgador, principalmente. Hoje, no mesmo Código, consta do art. 284,

Verificando o juiz que a petição inicial não preenche os requisitos exigidos nos artigos 282 e 283, *ou que apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de mérito determinará que o autor a emende, ou a complete, no prazo de 10 (dez) dias,*

o que, evidentemente implica a linguagem.

A linguagem é um importante meio de comunicação, possibilita a reciprocidade nas relações, troca de informações e conhecimentos. Além disso, funciona como meio de controle desses conhecimentos. Para os chamados positivistas lógicos ou neopositivistas, o conhecimento pode ser obscurecido por certas perplexidades de natureza estritamente linguística. (WARAT, 1994)

No direito, a linguagem é um instrumento do operador, do julgador e daqueles que militam na área, dentro e fora do ambiente forense. É, portanto, de extrema importância, no mundo jurídico, e, por isso são indissociáveis, ou seja, direito e linguagem.

Nesse sentido, Sainz Moreno afirma que

a relação entre o direito e a linguagem é de vinculação essencial. Não existe o direito sem a linguagem, da mesma maneira que não existe o pensamento fora da linguagem. Trata-se, pois, de uma relação mais intensa que a – de mera sustentação. (MORENO, 1976, p. 97, *apud*, PEREIRA, 2012, p. 3)

Infelizmente, hoje, o que vemos com muita frequência são escritas com construções inapropriadas, sem fundamentação, sem lógica. São textos jurídicos afetados pela “fraseomania” dos operadores do direito, aqueles que possuem o vício de formular frases rebuscadas sem conteúdo relevante. Isso remete ao que conhecemos por “juridiquês” que, ao invés de aproximar o jurisdicionado, cria um abismo entre quem busca seus direitos e a concretização do direito em si. (Cf. VIANA & ANDRADE, 2011, p. 39)

O objetivo deste artigo foi pesquisar acerca da linguagem jurídica, a importância da clareza, considerando a ininteligibilidade deste tipo de linguagem pela sociedade, por meio de uma revisão de literatura.

Para melhor sistematizar este artigo, dividimos em três partes, sendo a primeira, a linguagem jurídica, a segunda, a ininteligibilidade da

linguagem jurídica pela sociedade, objeto deste artigo, e, por fim, as considerações finais.

## **2. Linguagem jurídica**

É oportuno, num primeiro momento, distinguir linguagem jurídica e linguagem forense. O termo

linguagem jurídica, por mais extenso, é gênero de que linguagem forense é espécie. No primeiro, encontram-se a linguagem legislativa, a da jurisprudência, entre outro. Já a linguagem forense é a do advogado, cuja função é *cavere, scribere et respondere*. Na acepção geral, *scribere* é escrever. Na linguagem forense, é redigir peças jurídicas. (NASCIMENTO, 2007)

Por oportuno é também esclarecer os conceitos de linguagem e linguagem verbal, os quais serão úteis ao entendimento deste artigo.

Linguagem é um sistema de signos utilizados para estabelecer uma comunicação. A linguagem humana seria de todos os sistemas de signos o mais complexo. Seu aparecimento e desenvolvimento devem-se à necessidade de comunicação dos seres humanos. Fruto de aprendizagem social e reflexo da cultura de uma comunidade, o domínio da linguagem é relevante na inserção do indivíduo na sociedade. (MEDEIROS & TOMASI, 2004, p. 17)

A linguagem verbal é uma faculdade que o homem utiliza para exprimir seus estados mentais por meio de um sistema de sons vocais denominado língua. Esse sistema organiza os signos e estabelece regras para seu uso. Assim, pode-se afirmar que qualquer tipo de linguagem se desenvolve com base no uso de um sistema ou código de comunicação, a língua. (MEDEIROS & TOMASI, 2004, p. 18-19)

É sabido que o direito se concretiza por meio da linguagem, por isso o discurso é parte fundamental da estrutura e das práticas jurídicas. Sobre esta relação, Bittar e Almeida (2001, p. 464) afirmam que “direito e linguagem convivem [...], uma vez que aquele depende desta como forma de manifestação. Quer-se afirmar desde já que a linguagem possui um papel fundamentalmente instrumental perante o direito”.

Os autores dizem ainda que

O direito, pode-se afirmar, depende da linguagem para se fixar como fenômeno social. De fato, todo ato, toda prática, toda atividade jurídica envolve invariavelmente atos de linguagem, haja vista, sobretudo a importância da publicidade dos atos jurídicos. Direito e linguagem convivem, portanto, uma vez que aquele depende desta como forma de manifestação. Quer-se afirmar desde já que a linguagem possui um papel fundamentalmente instrumental perante o direito. (BITTAR & ALMEIDA, 2001, p. 465)

Na esfera jurídica, o ato comunicativo, e por ter características próprias, constitui-se como uma linguagem técnica, pois, o direito é uma ciência que disciplina a conduta das pessoas. Então, para que o ato comunicativo seja eficaz é importante que haja a adequação da linguagem, ou seja, para cada situação de uso existe um modo peculiar de expressar-se, que não pode fugir da clareza, deve ser de fácil compreensão. Desse modo, escrever com excessos, como por exemplo, a utilização de latinismo e arcaísmo, ou mesmo palavras rebuscadas e repletas de neologismos, ou seja, palavras artificiais, usadas para fins pejorativos, não significa escrever bem, pois o leitor que não for da área jurídica não irá compreender, e o ato comunicativo não será eficaz. Por isso, o indicado é usar uma linguagem objetiva, clara e concisa, que todos possam entender, juízes, advogados e as partes envolvidas num processo. Sendo assim, o comportamento exterior e objetivo, o faz por meio de uma linguagem normativa (prescritiva) e não normativa (descritiva).

A linguagem com o propósito descritivo é usada para descrever de maneira adequada determinadas circunstâncias, fenômenos ou estado de coisas. Significa dizer que tem absoluto sentido indagar se tais enunciados ou proposições são falsos ou verdadeiros.

Por outro lado, a linguagem prescritiva é a linguagem própria para a expedição de ordens ou de comandos. Projeta-se sobre a região material da conduta humana, canalizando-se no sentido de implantar os valores do emissor do discurso. É a linguagem das normas, onde há o destaque para as normas jurídicas. Não tem relação com os valores de verdade. Isto é, as propriedades “ser falso” ou “ser verdadeiro” não podem ser atribuídas à linguagem prescritiva. Seus valores são a validade e a invalidade. Além dessas características, outra se destaca, é que somente os fatos e as condutas possíveis são atingidos por seu campo semântico. (HONESKO, 2004)

No direito, a linguagem é classificada como técnica, uma vez que tanto as normas abstratas e gerais, criadas pelo legislador, como as normas concretas e individuais, produzidas pelo Poder Judiciário têm o *status* de linguagem técnica. (HONESKO, 2004)

Nesse sentido, Nascimento (2007) explica que a linguagem técnica tem como finalidade informar, ou convencer e, desses dois fins, pode-se dividi-la em linguagem informativa e linguagem lógica, sendo que é encontrada em livros didáticos em geral e, dirige-se à inteligência. Já a linguagem lógica pertence à linguagem forense, que visa convencer.

## XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

Muitas vezes, também a oratória sacra e a oratória política fazem parte desse grupo.

Vários autores, entre eles, Calmon de Passos (2001), dizem que o direito e a linguagem são indissociáveis, pois mantêm uma relação de interdependência, uma vez que o direito, efetivamente, se concretiza através da linguagem.

O direito, mais que qualquer outro saber, é servo da linguagem. Como direito posto é linguagem, sendo em nossos dias de evidência palmar constituir-se de quanto editado e comunicado, mediante a linguagem escrita, por quem com poderes para tanto. Também linguagem é o direito aplicado ao caso concreto, sob a forma de decisão judicial ou administrativa. Dissociar o direito da linguagem será privá-lo de sua própria existência, porque, ontologicamente, ele é linguagem e somente linguagem. (PASSOS, 2001, p. 10)

Conquanto, é importante frisar o especial cuidado que se deve ter quanto ao rigor conceitual, como também à artificialidade e técnica que estão implícitas no sistema jurídico, pois, com muita frequência nos deparamos com alguma frustração na linguagem jurídica, principalmente no que diz respeito à compreensão de algum enunciado ou proposição.

Podemos dizer que a linguagem jurídica é uma das mais complexas e, por isso, todos que dela se utilizam sabem que essa ferramenta, às vezes, quando mal falada, escrita ou colocada, pode obstruir um entendimento, e, portanto, não funciona como deveria. Significa dizer, que provavelmente uma comunicação resulte completamente frustrada, na medida em que o seu destinatário não compreenda, o sentido, o alcance e a significação daquilo que escutou ou leu. (CAMILLO, 2012)

### 3. *A ininteligibilidade da linguagem jurídica pela sociedade*

Não podemos esquecer que o direito é pura interpretação, seja ao escrever, ler e escutar. Devemos lembrar que o direito não é uma ciência exata, é uma ciência social, e por isso, tem que ser interpretado à luz do seu tempo, e da situação que no caso lhe é peculiar, ou seja, “cada caso é um caso”.

O direito, entre outras ciências sociais, tem o caráter distintivo de ser, como a língua, não apenas parte integrante, mas espelho integral da vida social. As invenções linguísticas, que elas consistam em criar palavras novas ou novos sentidos de palavras antigas, ou construções de fra-

ses, têm de particular o serem provocadas e exigidas pelo conjunto de todas as outras invenções. (TARDE & TOMASINI, 2002, p. 49)

Se quisermos ser coerentes, coesos, lineares, entendendo que o direito é produto de puro pensamento, entendimento e interpretação, concluímos então, que o direito como texto, proposição prescrita e descritiva, vulnerável, na medida em que se transforma, se modifica e se altera, e, também por isso mesmo, às vezes torna-se impotente. Este é o material que os operadores do direito (advogados, juízes, entre outros) trabalham cotidianamente e, quando nos colocamos diante de tudo isso, ou seja, no centro desse universo de complexidade, a percepção é importante para que seja operável. No entanto, “textos, proposições, prescrições, decisões, são resultados de todo um processo que os precedeu e foi determinante para a definição de seu conteúdo” (PASSOS, 2001, p. 4). Então, podemos concluir que o direito é sempre linguagem, puramente linguagem. A linguagem deve ser, antes de tudo, objetiva e clara para que seja compreensível e corretamente interpretada.

Segundo Pereira (2012, p. 3), “para se interpretar o direito é necessário um conceito jurídico, que é antecedido por uma linguagem jurídica, que nesse interim é vinculada a uma linguagem natural”, esta última, que usamos como meio de comunicação todos os dias, portanto, linguagem acessível a todos, por excelência é o instrumento de comunicação entre os seres humanos, é a linguagem espontânea. Já a linguagem técnica, como é o caso da jurídica, tem um caráter mais científico, mesmo que sua base seja na linguagem natural.

A interpretação do direito não se reduz a um processo técnico e mecânico, onde há transferência de normas de comportamento, uma vez que estas traduzem valores e opções de determinados interesses. “Se os colocarmos sob o manto da neutralidade, estaremos escamoteando os interesses a que estão servindo” (ZANARDI, 2009, p. 3837).

Eros Roberto Grau, citando Karl Larenz, diz que

A linguagem jurídica deve ser considerada como um “jogo de linguagem” [...]. O papel das palavras neste “jogo” não é captável mediante uma definição, visto que, ao defini-las, estaremos a nos remeter ao seu significado em um outro “jogo de linguagem”. O papel delas no jogo de linguagem, nestas condições, só poderá ser desvendado na medida em que passemos a participar do mesmo jogo. Desta participação no jogo decorre a possibilidade de compreendermos a linguagem jurídica, tarefa que é instrumentada pela dogmática [...]. (GRAU, 2008, p. 227)

## XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOGIA

Há certo exagero, por exemplo, por parte dos operadores do direito, os advogados, que usam indiscriminadamente brocados e expressões latinas, como: *data vênia* (com a devida permissão para discordar), *de cujus* (o falecido), *ex officio* (em função, em decorrência) *ab initio* (desde o início, a partir do início), *erga omnes* (para com todos, em relação a todos, de caráter geral), *in loco* (no próprio local), *ex vi* (por efeito, em decorrência da força), *status quo* (no estado em que se acha uma questão), *sine die* (sem data estabelecida, sem dia definido), *sine qua non* (dispensável, obrigatória), *sub judice* (à espera de julgamento), e tantas outras, que em nada acrescentam aos textos jurídicos, e figuram somente como preciosismo e, em muitos casos, retratam o arcadismo e a inadequação que retiram as características de clareza, concisão e objetividade que se espera da linguagem jurídica.

Já há algum tempo, muitos estudiosos da língua portuguesa, já condenavam com veemência, o uso imoderado de expressões latinas e brocados na linguagem jurídica, entre eles, Mário Barreto (1980), que registrava:

A ignorância é muito atrevida. Muitos que não estudam o latim se empenham em broslar (bordar) os seus escritos de passagens latinas para a gente se embasbacar na profundidade das suas sabenças. E a indolência e o descuido são tamanhos que até essas locuções, frases e prolóquios (ditados) latinos já consagrados pelo uso e que se encontram reunidos em certos dicionários, se veem a cada passo estropiados (mutilados). (BARRETO, 1980, p. 124-125)

A linguagem jurídica, independentemente de quem a usa, (juízes, promotores de justiça, advogados) deve aproximar as partes envolvidas, num processo, por exemplo, e não afastar, principalmente, aqueles que buscam soluções de conflitos no judiciário. Digamos que o uso indevido, exagerado de expressões latinas e brocados, além de impedir o entendimento das partes mais vulneráveis, dificulta ainda mais o acesso à justiça. Além disso, a vida moderna exige dinamismo, objetividade e clareza, em qualquer situação, mas, neste caso, em particular, na linguagem jurídica, apesar de o judiciário andar a passos cada vez mais lentos. Ainda assim, a linguagem deve estar correta, objetiva, clara e consistente. Deve ter coesão, coerência e buscar seus efeitos.

Somente uma linguagem que aproxime o cidadão, que fale com o cidadão, que tenha significado dentro da sua realidade permitirá a participação de sujeitos capazes de partilhar intersubjetivamente de seus mundos de vida e suas demandas frente à ciência jurídica. No entanto, isso não significa a renúncia da linguagem jurídica, mas a união do abstrato da teoria com o concreto da prática do cidadão. (ZANARDI, 2009)

Outro aspecto que importa destacar é a prolixidade, um defeito e não uma qualidade. Escrever muito, não significa escrever bem. Ser prolixo no mundo de hoje é mostrar que está desatualizado, é retroceder, e não buscar auditório. Por isso, entendemos que há necessidade de redigir textos claros, concisos e objetivos, pois, a concisão e a clareza são as características principais da comunicação eficiente, tanto escrita, quanto oral. Fetzner (2006, p. 8) diz que, “uma grande história não precisa ser uma história grande”.

Portanto, quanto maior for a simplicidade e clareza das palavras, maior o entendimento e, por consequência, maior e melhor justiça, mais segurança para os cidadãos e, além disso, propicia sua real participação no modo de vida no âmbito do estado democrático de direito. Contudo, não queremos dizer com isso que a linguagem jurídica deva ser banalizada, pois, o direito, tem sua própria linguagem, e é através das palavras ou signos que as normas (leis) são elaboradas e exteriorizadas, que por sua vez devem ser interpretadas e aplicadas ao caso concreto.

A linguagem jurídica nem sempre se mostra clara e objetiva, con- tendo imprecisão em seus signos, e, por conseguinte, as figuras da va- gueza e da ambiguidade são muito frequentes, muitas vezes dificultando a interpretação. Cruz (2003, p. 206), explica que

A vagueza tem uma dimensão denotativa (o que é?), por exemplo, a pala- vra “careca” tem vários significados e deve-se averiguar no caso concreto a qual deles a palavra está sendo aplicada. A ambiguidade dimensão conotativa (qual dos sentidos?), por exemplo, “manga”, pode ser de uma blusa ou uma fruta.

Percebemos isso nas leis, de maneira geral, escritas por legislado- res que nem sempre estão conectados com a realidade social. Aliás, é bom lembrar que as leis advêm das demandas e necessidades do homem em virtude da sua existência, sobrevivência e desenvolvimento. As dúvi- das quanto à interpretação acerca da significação de algum termo contido na lei, ou mesmo na totalidade do texto, geralmente, por conter obscuri- dades na letra da lei, afasta completamente o cidadão comum de seus di- reitos. Em outras palavras, o não entendimento da lei dificulta e, até mesmo, impossibilita a interpretação, se não correta, próximo disso e, as- sim impede o acesso do cidadão à justiça, que é um direito de todos. O judiciário existe para servir, para dirimir conflitos entre partes.

Observamos com muita frequência peças (petições, testamentos, entre outras) enormes, repletas de jurisprudências que nem sempre cabem naquele caso concreto. Uso exagerado de brocardos e expressões latinas

## XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA

que, literalmente, estão foram daquele contexto. Até mesmo para o julgador fica difícil entender o que o advogado está pedindo àquele juízo. Por conseguinte, as partes acabam por ficar desassistidas.

Nesse sentido, Viana (2006) diz que se exige do profissional do direito competência linguística e capacidade intelectual, pois ele deve dominar as técnicas da redação forense para veicular com propriedade sua mensagem jurídica. Muitas vezes, os juízes de direito indeferem as petições iniciais, porque elas não transmitem uma mensagem jurídica inteligível.

Para Voese (2002, p. 25),

As palavras agregam os heterogêneos interesses sociais a seus sentidos e, por isso, têm força de produzir efeitos de sentido que atuam sobre o auditório de modo a facilitar ou dificultar a sua adesão: à escolha da palavra o auditório reagirá positiva ou negativamente, dependendo dos interesses a ele ligados e que interferem na interpretação.

No entanto, não podemos negar da necessidade de o operador do direito, obrigatoriamente, fazer-se entender por quem está lhe ouvindo. Seu posicionamento correto à determinado público propiciará a clareza da compreensão. Valer-se de exibicionismo ou querer demonstrar superioridade mediante o uso exacerbado do juridiquês é totalmente condenável. Como a justiça é para todos, indistintamente, é mister se fazer entender. (MOREIRA et al., 2010, p. 143)

Muitos utilizam jargões, expressões não necessariamente técnicas, geralmente usados por grupos de profissionais, entre eles os advogados, que já não se usam mais, ou melhor, em desuso, o que dificulta ou, até mesmo, impede o entendimento de seus destinatários, podemos incluir nesse rol, até mesmo os juízes, que ao ler uma petição recheada de expressões inadequadas, como jargões, retardam seu entendimento e, por consequência, seus despachos.

Sobre o uso do jargão, Rodriguez (2004, p. 29) comenta que

Revela-se como pobreza de estilo, como falta de conhecimento ou de segurança para a utilização de outros termos de nossa língua que não somente se expressam com o mesmo valor, como também utilizam uma linguagem mais corrente e permitem troca por outros termos, sinônimos, que acabam por organizar uma construção textual, no mínimo, de leitura mais fluente.

Na verdade, mesmo considerando a linguagem do direito como uma linguagem técnica, podemos dizer que esta não é exclusivamente técnica e, nem exclusivamente natural, e sim constituída de ambas. Aliás,

podemos dizer que a linguagem jurídica deve ser a mais clara e objetiva possível, tomando por base a linguagem natural para que todos os seus destinatários possam entendê-la. Afinal, o direito existe para o controle social e resolução de conflitos e, por isso tem que ser interpretado da melhor maneira possível e, para tanto, a linguagem deve ser acessível e entendível.

#### **4. Considerações finais**

Reiterando, escrever bem, não significa escrever muito. Trazendo tal afirmação para o âmbito do direito, o que buscamos neste artigo é algo bastante simples, ou seja, o uso da linguagem jurídica de maneira adequada, sem a utilização de brocados, jargões, expressões latinas, geralmente empregadas exageradamente.

A linguagem jurídica, evidentemente, é uma linguagem técnica, mas nem por isso deve ser ininteligível aos seus destinatários. Deve ser clara, objetiva, concisa, deixando de lado o uso de palavras e expressões que em nada acrescentam, apenas dificultam o entendimento e a interpretação, não apenas pelos operadores do direito, como também de todos.

Simplificar a linguagem jurídica não significa vulgarizá-la, nem tão pouco estimular o desuso de seus termos técnicos, necessários para o contexto, afinal, esta é uma linguagem técnica. Simplesmente que esta seja acessível e que pessoas comuns possam entender o que os operadores do direito querem dizer ao representá-los em juízo, afinal, o direito existe para harmonizar, resolver conflitos entre partes. Entendemos que o excesso de utilização de termos rebuscados, arcaicos, são plenamente desnecessários ao contexto jurídico.

#### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

BARRETO, M. *Novíssimos estudos da linguagem portuguesa*. Rio de Janeiro: Presença/INL-FCRB-MEC, 1980.

BARTHES, R. A retórica antiga. In: \_\_\_\_\_. *Pesquisas de retórica*. Seleção de ensaios da revista *Communications*, n. 10. Petrópolis: Vozes, 1975.

BITTAR, E. C. B.; ALMEIDA, G. A. *Curso de filosofia do direito*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

## XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA

- CAMILLO, C. E. N. *Vícios da linguagem jurídica*. São Paulo, 2012.
- CAVALIER, F. Le Manuel de philosophie. Ellipses Marketing, 2003. In: NASCIMENTO, E. D. *Linguagem forense*. São Paulo: Saraiva, 2007.
- CRUZ, K. G. Linguagem: qual sua importância no mundo jurídico? *Revista Direito em Debate*, Ano XI, n. 18, jul./dez.2002 e n. 19, jan./jun. 2003. Disponível em: <<https://revistas.unijui.edu.br/index.php/revistadireitoemdebate/article>>. Acesso em: 22-07-2015.
- FETZNER, N. L. C. (Coord.). *Argumentação jurídica*. Teoria e prática. Rio de Janeiro: Maria Augusta Delgado, 2006.
- GRAU, E. R. *Ensaio e discurso sobre a interpretação/aplicação do direito*. 4. ed. São Paulo: Malheiros, 2008.
- HONESKO, V. H. N. Hans Kelsen e o neopositivismo lógico: aspectos de uma teoria descritiva da ciência do direito. *Revista Jurídica da UniFil*, ano I, n. 1, p. 163-177, 2008. Disponível em: <[http://web.unifil.br/docs/juridica/01/Revista%20Juridica\\_01-13.pdf](http://web.unifil.br/docs/juridica/01/Revista%20Juridica_01-13.pdf)> Acesso em: 17-07-2015.
- MEDEIROS, J.; TOMASI, C. *Português forense: a produção de sentido*. São Paulo: Atlas, 2004.
- MOREIRA, N. S.; MERTELLI, F.; MAKOWSKI, R. M.; STUMPF, A. C. Linguagem jurídica: termos técnicos e juridiquês. *Unoesc & Ciência – ACSA*, Joaçaba, vol. 1, n. 2, p. 139-146, jul./dez.2010. Disponível em: <[www.editora.unoesc.edu.br/index.php](http://www.editora.unoesc.edu.br/index.php)>. Acesso em: 19-07-2015.
- MORENO, F. S. Conceptos jurídicos: interpretación y discrecionalidad administrativa. Madrid: Editorial Civitas, 1976. In: PEREIRA, R. S. A *Linguagem Jurídica*. Conteúdo jurídico. Brasília: Universidade Católica Dom Bosco – UCDB, 10/03/2012. Disponível em: <<http://www.conteudojuridico.com.br>>. Acesso em: 21-07-2015.
- NASCIMENTO, E. D. *Linguagem forense*. São Paulo: Saraiva, 2007.
- PASSOS, J. J. Calmon de. Instrumentalidade do processo e devido processo legal. *Revista Diálogo Jurídico*, Salvador, ano I, vol. I, n. 1, p. 1-15, abr.2001 e na *Revista de Processo*, São Paulo, vol. 102, 2001. Disponível em: <[www.direitopublico.com.br](http://www.direitopublico.com.br)>. Acesso em: 16-07-2015.

PEREIRA, R. S. *A Linguagem jurídica*. Conteúdo jurídico. Universidade Católica Dom Bosco-UCDB, Brasília/DF, 10-03-2012. Disponível em: <<http://www.conteudojuridico.com.br>>. Acesso em: 21-07-2015.

TARDE, G.; TOMASINI, M. B. O direito e a linguística: analogias de desenvolvimento. In. \_\_\_\_; \_\_\_\_\_. *As transformações do direito: estudo sociológico*. Trad.: Maristella Bleggi Tomasin. [s./l.]: Booklibris/Supervirtual, 2002. Disponível em: <<http://www.ebooksbrasil.org/eLibris/tarde.html>> Acesso em: 22-07-2015.

WARAT, L. A. *O direito e sua linguagem*. Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris, 1994.

ZANARDI, T. A. Por uma práxis jurídica libertadora: contribuições freirianas à ciência do direito. *Anais, CONPEDI*, 2009, p. 3832-3843. Disponível em: <<http://www.conpedi.org.br/manaus/arquivos/anais/bh.pdf>> Acesso em: 21-07-2015.

A PESQUISA SOCIOLINGUÍSTICA  
EM COMUNIDADES RURAIS BAIANAS

*Siméia Daniele Silva do Carmo* (UEFS)  
[sidanys@hotmail.com](mailto:sidanys@hotmail.com)

RESUMO

As pesquisas de campo na área sociolinguística concentram-se no estudo da relação entre fatos da língua oral e contexto social. Vários estudos já foram feitos e comprovaram a variabilidade no uso da língua. Nesse âmbito, contribuímos para com este campo de estudo, fazendo uso de dados da variedade popular. As investigações e resultados ampliaram nossa visão, no que se refere à variação e suas relações com fatores sociais e linguísticos, especificamente na região do Semiárido Baiano. Optamos por trabalhar apenas com dados do português popular, por acreditarmos que esta variedade linguística deve trazer, mais fortemente, resquícios do contato entre línguas e culturas diversas. Analisamos a concordância verbal com a primeira pessoa do plural (P4), comparando amostras das zonas rurais baianas de Rio de Contas (comunidades Barra/Bananal e Mato Grosso) e de Jeremoabo (comunidades de Tapera, Lagoa do Inácio e Casinhas). Escolhemos tais comunidades para investigar se o contato entre línguas e culturas diversas resultou em ampla variação em estruturas de número gramatical plural, propiciando a perda dos morfemas de número nas formas verbais. Também observamos se a formação étnica ou isolamento das comunidades influenciaria em tais resultados. Os resultados demonstraram que comunidades situadas no município de Jeremoabo se destacaram no favorecimento do uso da desinência *-mos* nos verbos em P4, enquanto comunidades da outra região a desfavorece. A formação étnica das comunidades refutou a hipótese inicial. Com relação às variáveis selecionadas pelo programa GOLDVARB X (2005), as variáveis “realização e posição do sujeito”, “saliência fônica”, “tempo verbal”, “composição do sujeito” e “comunidade” foram as mais significativas. Aqui, daremos ênfase apenas a variável social comunidade. Enfim, a pesquisa em comunidades rurais do Semiárido Baiano possibilitou entender marcas do passado e evidências que caracterizam as origens da língua portuguesa no Brasil.

**Palavras-chave:** Sociolinguística. Variação. Língua oral. Concordância verbal.

### 1. Introdução

As línguas, em geral, resultam de uma complexa evolução histórica que se caracteriza formalmente no tempo e no espaço, a partir de um feixe de tendências que de modo variável efetuam-se em todos os lugares. Ao longo do tempo, diversos posicionamentos aliados ao contexto, à filosofia, as influências e ideologias da época vivida por diversos nomes que atuaram no campo da linguística tomaram a língua como seu objeto de estudo. Desse feixe de tendências, podemos perceber uma evolução das correntes linguísticas em seus posicionamentos no que se refere ao

termo língua. Do sentido abstrato e estático ao sentido dinâmico e vivo, muitos caminhos foram percorridos.

Assim como muitos estudiosos baseados nos postulados iniciais realizado por Weinreich, Labov e Herzog (1968), a partir do trabalho de análise com a Teoria da Variação e Mudança no campo da Sociolinguística, nós entendemos que a língua não é homogênea, e sim heterogênea, pois ela está sempre em grande mutação, sendo necessário que a estudemos no presente para que possamos entender melhor as mudanças existentes do passado (MATTOS E SILVA, 2008), e, dessa forma, superar lacunas e muitos paradoxos que foram apresentados pelos modelos anteriores.

A relação entre língua e sociedade é muito pertinente, pois se acredita que haja uma inter-relação entre as duas. Por isso, é possível considerar as variações como existentes e estudar a língua não só por ela própria, mas no indivíduo e, principalmente, na sua comunidade de fala. Desta forma, a análise sociolinguística possui um modelo teórico-metodológico que vê a língua falada de forma diversificada, razão pela qual considera a língua em seu contexto sociocultural, em virtude de a explicação para o fenômeno da variação não ser encontrada apenas nos fatores internos à língua, mas também nos fatores externos ao sistema linguístico.

## **2. A pesquisa sociolinguística com dados da variedade popular**

A investigação teve como base os padrões de variação na fala rural, que se caracteriza por apresentar frequências acentuadas de ausência de concordância verbal. Esse estudo tem seu valor por contribuir com os estudos sociolinguísticos no país, tomando como foco a variação com a concordância verbal com P4, assunto pouco estudado tanto nas comunidades do semiárido baiano, em especial a região rural, quanto no Brasil.

Optamos por trabalhar apenas com dados do português popular, por acreditarmos que essa variedade linguística deve trazer, mais fortemente, resquícios do contato entre línguas e culturas diversas, tão marcante na sócio-história brasileira.

As comunidades rurais onde foram coletados os dados para esta pesquisa, estão localizadas em dois municípios baianos, Rio de Contas-comunidades Barra/Bananal e Mato Grosso e em Jeremoabo – comunidades de Tapera, Lagoa do Inácio e Casinhas. Escolhemos tais comuni-

## XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA

dades a fim de investigar se há padrões diferenciados de uso a depender da sócio-história diferenciada de cada comunidade.

Esta pesquisa, além de ter como foco a sistematização do uso variável da concordância verbal com P4, enfatiza também a formação do português do Brasil, partindo do entendimento de que o contato entre línguas, a polarização sociolinguística do Brasil (LUCCHESI, 2001) constituem e definem o português brasileiro atual. O confuso cenário linguístico do período da colonização e exploração das terras e riquezas brasileiras gerou uma heterogeneidade que nos trouxe significativas consequências linguísticas.

Nesse sentido, por meio de ondas migratórias que constituíram os ciclos econômicos de desenvolvimento do país, fenômenos linguísticos foram iniciados devido ao contato entre línguas que se espalhou pelo território brasileiro. Sobre isso, ressaltamos que africanos e seus descendentes se deslocaram bastante de acordo os ciclos em determinados períodos, como nas plantações de fumo, algodão e engenhos de cana-de-açúcar no Nordeste, na mineração de ouro e pedras preciosas em Minas Gerais e na lavoura do café, no Sul, fazendo com que disseminasse um português divergente do padrão esperado.

Trabalharemos com a hipótese de que existe a ausência ou a variação no uso de morfologia flexional na amostra investigada e de que haverá padrões de variação e diferenças quantitativas entre as comunidades que serão estudadas por conta: i) da formação ética; ii) do isolamento da comunidade.

Com este estudo objetivamos: a) mapear a ocorrência ou não da marcação de plural na primeira pessoa do plural dos verbos existentes nos *corpora orais*, extraídos da Coleção Amostras da Língua Falada no Semiárido Baiano (ALMEIDA & CARNEIRO, 2008), da zona rural dos municípios de Rio de Contas (BA) e Jeremoabo (BA); b) quantificar e analisar as variações que se referem à concordância verbal com a primeira pessoa do plural de acordo as comunidades; d) fazer um estudo comparativo entre os falares das regiões baianas: Rio de Contas e Jeremoabo; e) contribuir o entendimento sobre os padrões de concordância verbal no português brasileiro.

Assim, através desta pesquisa, contribuiremos para com este campo de estudo fazendo uso de dados da variedade popular. As investigações e resultados ampliarão nossa visão no que se refere à variação e suas

relações com fatores sociais e linguísticos, especificamente na região do Semiárido Baiano.

### 3. *A constituição das amostras e caracterização das comunidades em estudo*

A nossa pesquisa é realizada no âmbito do *Projeto A língua Portuguesa do Semiárido Baiano – Fases 1 e 2: Amostras da língua no semiárido baiano*, do Núcleo de Estudos da Língua Portuguesa (NELP), sediado no Departamento de Letras e Artes da UEFS, sob coordenação preliminar das professoras Dra. Norma Lúcia Fernandes de Almeida e Dra. Zenaide Carneiro (que fizeram as gravações do *corpus* nos anos de 1998 a 2000 os quais serão utilizados nesta pesquisa), posteriormente colaborando com as demais fases do projeto as professoras Dra. Eliana Sandra Pitombo, Dra. Silvana Silva de Farias Araujo. E sendo assim, na constituição das amostras de fala, contamos com a disponibilidade de um *corpus* já previamente constituído.

O *Projeto A língua Portuguesa do Semiárido Baiano* possui um precioso acervo. Desde sua implementação vem agregando pesquisadores e incorporando ao seu acervo amostras da língua falada na região semiárida, oportunizando a realização de análises que buscam explicitar as origens e a caracterização do português brasileiro.

Faixa etária	<b>Comunidades de Rio de Contas</b> Barra/ Bananal Mato Grosso	Faixa I – 18 a 38, Faixa II – 39 a 59 Faixa III – acima de 59 anos
	<b>Comunidades de Jeremoabo</b> Tapera Lagoa do Inácio Casinhas	faixa I – 15 a 25, faixa II – 35-45 faixa III – 55 a 65 anos
Sexo	<b>Masculino</b> <b>Feminino</b>	
Quantidade de entrevistas nas comunidades/etnia	12 entrevistas em <b>Bananal/Barra dos Negros</b> (município de Rio de Contas) informantes negros; 12 em <b>Mato Grosso</b> (município de Rio de Contas) informantes brancos descendentes de portugueses e paulistas; 12 entrevistas em <b>Casinhas</b> (remanescente de quilombolas), município de Jeremoabo; 06 entrevistas em <b>Tapera</b> (remanescentes de índios); 06 entrevistas em <b>Lagoa do Inácio</b> (mestiços brancos).	
Nível de escolaridade	Analfabeto Semianalfabeto	

**Quadro 1** – Critérios sociais utilizados na observação dos informantes

## XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOGIA

Os dados que constituíram o *corpus* da pesquisa totalizam 48 inquéritos fônicos, pertencentes ao acervo do Projeto. Desse modo, como já tínhamos as quarenta e oito entrevistas armazenadas e transcritas ortograficamente, procedeu-se à seleção do fenômeno em cada entrevista e sua codificação. Assim, os informantes foram estratificados segundo os critérios sociais listados no quadro acima.

O município de Jeremoabo está localizado no polígono das secas, na zona fisiográfica do Nordeste, a 371 km de Salvador. A atividade econômica mais importante desse município é a pecuária, seguida da produção de cereais. O nome da cidade tem significado de origem tupinambá e significa plantação de abóbora jerimum.

Sua história suscita o século XVI palco de lutas por ocupação de terras, conflito com missionários que se opunham à escravidão dos índios, destruição e reconstrução do povoado original pelo português Garcia D'Ávila por intervenção do Papa e do governo colonial. Em consequência de sua grande extensão territorial, vários povoados que eram as antigas aldeias indígenas, foram desmembrados, elevando-se mais tarde a municípios.

A formação sócio-histórica de Jeremoabo conta com um importante fator que contribuiu para o processo de urbanização do interior do estado e os chamados “ciclos” da agropecuária (séc. XVII a XIX). Os povoados escolhidos para a gravação das amostras foram Tapera, Lagoa do Inácio e Casinhas por constituírem uma área passível de haver diversidade étnica, devido à formação étnico-histórica e social dessas comunidades. Há indícios de que a população seja formada por predominância de negros em Casinhas, por descendentes de índios em Tapera e por mestiços de brancos em Lagoa do Inácio, o que poderia favorecer a existência de variações linguísticas. (ALMEIDA; CARNEIRO, 2008)

Rio de Contas situa-se na parte meridional da Chapada Diamantina. Segundo informações históricas nos dados do IBGE, o início do município acontece no século XVII, período em que grupos negros, foragidos se estabeleceram no local, surgindo o Arraial dos Creoulos. Nessa região todos os recursos e benefícios da atividade mineradora eram explorados, o que se refletiu no seu crescimento urbano. Atualmente, a região é considerada centro turístico devido às belezas naturais e às tradições culturais nela desenvolvidas. Muitos estrangeiros têm investido em hotelaria, comércio, restaurantes a fim de prover e contribuir para desenvolvimento da cidade. Isso revela um ambiente totalmente favorável à

perda de padrões culturais e linguísticos locais, os quais cederam espaço às influências externas através do mercado turístico ali instalado.

As comunidades escolhidas para estudo foram Barra/ Bananal e Mato Grosso, a primeira representa duas comunidades muito ligadas. Distanciam-se em 2,5 km, porém estabelecem vínculos sociais, culturais e familiares muito fortes. Por isso, a inclusão das duas comunidades de negros, como uma só, já que a convivência entre eles é bastante íntima e os moradores de Bananal têm parentes em Barra e vice-versa. Essas comunidades caracterizam-se por serem formadas de habitantes de etnia negra que sobrevivem da agricultura de subsistência, artesanato e pesca. Atualmente, essas comunidades são reconhecidas como remanescentes de quilombolas. A segunda comunidade dessa região em estudo, Mato Grosso, que se situa no alto de uma serra. Seus habitantes orgulham-se por ser, de etnia branca e por não se misturarem com os vizinhos negros de Barra e Bananal. Segundo Capinan (2009), a comunidade teria sido fundada pelos bandeirantes e é composta em sua maioria por brancos com presunção de ancestralidade portuguesa.

#### **4. Metodologia**

No desenvolvimento deste estudo, adotou-se o modelo teórico-metodológico da teoria da variação, também denominada sociolinguística quantitativa, com base nas formulações de Weinreich, Labov & Herzog (1968) e Labov (1972, 1994). Este é o modelo adotado em função de ser considerado teoricamente coerente e metodologicamente eficaz para a descrição de uma comunidade de fala numa perspectiva variacionista. Portanto, adotamos a sociolinguística não só como referencial teórico, mas também metodológico.

Os dados da pesquisa foram coletados em inquéritos fônicos do tipo DID (diálogo entre informante e documentador), gravados na região rural de dois municípios do interior da Bahia: Rio de Contas e Jeremoabo. Foram escolhidas essas regiões, a fim de mostrar se há padrões de variação com P4 por conta da composição étnica de formação de cada comunidade, que segundo a sócio-história são formadas por negros a *comunidade de Barra/Bananal* e brancos a *comunidade de Mato Grosso* situadas do município de Rio de Contas; remanescentes de índios na *comunidade de Tapera*, remanescentes de quilombolas na *comunidade Casinhas*; mestiços e brancos na *comunidade Lagoa do Inácio*, comunidades dessas situadas no município de Jeremoabo.

5. *Análise e discussão dos resultados*

A presente análise reúne o *corpus* obtido a partir do levantamento das ocorrências realizado nas entrevistas. Após a codificação das ocorrências da forma verbal com/sem morfema de plural em P4, realizamos a codificação e submetemos à leitura do GOLDVARB X com base no arquivo de condições previamente estabelecido para esse fim. Assim, obtemos os resultados quantitativos de nossa análise variacionista.

Em 48 entrevistas, foram encontradas 495 ocorrências de situações linguísticas em que as formas verbais de P4 ocorreram em posição de sujeito, como nos seguintes dados exemplificados e retirados da amostra: I) *Nós aqui num tem profissão* [II, F, -, a]; 2) *nós nem leitura tem* [II, F, -, a; III) *passemos um ano namorano e um ano noivo* [I, F, +, h]; IV) *nós criemos tudo aí na porta* [iii, m, -, b]; V) *aí fumo trabaiano pouco a pouco* [I, F, +, h]

Obtivemos um total de 206 ocorrências que corresponde a 41,6% de formas verbais com marcas explícitas de concordância contra 289 ocorrências com construções verbais que não apresentaram marcas explícitas de concordância entre o verbo e o sujeito (58,4%). Esses resultados podem ser conferidos na tabela 1 abaixo.

	Nº de ocorrências/ Total	Frequência
Com morfema de plural	206/495	41,6%
Sem morfema de plural	286/491	58,4%

TABELA 1: Distribuição geral dos resultados acerca da concordância de número com sujeitos de primeira pessoa do plural

O gráfico, abaixo, possibilita uma melhor visualização dos resultados:

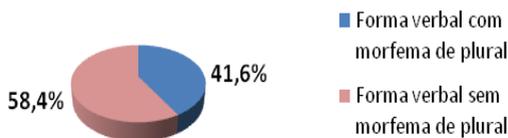


Gráfico 1: Distribuição geral dos resultados acerca da concordância de número com sujeitos de primeira pessoa do plural

Com relação à comunidade, é Lagoa do Inácio que favorece o uso da desinência *-mos* nos verbos em P4, com peso **.65**, ao passo que Mato Grosso a desfavorece, com peso de **.22**, resultado não compatível com nossa hipótese.

Conforme dados sociais dos informantes referente à escolaridade da comunidade em destaque, Lagoa do Inácio, e o cruzamento (variáveis comunidade e escolaridade) foi possível entender o porquê do favorecimento do uso da desinência nessa comunidade. A tabela abaixo, referente ao cruzamento das variáveis sociais demonstra isso:

ESCOLARIDADE						
Comunidades	SEMIALFABETIZADO		ANALFABETO		TOTAL	
TAPERA	Nº	5/10	Nº	11/37	Nº	16/47
	%	50%	%	30%	%	34%
CASINHAS	Nº	59/83	Nº	28/57	Nº	87/140
	%	<b>71%</b>	%	49%	%	<b>62%</b>
LAGOA DO INÁCIO	Nº	26/53	Nº	<b>0</b>	Nº	26/53
	%	49%	%	<b>0</b>	%	49%
BARRA/BANANAL	Nº	34/90	Nº	23/84	Nº	57/174
	%	38%	%	27%	%	33%
MATO GROSSO	Nº	9/19	Nº	11/62	Nº	20/81
	%	47%	%	18%	%	25%
TOTAL	Nº	133/255	Nº	73/240	Nº	206/495
	%	<b>52%</b>	%	30%	%	42%

**TABELA 2- Cruzamento das variáveis sociais comunidade e escolaridade: frequências e percentuais do uso de CV em P4**

A tabela 2 nos mostra que todos os informantes da comunidade Lagoa do Inácio (jovens, adultos e idosos) são semialfabetizados. Diferentemente da situação escolar dos informantes das outras comunidades, formadas por informantes semialfabetizados e analfabetos. Desse modo, percebemos como o controle de escolarização de forma equitativa seria importante para os resultados.

O cruzamento ainda nos mostra que a comunidade de Barra/Bananal se destaca em número de ocorrências (174 dados) de verbos com flexão em P4. A comunidade de Casinhas se destaca em números percentuais de informantes semiescolarizados. No geral, as comunidades se caracterizam por terem mais informantes semiescolarizados (52%) do que analfabetos (30%).

Esperávamos que as comunidades situadas no município de Jeremoabo, por possuírem características sócio-históricas culturais diferentes das comunidades do município de Rio de Contas, apresentassem números com pesos menores. Jeremoabo, por estar situada em local de difícil acesso, localizada no interior rural do município com poucas unidades educativas, também por possuir nível econômico inferior, se compararmos com o município de Rio de Contas, supúnhamos que o fenômeno em

## XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOGIA

estudo se apresentaria de forma desfavorecedora (ausência do *-mos*) nestas comunidades. Porém os resultados mostram o contrário. A tabela a seguir demonstra isso:

Comunidade	Nº de ocorrências/ total	Frequência	Peso relativo
Lagoa do Inácio	26/53	49,1%	.65
Tapera	16/47	34%	.62
Casinhas	87/140	62,1%	.58
Barra/Bananal	57/174	32,8%	.49
Mato Grosso	20/81	24,7%	.22
<b>Total</b>	206/495	41,69%	-

**TABELA 3- Distribuição geral do resultado de acordo com a presença de desinência *-mos* nos verbos segundo variável comunidade**

Como podemos observar, as primeiras comunidades da tabela 3 são as que estão situadas no município de Jeremoabo e se destacam no favorecimento do uso do morfema implicando CV em P4. Diferentemente das duas últimas comunidades que estão localizadas em Rio de Contas, na região da Chapada Diamantina, que mostraram resultados bastante inferiores no que se refere à concordância padrão.

Diante desse resultado, podemos supor que a influência do contato de línguas (africana/portuguesa) justifique tais percentuais. O trabalho escravo juntamente com a forma precária de aquisição do português e o contexto emergente do uso linguístico implicaram menor controle da concordância padrão.

Entretanto, devemos registrar que rodando separadamente os dados das comunidades em estudo, há somente uma variável selecionada comum, nas comunidades localizadas no município de Jeremoabo. O programa GOLDVARB X selecionou a variável *Realização/Posição do pronome sujeito* como estatisticamente significativa nas comunidades:

A tabela a baixo ilustra esses resultados:

### MUNICÍPIO DE JEREMOABO

Comunidades	VARIÁVEL Realização e posição do Pronome Sujeito	Variante Realizado imediatamente antes do verbo		Variante Realizado antes do verbo, mas separado por algum constituinte	
		P.R		P.R	
Tapera		P.R	.64	P.R	.29
Lagoa do Inácio		P.R	.60	P.R	.17
Casinhas		P.R	.61	P.R	.13

**TABELA 4- Variável comum selecionada pelo programa GOLDVARB X nas comunidades do município de Jeremoabo**

A tabela 4 nos revela que o fator *sujeito realizado antes do verbo* favorece a concordância padrão através dos pesos relativos que estão todos acima da média. Contraditoriamente, a pronomes *sujeito realizado separado por algum constituinte* desfavorece completamente o uso de morfema plural nos verbos.

Diante de tudo o que podemos explicar sobre a CV em primeira pessoa do plural com base nos resultados, prosseguiremos para as considerações finais onde buscaremos confirmar ou refutar hipóteses e concluir esta pequena amostra pesquisada.

## **6. Considerações finais**

A hipótese de que a perda ou variação no uso de morfologia flexional implicaria em padrões de variação e diferença quantitativa entre as comunidades estudadas foi confirmada, embora a formação étnica das comunidades refute essa hipótese.

Foi possível constatar que a questão do isolamento social e linguístico da comunidade Mato Grosso refletiu nos menores índices do fenômeno em estudo para essa comunidade.

O trecho da entrevista de um informante morador da comunidade Barra/Bananal justifica nossa suposta ideia:

Doc: Mato Grosso já é separado, né?

Inf: Mato Grosso já é separado. O povo de Mato Grosso, ele... *eles é muito racista. Agora, que eles tá ma... muito amigo, mas era muito racista.* Eles não gostava de falar com negro. E chegava um negro lá no Mato Grosso, eles falava, tinha hora que até xingava, só que agora eles tá muito amigo, depois que saiu uma revista aí que eles falaram muito dos negro. Aí saiu a revista, aí agora, eles agora, que ficou amigo. Eles é muito racista, o povo, o pessoal do Mato Grosso, só casa mehmo lá mehmo.

Doc: Com eles, né?

Inf: Não sai... *não sai ninguém de lá pra casar fora*, ainda mais, ainda pior com o negro, com negro não casa mehmo. Eles tem esse preconceito.

Doc: Mas, a pesso... vocês indo lá, eles...

Inf: *Agora eles recebe muito bem, mas antigamente não.*

Doc: Então, eles só passaram a receber bem depois desse...

Inf: Depois dessa revista que publicou, eles escolhambou muito os nego e pensou que não ia sair, daí saiu o jornal.

## XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOGIA

Vemos que, por muito tempo, a questão do preconceito isolou a comunicação e a relação social, cultural e econômica das duas comunidades. Fato que implicou em algumas diferenças linguísticas.

No trecho abaixo já podemos perceber que hoje existe mais proximidade entre as comunidades. Abaixo, neste trecho da entrevista, um informante de Barra/Bananal expõe o prazer da convivência entre eles para com os moradores de Mato Grosso:

### INFORMANTE FAIXA II

Doc 1: Mas, me diga porque o pessoal daqui gosta tanto de Mato Grosso?

Inf: É porque o pessoal gosta daqui de Mato Grosso?

Doc 1: Hum, hum.

Inf: A gente gosta de Mato Grosso porque... porque tem um povo assim que num... num tem desprezo com a gente, né?

Doc 1: Hum.

Inf: Às vez primeiro, às vez acontecia de ter aquelas bestalhada por causa da gente, que nem ele falou aqui por caso da cor da gente, aqui às veze. A cor da gente era negra e a deles vocês tinha aquilo... Mas, isso acabou tudo, né?

Circ 6: Graças a Deus.

Inf: Hoje a maior...

Doc 1: É.

Inf: ...eu digo, assim, uma *comunidade muito unida com a gente aqui*.

Doc 1: É.

Inf: A novena, eles têm novena aqui em nossa comunidade, onde Nossa Senhora Aparecida e tudo. Eles têm novena aqui, eles vem pra novena aqui. A novena também nós temos ali em mês de setembro, nós vamos tombém. Sono muito bem recebido na comunidade deles. E me sinto também que eles seja também recebido aqui também em nossa comunidade tombém.

Doc 1: Hum, hum.

Inf: Quando se tem festa lá, a gente vai. É muito animado. Agora mehmoo quando tem leilão aqui em tempo de festa eles vem, eles ajuda muito aqui no leilão.

Outros informantes declaram:

### INFORMANTE FAIXA II

Inf: Ah! Eles é muito bom pa levar a gente. Tem hora que eles leva a gente ali no mei da estrada. É um pessoal muito bom, o pessoal de Mato Grosso, tem hora que num cobra, dá uma carona a gente.

### INFORMANTE FAIXA III

Doc 1: Hum, hum. É isso aí, mas me diga uma coisa o senhor se lembra assim, como era antes aqui porque a gente ficou sabendo que o povo de Mato Grosso não se unia muito com o daqui, é verdade isso?

Inf: Era.

Doc 1: E agora?

Inf: Agora, eles tão, não tá teno esses preconceito mais não.

Com base nesses trechos percebemos que o preconceito que antes existia não existe mais. Da época em que foram gravadas as entrevistas (década de 90) para essa estreita relação entre as comunidades começou, conta-se quatro anos. O que entendemos que é uma relação recente. Assim, pressupomos que o isolamento das comunidades deixou marcas na língua.

Concluimos também que a diversidade da formação étnica das comunidades não foi um fator relevante e delimitador para o presente estudo. Vimos que a comunidade Barra/Bananal formada etnicamente por negros foi a comunidade que mais aplicou o pronome *nós* em número de ocorrências (174 ocorrências no geral apresentando .49 em seu peso relativo, ponto relativamente neutro se comparado com a comunidade Mato Grosso. Essa comunidade de etnia branca, mostrou apenas .22 no peso relativo (20/81 ocorrências). Números totalmente contrários ao que era esperado. A comunidade Lagoa do Inácio, por ter todos os informantes alfabetizados, apresentou .65 referente a 49,1% (26/53 ocorrências).

A justificativa que alicerçou esta pesquisa teve como foco a diversidade que caracteriza a história sociolinguística do Brasil. Por meio dos resultados entendemos que caracterização do português popular do país está pautada na influência sócio-histórica de cada comunidade escolhida. Deste modo, é possível afirmar que a concordância verbal é um fenômeno variável na região semiárida baiana que tem ganhado tendência ao uso da CV, com base nos 41,6% do resultado geral quanto à frequência da aplicação da regra padrão nos verbos em P4.

## XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOGIA

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Norma Lucia Fernandes de; CARNEIRO, Zenaide de Oliveira Novais (Org.). *Coleção amostra da língua falada no semiárido baiano*. 1. ed. Feira de Santana: UEFS/FAPESB, 2008.

\_\_\_\_\_. *Varição linguística no semiárido baiano*. 1. ed. Feira de Santana: UEFS, 2014.

ARAUJO, Silvana Silva de Farias. *Nosso, da gente e de nós: um estudo sociolinguístico da expressão de posse no português rural afro-brasileiro*. 2005. Dissertação (de mestrado em letras e linguística). – Universidade Federal da Bahia, Salvador.

\_\_\_\_\_. O uso variável da concordância verbal no português do Brasil (PB) e no português de Angola (PA): A história externa em foco. In: 5º ENCONTRO AÇORIANO DA LUSOFONIA, 2010, Florianópolis. *Atas/Anais*, 2010, p. 367-381.

\_\_\_\_\_. A concordância verbal e sua importância para os estudos sobre a formação do português brasileiro. *Papia* (Brasília), vol. 22, n. 1, p. 91-110, 2012.

CAPINAN, Ubiraneila. *O quilombo que remanesce*: estudo de caso acerca dos impactos da política de certificação e de titulação do território sobre a identidade étnica dos quilombos remanescentes Barra e Bananal em Rio de Contas, Bahia. Dissertação de mestrado: UFBA. Salvador, 2009.

LABOV, William. *Principles of Linguistic Change*. Oxford/Cambridge: Blackwell, 1994.

\_\_\_\_\_. *Sociolinguistic Patterns*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press.

\_\_\_\_\_. *Padrões sociolinguísticos*. Trad.: Marcos Bagno, Marta Scherre e Caroline Cardoso. São Paulo: Parábola, 2008.

LUCCHESI, Dante. As duas grandes vertentes da história sociolinguística brasileira. *D.E.L.T.A.*, São Paulo, 2001.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. Para a história do português culto e popular brasileiro: sugestões para uma pauta de pesquisa. In: ALKMIM, Tânia M. *Para a história do português brasileiro*: novos estudos. São Paulo: Humanitas/FFCHL/USP: FAPESP, vol. 2, 2001, p. 443-464.

SANKOFF, David; TAGLIAMONTE, Sali A.; SMITH, Eric. *Goldvarb X: a multivariate analysis application*. Toronto: Department of Linguistics; Ottawa, Department of Mathematics, 2005. Disponível em: <[http://individual.utoronto.ca/tagliamonte/Goldvarb/GV\\_index.htm#ref](http://individual.utoronto.ca/tagliamonte/Goldvarb/GV_index.htm#ref)>. Acesso em: 18-05-2015.

WEINREICH, Uriel; LABOV, William; HERZOG, Marvin. Empirical Foundations for Theory of Language Change. In: LEHMANN, Paul; MALKIEL, Yakov. (Eds.). *Directions for Historical Linguistics*. Austin: University of Texas Press, 1968, p. 95-188.

\_\_\_\_\_; \_\_\_\_\_. *Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística*. Trad.: Marcos Bagno; revisão técnica: Carlos Alberto Faraco. São Paulo: Parábola, 2006.

## A QUESTÃO DA LINGUAGEM E OS CONFLITOS SOCIAIS

*Liliane Ribeiro Moreira (UENF)*

[moreiraliliane@yahoo.com.br](mailto:moreiraliliane@yahoo.com.br)

*Janete Araci do Espírito Santo (UENF)*

### RESUMO

O presente artigo tem como objetivo evidenciar de que forma a linguagem está relacionada aos conflitos sociais e como esses conflitos podem ser identificados através da língua. Sabe-se que a linguagem é uma prática sociocultural inserida nas relações de poder da sociedade e entende-se que ela é considerada a capacidade humana de articular significados coletivos, objetivando a produção de sentido por meio de diferenciadas formas de leituras, promovendo as ressignificações das palavras e das imagens. Em qualquer momento e lugar, onde existe vida, existe comunicação. Se se aceita que o homem é um “Ser Social”, a boa ou má capacidade de comunicação é que irá definir sua sociabilidade. O grande objetivo da comunicação é o entendimento entre os homens e este entendimento se dá por meio da linguagem. Assim sendo, para realização desse estudo, recorreram-se aos teóricos como: Hjelmslev, Soares, Bagno, Possenti entre outros, que nortearam a construção da pesquisa.

#### Palavras-chave:

Linguagem. Conflito social. Pluralidade cultural. Educação. Identidade.

### 1. Introdução

Desde o início da humanidade, num tempo em que ainda não havia uma exata concepção das palavras como hoje, o homem já possuía a necessidade de se comunicar. Ele demonstrava sua maneira de ver o mundo físico, como também expressava suas sensações: fome, insegurança, medo, tristeza, através sons vocálicos emitidos sem que fosse seguido nenhum sistema organizado de signos destinados à comunicação.

O seu questionamento a respeito de sua existência, da formação do universo, dos mecanismos que regem os fenômenos naturais, da expressão e do funcionamento do pensamento, enfim, a respeito de tudo que o cerca e que aguça sua curiosidade. Essa necessidade de entender tais questões gerou outra necessidade: a de registrar respostas. E é pela linguagem que o homem materializa seu discurso, podendo assim, expressar essas respostas ou as manifestações a respeito delas.

Desta maneira, pode-se constatar que a linguagem não é resultado de pesquisas no decorrer dos anos. O homem já nasce com habilidade ra-

cional e esse instinto, e é por essa capacidade de criar sua própria linguagem o que mais claramente o distingue dos outros seres.

Contudo, como a criação humana tem como essencial a comunicação, não existe sentido criar uma linguagem que não sirva para a comunicação e a interação entre as pessoas.

## **2. A linguagem e sua função comunicativa**

A principal função da linguagem é comunicação. Dessa forma, a linguagem é uma prática social, pois permite que o homem interaja e viva em sociedade. Além disso, a linguagem por seu caráter social está inserida nas relações de poder da sociedade. A linguagem é imprescindível para sobrevivência do homem em sociedade.

Sobre essa análise, o linguista dinamarquês, Louis Hjelmslev, considera que:

A linguagem é inseparável do homem, segue-o em todos os seus atos. A linguagem é o instrumento graças ao qual o homem modela seu pensamento, seus sentimentos, suas emoções, seus esforços, sua vontade, seus atos, o instrumento graças ao qual ele influencia e é influenciado, a base mais profunda da sociedade humana. (HJELMSLEV, 2006, p. 1)

As linguagens são formadas por sinais criados pelo homem para representar seu universo interior e exterior, e com a consciência de que existem outros homens que poderão compreendê-lo e fornecer-lhe uma resposta a respeito dos significados transmitidos. Constituem verdadeiros códigos que somente terão sentido se existirem indivíduos que os compreendam, entendam seu significado, seu mecanismo, caso contrário, permanecerão indecifráveis e inúteis.

Segundo Magda Soares,

(...) o papel central atribuído à linguagem numa e noutra ideologia explica-se por sua fundamental importância no contexto cultural: a linguagem é ao mesmo tempo, o principal produto da cultura, e é o principal instrumento para sua transmissão. (SOARES. 1997, p. 16)

A linguagem usada consciente ou inconsciente é resultado dos conflitos sociais que são projetados na língua, e só existe porque existem falantes, permitindo interação e comunicação.

## XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOGIA

A linguagem envolve várias possibilidades para que se efetive a comunicação verbal ou não verbal. Essa linguagem possui diversos usos, sendo heterogênea e atemporal.

Mas o que é a língua? (...) ela não se confunde com linguagem; é somente uma parte determinada, essencial dela, (...). É, ao mesmo tempo, um produto social da faculdade da linguagem e um conjunto de convenções necessárias, adotadas pelo corpo social para permitir o exercício dessa faculdade nos indivíduos. (SAUSSURE, 1979)

A língua é parte da linguagem e é a partir da língua que há a sistematização destes usos, evidenciando seu caráter social. “É a fala que faz evoluir a língua”. (*Idem, ibidem*)

Segundo o autor, o objeto da linguagem é a língua em si mesma. Define três campos distintos e interligados:

- Físico (som);
- Fisiológico (linguagem é resultado de uma fonação);
- Psíquico (é o resultado de uma operação psíquica de conceitos a uma imagem acústica).

Saussure inaugurou a linguística estruturalista, que se preocupa em estudar a língua em si mesma, como um sistema autônomo, sem levar em conta os fenômenos sociais implicados no uso desse sistema. Criou o método *sincrônico*, em detrimento ao *diacrônico*. O método sincrônico consiste no estudo da língua num determinado ponto da evolução. O método diacrônico consiste no estudo da língua em sua evolução histórica.

### 3. *A questão da pluralidade cultural*

O padrão da língua que ainda se ensina na escola e que é veiculado pelas gramáticas normativas e pelos livros didáticos deixa de incluir, por puro preconceito, muitos aspectos que já caracterizam a língua falada pelos brasileiros, inclusive pelos brasileiros cultos.

A escola já difere aqueles que lá entraram dos que não têm acesso a ela. Como uma instituição delimitadora, “ela afirma o que cada um pode (ou não pode) fazer, ela separa e institui”. (LOURO, 1997, p. 58). Mas, a escola, assim como a sociedade e a mídia em geral, ainda não evidencia os problemas do preconceito. Tudo se passa como se a sociedade fosse ausente de preconceitos e tratando de forma igual indivíduos e grupos de indivíduos das mais diversas origens sociais e culturais.

Comandada pelos fios do preconceito e do poder, a escola reproduz o mito da unidade linguística, a exaltação da norma culta como instrumento de ascensão social.

O MEC reconhece que o Brasil possui uma enorme diversidade cultural, pregando que devemos conhecê-la e respeitá-la. Segundo os PCN (BRASIL, 1997, p. 31) “as discriminações praticadas com base em diferenças ficam ocultas sob o manto de uma igualdade que não se efetiva”. De acordo com o referido documento, o desafio que se coloca é o de

a escola se constituir um espaço de resistência, isto é, de criação de outras formas de relação social e interpessoal mediante a interação entre o trabalho educativo escolar e as questões sociais, posicionando-se crítica e responsavelmente perante elas. (BRASIL, 1997, p. 52)

Os PCN de língua portuguesa, assim como os de pluralidade cultural, reconhecem a existência de variantes linguísticas, que devem ser respeitadas, pois não há um modo certo ou errado de falar. Há o reconhecimento da língua como veículo de transmissão de cultura, de valores, de preconceitos. Segundo os documentos do MEC, saber falar ou escrever bem é falar ou escrever adequadamente, sabendo qual variedade usar empregando determinado estilo, esperando determinadas reações.

Acordo com os PCN,

A questão não é falar certo ou errado, mas saber qual forma de fala utilizar, considerando as características do contexto de comunicação, ou seja, saber adequar o registro às diferentes situações comunicativas. (...) A questão não é de correção da forma, mas de sua adequação às circunstâncias de uso, ou seja, de utilização eficaz da linguagem: falar bem é falar adequadamente, é produzir o efeito pretendido. (BRASIL, 1997, p. 31-32)

Então surge a seguinte questão: como ter certeza de que será produzido *tal efeito*, se se escreve ou fala-se de pessoas diferentes?

Como diz Marcuschi:

O principal não parece apenas dizer as coisas adequadamente, como se os sentidos estivessem prontos em algum lugar cabendo aos falantes identificá-los. (...) [a escola] deveria fazer o aluno exercitar o espírito crítico e a capacidade de raciocínio desenvolvendo sua habilidade de interagir criticamente com o meio e os indivíduos. (MARCUSCHI, 1997, p. 44)

O Brasil é uma nação constituída por uma variedade de grupos étnicos com histórias, saberes, culturas e, na maioria das situações, línguas próprias. Ora, acredita-se que uma cultura é dinâmica e não deve ser vista como fixa no tempo, passível de ser preservada. A não aceitação de que se tem nações socialmente diversas compromete a nação de Brasil como

## XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA

uma entidade nacional. Dizer que há uma língua certa ou errada é inculcar uma ideologia, uma vez que a língua é um fenômeno variacional.

A língua culta não exclui ninguém, porque ela é somente uma abstração. Quem exclui são os que acham que falam uma variedade linguística superior, assim considerada somente porque ocupam os lugares de prestígio e destaque na sociedade.

O apego à tradição nos dias de hoje realça a existência de um preconceito linguístico profundamente arraigado na cultura do nosso país. Na verdade, o preconceito linguístico é somente um disfarce para o exercício de outros preconceitos contra os mais pobres, e uma justificativa para perpetuar a gigantesca injustiça social que existe no nosso país.

Também não se levam em conta as variantes do português em contato com idiomas estrangeiros nas colônias de imigrantes. Por fim, não são consideradas todas as variantes linguísticas do português, sejam regionais ou sociais. Ainda dá *status* falar “corretamente”, na ideia ingênua de que a língua dita culta é uma ponte para a ascensão social. Quem não domina a variante padrão é marginalizado e ridicularizado na hora de preencher uma vaga profissional, num concurso vestibular, numa situação de conferência, na escola.

Essa variante-padrão, no entanto, é reservada a uma ínfima parte da população brasileira (a mesma que detém o poder econômico e político). Não é difícil perceber que o modo de falar “correto” é aquele dessa elite e que o modo “errado” é vinculado a grupos de desprestígio social. Há no Brasil uma “mitologia” do preconceito linguístico, que prejudica toda a nossa educação e nossa formação enquanto cidadãos para além de um termo teórico. (BAGNO, 1999)

A mídia participa ativamente da consolidação da ideologia da gramática tradicional e, por meio dela, do preconceito linguístico. O papel dos meios de comunicação evidencia-se pela força crescente de um movimento que Bagno (2001, p. 29) denomina de *neogramatiquice*.

Para ele, o preconceito linguístico precisa ser reconhecido, denunciado e combatido porque é uma das formas mais perversas de discriminação.

#### **4. O problema da identidade**

Segundo Bagno (2000, p. 36), “a função mais elementar da linguagem é permitir a comunicação do indivíduo consigo mesmo: é com a língua que pensamos, é nela que sonhamos”.

Por isso, Lacan pôde afirmar: “O inconsciente se estrutura como uma linguagem”. Portanto, “menosprezar, rebaixar, ridicularizar a língua ou variedade de língua empregada por um ser humano equivale a menosprezá-lo, rebaixá-lo, ridicularizá-lo enquanto ser humano” (BAGNO, 2000, p. 36)

Mediante essas palavras, percebe-se, então, que a língua é elaborada pela comunidade, é somente nela que é social. A autorrejeição linguística por parte do falante da língua constitui a sua própria identidade.

Todas as línguas são a expressão de uma identidade coletiva e de uma maneira distinta de perceber e de descrever a realidade, portanto possuem o poder de gozar das condições necessárias para seu desenvolvimento em todas as funções. (DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS, p. 28)

Portanto, é desejável que exista uma variedade padrão necessária para que haja um meio de expressão comum a todas as pessoas, portanto, a norma padrão não deve ser ensinada como uma única variedade existente, mas como outra variedade, que a pessoa poderá utilizar e enriquecer sua bagagem linguística.

#### **5. Educação: espaço de encontro de diferentes linguagens**

A educação está fundamentada na dimensão humana e sociocultural que procura enfatizar formas de interação positivas, possibilidades, apoio às dificuldades e acolhimento das pessoas, tendo como ponto de partida a escuta dos alunos, pais e comunidade escolar.

Essas dimensões fazem nosso olhar convergir para o interior da escola, fazendo então surgir a necessidade de se compreender quais seriam as reais dificuldades que os alunos encontram na sala de aula.

O que significa realmente *educação* para *todos*? Significa reconhecer que, a exemplo do que diz a Declaração de Salamanca:

Inclusão e participação são essenciais à dignidade humana e ao gozo e exercício dos direitos humanos. No campo da educação, tal se reflete no de-

## XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA

envolvimento de estratégias que procuram proporcionar uma equalização genuína de oportunidades. (BRASIL, 1994, p. 61)

Desta maneira, ressignificar a escola na proposta de uma educação para todos implica considerarmos muitos aspectos que compõem o cotidiano escolar.

O problema do preconceito disseminado na sociedade em relação às falas dialetais deve ser enfrentado, na escola, como parte do objetivo educacional mais amplo de educação para o respeito à diferença.

Buscar estratégias que se traduzam em melhores condições de vida para a população, na igualdade de oportunidades para todos os seres humanos e na construção de valores éticos socialmente desejáveis por parte dos membros das comunidades escolares é uma maneira de enfrentar essa situação e um bom caminho para um trabalho que visa à democracia e à cidadania.

Diante desse quadro situacional, pretende-se recriar a escola para que ela seja a porta de entrada das novas gerações para o mundo plural em que já estamos vivendo. Nesse sentido, acredita-se que, de antemão, as mudanças educacionais exijam que se repense a prática pedagógica tendo como eixos a ética, a justiça e os direitos humanos.

Se quisermos realmente transformar nossas escolas, devemos repensar o seu papel quanto ao ensino da língua materna.

(...) o papel da escola não é de ensinar uma variedade no lugar da outra, mas de criar condições para que os alunos aprendam também as variedades que não conhecem, ou com as quais não têm familiaridade (...). É um direito elementar de o aluno ter acesso aos bens culturais da sociedade, e é bom não esquecer que, para muitos, esse acesso só é possível através do que lhes for ensinado nos poucos anos de escola. (POSSENTI, 1996, p. 83)

O mais importante, talvez, seja a postura do professor - pesquisador em eterno processo de aprendizagem disposto a interagir com seus leitores, para rever e reformular permanentemente suas atitudes pedagógicas frente aos inúmeros enfrentamentos linguísticos.

### **6. Algumas considerações**

Certamente, um professor que engendra e participa da caminhada do saber com seus alunos deve debruçar-se sobre material de língua viva e autêntica, desenvolvendo a prática da leitura e da escrita, da releitura e da reescrita.

Pontos cruciais do ensinar a *todos* são o respeito à identidade sociocultural dos alunos e a valorização da capacidade de entendimento que cada um deles tem do mundo e de si mesmo. Sem dúvida, é a heterogeneidade que dinamiza os grupos, que lhe dá vigor, funcionalidade e garante o sucesso escolar.

A conscientização da mudança é necessária, bem como a revisão de papéis e a reflexão sobre os mesmos. O objetivo é atender à diversidade que há nas escolas e refletir sobre a singularidade de cada um de nós no trabalho educativo.

Talvez seja este o nosso maior mote: fazer com que todos entendam que a escola é um lugar privilegiado de encontro com o outro. Este outro que é sempre e necessariamente diferente.

Conviver com os paradoxos do mundo contemporâneo, de forma consciente, pode ser um caminho para transformar a educação em poderosa arma no combate às exclusões.

Nesse sentido, vivencia-se no mundo contemporâneo, o imediatismo da informação que nos remete à reflexão sobre as linguagens e seus sistemas marcados por múltiplos códigos, que é mais que uma necessidade, é uma garantia de participação ativa na vida social, ou seja, a tão desejada cidadania. A gama de conhecimentos, saberes prévios oriundos dos grupos sociais em que um ser humano convive, precisa ser colocada em relevo, precisa ser privilegiada para que esse se sinta inserido, incluído verdadeiramente no espaço físico denominado Sociedade.

Dessa forma, a norma culta urbana não pode ser adquirida à custa do massacre da identidade primeira, pois é no período escolar que a maioria das pessoas toma contato com outras culturas e outros grupos sociais. Nesse rico ambiente de diferenças, o que se evidencia é o tratamento preconceituoso, repleto de desinformação por parte dos profissionais que atuam nos contextos escolares, assim como também a discriminação sem fronteiras na sociedade em geral.

Portanto, a escola se apresenta como uma oportunidade ímpar na discussão de preconceitos e injustiças sociais e, é através da linguagem que se rompe as barreiras sociais, incluindo os homens no lugar que lhe é de direito: a Sociedade.

## XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAGNO, Marcos. *Preconceito linguístico: o que é como se faz*. São Paulo: Loyola, 1999.
- \_\_\_\_\_. *Dramática da língua portuguesa: tradição gramatical, mídia e exclusão social*. São Paulo: Loyola, 2000.
- BRASIL. MEC/SEESP. *Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais*, Brasília: COORDE, 1994. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>>.
- BRASIL. MEC/SEF. *Parâmetros curriculares nacionais: língua portuguesa*. Brasília: MEC/SEF, 1997.
- BRASIL. MEC/SEF. *Parâmetros curriculares nacionais: pluralidade cultural, orientação sexual*. Brasília: MEC/SEF, 1997.
- HJELMSLEV, Louis. *Prolegômenos a uma teoria da linguagem*. São Paulo: Perspectiva, 2006.
- LEI de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Lei n. 9.394/96. Brasília, 1996.
- LOBATO, L. Linguística e linguagem. In: PASSOS, Claiz. *Sintaxe gerativa do português: princípios da gramática modular*. São Paulo: Contexto; Belo Horizonte: Vigília. 1986.
- LOURO, G. L. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- MARCHUSCHI, L. A. Concepções de língua falada nos manuais de português de 1º e 2º graus. Uma visão crítica. *Trabalhos de Linguística Aplicada*, Campinas: Unicamp, n. 30, 1997.
- MATEUS, Maria Helena Mira; VILLALVA, Alina. *O essencial sobre a linguística*. Lisboa: Caminho, 2006.
- POSSENTI, S. *Por que (não) ensinar gramática na escola*. Campinas: Mercado de Letras, 1996.
- SAUSSURE, Ferdinand. *Curso de linguística geral*. Trad.: Antônio Cheilini, José Paulo Paes e Izidoro Bilkstein. São Paulo: Cultrix, 1979.
- SOARES, Magda. *Uma perspectiva social*. 17. ed. São Paulo: Ática. 1997.

*Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos*

SUASSUNA, Livia. *Ensino de língua portuguesa: uma abordagem pragmática*. Campinas: Papirus. 1995.

TERRA, Ernani. *Linguagem, língua e fala*. São Paulo: Scipione. 1997.

WEEDWOOD, B. *História concisa da linguística*. São Paulo: Parábola, 2002.

A REPRESENTAÇÃO DO USO DO IMPERATIVO  
NA FALA DE SALVADOR

Dilcélia Almeida Sampaio (UNEB)  
[dilcelia.almeida2014@gmail.com](mailto:dilcelia.almeida2014@gmail.com)

RESUMO

A expressão do imperativo ocorre no discurso e pode ser observada através dos diálogos, verificando-se, muitas vezes, gradações de sentido influenciadas pelo contexto situacional e/ou psicológico. Esse fenômeno já se constituiu em objeto de estudo para várias pesquisas, como por exemplo, Sampaio (2001; 2004). No presente trabalho, o objetivo é realizar uma análise das gradações de uso dessa forma verbal em *corpora* de duas sincronias: uma formada por dados coletados em diálogos de peças teatrais escritas em Salvador – Bahia, no período que compreende o início do século XX até a década de 60 do mesmo século, e uma constituída pelas ocorrências de uso do imperativo nas falas de informantes soteropolitanos, coletadas pelos programas NURC (Norma Urbana Culta) e PEPP (Programa de estudos do Português Popular Falado de Salvador) em seus DIDs (Diálogos entre informante e documentador), na década de 90, também no século XX. A base teórica é o funcionalismo linguístico, com alguma referência à sociolinguística.

Palavras-chave: Imperativo. Salvador. Fala.

1. Introdução

O registro da fala tem sido estudado pelos linguistas nos diversos ramos dessa ciência, seja no funcionalismo, na sociolinguística, na análise do discurso ou na análise da conversação, e com referência a qualquer fenômeno da língua que se evidencie.

Um dos fenômenos abordados nas pesquisas é o imperativo verbal, como ocorre em Sampaio (2001 e 2004). Esse modo, no português padrão, se assemelha ao espanhol, diferindo das outras línguas românicas, já que mantém as formas latinas da segunda pessoa do singular e do plural do imperativo afirmativo, enquanto as formas referentes às outras pessoas são supridas pelas formas do presente do subjuntivo, (FARACO, 1982). Entretanto, ao se observar seu uso nos diálogos, na função fática, tem sido registrada variação na forma e na sintaxe, ou seja, forma da segunda pessoa do singular, herdada do latim e da terceira pessoa do singular, correspondendo ao modo subjuntivo, tanto associada ao pronome de segunda pessoa (*tu*), como ao de terceira, *você*.

Para alguns modelos teóricos, como o da sociolinguística quantitativa laboviana (1983), que trabalha com variáveis sociais e linguísticas, existem fatores influenciadores para a ocorrência de determinada variante linguística, os quais também se manifestam na interação entre emissor e receptor em determinado contexto de fala. Essa afirmativa completa-se na abordagem de Bright (1974), quando esse pesquisador diz que a *dimensão do emissor*, a do *receptor* e a da *situação* ou *contexto*, engloba todos os elementos relevantes possíveis no contexto de comunicação.

No funcionalismo, observa-se a função comunicativa da língua, e nesse sentido, segundo Du Bois (1985), os funcionalistas examinam o próprio equilíbrio instável que configura a língua, e o fazem exatamente porque consideram as gramáticas como sistemas adaptáveis. Assim sendo, o funcionalismo ressalta as pressões externas, como, por exemplo, interesse do falante em governar suas atitudes, necessidades informativas e necessidades retóricas, e conferem a essas pressões um papel correlato ao que têm as determinações do sistema tal qual ele se apresenta.

No presente artigo, tomam-se por base as teorias, acima citadas, com o objetivo de realizar uma análise das diferentes gradações de sentido do imperativo na fala de Salvador, a partir de duas amostras, as quais são um recorte dos *corpora* trabalhados em Sampaio (2001; 2004).

A primeira amostra é constituída por cinco inquéritos, do tipo DID (Diálogo entre informante e documentador), sendo um do Projeto NURC (Norma Urbana Culta – Salvador – década de 90/séc. XX) e quatro integrantes do Projeto PEPP (Programa de Estudos do Português Popular Falado de Salvador – década de 90/séc. XX), enquanto a segunda, compõe-se de três peças teatrais: uma escrita pelo teatrólogo Affonso Ruy (1916), inserindo-se, portanto, na primeira metade do século XX; uma por João Augusto Azevedo (1959), que, nascido carioca, mas residente durante vinte e três anos na Bahia, demonstra, desde seus primeiros anos em Salvador – Bahia, preocupação em retratar a fala baiana; e uma escrita pelo baiano, Ariovaldo Mattos (1968). A opção por coletar dados na fala de personagens de peças teatrais deve-se ao fato de serem consideradas o registro escrito que mais se aproxima da fala do período em que são produzidas (PRETI, 2003), quando não se dispõe do seu registro magnetofônico.

2. *Os diferentes sentidos manifestados através do modo imperativo*

O uso da forma verbal imperativa ocorre, predominantemente, nos diálogos diretos, ou seja, quando locutor e interlocutor se encontram no mesmo espaço e tempo. Além disso, observa-se sempre uma inter-relação dessa forma verbal com o tratamento dispensado pelo emissor ao seu receptor, envolvendo valores sociais e grau de intimidade.

Nesse contexto, observa-se a predominância da função conativa ou apelativa da linguagem, na visão de Jakobson (1969), já que é através das construções discursivas com a forma verbal imperativa que essa função mais se manifesta.

O imperativo expressa diferentes sentidos nos diversos contextos situacionais em que é usado. São os seguintes os sentidos manifestados pelo imperativo, nos dados coletados nos inquéritos e nas peças que compõem a amostra deste trabalho.



Figura 1: Graduações de sentido expressas pelo modo imperativo

A análise das graduações de sentido, manifestadas pelo imperativo é aqui realizada com base em Perini (1996, p. 63) que afirma: "É preciso observar, antes de mais nada, que a força ilocucionária não é uma propriedade das frases propriamente ditas, mas das frases *em determinados contextos*".

Para efeito de sistematização, são adotadas as seguintes acepções:

- (i) Ordem – um comando que ocorre quando um emissor se dirige ao seu interlocutor, impondo-lhe sua vontade, mandando que execute um ato ou determinada ação.
- (ii) Ordem enfática – uma ordem emitida com arrogância, ratificada nos textos das peças pela presença do ponto de exclamação.

- (iii) Ordem atenuada – comando emitido de modo abrandado, mas que não chega a se constituir em um pedido.
- (iv) Pedido – manifestação de uma solicitação, de uma súplica.
- (v) Chamada de atenção – consiste na tentativa do emissor de despertar a atenção do interlocutor para sua fala; nesse caso, o verbo exerce a função de marcador conversacional.
- (vi) Advertência – manifestação de uma censura leve.
- (vii) Conselho – ato de aconselhar, exortar.

## **2.1. As amostras, a análise e o cotejo entre os corpora**

As amostras de onde foram coletados os dados para a análise das gradações de sentido do imperativo são constituídas por cinco inquéritos, sendo dois integrantes do NURC/N (Projeto de Estudo da Norma Linguística Urbana Culta no Brasil: Salvador, década de 90/séc. XX) e três do PEPP (Programa de Estudos do Português Popular Falado de Salvador, década de 90/séc. XX), e pelos diálogos de três peças teatrais representativas do teatro baiano, escritas no séc. XX: *Lolita*, Affonso Ruy (1916), inserindo-se, portanto, na primeira metade do século XX; uma por João Augusto Azevedo, *Maria Cilivana: A História do Marido que Trocou a Mulher por uma Vaca* (1959), teatro baiano; e uma escrita pelo baiano Ariovaldo Mattos, *A Escolha* (1968).

Os *corpora* constituíram-se de 106 (cento e seis) ocorrências do imperativo, coletadas na amostra de inquéritos, e de 108 (cento e oito) ocorrências desse modo verbal, recolhidas na segunda amostra (peças teatrais).

No *corpus* do NURC e do PEPP, houve predominância do sentido aqui denominado *chamada de atenção* (60 ocorrências), nos contextos em que o locutor (informante nos DIDs) manifesta a intenção de persuadir o interlocutor a não desviar o interesse pelo seu discurso, tendo ocorrido quase sempre com o verbo *olhar* na função de marcador conversacional. Esse processo parece enquadrar-se nas funções da enunciação apresentadas por Benveniste (1989), quando afirma:

Desde o momento em que o enunciador se serve da língua para influenciar de algum modo o comportamento do alocutário, ele dispõe para este fim de um aparelho de funções. [...] os termos ou formas que denominamos de *intimação*: ordens, apelos concebidos em categorias como o *imperativo*, o vocati-

## XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOGIA

vo que implicam uma relação viva e imediata do enunciador ao outro numa referência necessária ao tempo da enunciação. (BENVENISTE, 1989, p. 86, último grifo nosso).

Exemplos das ocorrências:

(1) Inf. – Eh ... eh ... *olha* é difícil eu dizer se sim, porque na minha vida ano houve isso, entendeu? (NURC/N 014)

(2) Inf. – *Olhe*, eh... eh... é porque, *veja* bem. Eu tenho uma visão muito restrita, com relação a material da escola,... (NURC/N 014)

Quanto ao uso da forma verbal de terceira pessoa (forma oriunda do subjuntivo), nesse contexto, pode-se observar que o interlocutor demonstra certa insegurança, embora empregue o imperativo, opondo-se, dessa maneira, ao uso da segunda pessoa, o que parece se tratar da função designando uma relação entre um sistema de forma e seu contexto. (GARVIN, 1978)

A manifestação contínua desse sentido, *chamada de atenção*, nos dados aqui apresentados, parece demonstrar uma tendência do imperativo, embora os gramáticos normativos e descritivos, como Bechara (2001), Faraco & Moura (2000), Cunha (1993) e Perini (1996), não o incluam na semântica desse modo verbal.

Vale ressaltar que, no outro *corpus*, imperativo nas peças teatrais, o uso desse sentido não teve grande frequência, já que das 108 (cento e oito) ocorrências do imperativo, apenas 10 (dez) correspondem ao sentido, *chamada de atenção*, o que poderia ser explicado pelo fato de ser uma manifestação do uso de marcador conversacional, “elo de ligação entre unidades comunicativas, de orientadores dos falantes entre si, etc.” (MARCUSCHI, 1997, p. 61), cujos estudos se inserem inicialmente na análise da conversação, que começa a se constituir em objeto de pesquisa na década de 60 do séc. XX, o que denota ser, possivelmente, também o período do início desse mecanismo nos diálogos do português do Brasil, uma vez que são estudados na ciência, neste caso, linguística, os fenômenos que se apresentam, ou seja, a realidade imediata.

Já o sentido *ordem*, cujo número de ocorrências também foi significativo, tanto nas peças teatrais, como nos diálogos do NURC e do PEPP, foram identificadas 76 (setenta e seis) ocorrências nos diálogos das peças teatrais, que constituem a amostra em análise, e 35 (trinta e cinco) ocorrências nos inquéritos tipo DID, dos quais foram destacados, sobretudo, os imperativos dos relatos dos informantes.

Exemplos:

(3) [...] 'oh, venha, tá fazendo o que na rua? *Vá* pra casa agora', nem conhecia a gente, 'você mora onde?', [...] (PEPP INQ 09)

(4) [...], 'façam um trabalho em tal assunto, *traga* aqui e pronto', a gente fazia, dava a nota e acabou, entendeu? (PEPP INQ 21)

(5) [...] Maria: – Então *faça* uma limpeza geral por aqui. A começar pelas mulheres, ouviu? (MC – *Maria Cilivina: A História do Marido que Trocou a Mulher por uma Vaca*)

Como ocorreu em (3), (4) e (5), para esse sentido, a predominância também recaiu na forma verbal de terceira pessoa (forma oriunda do subjuntivo).

Levam-se em conta, também, com algumas restrições, as colocações de Cunha e Cintra (1993, p. 465) quando afirmam:

Quando empregamos o IMPERATIVO, em geral, temos o intuito de exortar o nosso interlocutor a cumprir a ação indicada pelo verbo. É, pois, mais um modo de exortação, de conselho, de convite, do que *propriamente de comando, de ordem*. (Grifó nosso)

Os dados levantados, nesta pesquisa, não confirmam totalmente a afirmativa de Cunha e Cintra com referência ao sentido de comando/ordem, demonstrado pelo emprego do modo imperativo. Verifica-se que o sentido, considerado o primeiro do imperativo – ordem – sobressaiu, não apenas por ter ocorrido em ambos os *corpora*, mas porque se mostrou quase sempre presente.

Já o sentido aqui denominado *ordem enfática*, uma ordem emitida com arrogância, ratificada nos textos das peças pela presença do ponto de exclamação, conforme indicado no início do *tópico 1*, foram registradas apenas duas vezes, uma na amostra das peças teatrais e uma na amostra dos inquéritos, ambas apresentaram a forma verbal imperativa na 2ª pessoa do singular, o que parece fazer jus ao sentido evidenciado na elocução, como em:

(6) Frederico: – *Dá* o fóra Diógenes!

2ª p. do singular (L – Lolita)

(7) [...] 'ninguém vai saber, *bota* (...inint...), bota o outro e me bota pra fora', quem ia sair era o outro, [...] (PEPP INQ 15)

O outro sentido é o de *pedido*, manifestado em contextos mais atenuados, o que ratifica em parte a asserção de Cunha e Cintra, acima citada, cuja forma verbal se apresenta, predominantemente, na 3ª pessoa do singular, oriunda do modo subjuntivo. Foram registradas 04 (quatro

ocorrências) na amostra do NURC e PEPP e 06 (seis ocorrências) nas peças teatrais.

(8) [...], eu ia ficar, eu disse 'rapaz *bote* o Z...e', 'você não vai falar com ninguém?', [...] (PEPP INQ 15)

(9) Tancredo: – Água, H<sub>2</sub>O, é veneno... *fale*, Narinha, *fale*. *Lave* minha alma com sua voz de anjo. (ESC – Escolha)

Foram registrados, como já foi especificado, três outros sentidos assumidos pelo imperativo nos dados analisados, *advertência*, *conselho* e *ordem atenuada* (Cf. **Fig. 1**). Não obstante o menor número de ocorrências do imperativo com esses sentidos, e o fato de esses sentidos não aparecerem em todos os textos analisados, acredita-se que são importantes por constituírem especificidades de manifestação desse modo verbal, demonstrando mais uma vez a interação entre os falantes e o contexto situacional.

### 3. Conclusão

Os resultados da análise realizada neste texto, em dados coletados em peças teatrais, cujos diálogos representam a fala de Salvador e em inquéritos de programas da língua portuguesa falada nessa mesma comunidade, evidenciam a preferência pela forma verbal imperativa na terceira pessoa, a qual advém do modo subjuntivo, enquanto a forma herdada do latim (segunda pessoa) somente ocorreu em raros momentos, mesmo quando aparece no sentido de *ordem*. Essa situação confirma os resultados de outras pesquisas sobre o uso do imperativo em que o aspecto analisado não se tratava do sentido que o verbo assume nos diversos contextos de fala.

O sentido *chamada de atenção*, no entanto, registrado nos dados analisados neste artigo, sobretudo com o uso de marcadores conversacionais, pode ser analisado à luz da teoria dos atos de fala Austin (1961), especificamente aquele denominado por esse pesquisador, ato *ilocucionário*, que seria o ato executado na fala. Para Austin, as ações que se realizam através dos atos de fala podem ser muito diferentes, por isso ocorre a necessidade de distinguir as diversas dimensões que um ato de fala possui, uma vez que, em uma única locução, o falante pode realizar diferentes atos de fala.

Em suma, o sentido do verbo no contexto situacional evidencia-se relevante para a função comunicativa da língua, tanto quanto outros as-

pectos, como a forma verbal e de tratamento já apresentadas em outros trabalhos.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEVEDO, João Augusto. *Maria Cilivana: a história do marido que trocou a mulher por uma vaca*. Salvador, 1958. [Datilografado].

BECHARA, E. *Moderna gramática portuguesa*. 37. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Lucerna, 2001.

BENVENISTE, Émile. *Problemas de linguística geral II*. Trad.: Eduardo Guimarães et al. Campinas: Pontes, 1989.

BRIGHT, William. As dimensões da sociolinguística. In: FONSECA, M. S. V.; NEVES, M. (Org.). *Sociolinguística*. Rio de Janeiro: Eldorado, 1974.

CUNHA, C. F. da. *Gramática da língua portuguesa*. 14. ed. Rio de Janeiro: FAE, 1993.

\_\_\_\_\_; CINTRA, L. F. L. *Nova gramática do português*. 2. ed. 24. imp. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

DU BOIS, J. W. Competing motivations. In: HAIMAN, J. (Ed.). *Iconicity in syntax*. Amsterdam: John Benjamins Publishing Company, 1985. p. 343-365.

FARACO, C. A. Chapter three: history of the imperative sentence in portuguese. In: \_\_\_\_\_. *The imperative sentence in portuguese: a semantic and historical study*. 1982. Tese (de doutorado). – Salford University, Salford (UK)

\_\_\_\_\_; MOURA, F. M. de. *Gramática*. 12. ed. São Paulo: Ática, 2000.

GARVIN, P.; MATHIOT, M. The functions of language. A sociocultural view. *Anthropological Quarterly*, vol. 48, p. 148-156, 1978.

JAKOBSON, Roman. *Linguística e comunicação*. São Paulo: Cultrix, 1969.

LABOV, W. *Modelos sociolingüísticos*. Trad.: José Miguel Marinas Herrera. Madrid: Cátedra, 1983.

MARCUSCHI, L. A. *Análise da conversação*. 3. ed. São Paulo: Ática, 1997.

## XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA

\_\_\_\_\_. Marcadores conversacionais no português brasileiro: formas, posições e funções. In: CASTILHO, A. T. de (Org.). *Português culto falado no Brasil*. Campinas: UNICAMP, 1989, p. 281-319.

MATOS, Ariovaldo. *Teatro: a escolha; a engrenagem*. Salvador: S. A. Artes Gráficas, 1968.

PERINI, M. A. *Gramática descritiva do português*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1996.

PRETI, Dino. *Sociolinguística: os níveis da fala: um estudo sociolinguístico do diálogo na literatura brasileira*. São Paulo: Edusp, 2003.

RUY, Affonso. *Lolita*. Salvador, 1916. [Datilografado].

SAMPAIO, D. A. *A expressão do imperativo no português do século XVI ao século XX*. 2004. Tese (Doutorado em Letras). – Instituto de Letras, UFBA, Salvador.

\_\_\_\_\_. *Modo imperativo: sua manifestação/expressão no português contemporâneo*. 2001. Dissertação (Mestrado em Letras). – Instituto de Letras, UFBA, Salvador.

**DA PLANTA PARA A LÍNGUA:  
UMA ANÁLISE DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS  
SOBRE A PUAIA EM BOM JESUS DO ITABAPOANA**

Mônica Teixeira Tupini (SEEDUC-RJ)

[sratupini@hotmail.com](mailto:sratupini@hotmail.com)

Evandro Francisco Marques Vargas (UENF)

[evandropeixxe@yahoo.com.br](mailto:evandropeixxe@yahoo.com.br)

**RESUMO**

Este trabalho tem como objetivo analisar as representações sociais sobre o termo *puaia* em Bom Jesus do Itabapoana. Encontramos a origem da palavra no século XVI. Originalmente o termo era *poaia*, referia-se a uma planta, tradicionalmente utilizado pelos grupos indígenas Puri que ocuparam a região da Zona da Mata, Noroeste Fluminense e Sul do Espírito Santo. Com o contato e aldeamento dos Puris os colonizadores tomaram conhecimento do uso que os indígenas faziam da planta, utilizada como vermífugo e expectorante. Dessa forma, passam então a incentivar a extração de suas raízes. Encontramos o termo no regionalismo linguístico de Bom Jesus do Itabapoana, com um sentido bem peculiar, “passar *puaia*”, ou “dar *puaia*” que pode ser traduzido como uma tentativa de ludibriar alguém de forma polida (elogio exagerado ou falso) com a intenção de obter algo favorável em troca. E “comer *puaia*” quando essa intenção é bem-sucedida. Encontramos esse uso semântico nas gerações posteriores à década de 1940, todavia, nas gerações recentes o termo vem perdendo sua utilização enquanto representação social. Nossa pesquisa busca através de entrevistas em diferentes segmentos: faixas etárias, socioeconômicas e de ambiente rural ou urbano, identificar o porquê das pessoas com idade na faixa etária entre 40 e 70, residentes em Bom Jesus do Itabapoana, apropriam-se do termo como uma representação social muito significativa para sua identidade cultural. O objetivo é fazer um resgate do patrimônio imaterial desse regionalismo linguístico, tendo como lócus para a pesquisa o município supracitado.

**Palavras-chave:** Representação social. Puaia. Regionalismo linguístico.

**1. Introdução**

Este trabalho objetiva analisar as representações sociais (MOSCOVICI, 2011) do termo *puaia* e seu uso peculiar no município de Bom Jesus do Itabapoana, no Noroeste Fluminense. Para tal realizamos dez entrevistas individuais com roteiro semiestruturado (LAKATOS; MARCONI, 1991), com intuito de investigar a origem da expressão idiomática nas quais buscamos encontrar elementos que possibilitem um elo entre a *poaia* (*Psychotria ipecacuanha* ou *Cephaelis ipecacuanha*) planta medicinal abundante nessa região desde tempos coloniais e a *puaia*, representação social nessa população.

## XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOGIA

A *Psychotria ipecacuanha* conhecida também como ipeca ou mais popularmente como *poaia* é uma planta medicinal originária do continente americano. A *poaia* nativa ocorre nos países da América Central, no norte da América do Sul, Colômbia, no sul da Amazônia brasileira, estados de Mato Grosso e Rondônia, e na Mata Atlântica, principalmente nos estados de Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro e Bahia (MARTINS et al., 2009). Segundo Dias (2005), a planta foi uma das maiores riquezas extraídas de nossas matas e, devido à sua grande variedade de propriedades terapêuticas, a mais célebre das drogas brasileiras difundidas no século XVII.

A acção da raiz da ipecacuanha, utilizada pelos índios tupis no Brasil, foi conhecida pelos jesuítas logo no século XVI. O Padre José de Anchieta descreveu-a na já referida carta de 1560 e o Padre Fernão Cardim tratou igualmente da ipecacuanha no capítulo sobre ervas medicinais do tratado sobre o *Clima e Terra do Brasil*. O tratado de Fernão Cardim foi publicado em inglês por Samuel Purchas em *Hakluytus posthumus* (1625), [...] dando assim a primeira notícia impressa sobre a ipecacuanha. As primeiras descrições detalhadas da ipecacuanha devem-se contudo a Georg Markgraf (1610-1644) na *Historia rerum naturalium Brasiliae* e a Willem Piso (1611-1644), na *Historia naturalis Brasiliae*, publicadas juntas em Leyden em 1648. Apesar de conhecida, a ipecacuanha foi pouco utilizada até que Jean Adrien Helvetius (1661-1727) a usou para curar o Delfim de França de disenteria em 1688. No século XVIII as suas virtudes foram confirmadas por Carlo Gianelli (1696-1759) em *De admirabili radice ipecacuanhae virtute* (Pádua, 1745), mas persistiram várias confusões e incertezas sobre a verdadeira natureza da raiz até que Bernardino António Gomes, depois de regressar do Brasil, a descreveu na *Memória sobre a ipecacuanha fusca do Brasil ou cipó das nossas boticas* (Lisboa, 1801), juntamente com a classificação feita por Brotero com base nas suas observações. O esclarecimento da natureza botânica da ipecacuanha veio permitir que Joseph Pelletier e o fisiologista François Magendie, em colaboração, isolassem o seu princípio activo, a emetina, em 1817. (DIAS, 2005, p. 55-56).

A região compreendida entre a Zona da Mata Mineira, do Noroeste Fluminense e do Sul Capixaba, como as conhecemos nos dias de hoje foi do século XVII até o início do ciclo do café, um dos grandes fornecedores de *poaia* para a Europa (MONTEIRO, 2005). A comercialização da planta para o Rio de Janeiro se realizava por meio de navegação entre os rios Carangola, Muriaé, e Paraíba do Sul. Para a coleta da planta os colonizadores se utilizavam da mão de obra dos indígenas, conhecedores das matas e de seus segredos:

[...] os aborígenes passavam a trabalhar na agricultura e como poaieiros na extração da *poaia* – raiz da “ipecacuanha”. Os serviços prestados eram pagos, em geral, com alimentos cozidos, porções de sal ou gordura, roupas e aguardente. Inicialmente esses produtos eram utilizados pelos aborígenes por curio-

cidade com o tempo se converteram em fator de dependência do homem branco para obter novas remessas. (MONTEIRO, 2005, p. 72)

Como o extrativismo era a forma de economia usada na época da colonização as plantas e riquezas nela contidas eram retiradas até seu esgotamento, então procuravam outras terras para lhes abastecer. O ocorrido com o pau-brasil repetiu-se, na região Noroeste Fluminense, com a *poaia*. Com a extinção da *poaia in natura* sua utilização como medicamento torna-se escassa. No entanto, sua representação será mantida no léxico da população.

As expressões “comer *puaia*” “passar *puaia*”, têm sido por várias gerações uma forma de identidade linguística, uma espécie de documento oral identitário dos moradores do município de Bom Jesus do Itabapoana. Basta ouvirmos o termo em qualquer outro lugar para sabermos a procedência do falante. Para o bom-jesuense nativo ou “adotivo” torna-se fácil demonstrar sua sagacidade ao usar a frase emblemática: “Eu sou de Bom Jesus, eu conheço a *puaia*!” Afirmado assim que um bom-jesuense dificilmente é ludibriado. Contudo seu teor semântico ímpar alcançou outros solos, pois aonde quer que vá, o bom-jesuense leva sua “*puaia*” como patrimônio genuíno da oralidade de sua tradição cultural e por lá imprime sua marca.

## **2. As expressões idiomáticas em sua relação com as representações sociais**

Faz-se necessário conceituar primeiramente o que são expressões idiomáticas antes de estudarmos aquelas que inspiraram este trabalho. A expressão idiomática é “uma lexia complexa indecomponível, conotativa e cristalizada em um idioma pela tradição cultural” (XATARA, 1998). Ou seja, são termos ou frases cujo significado das palavras difere daquele que teriam se fossem analisadas isoladamente. Sua interpretação é global sem que necessariamente se compreenda cada uma das partes. As expressões idiomáticas são consagradas pela constância de seu uso e fazem parte do patrimônio linguístico de uma população, além de propagarem sua tradição cultural. As expressões idiomáticas “enriquecem, com seu colorido e expressividade, a comunicação das pessoas em seu dia a dia”. (MELLO, 2009, p. 24)

Ao usar as expressões idiomáticas, o falante ou escritor deseja inserir em seu texto algo que a linguagem convencional não consegue alcançar. Elas imprimem força e sutileza a uma frase enriquecendo-a, e

podem abrandar a impressão causada por uma declaração austera com humor ou ironia. As expressões são terreno fértil onde florescem as figuras de linguagem. Dentre elas uma em especial, a ironia, nos servirá como recurso para classificar as expressões em análise no presente estudo. A ironia é em sentido amplo, a figura semântica cujo propósito consiste em “afirmar-se o contrário do que se pensa, visando à sátira ou a ridicularização”. (PASCHOALIN; SPADOTO, 1996, p. 359)

De acordo com Pires (1981) há nuances a serem consideradas, por isso distingue três tipos de ironia:

- astéismo: quando louva;
- sarcasmo: quando zomba;
- antífrase: quando engrandece ideias funestas, erradas, fora de propósito e quando se faz uso carinhoso de termos ofensivos.

Quando “passamos ou damos *puaia*” ora expressamos o contrário do nosso pensamento, ora floreamos e até exageramos a verdade com o intuito de enganar, agradar ou receber algo em troca. Ou seja, os termos se encaixam no universo da ironia exemplificando o seu tipo mais sutil. A intenção do emissor no presente caso não se explicita na mensagem, sua interpretação depende do contexto no qual a fala está inserida, cabendo ao receptor decodificá-la, “comendo ou não a *puaia*”, ou seja, aceitando-a ou não como verdade.

Algumas expressões idiomáticas possuem sua origem conhecida, ou ao menos identificada; como é o caso, por exemplo, da expressão *ar-ranca-rabo*:

os primeiros guerreiros costumavam arrancar o rabo das montarias dos inimigos para humilhá-los. Vangloriavam-se disso, e os rabos dos animais eram exibidos como troféus de guerra. Hoje o sentido é de “discussão, briga, disputa, confusão”. (MELLO, 2009, p. 35).

Segundo Moscovici, o estudo das representações sociais empreende uma nova episteme:

Nos últimos 30 anos, toda uma série de enfoques foi desenvolvida no campo da psicologia social para tentar esclarecer o fenômeno das representações sociais. Trata-se claramente de um tipo de fenômenos cujos aspectos salientes conhecemos e cuja elaboração podemos perceber através de sua circulação através do discurso, que constitui seu vetor principal. (MOSCOVICI, 2011, p. 215)

Com efeito, o ato de representar “é trazer presente coisas ausentes e apresentar as coisas de tal modo que satisfaçam as condições de uma coerência argumentativa, de uma racionalidade e da integridade normativa do grupo” (*Ibidem*, p. 216). As expressões idiomáticas “dar *puaia*”, “passar *puaia*” traduzidas como uma tentativa de ludibriar alguém de forma polida (elogio exagerado ou falso) ou “comer *puaia*” quando a ação é bem-sucedida são encontradas com esse valor semântico em Bom Jesus do Itabapoana. Sua origem exata talvez tenha se perdido no tempo, porém na oralidade encontramos algumas representações para explicar as interações com o termo.

Duas destas representações nos reportam aos indígenas puris. A primeira delas conta que antes dos aldeamentos, enquanto grupo nômade, não dominavam técnicas de agricultura. Em tempos de escassez quando não conseguiam encontrar alimentos na mata, comiam as raízes da *poaia* para adormecer o estômago e enganar a fome. E assim os indígenas literalmente “comiam *puaia*”. A segunda nos revela que os puris, já aculturados, coletavam a *poaia* (*ipecacuanha*) para os colonos mineiros e por não terem ideia de seu valor na época, trocavam por quinquilharias. A planta era repassada para a corte e posteriormente para a Europa por grande soma de dinheiro. Em resumo, os mineiros “passavam a *puaia*” nos índios.

Outra representação troca os protagonistas. Saem os Puris entram os bois. Na época da colonização quando por algum motivo faltava comida para o gado os colonos davam *poaia* ao rebanho que comia e se safa da fome. Temos aí novamente o exemplo da “*puaia*” como enganação.

A última das representações para a origem do termo vem de suas propriedades farmacológicas. A *poaia* entendida como panaceia, era prescrita para curar uma infinidade de males. Se o sujeito estivesse com dor de ouvido passava *poaia*. Dor de cabeça? *Poaia* também. Dor nas pernas? Passe *poaia*. Cada uma das histórias possui uma lógica e são críveis, portanto uma delas ou todas podem embasar a invenção do termo “*puaia*”. A palavra *poaia* saindo do universo da botânica para o das letras pode ter sofrido modificações próprias da oralidade e passou a ser grafada com “u” em vez de “o”.

Moscovici (2011) ao analisar o conceito de representações sociais constrói uma categorização de dois universos: o universo consensual onde “a sociedade é vista como um grupo de pessoas que são iguais e li-

vres, cada um com possibilidade de falar em nome do grupo e sob seu auspício” (p. 50). E o universo reificado, no qual “a sociedade é vista como um sistema de diferentes papéis e classes cujos membros são desiguais. Somente a competência adquirida determina o grau de participação de acordo com o mérito” (p. 51). Nesse sentido é que podemos tomar o surgimento da *puaia* como expressão idiomática e representação social, pois esta se insere no universo consensual.

### 3. *Percurso da pesquisa*

A pesquisa de natureza qualitativa realizou uma amostragem não probabilística (LAKATOS & MARCONI, 1991), através de entrevista individual com roteiro semiestruturado a 10 entrevistados (N=10). Na qual se busca, em meio a diferentes segmentos, elencar em uma ficha informações como faixa etária, condição socioeconômica, e pertencimento ao ambiente rural ou urbano.

No processo de coleta de dados utilizamos gravador e ficha para armazenamento das informações. No total foram: 7 homens e 3 mulheres. Sendo 2 com menos de 30 anos; 5 entre 30 à 60; e 3 entre 60 à 85 anos. 9 destes do ambiente urbano e 1 situado em zona rural. As entrevistas foram realizadas nas residências, de acordo com horários agendados previamente. Antes de realizar a entrevista, foi lido e entregue o termo de consentimento livre e esclarecido, no qual cada entrevistado assinou.

Após esse primeiro momento e com o objetivo de fazer um resgate do patrimônio imaterial desse regionalismo linguístico, iniciamos a gravação da entrevista para a qual elaboramos as seguintes perguntas abertas como roteiro: Você conhece as expressões comer *puaia*, passar *puaia*? Sabe o que significam? Você já viu essas expressões serem usadas com esse mesmo sentido em outros lugares? Quando se deu conta da existência dessa gíria, ou seja, quando a ouviu pela primeira vez? Com quem aprendeu: em casa com familiares, ou na convivência com amigos? Tem ideia da origem dessas expressões? E a planta chamada *poaia* você conhece? Alguém de seu conhecimento já mencionou o uso dessa planta para fins medicinais?

Durante o período de entrevistas, ficou explícita a satisfação dos participantes conhecedores do termo ao responderem às questões, cujo tema era a “*puaia*”, demonstrando o quanto apropriam e se orgulham do

termo. Para identificação dos sujeitos na discussão dos resultados utilizamos a ordem de entrevistas (E1; E2... E10), e a idade de cada depoente.

#### **4. Discussão dos resultados**

Com base nos depoimentos colhidos e analisados, 90 por cento dos entrevistados não sabiam da existência da planta, os que sabiam nunca a viram. Somente um dos entrevistados se lembra de tê-la usado como remédio fitoterápico, e outro que se lembra de ouvir a bisavó comentar sobre o uso do mesmo remédio caseiro. "Eu conheci a ipecacuanha. O meu avô tratava com homeopatia e a gente usava muito pra dar pras crianças. Eu mesma já tomei muito, depois eu dava pros meus filhos". (E8, 82 anos)

As informações coletas pela ficha permitiram-nos identificar que os entrevistados situados na faixa etária entre 40 e 70, residentes em Bom Jesus do Itabapoana, apropriam-se do termo como uma representação social muito significativa para sua identidade cultural. Segundo as entrevistas a expressão em estudo entra no vocabulário dos moradores de Bom Jesus do Itabapoana nos anos finais da década de 1950 e seu auge ocorreu nas duas décadas seguintes.

A seguir apresentamos alguns dos resultados presentes nas falas dos entrevistados, a partir da pergunta: Sabe o que significam as expressões comer *puaia* ou passar *puaia*?

...pra mim isso (comer puaia, passar ou dar puaia) é uma figura de linguagem bom-jesuense. Acho que ela foi criada pra massagear o ego das pessoas. Eu até defini puaia uma vez, você sabia disso? A pessoa me perguntou uma vez o que era puaia e eu anotei aqui e está até no meu celular: que é uma massagem provocativa de ilusão no ego das pessoas usada no convencimento ou não das mesmas. (E1, 49 anos).

Pois não, puaia eu acho que significa o que: a pessoa quando quer alguma coisa assim com a pessoa, aí vem agradando a gente... aí eu chamo isso de puaia. Pra querer alguma coisa em troca, pra saber de alguma coisa [...]. (E2, 45 anos)

Eu conheço sendo usado como uma forma de...é um elogio assim... exagerado, de certa forma. É... a pessoa pode passar essa puaia e o outro pode comer ou não, quer dizer, aceitar isso como um...um...como uma verdade, né? Mas na verdade normalmente ele é dito de forma exagerada, um pouco pra... pra enganar, ou pra talvez... (E5, 48 anos).

## XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA

Puaia é quando você diz pra alguém alguma coisa que na verdade, na realidade não existe. Você está querendo fazer um agrado, é... enaltecer, dizer algo que na realidade não existe. (E6, 54 anos)

As definições para o termo são proferidas por indivíduos de ambos os gêneros, de condições socioeconômicas variadas e provenientes tanto da zona rural quanto da urbana. Entretanto, a faixa etária é o fator divergente. Os sujeitos com idade entre quarenta e setenta anos conhecem os termos, sabem seu significado e dão exemplos que os relacionem a um contexto. Porém à medida que se reduz a idade dos interlocutores, verifica-se o declínio do uso e do conhecimento das expressões, bem como de seu significado. Conforme (E10, 18 anos) que respondeu não conhecer os termos.

### 5. Conclusão

Revolvendo o baú de memórias da herança da tradição oral do bom-jesuense, trouxemos à tona seu maior tesouro: a “*puaia*”. Vascuhamos as pistas deixadas por índios e colonos, buscamos no aproveitamento da linguagem passada de geração a geração, uma forma de nos entender como agentes dinâmicos do processo social e cultural do município. Procuramos resgatar as expressões que compõem o patrimônio imaterial do regionalismo linguístico de Bom Jesus do Itabapoana e mantê-las vivas não só na fala de sua população, mas também registrá-las em sua história escrita.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DIAS, José Pedro Sousa. *A farmácia e a história uma introdução à história da farmácia, da farmacologia e da terapêutica*. 2005. Disponível em: <<http://www.ufpi.br/subsiteFiles/lapnex/arquivos/files/Farmacia-e-Historia.pdf>>. Acesso em: 22-08-2015.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. *Metodologia científica*. São Paulo: Atlas, 1991.

MARTINS, E. R. et al. Estudo ecogeográfico da *poaia* [Psychotria ipecacuanha (Brot.) Stokes]. *Revista Brasileira de Plantas Mediciniais*. Botucatu, vol. 11, n. 1, p. 24-32, 2009. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1516-05722009000100005](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-05722009000100005)>. Acesso em: 22-08-2015.

MELLO, N. C. *Conversando é que a gente se entende*: dicionário de expressões coloquiais brasileiras. São Paulo: Leya, 2009.

MONTEIRO, Eugenia del Carmen Quilodrán Briones. *Experiências instituintes no sistema público de ensino: o caso de Natividade*. 2005. Dissertação (Mestrado em Educação). – Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal Fluminense, Niterói.

MOSCOVICI, Serge. *Representações sociais*: investigações em psicologia social. Petrópolis: Vozes, 2011.

PASCHOALIN, Maria Aparecida; SPADOTO, Neusa Terezinha. *Gramática*: teoria e exercícios. São Paulo: FTD, 1996.

PIRES, Orlando. *Manual de teoria e técnica literária*. Rio de Janeiro: Presença, 1981.

XATARA, Cláudia Maria. Tipologia das expressões idiomáticas. *Alfa*, São Paulo, vol. 42, p. 161-176, 1998. Disponível em: <<http://seer.fclar.unesp.br/alfa/article/view/4274/3863>>. Acesso em: 22-08-2015.

**DEFICIÊNCIA E PRECONCEITO:  
IMPLICATURAS DESVELAM O HUMOR CRÍTICO  
EM CARTUNS EDUCATIVOS**

*Danndara Wagmaker Gonçalves* (UFES)

[danndarawagmaker@hotmail.com](mailto:danndarawagmaker@hotmail.com)

*Maria da Penha Pereira Lins* (UFES)

[mphenalins@gmail.com](mailto:mphenalins@gmail.com)

**RESUMO**

Os cartuns educativos fazem parte, cada vez mais, do cotidiano das pessoas. Esse texto multimodal nos é apresentado em jornais diários e outros meios de comunicação de massa, tratando de forma irônica, crítica e humorística, temas gerais e cotidianos. Ao estudarmos esse tipo de texto, sua estruturação e produção de sentido, compreendemos melhor sua finalidade e seu processo de intencionalidade ao atingir a sociedade. Por estar inserido no meio social, ligado à vida da população, ele pode ser considerado uma organização comunicativa cotidiana. Assim, o objetivo deste trabalho é analisar cartuns educativos, que focalizam o problema do preconceito em relação à deficiência física e intelectual. Desse modo, o *corpus* de análise se compõe de uma série de cartuns presentes no livro *Visão e Revisão. Conceito e Preconceito*, do autor capixaba Ricardo Ferraz, que denuncia esse preconceito nesta obra. A base teórica se constitui de princípios da pragmática e de teorias sobre o humor, tais quais Propp (1992), Raskin (1984), Lins (2002) e Grice (1982).

**Palavras-chave:** Deficiência. Preconceito. Humor. Cartuns.

**1. Considerações iniciais**

O gênero cartum está muito presente no dia a dia das pessoas. Geralmente, por apresentarem temáticas ligadas ao universo social, são amplamente divulgados em diversas mídias, possuindo um alcance de larga escala. O cartum é um gênero de cunho humorístico que trata de forma irônica e crítica temas gerais e cotidianos; por isso, tem uma grande aceitação popular. A leitura dos cartuns influencia na formação da consciência social de seus leitores, sendo, assim, um gênero adequado à análise e estudo, no que diz respeito à construção de sentido e produção de humor.

Ao estudarmos esse tipo de texto, sua estruturação e produção de sentido, compreendemos melhor sua finalidade e seu processo de intencionalidade ao atingir a sociedade. Por estar inserido no meio social, ligado à vida da população, ele pode ser considerado uma organização comunicativa cotidiana.

Desse modo, os estudos sobre o tema deficiência é relevante, pois, de acordo com o censo demográfico realizado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) em 2010, há no Brasil cerca de 45 milhões de pessoas com deficiências, 23,9% da população, sendo essas deficiências visuais, auditivas, motoras, mentais ou intelectuais. Convivemos diariamente com pessoas portadoras de deficiências, mas ainda temos preconceitos relacionados à posição que essas pessoas ocupam na sociedade, o que impede a participação plena dessas pessoas no meio social.

Tendo em vista a reflexão feita acima, o *corpus* de análise desta pesquisa está centrado numa série de cartuns educativos criados pelo ilustrador e cartunista capixaba Ricardo Ferraz, selecionados de seu livro "*Visão e Revisão. Conceito e Preconceito*". Esses cartuns têm como tema principal o dia a dia de pessoas com deficiências físicas, principalmente os cadeirantes. Os cartuns abordam, de forma crítica e humorada, as dificuldades enfrentadas pelas pessoas com deficiência e seus conflitos diários com a sociedade. Ricardo Ferraz é deficiente físico e descobriu no desenho um passatempo e um canal de comunicação para denunciar o preconceito, informar e conscientizar a população dos problemas enfrentados por pessoas com necessidades especiais.

Consideramos que a análise desses cartuns educativos será feita, mais adequadamente, à luz de noções teóricas da pragmática, com destaque para a teoria inferencial das implicaturas, criada por Grice (1982). As teorias pragmáticas são importantes, na medida em que nos auxiliam a descobrir os mecanismos ocultos que regem o processo de comunicação, considerando a intenção dos falantes. Ou seja, nos estudos pragmáticos observa-se como os usuários fazem uso da língua em situações reais de comunicação.

## **2. *Cartum: um canal de crítica social***

O cartum é um gênero bem presente na vida cotidiana. Utilizado para veicular, muitas vezes, críticas sociais e ensinamentos, é um material excelente para estudos quantitativos e qualitativos, tendo em vista os códigos que o compõem e as temáticas que abordam. Os cartuns costumam ser veiculados em jornais diários, blogs, revistas, etc. Por esse motivo, tem grande visibilidade e aceitação no meio social.

O nome cartum tem sua origem na palavra inglesa "*cartoon*", que

## XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA

significa desenho animado ou caricatura. Segundo Iannonne & Iannonne (1994),

Inicialmente, os cartuns eram desenhos simples e de fácil compreensão, o que dispensava o texto. Depois, a ocorrência e a rivalidade estabelecida entre os cartunistas impulsionaram, em grande parte, o desenvolvimento de novos modelos. (IANNONE & IANNONE, 1994, p. 30)

Assim, com o passar do tempo, os cartuns foram adquirindo credibilidade e passaram a ser usados como forma de reprodução em massa. Eles “[...] passaram a apresentar características de histórias em quadrinhos, como sequência de quadros com o mesmo personagem, linguagem verbal etc.”. (LINS & GONÇALVES, 2012, p. 56)

Atualmente, o cartum é uma representação textual que se inclui no universo do gênero história em quadrinhos. Esse gênero caracteriza-se por operar com dois tipos de elementos gráficos: o verbal e o não-verbal. A junção do visual com o linguístico torna as histórias em quadrinhos objetos ideais para as pesquisas de linguística e de outras áreas, pois o visual complementa o linguístico, complementando sentidos que, por acaso, um dos códigos pode ter deixado a desejar.

O gênero cartum é configurado de um ou mais quadros, que representam em uma cena humor, crítica, fatos, denúncias e etc., podendo ou não ter balões e legendas. Uma particularidade desse gênero são os temas abordados: eles são atemporais. Assim, para entendê-los, é necessário que o leitor tenha um conhecimento geral de mundo.

Os cartuns selecionados para este artigo são centrados numa série de temas educativos criados pelo cartunista Ricardo Ferraz, presente em seu livro “*Visão e Revisão. Conceito e Preconceito*”. Tais cartuns foram criados com o intuito de levar à população uma mensagem de conscientização a respeito das dificuldades enfrentadas diariamente pelas pessoas com deficiência. Estes cartuns nos fazem refletir sobre o lugar dos deficientes na sociedade atual, já que eles representam quase 24% da população total do país. Os cartuns educativos de Ricardo Ferraz parecem ser canais de comunicação para denunciar o preconceito e conscientizar a população dos problemas enfrentados pelos deficientes.

### 3. *H.P. Grice: das implicaturas às máximas conversacionais*

A teoria inferencial das implicaturas foi desenvolvida por Grice e exposta na palestra *William James*, ministrada em Harvard, no ano de

1967. Contudo, as publicações foram feitas nos anos de 1975 e 1978, e a tradução para o português, que é a base deste estudo, foi feita no ano de 1982, pelo professor João Wanderley Geraldi.

Grice (1982) propõe um modelo para explicar os atos comunicativos, atividade linguística que fazemos cotidiana e naturalmente. Neste modelo, Grice postula que manter uma conversa é algo que somente os seres racionais podem fazer, por meio das trocas de informações através das línguas. Quando conversamos, dizemos, ao mesmo tempo, o que implicamos. Ou seja, quando falamos há uma relação entre dois tipos de informações: a dita e a implicada. O que falamos possui um significado usual (o que se diz) e as implicaturas (a interpretação do que se diz, o que realmente se quer dizer). Essa informação “oculta” é implicada ou inferida pelo ouvinte. A interpretação dependerá, também, do contexto em que a informação foi proferida.

Para entendermos o que está implicado em determinada fala, devemos saber, no mínimo, “[...] quem é o falante, quem é o ouvinte, o que eles estão fazendo ao conversar, sobre o que eles falam, o que eles sabem em comum [...]”. (OLIVEIRA & BASSO, 2014, p. 25)

Nesta perspectiva, suponhamos, então, que Paula e Ricardo são namorados. Eles costumam se encontrar às escondidas quando a mãe de Paula não está em casa. Num domingo à tarde, Paula descobre que ficará sozinha na segunda de manhã. Imediatamente ela liga para Ricardo e diz a seguinte frase:

– *Ricardo, estarei sozinha amanhã.*

Ricardo responde:

– *A que horas posso chegar aí?*

Para a ótima compreensão dessa conversa, nós deveríamos saber quem é o falante (Paula), quem é o ouvinte (Ricardo, namorado de Paula), além de conhecer o contexto no qual a ligação foi feita. O sucesso da conversa deve-se ao conhecimento compartilhado que ambos tinham a respeito do assunto proferido. Ao dizer: “*Ricardo, estarei sozinha amanhã*”, Paula quis dizer muito além do que foi dito. Ela fez um pedido para que seu namorado fosse à sua casa. Ricardo teve condições de inferir sua intenção, sem que ela precisasse explicitá-la. Isso é o que chamamos de implicatura conversacional.

## XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA

Em outra situação, a frase “*estarei sozinha amanhã*” poderá ser utilizada. Imaginemos, agora, que Paula tem um amigo chamado Chico, que é vendedor de cosméticos de marca muito famosa. Então, Chico liga para Paula, naquele mesmo domingo à tarde, e diz:

– *Paula, gostaria de ir à sua casa amanhã de manhã para mostrar à sua família os meus produtos.*

Paula diz:

– *Estarei sozinha amanhã.*

Chico responde:

– *Ok, que pena! Ligo outro dia para remarcar.*

Neste caso, a frase “*estarei sozinha amanhã*” implica: “Não venha, pois amanhã não terá ninguém da minha família em casa”. Deste modo, é possível perceber que as significações das frases dependem do contexto em que são produzidas. Nos exemplos acima, apesar de terem sido proferidas pela mesma pessoa e no mesmo dia, por se tratarem de situações e ouvintes diferentes, as frases implicaram efeitos distintos.

Examinando as condições que geram a conversação, Grice (1982) também sugeriu que a interação acontece baseada nos esforços cooperativos dos participantes, que direcionam a conversa. Ou seja, os participantes reconhecem que nas relações comunicativas um ou mais propósitos deverão guiar os diálogos. A partir dessas noções iniciais, o autor elabora o princípio geral da cooperação, que diz: “Faça sua contribuição conversacional tal como é requerida, no momento em que ocorre, pelo propósito ou direção do intercâmbio conversacional em que você está engajado”. (GRICE, 1982, p. 86)

A partir dessa noção, Grice (1982) estabelece quatro categorias, as chamadas máximas conversacionais, que ditam as regras seguidas instintivamente pelos falantes para que consigam conversar de maneira cooperativa e eficaz. São elas:

### **1. Máxima da quantidade:**

1.1 Faça sua contribuição tão informativa quanto for necessário

1.2 Não faça sua contribuição mais informativa do que o necessário

**2. Máxima da qualidade:**

- 2.1 Não diga o que você julga ser falso
- 2.2 Não diga senão aquilo para o que você possa fornecer evidência

**3. Máxima da relação**

- 3.1 Seja relevante

**4. Máxima do modo**

- 4.1 Seja claro
  - 4.1.1 Evite obscuridade de expressão
  - 4.1.2 Evite ambiguidade
  - 4.1.3 Seja breve
  - 4.1.4 Seja ordenado

Segundo o filósofo, quando um participante da interação viola propositalmente uma das máximas, são construídas implicaturas conversacionais. Assim, quando o falante deixa de cumprir intencionalmente uma das máximas, ele pressupõe que o ouvinte é capaz de inferir corretamente a implicatura criada, pois confia que ambos estão seguindo o princípio da cooperação.

**4. *As teorias sobre o humor de Victor Raskin (1985) e Vladimir Propp (1992)***

O humor é presença constante em nosso cotidiano. Por estar quase sempre presente nas situações comunicativas, o humor tem sido um importante objeto de estudo de várias áreas, como da antropologia, da sociologia, da psicologia, da pragmática, entre tantas outras.

A produção do humor se dá por meio de processos sociointeracionais, por isso é objeto de estudo da pragmática. O humor não é uma simples atitude que causa comicidade e diversão. Os mecanismos que regem a produção do humor vão muito além da simples graça e é de extrema

## XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA

importância compreender como e por que o humor é desencadeado em determinadas situações comunicativas.

Nos estudos sobre o humor deve-se levar em consideração as questões linguísticas, socioculturais e psicológicas, pois, segundo Lins (2002): “A produção do humor se faz a partir de processos interativos, nos quais não só os fenômenos linguísticos, mas também fatores de ordem psicológica e social geram condições para a produção do humor”. (LINS, 2002, p. 18)

Dentre os vários estudiosos sobre o humor, destacam-se as noções defendidas por Raskin (1985). Em sua teoria sobre o humor ele defende a existência de dois modos de comunicação: o *bona-fide* e o *non-bona-fide*. O primeiro diz respeito à conversação comum, fundamentada por Grice (1982), e o segundo relaciona-se às piadas.

O modo de comunicação *bona-fide* tem foco na confiabilidade entre os interlocutores, pois eles estão comprometidos com a verdade, seguindo o Princípio da Cooperação proposto por Grice. Já no modo de comunicação *non-bona-fide*, não há um comprometimento com a verdade e seu objetivo é provocar o riso no ouvinte.

Apropriando-se do modelo inferencial de Grice e adaptando-o às piadas, segundo Raskin (1985), os interlocutores, numa piada, atendem às seguintes máximas:

- 1) Máxima da quantidade: dê tantas informações quanto forem necessárias à piada;
- 2) Máxima da qualidade: diga somente o que for compatível com o mundo da piada;
- 3) Máxima da relação: diga somente o que for relevante para a piada;
- 4) Máxima do modo: diga a piada de forma eficiente.

Assim, baseado nesse novo princípio da cooperação, são estabelecidas novas “regras de comunicação” e o ouvinte não esperará que o locutor fale a verdade ou forneça alguma informação relevante, mas sim observará o texto humorístico e tentará interpretá-lo.

Outro importante estudioso da linguagem humorística é Vladimir Propp. Em seu trabalho, *Comicidade e Riso* (1992), o autor parte da concepção de que não se pode estudar a comicidade fora dos postulados da

psicologia do riso e da percepção do cômico. Para ele, a comicidade acontece devido à contradição entre a forma e conteúdo, aparência e essência, proporcionando o descobrimento de defeitos, segredos, daquele o daquilo que suscita o riso.

Propp (1992) afirma que o riso pode ser desencadeado por vários fatores; por exemplo, pela manifestação repentina de algum defeito oculto ou pela diferença apresentada por alguma pessoa. Isto é, quando há uma particularidade ou estranheza que distingue uma pessoa do meio em que vive.

O autor também aponta vários tipos de risos. São estes: “o riso de zombaria”, “o riso de curta duração”, “o riso bom”, “o riso maldoso”, “o riso alegre”, “o riso ritual” e “o riso imoderado ou desenfreado”. Para o estudo do *corpus* deste trabalho o tipo de riso que melhor se enquadraria para a análise seria o riso ritual, aquele que leva mais a uma reflexão do que à catarse. Aquele riso que faz pensar e reconhecer uma problemática social.

##### **5. As implicaturas pelo humor crítico em cartuns de Ricardo Ferraz**

Para Grice, não somos apenas seres que conversam. Nós fazemos isso naturalmente, sem nenhum esforço, mas, por trás de tudo que falamos, sempre há uma intenção. Nosso interlocutor busca entender e captar o que queremos realmente dizer quando falamos.

Sempre que proferimos algo, dizemos coisas que vai além do que a sentença em si significa, além do que é explicitamente dito.

Se prestarmos atenção nas nossas interações linguísticas cotidianas, notaremos que em geral “lemos as mentes” dos nossos interlocutores, “sacamos” o que eles querem dizer sem que seja preciso sermos explícitos – “adivinhamos” suas intenções comunicativas. (OLIVEIRA & BASSO, 2014, p.30)

Por isso, quando fazemos a leitura da obra de Ricardo Ferraz: “*Visão e Revisão. Conceito e Preconceito*”, é possível perceber que sua intenção vai além do que está simplesmente representado, de forma verbal e não-verbal, nos cartuns. Como já sabemos, os cartuns são utilizados quase sempre para fazer uma crítica social ou dar algum ensinamento a partir da situação encenada.

Assim, a partir do conjunto de cartuns aqui apresentados, podemos categorizar as implicaturas feitas pelo cartunista em forma de metáforas estruturais, a saber: 1) deficiente físico não faz sexo; 2) deficiente

físico representa um peso para a família; 3) deficiente físico não se relaciona afetivamente com pessoas sem deficiência.

É evidente que outras categorizações poderão ser observadas nos trabalhos de Ferraz, mas selecionamos as que se seguem por motivo de ter de fazer um recorte de dados.

### **5.1. Implicatura: “Deficiente físico não faz sexo”**



**Cartum 1. Fonte: FERRAZ, 2006, p. 30.**

Neste primeiro cartum, observamos dois personagens: um homem aparentemente sem deficiências e uma mulher cadeirante. Ao perceber que a mulher está com um volume no abdômen, o que, logicamente, significa que ela está grávida, o homem pergunta: “É barriga d’água?!”. A expressão da mulher demonstra que ela não fica satisfeita com a pergunta, pois infere o preconceito inscrito em sua fala.

Ao observar a pergunta feita pelo homem, é possível inferir que ele acredita que a mulher, por ser cadeirante, não pode ter filhos, consequentemente, não mantém relações sexuais; por isso ele pergunta se se trata de uma doença, a chamada barriga d’água.

A pergunta é o gatilho para que o ouvinte entenda tratar-se de um texto *non-bonafide* e buscar a crítica embutida no humor.



Cartum 2. Fonte: FERRAZ, 2006, p. 29.

No cartum 2 observamos um casal, um homem sem deficiências e uma mulher cadeirante. Três homens observam a cena do casal apaixonado e proferem os comentários: “*Só um monstro é capaz de fazer isto com a coitadinha!*”, “*Tarado!*”, “*Pena de morte!!*”.

Com tais frases é possível dizer que esses homens acreditam que a mulher, por ser cadeirante, é incapaz e indefesa e que o homem que a acompanha se aproveitou da situação para manter relações sexuais com ela, causando-lhe a gravidez.

Neste terceiro cartum, temos um homem cadeirante e uma mulher sem deficiência física. Quando a vê, o homem tem pensamentos eróticos em relação a ela. Já a moça, por sua atuação fisionômica e pela representação do balão, acredita que o sexo com aquele homem não é possível por sua condição física.



Cartum 3. Fonte: FERRAZ, 2006, p. 27.

## XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

Assim, como nos cartuns 1 e 2, o cartum 3 também demonstra o preconceito que as pessoas têm em relação à vida sexual dos deficientes físicos, especificamente dos cadeirantes. Segundo esse preconceito, os cadeirantes não são capazes de praticarem sexo, e as mulheres seriam incapazes de terem filhos por não poderem praticar tal ato.

Desse modo confirma-se a implicatura presente nesse primeiro grupo de cartuns, que é: “Deficiente físico não faz sexo”.

### 5.2. Implicatura: “O deficiente representa um peso para a família”

O cartum seguinte apresenta a situação em que um homem entrevista uma mulher que está com duas crianças, seus filhos, e logo atrás, preso em uma sala, está um cadeirante. Assim, o homem pergunta: “Quantos filhos?” e a mulher prontamente responde: “Dois!”. Em seguida, uma das crianças pensa: “E o Zeca?!”, o que significa: “E o meu irmão?!”.



Cartum 4. Fonte: FERRAZ, 2006. p. 16

Nessa situação o Zeca é o filho cadeirante, que fica preso em casa e não é tratado da mesma forma que seus irmãos, sendo até esquecido, pois não foi citado pela sua mãe como filho. Essa interpretação leva a refletir sobre o fato de as famílias "esconderem" seus membros considerados "anormais"



Cartum 5. Fonte: FERRAZ, 2006. p. 17.

Neste cartum, é retratado um deficiente esperando, ao lado de uma mulher, o ônibus para ir à APAE (Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais). Essa instituição tem o objetivo de promover ações de orientações, prestação de serviços, inclusão social e visa a melhoria da qualidade de vida das pessoas com deficiência, principalmente com síndrome de *down*.

O autor representa, neste cartum, o alívio das pessoas quando seus deficientes saem de casa para ir à APAE. Elas dizem: “*Que alívio!*”, “*Agora posso vê minha TV!*”, “*Ele dá muito trabalho!*” e “*Vamos voltar para cama, amor?*”.

Assim, como no cartum 4, este também mostra que o deficiente é excluído dentro da própria família. Implica-se, diante das exclamações feitas, que o deficiente causa um desconforto dentro da família e esta se sente aliviada quando o deficiente se ausenta.

Desse modo, confirma-se a implicatura presente nesse segundo grupo de cartuns, que é: “O deficiente representa um peso para a família”.

5.3. Implicatura: “Pessoas sem deficiência não se relacionam com pessoas deficientes”



Cartum 6. Fonte: FERRAZ, 2006, p. 14.

Neste cartum, a situação representada é a de uma poltrona comum e a de uma cadeira de rodas. No diálogo, a cadeira de rodas tenta puxar assunto com a poltrona, dizendo: “Oi, colega!”, mas a poltrona logo pensa: “Hum, começou a intimidade!!”. O pensamento da poltrona demonstra que ela acha a tentativa da cadeira de rodas em manter conversa ousada, ou, até mesmo, ofensiva, por considerá-la de categoria inferior.



Cartum 7. Fonte: FERRAZ, 2006, p. 28.

Este cartum apresenta uma situação com um homem sem deficiência e uma mulher cadeirante. A mulher está dirigindo um carro e no bagageiro estão suas muletas, e, no vidro, um adesivo indicando que o carro é dirigido por um(a) cadeirante. Após uma "cantada" dirigida à mulher, que se sente sensibilizada, o homem diz: “*Desculpa pela cantada! Eu não vi a muleta da senhora!!*”.

A implicatura criada com essa frase foi: “*Desculpe-me, se eu soubesse que a senhora era deficiente, não a teria cortejado!*”.



**Cartum 8. Fonte: FERRAZ, 2006, p. 35.**

Neste oitavo e último cartum está representada uma mulher sem deficiência cercada de várias pessoas. Essas pessoas parecem estar lhe dizendo coisas de forma ríspida e grossa. A mulher está nervosa e irritada com tais falas. De longe, fora da situação, estão dois homens observando a cena. Logo um deles pergunta: “*Por que tanta violência?*”. O outro responde: “*Ela vai se casar com um deficiente físico!*”.

Os cartuns 7 e 8 demonstram que, perante a sociedade, o relacionamento entre uma pessoa sem deficiência e uma pessoa deficiente é anormal. Desse modo, confirma-se a implicatura presente nesse terceiro grupo de cartuns, que é: “*Pessoas sem deficiência não se relacionam com pessoas deficientes*”.

## 6. Considerações finais

Este estudo teve o propósito de trazer reflexões a respeito do discurso veiculado nos cartuns de autoria de Ricardo Ferraz. A partir das análises feitas, pode-se afirmar que o processo interacional presente nestes cartuns não pode ser entendido apenas com a simples decodificação da mensagem, mas sim como um canal de denúncia que se utiliza de mensagens implícitas para levar a real mensagem aos seus leitores.

O sentido construído nos cartuns analisados, e em qualquer outro gênero textual, envolve a ativação de conhecimentos sociocognitivos do leitor, de modo a buscar a significação que o autor quer dar ao texto. Nesse sentido, Koch & Elias (2006) afirmam: “Para termos uma ideia de como ocorre o processamento textual, basta pensar que, na leitura de um texto, fazemos pequenos cortes que funcionam como entradas a partir das quais elaboramos hipóteses de interpretação”. (p. 39)

Nos cartuns do *corpus* aqui analisado, a noção de implicatura é constatada, levando em conta que, para entender esses eventos comunicativos, é necessário que se leve em conta não apenas o dito, mas, também, o implicado

Por se tratar de um gênero textual de cunho humorístico, pode-se observar, também, nos cartuns analisados, os postulados de Raskin (1985) no que diz respeito à construção do humor e a provocação do riso em Propp (1992). Os textos são de caráter *non-bonafide* e, por isso, há que se buscar o gatilho que produz o humor e, por consequência, a crítica aos comportamentos sociais. As situações retratadas ganham em comicidade quando criticam comportamentos sociais, associando o linguístico ao visual, por meio do gênero cartum. “O riso acontece no momento do desmascaramento, quando o oculto de repente se torna manifesto, tal como ocorre também em outros casos de comicidade”. (PROPP, 1992, p. 116)

Além disso sabe-se que os cartuns são capazes de influenciar diretamente o pensamento das pessoas que os leem, visto que carregam determinadas ideologias. A partir do momento que a implicatura é descoberta, o leitor passa a refletir sobre aquela situação retratada no cartum. Assim, os cartuns são ótimos instrumentos, por exemplo, para o uso nas campanhas publicitárias e até mesmo no ensino em sala de aula.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- FERRAZ, R. *Visão e Revisão*. Conceito e Preconceito. Cachoeiro do Itapemirim. Edição do Autor, 2006.
- GONÇALVES, L. S. A construção do humor em cartuns educativos. In: LINS, M. P. P.; CARMELINO, A. C. (Org.). *Linguagem do humor: diferentes olhares teóricos*. Vitória: Ufes, Programa de Pós-Graduação, 2009.
- GRICE, H. P. Lógica e conversação. Trad.: João W. GERALDI. In: DASCAL, Marcelo. (Org.). *Fundamentos metodológicos da linguística: pragmática*. Campinas: Unicamp, 1982, vol. 8.
- IANNONE, L. R.; IANNONE, R. A. *O mundo das histórias em quadrinhos*. São Paulo: Moderna, 1994.
- KOCH, Ingedore Villaça; ELIAS, Vanda Maria. *Ler e compreender os sentidos dos textos*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2006.
- LINS, M. P. P. *O humor em tiras de quadrinhos: Uma análise de alinhamentos e enquadres de Mafalda*. Vitória: Grafer, 2002.
- OLIVEIRA, Roberta P.de; BASSO, Renato M. *Arquitetura da conversação: teoria das implicaturas*. São Paulo: Parábola, 2014.
- PROPP, V. *Comicidade e riso*. São Paulo: Ática, 1992.
- RAMOS, Paulo. Histórias em quadrinhos: gênero ou hipergênero. *Estudos Linguísticos*, São Paulo, vol. 38, p. 1-14, 2009.
- RASKIN, Victor. *Semantic Mechanism of Humor*. Holand: D. Reidel Publishing Company, 1985.

DESLOCAMENTOS ESPACIAIS E IDENTITÁRIO-AFETIVOS  
DOS SUJEITOS EM TRÂNSITO

Luiza Puntar Muniz Barreto (UFF)  
[lupuntar@yahoo.com.br](mailto:lupuntar@yahoo.com.br)

RESUMO

A contemporaneidade trouxe, devido à aceleração da globalização e ao aprimoramento das tecnologias, mudanças estruturais no modo como percebemos o tempo e o espaço: nossa relação com o mundo torna-se cada vez mais imediatista, o mundo parece cada vez menor, as fronteiras parecem se diluir. Nessa conjuntura, vemos aumentar o número de sujeitos em trânsito, cujas identidades plurais estão também em deslocamento. A questão da migração tem sido tema recorrente na literatura contemporânea, que problematiza, especialmente, a relação dos indivíduos migrantes com os espaços por onde transitam. No romance *Azul Corvo* (2010), de Adriana Lisboa, a personagem Vanja, é apenas uma menina de 13 anos quando decide migrar do Brasil para os EUA em busca do pai. Sua trajetória, com efeito, evidenciará a experiência de trânsito do sujeito contemporâneo, passando pelo estranhamento e pelo desafio que representam as relações afetivas na perspectiva do estrangeiro.

Palavras-chave: Deslocamento. Migração. Estrangeiro. Identidade

1. *Introdução*

O presente trabalho tem por objetivo investigar os deslocamentos e experiências pelas quais passam os sujeitos em trânsito. Ao migrar, no âmbito do deslocamento espacial, o indivíduo passa por um processo de estranhamento em relação ao lugar e ao Outro; porém, como veremos, tal experiência externa acaba se refletindo internamente.

Nesse contexto, o sujeito migrante revela um desajuste tanto em relação ao espaço quanto à cultura desse novo lugar em que tenta fixar-se, passando por uma experiência de desabrigo e solidão, frutos não só do estranhamento, mas também da dificuldade de se firmar subjetivamente nesse espaço e, portanto, de nele reconhecer-se.

As relações dos sujeitos migrantes com seus espaços de trânsito, o descentramento subjetivo e o desenraizamento pelo qual passam são os temas em torno dos quais se desenvolve a narrativa de *Azul Corvo* (2010), de Adriana Lisboa, que será nosso objeto de estudo. No romance narrado em primeira pessoa, a personagem narradora, Vanja, vivencia esse duplo deslocamento experienciado pelo sujeito em trânsito.

Adriana Lisboa é uma escritora brasileira, que já viveu na França, no Japão e hoje mora e leciona nos Estados Unidos. É, portanto, uma, dos muitos escritores, que integraram o grande contingente de sujeitos migrantes na contemporaneidade. Tal experiência, logicamente, se reflete nas obras desses autores. Dado o seu papel de crítica, discussão e debate acerca das questões sociais e políticas de seu tempo, não é de surpreender que os sujeitos deslocados migrantes e os espaços pelos quais transitam sejam os grandes temas da literatura mundial nesse início do século XXI.

Como salienta Sandra Regina Goulart, os escritores da fase pós-colonial, principalmente no início do século XXI, passaram a refletir a tendência deslocada e descentrada da contemporaneidade, modificando a ideia que se têm hoje de literaturas nacionais. Dessa forma,

[...] as escritoras e escritores que fazem do espaço transnacional seu território enunciativo desestabilizam esse centro trazendo para o bojo desse espaço um olhar de alhures, de outros espaços nacionais e outras localidades, prefigurando um espaço de traduções culturais ou um espaço literário transnacional. (GOULART, 2013, p. 69)

As narrativas desses autores, autobiográficas ou não, aparecem, grande parte das vezes, em primeira pessoa e partilham o caráter autorreflexivo, quase confessional de um indivíduo centrado no Eu, que, de tão descentrado em si, tão refletido, misturado e ao mesmo tempo tão inacessível ao Outro, busca (re)construir sua identidade através de seus relatos.

A essa postura parece corresponder Adriana Lisboa em *Azul Corvo*, com a construção da personagem Vanja. A narrativa em questão se inicia quando Vanja, então com 13 anos, perde a mãe. Morando de favor com a irmã de criação de sua mãe, Elisa, a menina decide viajar para os Estados Unidos, lugar onde nasceu e viveu até os 2 anos de idade, à procura do pai biológico que nunca conhecera. Para realizar tal empreitada, a menina conta com a ajuda de Fernando, ex-marido de sua mãe, que lhe oferecerá abrigo em sua casa no subúrbio de Lakewood, na cidade de Denver, Colorado.

Acompanhando a narrativa, fruto do relato de Vanja feito nove anos mais tarde, tomamos conhecimento de que a personagem, em seu processo migratório, acaba encontrando muito mais do que pretendia: outra cultura, outra paisagem, um outro homem com quem desenvolve o afeto paternal e a si mesma.

No presente artigo, a condição do estrangeiro será investigada a partir do olhar de George Simmel, a (re)construção identitária, operada

pela convivência com outra cultura e possibilitada pelas relações afetivas travadas pelos sujeitos em trânsito, será analisada com base nas teorias sociológicas de Stuart Hall, já as dificuldades de relação com os espaços por onde transitam os sujeitos migrantes, serão abordadas à luz da teoria de Marc Augé a respeito dos não-lugares.

## **2. *O deslocamento espacial***

O espaço contemporâneo tem estado em voga entre muitos estudiosos e parece ser um dos elementos que mais passa por modificações e maiores implicações traz nessa época de grande trânsito mundial de massas e de informações. É no intercruzamento desse espaço multifacetado e do tempo, cada vez mais acelerado, que se formam, nas palavras de Homi Bhabha, “figuras complexas de diferença e identidade, passado e presente, interior e exterior, inclusão e exclusão” (BHABHA, 2007, *apud* GOULART, 2013, p. 66).

É em meio a essa conjuntura de dualidades que ocorrem as migrações no século XXI. Diferentemente das migrações de exílio por motivos econômicos ou políticos, os sujeitos em trânsito dessa época experienciam a errância e o desenraizamento em nível também subjetivo, resultado da constante sensação de não pertencimento que acompanham os seus deslocamentos espaciais.

Nesse contexto, como consequência da desestabilização de centralidade em relação ao espaço, podemos verificar também um descentramento referente ao próprio sujeito, que deixa de possuir uma subjetividade construída em torno de referenciais culturais únicos e passa a ser composta de forma tão plural e dialógica quanto os espaços pelos quais transita.

Tal sensação de transitoriedade subjetiva aparece logo nas primeiras páginas de *Azul Corvo*: “Eu parecia me transformar lentamente em outra coisa, como se estivesse passando por uma lenta mutação.” (LISBOA, 2010, p. 12), diz Vanja ao relatar a sua chegada à cidade de Denver, Colorado.

Depois da morte da mãe, Vanja, perde suas referências identitárias e afetivas, ficando totalmente desabrigada. A menina, que nunca conheceu o pai, sabia que este morava nos Estados Unidos e que ela, nascida nesse mesmo país, havia sido fruto de uma relação que sua mãe não quis

levar adiante. Por isso, voltaram para o Brasil quando tinha apenas dois anos.

Passando por uma luta interna a respeito de como encarar os fatos e seguir com a vida depois desse acontecimento, Vanja decide viajar para os Estados Unidos com o objetivo de procurar o pai. A menina deixa claro ainda que sua viagem não é de entretenimento, nem de fuga, mas de busca. Tal busca visa preencher as lacunas afetivas e identitárias deflagradas pela sua orfandade, e, com efeito, delineará um caminho para uma (re)construção subjetiva, a qual, vale lembrar, soma-se o fato de Vanja ser uma adolescente.

Não demora muito para que Vanja nos revele o constante desconforto que sente em relação à Denver, paisagem estranha com o qual se vê obrigada a dialogar, sem conseguir, contudo, acessá-la com êxito. A paisagem natural, o clima e a arquitetura da cidade aparecem como primeiras fontes de estranhamento e inquietações:

Plana, lisa, seca, tediosa, poeirenta, contínua, constante, chata, sem graça: essa seria minha primeira impressão da planície, nos meses por vir. O que existia ali era uma ditadura do espaço, uma infinidade de chão para a direita, uma infinidade de montanhas para a esquerda, uma infinidade de céu encapotando tudo. (LISBOA, 2010, p. 22)

A incapacidade de compreensão desse espaço implicará também numa inacessibilidade dos códigos desse novo ambiente que consequentemente a conduzirá a uma incomunicabilidade tanto com o espaço como com as pessoas: uma solidão imposta pelo espaço, dirá a menina, que, com efeito, se encontra situada no entrelugar do sujeito que procura fixar-se numa terra estrangeira, num espaço estranho.

Essa nova categoria de migração é fortemente marcada por um efeito de flutuação, pelo lugar *entre* que os sujeitos em trânsito ocupam nas culturas, nos países, na identidade, nas relações afetivas, seguidos de uma incessante e eterna busca pela identidade. Vanja evidencia ao longo da narrativa toda a duplicidade desse migrante, que se insere, como aponta George Simmel, tanto na disposição do “mover-se” quanto na do “fixar-se” e, portanto, trava uma relação igualmente dupla com esse espaço do Outro a que se tenta acessar.

Para Simmel, o estrangeiro irá refletir a composição antitética e plural do espaço contemporâneo na medida em que se destaca como um estranho por não pertencer, ao menos de imediato, a esse novo espaço, uma vez que não partilha de sua cultura e códigos; também não sendo

possível nele se inserir por meio das qualidades que traz de seu lugar de origem, evidenciando uma condição “transfronteiriça”:

[...]embora não siga adiante, ainda não superou completamente o movimento do ir e vir. Fixo dentro de um determinado raio espacial, onde a sua firmeza transfronteiriça poderia ser considerada análoga ao espaço, a sua posição neste é determinada largamente pelo fato de não pertencer imediatamente a ele, e suas qualidades não podem originar-se e vir dele, nem nele adentrar-se. (SIMMEL, 2005, p. 350)

Nossa protagonista aparece como um sujeito migrante que se fixa, ou ao menos tenta se fixar, nessa terra estrangeira, mesmo que num movimento alongado de passagem, já que sua migração, em princípio temporária para os Estados Unidos, é norteadada por uma busca que, em sua própria natureza, já representa transitoriedade.

Podemos afirmar que a narrativa de *Azul Corvo*, se desenha em torno de dois grandes momentos: o de total estranhamento e desabrigo provocados pela nova paisagem e pela cultura do Outro, e o momento de negociação entre a identidade cultural de origem de Vanja e a cultura daquele novo espaço, e, por conseguinte, a (re)construção de sua própria identidade, o que, como veremos, somente se torna possível a partir do desenvolvimento de relações afetivas.

O primeiro momento se revela logo no início dos relatos da menina, nos quais fica claro o seu estranhamento com a paisagem e com o clima do lugar, sempre revelado em contraponto com a geografia de sua terra natal, o Rio de Janeiro:

[...] eu olhava pela janela e via a imensidão do céu cutucado pelas montanhas a oeste. Havia algum verde, sim, mas era tão pouco que pra mim não contava. No meu entender, verde ou era exuberante e denso, ou não era verde. Eu desconsiderava aquelas plantinhas raquíticas do deserto [...]. Antes eu estava habituada a caminhar por baixo das árvores. Atravessava as ruas estreitas e sujas de Copacabana e suas calçadas esbugalhadas com telhados de árvores presentes o ano inteiro. Agora, naquela cidade semiárida, as ruas eram largas e limpas e sem sombra. (LISBOA, 2010, p. 18)

O Rio de Janeiro, mais especificamente Copacabana, irá aparecer durante quase toda a narrativa como ponto de referência para Vanja, como um lugar que lhe abrigava e ao qual ela podia se sentir realmente pertencente, onde ela, ainda que carente dos referências paternos, possuía uma identidade e onde podia sentir-se situada em relação ao restante do mundo. Tal posição aparece em contraste com Lakewood, que irá aparecer antes como um não lugar.

Os não lugares se configuram como espaços tipicamente de passagem, onde os sujeitos não são capazes de experienciar senão a própria individualidade e a solidão por ela causada. Tais espaços de trânsito, além de se apresentarem como solitários, ainda se revelam extremamente inóspitos, dificultando o desenvolvimento das relações afetivas entre os sujeitos que por eles transitam. Em *Não Lugares: Introdução a uma Antropologia da Supermodernidade*, Marc Augé afirma que: “Se um lugar pode se definir como identitário relacional e histórico, um espaço que não pode se definir nem como identitário, nem como relacional, nem como histórico, definirá um não lugar”. (AUGÉ, 2012, p. 73)

Mais do que um lugar meramente de passagem consideramos que Lakewood se configura para Vanja como algo semelhante ao que Augé chama de “o não lugar como lugar”, aquele que nunca chega a existir por completo sob uma forma pura, já que está em constante transformação, sendo incessantemente recomposto por outros lugares, tornando dialógica a relação entre lugar e não lugar, que, nas palavras do antropólogo, “são, antes, polaridades fugidias: o primeiro nunca é completamente apagado e o segundo nunca se realiza totalmente – palimpsestos em que se reinscreve, sem cessar, o jogo embaralhado da identidade e da relação”. (AUGÉ, 2012, p. 74)

A tentativa de superação do desconforto operado por aquela nova paisagem seca e desértica se dará via memória. Na expectativa de encontrar algum abrigo nesse espaço que para ela se apresenta tão hostil, a narradora opera um constante retorno ao passado, do qual emergem lembranças e imagens sensoriais que, de forma evanescente, parecem formar um caminho que irá norteá-la nesse espaço.

Nessa narrativa orientada pelo passado, vemos confrontadas as imagens de duas paisagens que se apresentarão como diametralmente opostas pela a narradora: o mar de Copacabana e o deserto do Colorado. A paisagem marítima, evocada sempre de forma afetiva a partir das memórias de sua infância, remete a um ambiente mágico, onde Vanja se sente confortável, onde é possível fixar-se, sonhar e ser feliz

O aspecto mais expressivo da desterritorialização pela qual passa a personagem, irá consistir, portanto, nessa oposição mar/deserto, que irá concretizar a dicotomia lugar/não lugar e revelar a crise subjetiva da personagem principal. Se, nas palavras de Stefania Chiarelli, “o mar surge como presença concreta ou miragem do passado[...], o deserto, espaço da

busca paterna, fala de uma incontornável ausência como móvel das narrativas”. (CHIARELLI, 2015)<sup>1</sup>

A praia de Copacabana aparece, portanto, como o lugar em que ela se localiza afetiva e identitariamente e que, para além da imagem, ao evocar cheiros, sabores e sons, se configura como um lugar místico, onde a narradora pode encontrar abrigo e segurança, não obstante sua natureza móvel. Desse modo, a paisagem marinha representava para a narradora um lugar passível de se encontrar, de dialogar: “Toda uma outra vida, outro registro, mas era possível, mesmo para um ser humano, nadar entre eles [...]” (LISBOA, 2010, p. 29), ao contrário do não lugar que irá se revelar o deserto do Colorado.

Ao descrever a arquitetura da cidade de Denver, Vanja ironiza a existência de tantos arranha-céus, mansões e campos de golfe que tentam, de forma frustrante, conferir alguma vida “no meio de uma aridez de quase deserto” (LISBOA, 2010, p. 22). O termo *aridez* aqui empregado vai além de uma nomenclatura aplicada ao clima, ele representa a hostilidade, a falta de suavidade e de brandura, e o desabrigo presentes nesse espaço.

É nesse cenário desértico e hostil, que nossa protagonista começa a experienciar a solidão e a se dar conta da perda das referências nas quais costumava pautar sua identidade. Depois de mencionar a solidão imposta por aquele espaço, Vanja completa: “Você perde um pouco a certeza de si mesmo quando confrontado com isso”. (LISBOA, 2010, p. 23)

Aqui, é importante lembrar que a falta do pai é a motivação da viagem de Vanja, cujo objetivo, como sabemos, é a busca não somente desse pai, mas das referências identitárias e afetivas que representa. Ao rememorar o episódio em que decide partir, a menina analisa:

Seria preciso coragem, isso sim, para ficar parada onde eu estava, *ponto fixo no espaço*, acalentando como a um animalzinho doente a ideia de que nada tinha mudado, de que nada era diferente, caminhando pelas mesmas ruas, alimentando os mesmos hábitos, *me fingindo*. (LISBOA, 2010, p. 65, grifos nossos)

---

<sup>1</sup> Esta citação e as demais de Stefania Chiarelli remetem ao texto inédito da autora: “Forasteiras – Adriana Lisboa e Paloma Vidal, Percursos Itinerantes na Ficção Contemporânea” (2015), ainda não publicado. Por isso sua referência não aparece na bibliografia e suas remissões textuais não apresentam número de página.

Fica, portanto, evidente a necessidade do trânsito para que Vanja encontre não somente o pai, mas a si mesma. Nesse contexto de deriva e de busca, a viagem da personagem se dá justamente para um espaço desértico. Podemos associar, portanto, a intensificação da sensação de perda e deriva sentidos pela narradora ao chegar em Denver com a categoria incorpórea, aporética e inóspita evocada pelo deserto. (CHIARELLI, 2015)

Reafirmando esse caráter transitório e desfavorável às relações afetivas, próprio dos não lugares a que parece corresponder a paisagem desértica de Denver, Vanja faz a seguinte reflexão:

Existe algo de intermediário nos desertos. Muitos viajantes disseram isso. É como se eles não fossem destinações, mas caminhos apenas. Grandes paisagens inóspitas onde você não se demora, que você apenas percorre entre um e outro ponto mais afável do mapa. (LISBOA, 2010, p. 147)

Mongin (1991, *apud* CHIARELLI, 2015) reitera a importância da conquista do deserto para conferir “um pouco de substância e de vigor ao vazio de dentro”. A conquista desse espaço parece corresponder ao preenchimento de suas lacunas, ao ato de dar uma forma ao caos interno de um indivíduo em constante redefinição de si próprio e de suas percepções em relação ao mundo e aos lugares, como é o caso do indivíduo contemporâneo, mais especificamente, do viajante. Tais características se agudizam ainda no caso de Vanja que, vale lembrar, empreende uma viagem de busca.

Essa conquista do deserto de que fala Mongin somente se torna possível, ainda que parcialmente, para a narradora de *Azul Corvo* a partir das relações afetivas que ali se delineiam. A superação do vazio afetivo encarado pelos sujeitos em trânsito aparece, portanto, como um possível caminho para uma reterritorialização, fenômeno a partir do qual os (não) lugares, que se revelam os espaços de migração, possam abandonar, pelo menos em parte, sua categoria inóspita, se configurando como um lugar acolhedor e seguro, ainda que eternamente plural e em constante (re)-construção.

Quando Vanja consegue travar relações afetivas, sua relação com o espaço também se modifica. Assim, aquela paisagem caótica de Lakewood, se transforma em um “lugar antropológico”, definido por Merleau Ponty “como um espaço ‘existencial’ como lugar específico de uma experiência de relação com o mundo de um ser essencialmente situado ‘em relação com o meio’”. (AUGÉ, 2012, p. 75)

## XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA

Para Michel de Certeau, o lugar é um espaço praticado. O ato de praticar esse espaço consiste em “repetir a experiência jubilosa e silenciosa da infância: é, no lugar, ser outro e passar ao outro” (1990, *apud* AUGÉ, 2010 p. 78). Assim, o espaço, até então tão vazio de práticas próprias e tão lotado de outras práticas, torna-se um lugar na medida em que Vanja consegue enxergar o outro em contrapartida a si mesma, ainda que numa relação dialógica de permanente reescritura de sua identidade e da alteridade.

Vanja encontra o caminho da reterritorialização através dos laços afetivos que forma com Carlos, o menino com quem constrói uma relação de irmão que nunca teve e, principalmente, com Fernando, o pai que (não) esperava encontrar.

É assim que nossa narradora vai, aos poucos, preenchendo seus vazios, (re)formando sua identidade:

Era o tempo de eu me remodelar, quem sabe eu também tinha (devia ter) aquele interior mole e albino de inseto entre um e outro esqueletos externos. Era preciso pegar aquela gosma e, depois de ter conseguido protegê-la da fulminante piedade alheia, moldá-la agora em algum formato com o qual eu me reidentificasse. (LISBOA, 2010, p. 78)

A apropriação do espaço do Outro, no entanto, nunca se dá de forma completa. Como assinala Simmel, o estrangeiro irá aparecer como alguém de natureza essencialmente móvel que, embora se revele enquanto sujeito por meio de contatos específicos, não chega a se vincular organicamente a nada e a ninguém. (SIMMEL, 2005, p. 352)

Ao longo da narrativa, Vanja se mostra uma mistura de brasileira e norte-americana. É americana na certidão de nascimento e quando consegue, sem maiores tropeços, aderir ao cotidiano daquele lugar: ir à escola, contar aos colegas sua história e ser *cool*; mas é brasileira demais para pronunciar os fonemas do inglês com a perfeição suficiente de modo a não denunciar o seu estrangeirismo, é brasileira demais para comemorar o dia de ação e graças ou para encarar com naturalidade a enxurrada de abóboras vendidas juntamente com instrumentos para esculpi-las no mês de outubro.

Dessa forma, constatamos que fica reservado à Vanja o lugar *entre* dos estrangeiros: entre culturas, entre fronteiras, “entre parênteses”, como aponta ela. Habitar esse lugar significa estar em um constante e permanente processo de negociação com todos esses elementos que fluem em torno do sujeito migrante, de modo que este se encontra com

uma perna fincada em cada um dos lados, configurando o que Stuart Hall chama de nova diáspora pós-colonial.

Podemos afirmar que na época pós-colonial, como Hall define o tempo em que vivemos, não há mais um centro difusor de cultura e identidades, como ocorreu durante os séculos de colonização. Graças à globalização, vemos surgir uma nova ideia de identidade nacional. Uma ideia não soberana, na qual os países colonizados encontram espaços para negociar suas culturas de origem com a cultura absorvida por seus colonizadores, num processo dialógico de transculturação, em que consiste a experiência Diaspórica dos estrangeiros de que fala Hall:

[...] é importante ver essa perspectiva diaspórica de cultura como uma subversão dos modelos culturais tradicionais orientados para a nação. Como outros processos globalizantes, a globalização cultural é *desterritorializante* em seus efeitos. Suas compressões espaço-temporais, impulsionadas pelas novas tecnologias, afrouxam os laços entre a cultura e o ‘lugar’. (HALL, 2008, p. 36, grifo nosso)

Trazendo a experiência diaspórica das culturas colonizadas para o âmbito subjetivo, é correto afirmar que o estrangeiro se vê obrigado a negociar sua identidade cultural e suas referências identitárias próprias com aquelas encontradas nesse novo espaço, desestabilizando, no plano concreto, a ideia de nação e, no plano subjetivo, sua identidade e seu pertencimento. O sujeito migrante opera, portanto, o que Hall chama de “tradução cultural”, dissolvendo as fronteiras físicas e culturais e apontando para uma interpenetração desses elementos a nível global.

Ao relatar o primeiro momento de sua experiência de migração, percebemos o apagamento das referências de seu lugar de origem: “Um fenômeno curioso acontece quando você passa muito tempo longe de casa. A ideia do que seja essa casa – uma cidade, um país – vai desbotando como uma imagem colorida exposta diariamente ao sol. Mas você não adquire logo outra imagem para pôr no lugar”. (LISBOA, 2010, p. 70)

Diante do desajuste em relação àquele novo ambiente e àquelas novas pessoas, com os quais não é capaz de se reconhecer, a narradora deixa transparecer um desesperado desejo de pertencer: “Tente: aja como, vista-se como, fale como as pessoas ao seu redor. Use as gírias, frequente os lugares mais frequentados, se esforce para compreender os espaços políticos[...] Faça tudo isso, aja como”. (LISBOA, 2010, p. 70)

Nesse processo de tradução cultural, o que vemos ocorrer é antes uma coexistência dos referenciais culturais e identitários que uma mera

substituição desses, resultando numa paradoxal manifestação do sentimento de pertencimento: o sujeito em trânsito não irá mais se identificar completamente com o seu lugar de origem, nem conseguirá pertencer plenamente ao novo espaço, que, sempre se apresentará como estranho para ele em alguma medida:

Depois que você passa tempo demais longe de casa, vira uma interseção entre dois conjuntos, como naqueles desenhos que fazemos na escola. Pertence aos dois, mas não pertence exatamente a nenhum deles. Você passa a ter uma memória sempre velha, sempre ultrapassada de casa. (LISBOA, 2010, p. 72)

Podemos concluir, que Vanja, tal qual o estrangeiro de que fala Simmel e o sujeito traduzido de Hall, procura equilibrar-se na corda bamba da identidade/alteridade, se revelando como um sujeito *híbrido*, *impuro* e plural; experienciando um paradoxal sentimento de (não) pertencimento ao lugar para onde migra, que não é bem um lugar, antes uma interseção na qual “duas coisas inteiramente distintas dão a impressão de se encontrar” (LISBOA, 2010, p. 72), sem, contudo, encontrar-se de fato.

Essa promessa de não realização do encontro pleno, no entanto, não impede que Vanja dê continuidade à sua vida plural, de subjetividade híbrida, e faça daquele espaço uma espécie de lugar na qual consegue, em certa medida, encontrar o que precisava: “Depois, descobri que a vida fora de casa é uma vida possível. Uma, dentre muitas vidas possíveis”. (LISBOA, 2010, p. 72)

### 3. Conclusão

Waldenfels em *Topographie de l'étranger* (1997), aponta o lugar como uma característica indispensável ao sujeito, que só manifesta a sua subjetividade a partir de um ponto de referência através do qual possa diferenciar-se do Outro, que para ele, apresenta-se como um estranho.

Tal lógica da alteridade baseada na diferença permanece válida nos dias atuais, porém, como já sabemos, a ideia de lugar é outra. Se o lugar onde se insere o sujeito determina quem é o estranho, na medida em que superamos a centralidade – da ideia de nação, de sujeito e de cultura das quais fala Stuart Hall em *Identidade cultural na pós-modernidade* – todos passam a ser estranhos e, ao mesmo tempo, evidenciam um potencial de não mais o serem em sua totalidade. Vemos, desse modo, relativizarem-se as referências sobre as quais se fundaram, desde o início da história humana, o Eu e o Outro.

O fenômeno da migração nos permitiu olhar com mais cuidado para a questão do estrangeiro como estranho, tradicionalmente considerado ameaçador por viver sobre outras normas que não a do Eu, por dele destoar. No entanto, ao compreendermos que a unidade desse Eu é uma ilusão, percebemos que, como afirmou Freud, somos estranhos a nós mesmos; ao constatar que a subjetividade só se forma em contato dialético com o Outro, passamos a enxergar esse Outro não mais como um estranho que nos coloca em perigo, mas como uma fonte de descobertas construtiva, com um valor positivo.

Adriana Lisboa constrói, conforme observamos, uma personagem que sintetiza em sua narrativa de trânsito essa experiência de redescoberta do Outro e de sua própria subjetividade a partir da vivência de uma migração. Para além da história pessoal dessa personagem, Lisboa nos conduz à uma reflexão a respeito do importante papel que a nova diáspora protagonizada pelos sujeitos migrantes do século XXI tem no enfraquecimento dos centros difusores de poder e cultura, bem como na desconstrução da ideia de nação.

Pudemos constatar também que o resultado desses processos, em instância subjetiva, reforça o descentramento do sujeito contemporâneo, que se apresenta cada vez mais plural, multifacetado e híbrido, sempre flutuando entre duas (ou mais) fronteiras, línguas, culturas e hábitos. Vanja é a encarnação desse sujeito do entrelugar, no qual fundem-se de forma paradoxal a sensação de nunca pertencer totalmente a lugar algum: não mais ao de origem e nem ainda ao de destino.

Entre deslocamentos espaciais e identitário-afetivos, há sempre um sujeito, em maior ou menor grau, desajustado. A personagem Vanja representa magistralmente a experiência desses sujeitos migrantes de nosso século que, mais do que nunca, evidenciam uma condição existencial transfronteiriça e uma identidade híbrida.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Sandra Regina Goulart. Cartografias de gênero: escrita e espaço na literatura contemporânea. In: SCHNEIDER, Liane et al. *Mulheres e literaturas*. Cartografias de gênero. Maceió: Edufal, 2013, p. 65-88.
- AUGÉ, Marc. *Não lugares*: introdução a uma antropologia da supermodernidade. 9. ed. Trad. de Maria Lúcia Pereira. São Paulo: Papirus, 2012.

## XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA

FIGUEIREDO, Eurídice. Desterritorialização na narrativa brasileira do século XXI. In: \_\_\_\_\_. *Representações de etnicidade: perspectivas interamericanas de literatura e cultura*. Rio de Janeiro: 71letras, 2010, p. 251-262.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Trad.: Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2011.

\_\_\_\_\_. *Da diáspora: identidade e mediações culturais*. 2 reimpr. Trad.: Adelaine Garcia Resende et al. Belo Horizonte: Edufmg, 2008.

LISBOA, Adriana. *Azul corvo*. Rio de Janeiro: Rocco, 2010.

SIMMEL, George. O estrangeiro. Trad.: Mauro Guilherme Pinheiro Koury. *RBSE – Revista Brasileira de Sociologia da Emoção*. Grupo de Pesquisa em Antropologia e Sociologia da Emoção da Universidade Federal da Paraíba. Paraíba, vol. 4, n. 12, dez.2005, João Pessoa: GREM, p. 350-357, 2005. Disponível em:

<<http://www.cchla.ufpb.br/rbse/RBSEv4n12dez2005.pdf>>. Acesso em: 24-08-2015.

WALDENFELS, Bernhard. *Topographie de l'étranger*. Études pour une phénoménologie de l'étranger, Trad.: Francesco Gregorio, Frédéric Moinat, Arno Renken e Michel Vanni. Paris: Van Dieren, 2009.

**NORMATIVISMO E SOCIOLINGÜÍSTICA:  
ANÁLISE DA GRAMÁTICA APLICADA AOS TEXTOS**

Thiago Soares de Oliveira (UENF)  
[so.thiago@hotmail.com](mailto:so.thiago@hotmail.com)

**RESUMO**

O artigo objetiva demonstrar, com fundamentação teórica em autores da sociolinguística, que existem indícios sociolinguísticos no *Curso de Gramática Aplicada aos Textos*, de Ulisses Infante, apontando para uma evolução, ainda que lenta, do desenvolvimento de determinados conteúdos relevantes, mas que não são típicos em um compêndio gramatical. Para isso, adota-se a pesquisa bibliográfica e a abordagem qualitativa, a fim de que sejam apreciados alguns trechos em que o autor se mostra propenso a dar à língua portuguesa um tratamento social semelhante ao que é proposto pela perspectiva geral sociolinguística, de sorte que se possa ponderar acerca da existência de indícios de mudança na maneira de introduzir e orientar os estudos de gramática da língua portuguesa. Ao fim, evidencia-se que a abordagem proposta pelo compêndio gramatical representa, de certa forma, uma evolução no que se refere ao tratamento normalmente dispensado à disciplina gramatical, eis que considera diversos preceitos gerais sociolinguísticos.

**Palavras-chave:** Linguística aplicada. Ensino de gramática. Sociolinguística.

**1. Considerações iniciais**

Considerando a riqueza das discussões relacionadas às questões educacionais e as discussões acerca de como devem ser conduzidos os estudos de língua portuguesa, principalmente no que se refere à disciplina gramatical, a fim de que se evite a propagação do preconceito linguístico e do estigma social que uma educação normativa fundamentada puramente nas noções de erro e acerto pode gerar, têm sido frequentes as análises de livros didáticos que se destinam a dar norte ao ensino de português.

Ainda que existam dissidências a respeito do produto educacional e social gerado pelo ensino de gramática, sobre o qual recaem críticas e orientações de diversos matizes, sempre com o intento de colaborar para promoção da inclusão social e para a elevação do indivíduo a "dono" da sua própria língua, há de se reconhecer que, mesmo lentamente, as obras que se pretendem com finalidades didáticas para o ensino da disciplina gramatical têm apresentado contornos em plena evolução. Isso pode ser percebido pelo aumento do número de publicações de gramáticas que tomam o texto como ponto de partida para o ensino da norma, como é o

caso do *Curso de Gramática Aplicada aos Textos*, de Ulisses Infante (2001).

Essa obra, diferentemente de vários compêndios de normas, propõe-se a trabalhar a gramática partindo das diferentes tipologias textuais com o propósito de tornar útil o ensino da matéria, além de menos árida a exposição das terminologias, que geralmente interessam mais aos especialistas do que aos alunos. Além disso, os exercícios propostos são mais intelectivos do que classificatórios, o que, de certa forma, não é usual em gramáticas normativas, cujo foco é a exposição/explicação seguida de exercícios de identificação e classificação. Contudo, emerge uma questão nesse contexto: até que ponto um compêndio gramatical, normalmente rotulado de instrumento de dominação, pode dar à língua portuguesa um tratamento verdadeiramente social sem desconsiderar a importância da padronização?

Com base nesse problema, mas sem o propósito de esgotar o assunto, este trabalho analisa criticamente a obra de Infante (2001) com o intuito de ponderar a respeito da hipótese de evolução da gramática normativa em relação ao tratamento dispensado à língua portuguesa. Apenas o *Curso de Gramática Aplicada aos Textos* foi selecionado como corpus para a análise em razão do desígnio aqui existente de se avaliar o quanto de perspectiva sociolinguística há na obra do autor.

## **2. Breves ponderações sobre o tema escolhido, o ano da obra em questão e a análise proposta**

Dada a riqueza e a importância da temática relacionada à análise de livros didáticos, já amplamente discutida por diversos autores, especialmente quando se trata de obras de reconhecida qualidade, adotou-se como objeto de estudo o *Curso de Gramática Aplicada aos Textos*, de Ulisses Infante, com o intuito de verificar se existem indícios que apontam para aplicação de algumas das principais noções gerais da sociolinguística. Para isso, parte-se do pressuposto geral sociolinguístico de consideração da língua como prática social, em contraposição aos excessos de padronização e normatização comuns em gramáticas.

Nesse sentido, para dar conta do tema escolhido, este trabalho ampara-se, a princípio, no entendimento de Mollica (2013) acerca da multiplicidade de campos de interesse relacionados à sociolinguística, e não apenas da questão da variação e da mudança linguísticas, sendo estes

os focos principais da vertente variacionista. Utilizam-se, também, autores como Alkmim (2001) e Bagno (2007a), além de outros que podem fornecer subsídio teórico ao desenvolvimento do trabalho analítico. Logo, não se deve afirmar que uma pesquisa cujo objetivo precípuo é o de analisar um possível tratamento social dado à língua portuguesa a partir de uma obra que se pretende gramatical é cientificamente contraproducente, na medida em que a abordagem referente aos contornos da heterogeneidade linguística também é assunto caro à sociolinguística.

Dessa forma, a articulação teórica aqui impendida não esgota os inúmeros trabalhos desenvolvidos na área da análise de materiais didáticos, tampouco desconsidera, pela não utilização, a importância de obras de renomados autores, tais como Travaglia, Franchi e Neves, por exemplo. Neste artigo, assim como em outros trabalhos acadêmicos, a fundamentação teórica parte da opção autoral e dos fins que se pretende atingir, não invalidando, portanto, enfoques próprios de análise nem enfoques outros que englobem referências e diálogos com outras obras que observem os aspectos da sociolinguística e da gramática. Trata-se, aqui, apenas do exercício da liberdade acadêmica do pesquisador em prol das diversas formas a partir das quais o conhecimento pode ser produzido.

Relativamente ao objeto de análise, a escolha da versão do ano de 2001 não diminui ou nulifica as vias analíticas nem a relevância da abordagem, principalmente porque não há entre esta versão e a de 2012, última edição, diferenças significativas na estruturação, na pretensão e no conteúdo da obra. Desta feita, fica consignado e justificado que, nesse caso, o ano da obra não influencia, macula ou prejudica a análise qualitativa nem os objetivos pretendidos, já que o enfoque do artigo está pautado nos princípios gerais da sociolinguística. Além do mais, por se tratar de versão ampliada, a análise da publicação de 2001 se justifica pela possibilidade de conter mais elementos para a construção do trabalho.

Por fim, é preciso pontuar que, para dar conta dos objetivos de análise traçados, percorrem-se as partes da obra de Infante (2001), tecendo-se considerações e suscitando críticas com base em autores cujas obras fornecem elementos teóricos para a articulação necessária à análise, sem que se esgotem, entretanto, as diversas possibilidades a partir das quais se pode tecer a análise de um material didático.

3. *Considerações sobre distância temporal que separa a gramática normativa da sociolinguística*

Temporalmente distante da época quando ocorriam as embrionárias discussões sobre linguagem/língua que, posteriormente, viriam a compor o que hoje se denomina gramática tradicional, "materializada, por assim dizer, no gênero literário conhecido como gramática normativa" (BAGNO, 2010, p. 15), a sociolinguística surge como uma das subáreas da linguística, mas com o intuito de estudar a língua em uso no seio das comunidades de fala, "voltando a atenção para um tipo de investigação que correlaciona aspectos linguísticos e sociais" e integrando-se "num espaço interdisciplinar, na fronteira entre língua e sociedade, focalizando precipuamente os empregos linguísticos concretos, em especial os de caráter heterogêneo". (MOLLICA, 2013, p. 9)

A princípio, a sociolinguística, por considerar que "todas as línguas apresentam um dinamismo inerente" (*Idem, ibidem*) e que "linguagem e sociedade estão ligadas entre si de modo inquestionável" (ALKMIM, 2001, p. 21), tem como objeto principal a variação, "entendendo-a como um princípio geral e universal, passível de ser descrita e analisada cientificamente" (MOLLICA, 2013, p. 10), e partindo do pressuposto de que tanto os fatores estruturais quanto os sociais podem influenciar as alternâncias de usos. Nessa linha de percepção, é de suma importância o entendimento de que, ao dar destaque à questão da variação na língua portuguesa, a sociolinguística objetiva "relacionar a heterogeneidade linguística com a heterogeneidade social" (BAGNO, 2007a, p. 38).

Desse modo, heterogeneidade linguística e variação são conceitos intimamente relacionados, visto que "nenhuma língua é falada do mesmo jeito em todos os lugares, assim como nem todas as pessoas falam a própria língua de modo idêntico" (BAGNO, 2007b, p. 52). Essa assertiva de Bagno (2007b) sobre a oralidade estende-se também à questão da escrita por ser esta "uma tentativa de representação gráfica, pictórica e convencional da língua falada" (*Idem, ibidem*, p. 53-54). Vale pontuar que, com efeito, tal comentário do autor é interessante, uma vez que, mesmo escorada nos sinais de pontuação, a escrita dificilmente conseguiria registrar ou reproduzir fidedignamente, por exemplo, os aspectos relativos à entonação do falante, os quais, correlacionados às expressões faciais e à gesticulação, emergem peculiarmente e em consonância com cada situação comunicativa.

Sem embargo das asserções de Bagno (2007b), obviamente não há de se generalizá-las no que diz respeito ao tratamento formal da língua tampouco no que se refere às considerações de gramáticos e estudiosos a partir dos quais foi possível a formação da própria sociolinguística. O melhor seria, nesse caso, entender que

É necessário levar em conta que os estudiosos do fenômeno linguístico, como homens de seu tempo, assumiram posturas teóricas em consonância com o fazer científico da tradição cultural em que estavam inseridos. Nesse sentido, as teorias de linguagem, do passado ou atuais, sempre refletem concepções particulares de fenômeno linguístico e compreensões distintas do papel deste na vida social. (ALKMIM, 2001, p. 21-22)

Segundo Mollica (2013, p. 10), a sociolinguística comporta muitas áreas de interesse, tais como "contato entre as línguas, questões relativas ao surgimento e extinção linguística, multilinguismo, variação e mudança" e "considera a importância social da linguagem, dos pequenos grupos socioculturais a comunidades maiores". Assim como a variação, que é apenas um dos focos a que se dedica tal ciência, também o estigma linguístico e a mobilidade social constituem tema de interesse e relevância para a sociolinguística. Isso significa que a preocupação sociolinguística não se esgota no estudo na variação linguística.

Sobre a variação, Bagno (2007a) explica que se trata da heterogeneidade, da multiplicidade, da variedade e da instabilidade que são inerentes à língua, por ser esta "uma atividade social, um trabalho coletivo, empreendido por todos os seus falantes, cada vez que eles se põem a interagir por meio da fala ou da escrita" (BAGNO, 2007a, p. 36). Por isso, a variação é capaz de ocorrer em todos os níveis da língua, podendo ser: fonético-fonológica; morfológica; sintática; semântica; lexical; estilístico-pragmática.

Apesar de heterogênea, a variação da língua "não é aleatória, fortuita, caótica – muito pelo contrário, ela é estruturada, organizada, condicionada por diferentes fatores" (BAGNO, 2007a, p. 40), sejam eles linguísticos ou extralinguísticos. Entretanto, dizer que a língua varia porque é heterogênea não significa dizer que o uso da língua portuguesa por seus falantes não esteja condicionada "a uma série de restrições que fazem com que cadeias do tipo 'a casa' sejam perfeitamente normais enquanto outras cadeias do tipo 'casa a', por exemplo, não sejam usuais" (NARO, 2013, p. 15). Assim, existem restrições linguísticas tão fortes, que são denominadas categóricas, devido ao fato de serem de ocorrência praticamente impossível no português. Fatos desse tipo, resultantes de uma

condição imposta pela língua, são chamados de fatores linguísticos de condicionamento.

Diferentemente, os condicionantes extralinguísticos "são um conjunto de fatores sociais que podem auxiliar a identificação dos fenômenos de variação linguística" (BAGNO, 2007a, p. 43), ou seja, são extrínsecos à língua em si. Tais fatores podem ser de origens diversas, tais como: status econômico, grau de escolarização, idade, sexo, mercado de trabalho, origem geográfica, etc. Isso justifica por que "cada fenômeno deve ser estudado levando-se em conta a matriz social que lhe é própria" (NARO, 2013, p. 16). Aliás, se assim não o fosse, os fenômenos linguísticos estariam sujeitos à inflexibilidade e à visão estática, que em nada condizem com a dinamicidade inerente à língua.

Nessa linha de raciocínio, entende-se que a sociolinguística correlaciona "as variações existentes na expressão verbal a diferenças de natureza social, entendendo cada domínio, o linguístico e o social, como fenômenos estruturados e regulares" (CAMACHO, 2001, p. 51). Para essa ciência, é de suma importância a análise dos fatores sociais que condicionam a língua, por entender que "a diversidade é uma propriedade funcional e inerente aos sistemas linguísticos" e, por isso, "o papel da sociolinguística é exatamente enfocá-la como objeto de estudo, em suas determinações linguísticas e neolinguísticas". (*Op. cit.*, p. 55)

Assim sendo, a gramática normativa, considerada como perpetuadora da gramática tradicional, é constante alvo de críticas em razão de seu estreito vínculo com uma linguística mais tradicional que "pensa a língua como o produto de uma lógica secreta irredutível, não raro qualificada como um código" (HANKS, 2008, p. 48). Normalmente, essas críticas dizem respeito ao estigma e preconceito linguísticos que a proposição da padronização acaba por conduzir, senão impor, e partem de linguistas<sup>2</sup> preocupados com o viés social que é inerente à língua. Por isso, é importante assumir a análise da gramática de Infante (2001), o que será empreendido adiante, já que a obra contém indícios de evolução no tratamento da língua.

---

<sup>2</sup> A linguística, tal como hoje é compreendida, inclui todos os tipos de exame dos fenômenos da linguagem, inclusive os estudos gramaticais tradicionais e a filologia (WEEDWOOD, 2002). Por isso, adota-se o acepção de Koch (2012), que considera a preocupação dos gramáticos com a forma; a dos linguistas, com o texto/discurso.

**4. Os pontos em que o normativismo e as perspectivas sociolinguísticas se encontram: o posicionamento neoformalista de infante**

**4.1. A obra:**

**Apresentação e Parte I (A comunicação oral e escrita)**

Passando à análise preliminar do *Curso de Gramática Aplicada aos Textos*, de Ulisses Infante (2001), nota-se, na apresentação da obra, a preocupação do autor em dar utilidade ao ensino de gramática "de forma que ela possa constituir um poderoso instrumento na utilização diária da palavra falada e escrita" (INFANTE, 2001, p. 3), partindo, para tanto, da subordinação dos conteúdos gramaticais ao estudo dos textos, considerando estes em sentido amplo. Logo, percebe-se a intenção do autor em relação à importância do trabalho com os diversos gêneros textuais, tais como "poemas, letras de canções, anúncios publicitários, [...] e, principalmente, textos de jornais e revistas de grande circulação". (*Idem, ibidem*)

Ao igualar a língua falada à escrita, o gramático deixa entrever a forma como pretende abordar a disciplina gramatical, ou seja, o autor, à primeira vista, não tenciona desprezar totalmente os fenômenos da língua oral com o intuito de "impor a ferro e fogo a língua literária como a única forma legítima de falar e escrever, como a única manifestação linguística que merece ser estudada", conforme entende Bagno (2007b, p. 57), tampouco pretende fazer "uma apresentação anacrônica da língua, isto é, desvinculada dos usos reais contemporâneos [...]" (BAGNO, 2007a, p. 141). Ao revés, o gramático projeta explicitamente a intenção de utilizar "textos contemporâneos, produzidos numa forma de língua apropriada a um ensino atualizado e dinâmico" (INFANTE, 2001, p. 3). A propósito disso, até mesmo o manejo das palavras com que constrói a apresentação de sua obra, valendo-se de "língua apropriada" em vez de "língua correta", distancia-se do típico binômio erro/acerto que é atribuído aos compêndios gramaticais em geral.

A despeito dessa constatação, o autor provavelmente se equivocou ao destacar a importância de "textos que constituem um apreciável elenco de modelos – estrutural e linguisticamente falando" (INFANTE, 2001, p. 3), uma vez que, ao admitir a existência de modelos estruturais e linguísticos para a fala e a escrita, necessariamente acolhe que "algumas formas de expressão podem estigmatizar socialmente seus falantes, enquanto outras podem valorizá-los socialmente" (CAMACHO, 2001, p. 67). Ainda que os textos-modelo a que se refere Infante (2001) não te-

## XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA

tenham sido destacados como referenciais exclusivos para o ensino, já se pode notar o primeiro ponto em que a disciplina gramatical tende a sistematizar os fatos da língua, o que, de certa forma, é inteligível, visto que, "nas condições particulares de sua emergência, a gramática é normativa". (FIORIN, 2013, p. 37)

Isso não significa, todavia, que são inexistentes tanto a necessidade de normatização quanto a de modelos estruturais e linguísticos. Na verdade, os textos de rigor científico, a fim de se adequarem às exigências dos periódicos especializados e similares, por exemplo, passam pelo crivo de revisores e outros especialistas em gramática com o objetivo de que as informações transmitidas portem precisão, coerência e coesão, além de outros elementos de eficácia para que texto científico mantenha sua capacidade informativa e agregadora a qualquer tempo. Sabe-se que, nesses casos, a normatização é exigência do periódico, e não a faculdade do pesquisador ou estudioso que submete seu trabalho às revistas científicas.

Nesse sentido, a conveniência ou mesmo imposição de um padrão linguístico uniforme é clara exceção, mas necessária a uma regra geral e, devido a essa necessidade científica apenas recrutada como exemplo dentre outros existentes, há sim espaço para os estudos da gramática normativa. Não se pode, contudo, de modo premente, deduzir que o ensino da norma-padrão de forma impositiva, valorativa e como único meio de ascender socialmente dê conta do preenchimento das lacunas socioculturais existentes em uma dada sociedade, sob pena de se adentrar "na rejeição à língua e no desenvolvimento de um processo de insegurança linguística". (CAMACHO, 2001, p. 69-70)

No que concerne ao sumário da obra, de imediato se percebe a relevância dos aspectos da comunicação oral e escrita, aos quais o autor dedica os oito primeiros capítulos, todos componentes da Parte I, intitulada "Comunicação oral e escrita". Nessas seções introdutórias, o professor dedica-se a tópicos diversos, dentre eles a língua falada e a língua escrita. Os demais capítulos versam sobre aspectos gerais relacionados a: comunicação, texto falado, texto escrito, leitura e noções preliminares acerca da importância do estudo de gramática. Relativamente à Parte II, "Gramática da língua portuguesa formal", estão dispostos os capítulos de 9 a 35, dedicados, de forma peculiar, ao tratamento da norma-padrão. Ao final, encontra-se o "Apêndice", Parte III da gramática, o qual se limita ao acréscimo de noções gerais relativas à variedade padrão, noções ele-

mentares de estilística e questões de vestibulares, já que se trata de obra direcionada ao ensino médio.

Embora a obra de Infante (2001) seja intitulada de gramática, o autor parece preocupar-se com a equidade entre as línguas falada e escrita, entendendo que "a vida humana é um processo contínuo de comunicação" e que, por isso, aprimorar a capacidade comunicativa "é uma forma de ampliar seu relacionamento com o mundo, tornando-se apto a compreender melhor a realidade a fim de poder transformá-la" (INFANTE, 2001, p. 12). Para o gramático, "a língua portuguesa – falada ou escrita – é sempre um elemento fundamental desse intercâmbio de experiências e indagações humanas" (INFANTE, 2001, p. 12). Esse entendimento que dá importância isonômica tanto à fala quanto à escrita pode ser corroborado, preliminarmente, pelos gêneros textuais de uso corrente selecionados pelo autor, forma pela qual o professor se avizinha à concepção sociolinguística de que "o falante adquire primeiro as variantes informais e, num processo sistemático e paulatino, pode vir a apropriar-se de estilos e gêneros mais formais, aproximando-se das variedades cultas e da tradição literária" (MOLLICA, 2013, p. 13), ambas também contempladas na obra do autor.

Seguindo esse eixo de análise, Infante (2001) se aproxima ainda mais da visão social que é inerente à língua, surpreendendo ao expor, relativamente à fala e à escrita, que o emissor da mensagem, ou seja, o produtor do texto falado ou escrito, "deve considerar as características sociais e psicológicas do receptor" (INFANTE, 2001, p. 17), dependendo disso o sucesso ou não das informações transmitidas. Por isso, o texto deve adequar-se "às expectativas de quem o vai ler e às finalidades que você pretende alcançar" (INFANTE, 2001, p. 17). Essas observações, além de revelarem flexibilidade autoral no que concerne ao manejo da língua, decerto consideram a "capacidade de operar uma seleção entre formas alternativas possíveis, conforme as circunstâncias sociais de interação" (CAMACHO, 2001, p. 69), sendo tal capacidade, para a sociolinguística, "um dos atributos mais relevantes da competência comunicativa do falante". (*Idem, ibidem*)

Com efeito, mesmo que os sociolinguistas tendam a se concentrar no estudo da variação linguística (LYONS, 2011), as questões relacionadas ao preconceito linguístico e ao estigma social têm grande relevância e destaque nessa área dos estudos da linguagem. Sobre isso, é importante entender que

## XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOGIA

não faz sentido querer substituir a velha norma-padrão por outra, supostamente mais atualizada. Temos que lutar, sim, é para permitir o convívio tranquilo e tolerante entre as muitas formas de se dizer a mesma coisa, reconhecendo nelas uma riqueza da nossa língua e, por conseguinte, da nossa cultura e da nossa vida pessoal. (BAGNO, 2007a, p. 158)

Embora Infante (2001, p. 22) considere que "a língua é o principal código desenvolvido e utilizado pelos homens para as necessidades comunicativas de sua vida social", assertiva que muito evoca a concepção social proposta e não aprofundada por Saussure (1995) a respeito de língua, o gramático, que é professor doutor<sup>3</sup> em Letras pela Universidade de São Paulo e docente da Universidade Federal do Ceará, não deixa de ressaltar que, na verdade, "língua é um conceito amplo e elástico, capaz de abarcar todas as manifestações individuais" (INFANTE, 2001, p. 25). Eis aí um dos pontos em que o normativismo do autor e a questão da variação linguística de fato se unem.

No que concerne à variação, Labov (2008, p. 19), considerado o pai da teoria da variação, percebeu que, relacionando-se o complexo padrão linguístico com diferenças concomitantes na estrutura social, seria possível "isolar os fatores sociais que incidem diretamente sobre o processo linguístico". Em seus trabalhos, Labov (2008, p. 21) não se restringia à mera quantificação de dados sem um propósito definido. Ao revés, o autor pretendia desvelar fatores sociais em relação ao processo linguístico, uma vez que "não se pode entender o desenvolvimento de uma mudança linguística sem levar em conta a vida social da comunidade em que ela ocorre". Assim, os estudos de William Labov são assaz férteis ao demonstrar como linguagem e sociedade são intimamente relacionadas.

Sobre esse assunto, Infante (2001, p. 25) legitima, como bom conhecedor dos aspectos normativos da língua e também dos que se pretendem realmente sociais, que "a língua é um verdadeiro 'contrato' que os indivíduos de um grupo social estabelecem", ou seja, é convencionalizada. E, sendo convenção, o autor reconhece que "o conceito de língua é bastante amplo, englobando todas as manifestações individuais, com suas incontáveis possibilidades. Dentro desse extenso universo, há também variações que não são decorrentes do uso individual da língua, mas sim de outros fatores". (*Idem, ibidem*)

---

<sup>3</sup> Informação extraída da Plataforma Lattes CNPQ em 08 de julho de 2014 e disponível em <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4745125H8>, link onde se acha registrado que a obra *Curso de Gramática Aplicada aos Textos* se encontra na 7ª edição, publicada em 2012.

Na citação acima, há o expresso aceite de que a língua é heterogênea, estando condicionada a fatores linguísticos e extralinguísticos. De mais a mais, Infante (2001) entende tal heterogeneidade como ordenada, tal como Bagno (2007a, 2007b), Mendes (2013) e Mollica (2013), autores da sociolinguística. Vale ressaltar aqui, com propósito explicativo, que é em razão dessa heterogeneidade obviamente intrínseca à língua que Labov afirma não ser "necessário esclarecer o que é linguística – pelo menos entre os membros da comunidade científica, possivelmente" (MENDES, 2013, p. 114). Nesse sentido, afirma Labov (2008, p. 13): "por vários anos, resisti ao termo sociolinguística, já que ele implica que pode haver uma teoria ou prática linguística bem-sucedida que não é social".

Ocorre que, para estudiosos como Bagno (2010, p. 19), a gramática tradicional, materializada pela gramática normativa, é doutrinária, e não científica, pois "não aderiu à revolução epistemológica da era moderna, não substituiu seus métodos baseados na afirmação das autoridades antigas pelos métodos científicos da observação de dados". Logo, se o caráter científico não for atribuído aos estudos normativos da gramática, não se pode exigir dela um forçado comportamento científico à base do excesso de críticas, pois isso seria, por si só, uma atitude no mínimo contraditória.

Retomando à análise da obra de Infante (2001), percebe-se que o tratamento específico da variação linguística não é, obviamente, o objetivo precípuo do compêndio, limitando-se apenas às páginas 26 e 27, a partir das quais se pode sintetizar que, para o autor, não há motivo algum para que se considerem os falares e dialetos que constituem as variações de ordem geográfica formas inferiores às outras formas de falar. O autor reconhece, inclusive, que as classes sociais que não dominam a variedade padrão, que se supõe de maior prestígio, são vítimas de preconceito (INFANTE, 2001). Isso demonstra que o autor entende a importância do combate ao preconceito linguístico, noção tão cara à sociolinguística, bem como reconhece a relevância da noção de variação, ainda que não a desenvolva com profundidade, provavelmente porque obra analisada não se propõe um manual de linguística.

De qualquer forma, o registro da consideração da variação, ainda que de modo precário, pode ser considerado um relevante passo para o tratamento da questão variacional, que encontra franco e profundo respaldo nos estudos labovianos. Vale ressaltar, nesse ponto, que Labov (2008) partiu da seleção de variáveis fonéticas para o desenvolvimento

de seu trabalho na ilha de Marthas's Vineyard, construindo, a partir disso, sua dissertação de mestrado. Mais tarde, ao desenvolver sua tese de doutorado com base em dados obtidos a partir dos estudos da estratificação social do inglês na cidade de Nova Iorque, o autor refinou a compreensão do mecanismo de mudança linguística, embora a abordagem básica tenha sido articulada nos mesmos moldes de Martha's Vineyard.

Nessa linha de pensamento, se se encontram registros e considerações a respeito da variação linguística em um compêndio que se pretende gramatical, talvez isso constitua um indício de que, futuramente, a compreensão acerca da questão variacional pode ser refinada em outro trabalho. Assim como Labov (2008) considerou sua tese de doutoramento como um refinamento das proposições contidas em sua dissertação de mestrado, a consideração da variação pode vir a ser objeto de maior atenção em obras gramaticais mais adiante. Obviamente, não se pretende comparar os trabalhos de Labov (2008) e Infante (2001), até porque possuem objetivos claramente distintos, mas levantar a possibilidade de que, futuramente, a variação linguística seja um tópico ao qual se dediquem várias laudas em uma gramática, assim como ocorre com a sintaxe e a morfologia, por exemplo.

A fim de reforçar o que foi anteriormente exposto e demonstrar que Infante (2001) revisita, e talvez até adiante alguns dos entendimentos de Bagno (2007a, 2007b) no que concerne ao preconceito linguístico, bem como os de Fiorin (2013) e os de Mollica (2013) acerca das noções de variação, vale registrar que, para o gramático, "o idioma é, portanto, um instrumento de dominação e discriminação social" (INFANTE, 2001, p. 26). Decerto, tal afirmação, registrada na obra de um gramático, é também um bom indício de que o autor pode ser mais bem caracterizado como um neoformalista ou neonormativista<sup>4</sup>, haja vista a preocupação com os aspectos verdadeiramente sociais da língua, sem desconsiderar, porém, a importância do tratamento normativo.

Em diferentes situações comunicativas, um mesmo indivíduo emprega diferentes formas de língua. Basta pensar nas atitudes que assumimos em situações formais (como, por exemplo, um discurso numa solenidade de formatura) e em situações informais (uma conversa descontraída com amigos, por exemplo): em cada uma dessas oportunidades, empregamos formas de língua dife-

---

<sup>4</sup> Ambos os termos foram utilizados para que se atinjam as finalidades analíticas específicas deste trabalho. Trata-se de uma tentativa de perceber o autor não como um purista preocupado puramente com a prescrição, mas como um escritor de um compêndio gramatical peculiar, se comparado a autores e obras mais tradicionais.

rentes, procurando adequar nosso nível vocabular e sintático ao ambiente linguístico em que no encontramos. (INFANTE, 2001, p. 27)

Trata-se acima da chamada variante situacional, a partir da qual o autor citado concebe que língua falada e língua escrita são dois códigos distintos "cada qual com suas especificidades" (INFANTE, 2001, p. 27), o que significa que fala e escrita nem sempre devem seguir os mesmos procedimentos formais. A propósito, Bagno (2007b) derruba o mito de que "o certo é falar assim porque se escreve assim", mito número 6 de *Preconceito Linguístico: O Que É, Como se Faz* e, ao que parece, Infante (2001) não tenciona propalar em sua obra tal equívoco, compreendendo que, conquanto haja diferenças básicas entre a língua falada e a escrita, não se trata de duas línguas diferentes, presente, contudo, a importância das situações de uso de uma e outra, bem como as referências precisas que lhes são peculiares.

Nesse sentido, é importante asseverar a notoriedade e a relevância da discussão acerca do embate entre fala/oralidade e escrita, e pontuar que Infante (2001) reserva da página 12 à página 86 para discutir o assunto, com ênfase nos capítulos de 3 a 6. Contudo, os sociolinguistas, diferentemente dos gramáticos (ou linguistas da forma), partem do "pressuposto de que heterogeneidade manifestada na fala pode ser analisada de forma coerente" (MONTEIRO, 2002, p. 83). Na verdade, a fala é enfatizada nos estudos sociolinguísticos; a escrita, nos gramaticais. Isso, entretanto, não significa a impossibilidade de uma abordagem invertida dos objetos de estudo (fala/escrita) quando necessário ao fazer analítico pesquisador.

De qualquer forma, se a fala e a escrita forem posicionadas em campos extremamente distintos de análise e delimitadas como objeto precípua de estudo apenas para a gramática e a sociolinguística, respectivamente, ficam relegadas ao esquecimento as outras disciplinas<sup>5</sup> que promovem um tratamento diverso a esse binômio ou a um dos elementos que o constitui. Aqui, em razão dos objetivos delimitados, não vem ao caso o aprofundamento dos objetos de estudo de outras áreas do conhecimento. Vale, no entanto, o registro de que, quando o termo sociolinguística surgiu em meados dos anos de 1960, em congresso organizado por William Bright na Universidade da Califórnia, os estudos gramaticais padronizadores da língua já existiam há bastante tempo, o que, com efei-

---

<sup>5</sup> São alguns exemplos: a filologia, sociologia da linguagem, a etnografia da comunicação, a dialetologia, a geografia linguística e a pragmática, cada qual com uma forma própria de abordar a língua.

to, coaduna-se com o entendimento de Monteiro (2002) no que se refere ao fato de a língua ser objeto de estudo de vários ramos do conhecimento, distinguindo-se pela forma de análise desse objeto.

Diferentemente do típico tratamento gramatical dispensado à fala, Infante (2001, p. 34) explica que "a característica básica da língua falada [...] é sua profunda vinculação às situações em que é usada". Isso porque, diferentemente da língua escrita, que busca a suficiência em si mesma, "a comunicação oral normalmente se desenvolve em situações em que o contato entre os interlocutores é direto" (INFANTE, 2001, p. 34). Por isso, o vocabulário utilizado é fortemente alusivo e marcado por fatos da língua falada. Contrariamente, na língua escrita, a distância entre a pessoa que redige e o indivíduo que lê acaba por exigir "uma linguagem mais precisa e menos alusiva" (*Idem, Ibidem*), o que não sinaliza, contudo, a superioridade da escrita em relação à oralidade, e vice-versa, mas que cada uma delas tem serventia a uma determinada forma de comunicação.

Por entender a importância de ambas as formas de se comunicar, o autor se coaduna à concepção de que a gramática surgiu para "investigar as regras da língua escrita para poder preservar as formas consideradas mais 'corretas' e 'elegantes' da língua literária" (BAGNO, 2007b, p. 56), ao ressaltar que "o modelo oferecido pelos grandes escritores, por exemplo, não é sempre coerente: eles, afinal, produziram objetos literários, apropriando-se da língua com finalidades expressivas" (INFANTE, 2001, p. 82). Na verdade, os literatos mais incorporam as preocupações estéticas do que as necessidades da prática comunicativa do cotidiano. Sem embargo dessa percepção, o professor assevera que a prática da reflexão sobre os mecanismos e recursos da língua é uma aliada tanto para a produção de textos quanto para a interpretação, em razão do enriquecimento linguístico proporcionado ao indivíduo pela associação entre a língua coloquial e a norma culta<sup>6</sup> (INFANTE, 2001).

### **4.2. A obra: Partes II (Gramática da Língua Portuguesa Formal) e III (Apêndice)**

A Parte II da *Gramática Aplicada aos Textos* dedica-se a prescrever, ainda que com ressalvas do autor, as regras de uso da norma-padrão

---

<sup>6</sup> Bagno (2007a) trabalha com a concepção de que a expressão "norma culta" não é sinônima de "norma-padrão".

da língua portuguesa. Nos capítulos que compõem essa parte do compêndio, mesmo possuindo características peculiares atinentes aos exercícios propostos, há preocupação com a prescrição e com a padronização, o que é típico de uma gramática. Nessa parte, não parece haver adesão aos preceitos apregoados pela linguística<sup>7</sup>, uma vez que esta "não se pretende normativa (não tem por finalidade prescrever como se deve dizer), mas se quer descritiva e explicativa (tem por objetivo dizer o que a língua é e por que é assim)". (FIORIN, 2013, p. 37)

Vale ressaltar, a propósito desse assunto, que, por se tratar de um compêndio gramatical, a obra de Infante (2001) não discute a respeito da existência ou não de cientificidade nas gramáticas normativas tampouco se debruça sobre as distinções entre a linguística do texto e a do sistema. o autor apenas demonstra, com a inserção da parte i, analisada anteriormente, uma preocupação em conferir à língua um caráter mais social, tendo considerações que levam o leitor/estudante a esperar uma exposição do padrão normativo de modo menos árido e mais flexível, o que verdadeiramente não ocorre. Em outras palavras, a inovação existente na Parte II do compêndio está unicamente relacionada à forma de avaliação a partir da inserção de exercícios baseados nos diversos gêneros textuais. Esses exercícios, contudo, dividem espaço com as usuais atividades classificatórias, próprias de compêndios normativos, e não oportunizam, de regra, a discussão da variação linguística, pressuposto específico da sociolinguística variacionista (ou variacional).

Passando então à questão relativa aos exercícios propostos para a avaliação do aprendizado da norma, é preciso salientar a importância da presença de textos verbais e não verbais para apreciação, de tirinhas de humor/gravuras para interpretação e de textos para análise na gramática de Infante (2001), haja vista a necessidade de rompimento com a continuidade, no ambiente escolar, de um ensino de gramática contaminado, desvinculado da prática social e da realidade discente. Nesse sentido, Silva e Morais (2011, p. 120) explicam que "os discursos sobre a prática docente nessa área denunciavam a manutenção de um ensino transmissivo da gramática na escola, que se restringia à identificação e à classificação de formas linguísticas e ao estudo da 'língua padrão', seguindo uma orientação dedutiva (conceito ou regra – exemplo – exercício)".

---

<sup>7</sup> Trata-se aqui da linguística do texto ou do discurso, em confronto com a gramática normativa, considerada linguística da forma ou do sistema.

## XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOGIA

Na *Gramática Aplicada aos Textos*, a avaliação do aprendizado da norma-padrão não se limita aos exercícios classificatórios, embora estes figurem em todos os capítulos que compõem a Parte II da obra, assim como ocorre com os gêneros textuais para análise. O que se percebe acerca da presença dos textos é que, se bem aproveitados pelo professor, é possível dar à gramática um tratamento mais contextualizado e próximo do cotidiano do aluno, sem, todavia, contemplar a importante questão da variação linguística. A propósito disso, Camacho (2001, p. 72) aponta que "a solução desse conflito parece evidente. É acreditar no modelo da diferença e adotar outra estratégia para o ensino da língua materna. Afinal de contas, o ensino da variedade padrão não necessita ser substitutivo e, por isso, não implica a erradicação do dialeto marginalizado".

Isso significa que, mesmo não havendo disposição ou interesse para o tratamento da variação linguística no seio dos compêndios normativos, o assunto não deve ser abandonado ou desprezado, sob pena de que as práticas pedagógicas permaneçam "assentadas em diretrizes maniqueístas do tipo certo/errado, tomando-se como referência o padrão culto" (MOLLICA, 2013, p. 13). Por isso, as diversas variedades linguísticas, tantas quantas forem possíveis, devem ser contempladas no ensino de língua portuguesa, e o ensino de gramática deve ser conduzido de forma que se respeitem as diferenças linguísticas. Ao que parece, "os professores estão encontrando soluções alternativas para inovar o ensino de gramática" (SILVA & MORAIS, 2011, p. 122) e isso inclui, decerto, a recorrência a outras obras não gramaticais para auxílio no fazer educativo.

A despeito da intenção de Infante (2001) contida na "Apresentação" da obra, a Parte II da gramática atém-se à forma escrita da língua. A questão da importância da língua falada, bem como de sua equiparação com a língua escrita, é conceitualmente asseverada em alguns trechos contidos na Parte I do compêndio, dentre eles quando o autor explica que "individualmente, cada pessoa pode utilizar a língua de seu grupo social de uma maneira particular, personalizada. [...]. No entanto, sua expressão oral e escrita deve estar contida no conjunto mais amplo que é a língua portuguesa" (INFANTE, 2001, p. 25). Para melhor ilustrar a dupla forma avaliativa de conhecimentos proposta pelo autor, eis alguns exemplos de enunciados retirados da obra com seus respectivos capítulos, tal como proposto:

*4.2.1. Fonologia*

Avaliação textual

1. "Há muita semelhança sonora entre as palavras que aparecem no título do anúncio. Comente." (p. 91).

Tirinha de humor/Gravura

2. "O humor obtido com base na falta de correspondência exata entre fonemas e letras. Reflita: em qual dos casos estudados na página anterior se enquadra o par foice/foi-se?" (p. 93).

Avaliação que se aproxima da classificatória

3. "Classifique os encontros vocálicos das palavras abaixo: (p. 98)".

*4.2.2. Estudo dos verbos (III)*

Avaliação textual

1. "Releia atentamente a última estrofe do poema e responda: o que significam as construções verbais *morar-te* e *morrer-te*? Comente." (p. 256).

Tirinha de humor/Gravura

2. "Qual o efeito argumentativo das fotos das crianças?" (p. 258).

Avaliação que se aproxima da classificatória

3. "Complete as frases abaixo com verbos auxiliares. Atente nas indicações de tempo fornecidas em cada frase para completá-las corretamente:" (p. 274).

*4.2.3. Estudo dos pronomes*

Avaliação textual

1. "Quais os sentidos com a palavra 'senhor' é empregada no texto. Apon-te passagens que justifiquem sua resposta." (p. 351).

Tirinha de humor/Gravura

2. "As duas empresas atuam em setores econômicos muito diferentes, mas seus anúncios exibem certa afinidade, no que se refere à utilização

dos pronomes de tratamento. Você saberia dizer em que consiste essa afinidade? Qual a interpretação que você propõe para tal usos dos pronomes de tratamento?" (p. 358).

Avaliação que se aproxima da classificatória

1. "Substitua a palavras ou expressões destacadas nas frases abaixo por pronomes indefinidos. Em alguns casos, você terá de fazer alterações na concordância para obter frases bem-formadas." (p. 369).

Como se pode observar, Infante (2001) se vale de formas distintas para avaliar o conhecimento e a capacidade intelectual do aluno. Isso é muito bem demonstrado nas avaliações textuais, que mesclam a possibilidade do ensino de gramática à compreensão do texto, forma decerto bem mais interessante que a mera classificação/identificação. Além do mais, as tirinhas de humor e/ou gravuras presentes nos capítulos da obra reforçam a avaliação da capacidade interpretativa aliada a gêneros textuais que integram o cotidiano discente. Dentre os exercícios que se aproximam de uma avaliação classificatória, estão presentes não só questões de caráter terminológico, mas também questões que se pretendem instigantes e marcam uma suposta evolução na forma avaliativa classificatória. Eis dois exemplos de atividades desse tipo, contidas no capítulo *Estudo dos pronomes*:

1. "Explique a ambiguidade (*sic*) da frase seguinte e proponha alguma forma de resolvê-la: Há quem defenda que se deva considerar uma exceção o caso do membro de uma das comissões, que não pôde concluir seu trabalho devido a impedimentos materiais." (p. 369);

2. "Explique a diferença de sentido entre as expressões destacadas nas frases de cada um dos pares seguintes: a) Aquilo parecia ter *algum valor* para ele / Aquilo não tinha *valor algum* para ele; b) *Certas pessoas* não têm senso crítico / É necessário escolher as *pessoas certas*; c) Você não vai provas *nada?* / Levantou-se da mesa sem ter provado *nada*." (p. 370).

Nesses exercícios, percebem-se traços de evolução na forma de avaliação da norma, mas não ao ponto da inovação absoluta. Isso significa que, apesar de embrionários, ou seja, imersos em blocos avaliativos majoritariamente classificatórios, tais exercícios representam um avanço em relação aos que comumente se encontram nas gramáticas normativas em geral. A análise dessa parte da obra de Infante (2001) se coaduna com os resultados do trabalho de Silva & Moraes (2011, p. 139), os quais re-

velam que, na verdade, "as inovações observadas em livros didáticos brasileiros não substituíram, inteiramente, as 'velhas' maneiras de ensinar gramática, mas revelaram tentativas de mudança em tempos de transição".

Relativamente à Parte III da obra em análise, trata-se apenas de um apêndice que pouco contribui para mudanças significativas na forma de se orientar o estudo de gramática. Ao revés, o Capítulo 36, intitulado "Problemas gerais da língua culta", restringe-se a apresentar condições de uso de pares cujo emprego é normalmente problemático, se consideradas as proposições de correção de um compêndio normativo. Quanto aos capítulos 37 e 38, nada trazem de inovação, já que é ordinário que obras como a de Infante (2001) dediquem algumas páginas às noções gerais de estilística, bem como a exercícios de vestibular, quando o livro pretende ser utilizado no ensino médio. Por esse motivo, essa parte da gramática não constitui interesse para este trabalho, ainda que infante (2001, p. 580) acredite que o conhecimento do conteúdo do Capítulo 36 seja uma "oportunidade de aperfeiçoar seu desempenho no que diz respeito à grafia e ao emprego apropriado de formas e expressões que costumeiramente causam problemas a quem pretende falar ou redigir português culto". Contudo, vale pontuar por fim que, até mesmo em capítulos em que se esperam constatações puramente normativas, o autor tenta conduzir com paridade os aspectos que permeiam tanto a fala quanto a escrita.

## **5. Considerações finais**

A despeito da existência de contrapontos que aproximam a gramática de Infante (2001) aos compêndios de normas em geral, há, na obra do autor, indícios de inovação no que diz respeito ao tratamento que deve ser dispensado à língua. Essas peculiaridades modificativas, ainda que incipientes, merecem realce, pois se sabe que a evolução do tratamento normativo é verdadeiramente morosa e ocorre a contragosto de vários puristas defensores da variedade padrão como única possível, o que não é o caso do autor da obra analisada, que revela ter um pensamento mais flexível em relação ao tratamento da norma.

O primeiro ponto de flexibilidade em Infante (2001) é marcado pelos oito capítulos que compõem a Parte I da obra. De forma geral, o autor não pretende a elaboração de um manual de linguística, motivo pelo qual inúmeras temáticas afeitas à sociolinguística e à linguística (esta como grande área daquela) não são tratadas nessa seção do compêndio. O

autor, todavia, expressa o entendimento de que a língua é intrinsecamente social e de que tanto a língua falada como a escrita merecem abordagens respeitadas, com as peculiaridades que são inerentes a cada uma delas. Aliás, principiar uma gramática normativa com um número expressivo de capítulos que se dedicam à comunicação oral e escrita, valendo-se de alguns dos inúmeros matizes que revestem a linguística do texto, não é procedimento corrente nesse tipo de obra. Por isso, Infante (2001) acaba por desestruturar a suposta crença de que o tratamento normativo da língua pode configurar o desconhecimento da evolução dos estudos da linguagem.

Outro ponto que merece destaque na obra do autor diz respeito à forma adotada para a avaliação dos conhecimentos (Parte II) que a gramática prescreve, pois se propõe normativa. Ao combinar gêneros textuais diversos e de uso corriqueiro, tirinhas de humor, linguagem verbal e não verbal, à típica demanda classificatória de gramáticas em geral, o autor mescla duas necessidades: a de entender as nuances que envolvem a língua e diversificadas formas da manifestação do fazer linguístico, e a de classificar e reconhecer as terminologias que há muito foram sedimentadas pelo formalismo apregoado pelas gramáticas. Com efeito, a citada segunda necessidade (não se trata de necessidade, na verdade) é alvo das críticas de estudiosos que se preocupam com assentamento do caráter dinâmico da língua, em detrimento da estaticidade proposta pela padronização normativa. Não se pode, contudo, esperar de uma gramática um comportamento muito distante dos contornos históricos de sua formação. É por esse motivo que se chega à conclusão de que, na verdade, o autor não cumpre exatamente aquilo que propôs na Apresentação de sua obra, mas fornece indícios de mudança nos ensinamentos normativos ao considerar preceitos gerais sociolinguísticos na Parte I da obra.

Ante todo o exposto, cumpre finalizar, a respeito da obra de Infante (2001), que todo esforço no sentido de reconhecer a evolução da língua e de aplicá-la aos conhecimentos gramaticais que, por mais das vezes, estão estagnados no passado é verdadeiramente válido e, portanto, deve ser reconhecido. Nesse ponto, a *Gramática Aplicada aos Textos*, de Ulisses Infante (2001), agrega ao estudante conhecimentos que, possivelmente, não lhe seria posto à disposição em outro compêndio puramente normativo. Emerge, na concepção deste trabalho, um gramático neoformalista que, apesar de preocupado com a disseminação da norma-padrão, não o faz de forma impositiva e com caráter de dominação, mas

em consideração às nuances das diversas variedades existentes e das tonalidades próprias da língua falada e da escrita.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALKMIM, Tânia Maria. Sociolinguística – Parte I. In: MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. (Orgs.). *Introdução à linguística*. São Paulo: Cortez, 2001.

BAGNO, Marcos. *Dramática da língua portuguesa: tradição gramatical, mídia & exclusão social*. 5. ed. São Paulo: Loyola, 2010.

\_\_\_\_\_. *Nada na língua é por acaso: por uma pedagogia da variação linguística*. São Paulo: Parábola, 2007a.

\_\_\_\_\_. *Preconceito linguístico: o que é, como se faz*. 49. ed. São Paulo: Loyola, 2007b.

CAMACHO, Roberto Gomes. Sociolinguística – Parte II. In: MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. (Orgs.). *Introdução à linguística*. São Paulo: Cortez, 2001.

FIORIN, José Luiz. A linguagem humana: do mito à ciência. In: \_\_\_\_\_. (Org.). *Linguística? O que é isso?* São Paulo: Contexto, 2013.

HANKS, William. *Língua como prática social: das relações entre língua, cultura e sociedade a partir de Bourdieu e Bakhtin*. São Paulo: Cortez, 2008.

INFANTE, Ulisses. *Curso de gramática aplicada aos textos*. 6. ed. São Paulo: Scipione, 2001.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. *A inter-ação pela linguagem*. 11. ed. São Paulo: Contexto, 2012.

LABOV, William. *Padrões sociolinguísticos*. São Paulo: Parábola, 2008.

LYONS, John. *Língua(gem) e linguística: uma introdução*. Rio de Janeiro: LTC, 2011.

MENDES, Ronald Beline. Linguagem e variação. In: FIORIN, J. L. (org.). *Linguística? O que é isso?* São Paulo: Contexto, 2013.

MOLLICA, Maria Cecília. Fundamentação teórica: conceituação e delimitação. In: MOLLICA, M. C.; BRAGA, M. L. (Orgs.). *Introdução à sociolinguística: o tratamento da variação*. São Paulo: Contexto, 2013.

## XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA

MONTEIRO, José Lemos. *Para compreender Labov*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

NARO, Anthony Julius. Modelos quantitativos e tratamento estatístico. In: MOLLICA, M. C.; BRAGA, M. L. (Orgs.). *Introdução à sociolinguística: o tratamento da variação*. São Paulo: Contexto, 2013.

SAUSSURE, Ferdinand. *Curso de linguística geral*. São Paulo: Cultrix, 1995.

SILVA, Alexandre da; MORAIS, Artur Gomes de. Entre tradição e inovação: um estudo sobre mudanças no ensino de gramática em livros didáticos brasileiros de língua portuguesa. *Revista Portuguesa de Educação*, Minho, vol. 24, n. 1, p. 119-144, 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/rpe/v24n1/v24n1a06>>. Acesso em: 19-06-2014.

WEEDWOOD, Barbara. *História concisa da linguística*. São Paulo: Parábola, 2002.

**O CAIPIRA NA SALA DE AULA:  
LINGUAGEM, CULTURA E IDENTIDADE**

*Clézio Roberto Gonçalves (UFOP)*  
[cleziorob@gmail.com](mailto:cleziorob@gmail.com)

**RESUMO**

O espaço da sala de aula, a cada dia, parece menos restrito, quer pela gama de informação a que alunos e professores são expostos cotidianamente, quer pelo inegável uso de recursos tecnológicos, que tanto aproximam, em alguma medida, o ser humano, como expõem diferenças de costumes, de crenças, de valores. A leitura das formas de ser e de agir do interior no Brasil abre perspectivas não só para um reconhecimento dessas realidades, como proporciona a consolidação do aspecto identitário que pode coexistir com a abordagem da sociedade, pelo viés do mundo contemporâneo globalizado. O objetivo deste trabalho é, portanto, trazer algumas manifestações artísticas e culturais que marcam a identidade do interior do Brasil, como elementos que não só propiciem variadas leituras que levam a reflexões do indivíduo como ser social, independente de viver e de trabalhar longe dos grandes centros. Se a globalização tende a levar a sociedade a um pensamento mais unânime, mais massificado, o resgate das manifestações regionais, por um lado, acompanhado pela análise da permanência/resistência dessas manifestações, mostra-se como uma frutuosa proposta de abordagem pedagógica significativa para a sala de aula. Pretende-se, portanto, trazer, nessa oportunidade, algumas manifestações artísticas e culturais que marcam a identidade caipira do interior do Brasil.

**Palavras-chave:** Caipira. Sala de aula. Linguagem. Cultura. Identidade.

O espaço da sala de aula, a cada dia, parece menos restrito, quer pela gama de informação a que alunos e professores são expostos cotidianamente, quer pelo inegável uso de recursos tecnológicos, que tanto aproximam, em alguma medida, o ser humano, como expõem diferenças de costumes, de crenças, de valores. Se a globalização tende a levar a sociedade a um pensamento mais unânime, mais massificado, o resgate a manifestações culturais regionais, acompanhado pela análise das permanências/resistências dessas manifestações se mostra como importante caminho para trabalhos significativos em sala de aula.

A leitura das formas de ser e de agir do interior no Brasil abre perspectivas não só para um (re)conhecimento dessas realidades, como proporciona a consolidação do aspecto identitário que pode coexistir com a abordagem da sociedade, pelo viés do mundo contemporâneo globalizado.

## XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOGIA

O objetivo dessa discussão é, portanto, trazer algumas manifestações artísticas e culturais que marcam a identidade do interior do Brasil, como elementos que não só propiciem variadas leituras que levam a reflexões do indivíduo como ser social, independente de viver, de trabalhar longe dos grandes centros.

Entendemos como importante também refletirmos sobre algumas melodias tidas como de raiz. Esses são alguns elementos que podem promover uma leitura para o Brasil que vai muito além dos grandes centros e do extenso litoral e são ricos e um profícuo material para aulas de língua, em especial.

Um dos nossos objetivos é refletir sobre a língua, de forma ampla, na medida em que acreditamos no que afirma Orlandi (1990) que a língua representa a autonomia de um povo. Explorar a diversidade cultural no Brasil, propiciado pela dimensão continental de seu território e sua natural diversidade, de uma maneira ou de outra, tem sido explorado, contudo, talvez não ocorra com o potencial que pode abranger, sobretudo na escola. Uma vez que,

uma escola transformadora não aceita a rejeição dos dialetos dos alunos pertencentes às camadas populares, não apenas por eles serem tão expressivos e lógicos quanto o dialeto de prestígio (argumento em que se fundamenta a proposta da teoria das diferenças linguísticas), mas também, e, sobretudo, porque essa rejeição teria um caráter político inaceitável, pois significaria uma rejeição da classe social. Através da rejeição de sua linguagem. (SOARES, 1980, 1974)

É preciso fazer referência aos *Parâmetros Curriculares Nacionais*, ao tratarmos de ensino, pois trata-se de um conjunto de documentos que tem como objetivo subsidiar a elaboração do currículo do ensino fundamental e do ensino médio no Brasil. Para esses documentos

a língua portuguesa, no Brasil, possui muitas variedades dialetais. Identificam-se geográfica e socialmente as pessoas pela forma como falam. Mas há muitos preconceitos decorrentes do valor social relativo que é atribuído aos diferentes modos de falar: é muito comum se considerarem as variedades linguísticas de menor prestígio como inferiores ou erradas. (BRASIL, 1997, p. 26)

Sabemos que os *Parâmetros Curriculares Nacionais* propõem o combate ao preconceito linguístico, sugerindo que o professor de língua materna trabalhe de maneira articulada os usos linguísticos, os quais devem ser adequados aos propósitos comunicativos e demandas sociais, e a reflexão sobre a língua em sala de aula. A partir daí, intencionamos abordar isso dentro do possível pelo nosso tempo de trabalho, entretanto, gostaríamos de abrir perspectivas nesse sentido. Para tanto, fizemos um re-

corde e resolvemos tratar um pouco do que se pode encontrar de história, de cultura, de tradição, de identidade no interior de nosso país.

Os *Parâmetros Curriculares Nacionais* do ensino médio também propõem que a linguagem na escola se torne objeto de reflexão e análise, permitindo ao aluno a superação e/ou a transformação dos significados veiculados. Visto que, deve-se estudar toda a experiência já construída, estabelecendo relações com o presente, ou seja, o conhecimento socialmente instituído. Pois, sabe-se que

(...) o conhecimento, a análise e o confronto de opiniões sobre as diferentes manifestações da linguagem devem levar o aluno a respeitá-las e preservá-las como construções simbólicas e representações da diversidade social, histórica e cultural. As linguagens utilizam-se de recursos expressivos próprios e expressam na sua atualização, o universal e o particular. Pertencer a uma comunidade, hoje, é também estar em contato com o mundo todo. As práticas sócias deverão estar cada vez mais próximas da unidade para os fins solidários. (BRASIL, 2007, p. 42)

Assim, optamos por trazer alguns resultados de nossa pesquisa, no que diz respeito ao interior de São Paulo e de Minas Gerais, defendendo o que defendem Bentes e Mussalim (2005, p. 60), quando afirmam que a diversidade linguística não se restringe a determinações motivadas por origem sociocultural e geográfica.

Essa retomada da forma de ser e de agir do interior no Brasil promove não só um (re)conhecimento de comunidades, como proporciona o movimento identitário. Não se pode negar que se hoje as manifestações culturais, religiosas, por exemplo, são alvo de atenção e de respeito, em âmbito escolar, muito se deve a um importante passo no ensino da língua, no tocante à luta contra o preconceito linguístico, tendo em vista não só as variantes existentes em um país, mas toda sua formação cultural e identitária.

O trabalho cada vez mais solidificado no que concerne à concepção de língua para além do estabelecido pela norma culta ratifica não só a existência de uma língua falada e de uma língua escrita, mas, acima de tudo, seu uso determinado por certas condições situacionais. Embora Saussure tenha deixado claro em seu *Curso de Linguística Geral* que língua e fala são universos distintos, mas inter-relacionados. Por sua vez, também, Beline (2010) reforça que os estudos variacionistas têm especial importância, por sugerirem que língua e fala estão mais que inter-relacionados, a relação parece mesmo de interdependência. Com o amplo acesso dos brasileiros aos bancos escolares, especialmente no primeiro

nível do ensino fundamental, a multifacetada realidade brasileira, em todas as suas expressões socioculturais, reflete-se na produtiva e saudável convivência de diversas variedades linguísticas na vida escolar, conforme já disseram Martins, Vieira e Tavares (2014, p. 9).

A forma diferente de as pessoas fazerem uso da língua desperta o olhar atento, respeitoso e curioso de Amadeu Amaral para com o povo do interior e parece ir mais longe do que uma maneira de se ver como exemplo de interiorano; explora um povo que vive, que se relaciona, que se desenvolve e é parte constitutiva de um país.

Antes de explorarmos um pouco da importante contribuição de Amaral, por meio de sua obra *O Dialeto Caipira*, da década de 1920, voltamos à origem do termo “caipira” – denominação tipicamente paulista e significa a primeira miscigenação entre branco e índio “kaai” – “pira”, em língua indígena.

Popularmente, há décadas usamos esse vocábulo para sintetizar quem vive no interior e é uma palavra que, ao longo do tempo, foi muito usada de forma pejorativa, para caracterizar alguém pouco inteligente, simplório, aquele que não segue o esperado socialmente, quer por sua postura, por sua linguagem, por suas vestimentas, por suas crenças e valores. Eis a prova de que diferenças, especialmente no tocante à linguagem não são marcadas apenas geograficamente, mas também por fronteiras sociais.

Amaral é precursor em analisar esse povo, pelo viés do vocabulário usado por eles. O valor desse trabalho é inegável e, na apresentação de seu livro, por Paulo Duarte, postumamente inserida, faz referência a Roger Bastide, quando este expressa a relevância da obra de Amaral:

Essa observação sutil que nenhum crítico antes de Roger Bastide, com sua formação sólida nos centros mais adiantados do mundo, havia registrado, demonstra (...) uma coisa que nunca me cansei de acentuar: a profundidade, a universalidade do espírito desse modesto caboclinho do interior (...) (DUARTE, In: AMARAL, 1976, p. 37)

Obviamente, ao falar de um olhar de resgate para a forma de vida de um povo, não podemos deixar de ressaltar que tanto a forma de se expressar verbalmente ou de manifestar seus hábitos, suas crenças foram sendo bastante alteradas, ao longo dos anos, muito em virtude de haver uma educação mais abrangente, como pelo fato, especialmente nas últimas duas ou três décadas de alcance da televisão em longínquas habitações.

Se Amaral encontrou certas restrições em sua pesquisa, no início do século passado, conforme ressalta:

(...) já no início do século XX falava da dificuldade de encontrar manifestações genuínas do caipira também no interior, graças à educação mais abrangente e que impunha uma forma mais padrão culto da fala. Se isso já era notado (...) não só na fala caipira mais preservada, bem como seus hábitos tornaram-se raridade (AMARAL, 1976, p. 41)

Em pleno século XXI, mais de uma década de globalização, não há como não entender seus efeitos, nos mais distantes rincões do planeta. De toda forma, uma análise cuidadosa para o vocabulário da variedade usual no interior, tanto de São Paulo como de Minas Gerais e de outros estados, demonstrará uma gama lexical restrita, muito em virtude da simplicidade da vida que o indivíduo leva em pequenas localidades.

Apesar de todas as restrições, bem como suas influências, uma viagem pelo interior de São Paulo e de Minas Gerais é um convite que pode ir além de um passeio pela geografia de certas localidades, pode ir além de um resgate do tempo, uma forma de recorrer à memória de uma região, de um povo, de uma época.

Amaral acreditava mesmo haver uma cultura caipira que não se limitava ao interior de São Paulo, foco de seu trabalho, mas que caracteriza a cultura e a língua caipira. Para ele, essa variedade, que chamou de dialeto caipira, é um processo de acomodação da língua em relação ao falar do lugar.

Temos convicção na existência da cultura caipira apregoada por Amaral e entendemos que essa postura ideológica é nossa forma de lutar contra o preconceito linguístico.

O trabalho constante na defesa de um ensino de língua que vá além da variedade linguística de prestígio tem sido eficiente e, aos poucos, vemos resultados disso, na própria sala de aula, com a utilização de textos oriundos de diversas situações de comunicação e de variedades linguísticas distintas. Ao inserirmos textos de outras variantes em sala de aula, é importante reforçarmos que, apesar das variações, não vivemos “num caos linguístico” e isso se deve pelo fato de

(...) um indivíduo, no contato com outros indivíduos, numa comunidade, encontra os limites do que pode variar individualmente. Como se constitui uma comunidade de fala (...) compartilham traços linguísticos que distinguem seu grupo de outros; comunicam-se relativamente mais entre si do que com outros; e compartilham normas e atitudes diante do uso da linguagem. (BELINE, 2010, p. 129)

## XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA

Falar em variação, no âmbito acadêmico, é referir-se à Sociolinguística, área da ciência da linguagem que procura verificar de que modo fatores de natureza linguística e extralinguística estão relacionados ao uso de variantes nos diferentes níveis da gramática de uma língua. Numa perspectiva dialetológica, a sociolinguística, ainda conforme Beline, pode se ocupar em estabelecer fronteiras em relação aos diferentes falares de uma língua. Podemos mencionar também da geolinguística, vista por alguns estudiosos como sinônima de dialetologia, mas que especificamente é o estudo das variações no uso da língua, tendo em vista falantes de regiões geográficas diferentes, por exemplo. Trabalhos sob essa perspectiva, embora não se restrinjam a regiões distantes dos grandes centros, servem como exemplo de estudos que valorizam a diversidade não só pelo uso de certa variedade linguística, mas esta como manifestação da forma de viver de um grupo de pessoas. São trabalhos que reconhecem que, nos dizeres de Souza & Pautz (s.d.), a língua de um povo constitui-se um dos seus bens mais preciosos.

Muitos trabalhos recentes de geolinguística, na Universidade de São Paulo (USP), têm sido feitos sob orientação da professora Irenilde Pereira dos Santos, com quem compactuamos com a afirmação de 2009, quando fala que os estudos geolinguísticos e os atlas linguísticos, produtos dessas pesquisas, revelam a inegável e importante presença da memória coletiva na fala de brasileiros de várias localidades.

A variação numa língua se dá de formas diversas, além do uso de uma palavra ou de outra, por determinado grupo, mas também a forma de pronunciar algumas palavras, por causa da variação diatópica, da variação diafásica. As variações podem ocorrer tanto no nível do léxico, como da fonética, da morfologia, da sintaxe. Considerando-se que,

em toda comunidade de fala são frequentes as formas linguísticas em variação. A essas formas em variação dá-se o nome de variantes. Variantes linguísticas são diversas maneiras de se dizer a mesma coisa em um mesmo contexto e com o mesmo valor de verdade. A um conjunto de variantes dá-se o nome de variável linguística. (TARALLO, 1997, p. 8)

Pensar na dinamicidade da língua é entender a natural e constante variação pela qual passa. Variar é parte do processo de qualquer língua, entretanto, as variações ocorrem sem que, muitas vezes, perceba-se esse fenômeno. Isso acontece, por exemplo, pelo fato de uma palavra apresentar duas formas que coexistem por um tempo, até que uma prevalece e há uma mudança.

Ao olhar a língua, como está estabelecida, podemos pensar que algumas mudanças ocorrem, como Chagas (2010) se refere “aos blocos e em saltos”, entretanto, o processo não se dá dessa maneira. Prova disso é verificar como certas palavras são escritas e como são, de fato, pronunciadas. De uma forma geral, ao analisarmos aspectos da linguística, é fundamental o retorno aos escritos de Saussure, que estabeleceu a diferença entre linguística interna, como uma disciplina científica e a externa, num segundo plano, aquela que se ocupa da relação entre a língua e a história.

A abordagem quanto ao aspecto externo da língua, na perspectiva saussuriana cai por terra. Chomsky alerta para o fato de os falantes de uma língua serem criativos no uso que fazem dela e não se limitam a apenas imitar o que ouvirem. Nessa medida, Chagas reforça a relevância dessa concepção de Chomsky, uma vez que enfoca no conhecimento linguístico armazenado na mente do falante. O professor Chagas ressalta também a postura de Labov, que leva em conta numa análise, o que é variável e o que é mutante; para ele, toda língua apresenta variação, que potencialmente pode originar em mudanças.

Apesar de as variações serem óbvias num exame de uma língua, há que se ter claro, também, que nem toda inovação é profícua e vinga. Para que a mudança ocorra, a língua tem necessariamente de passar por um período em que há variação. Claro é, no entanto, que a língua escrita pode demorar muito a registrar as mudanças na língua falada.

Enfim, trabalhar a língua reservando um espaço para as variações e possíveis mudanças é uma maneira de explorar a memória discursiva, ou seja, levar em conta aspectos socio-históricos de crenças e valores, muitas vezes armazenados e até mesmo esquecidos. É a variação um passo anterior à mudança linguística e o olhar para esse contínuo processo, é olhar o povo que utiliza a língua como cidadão, em sua ampla acepção.

O uso que se faz da língua, ao mesmo tempo em que tem abrangência para retomar marcas presentes, às vezes, apenas na memória, apresenta-se também em constante adaptação às necessidades do dia a dia. Contudo, Amaral, partindo do pressuposto da existência de um dialeto caipira, considera um vocabulário mais restrito, natural para o estilo de vida do indivíduo que usa essa modalidade da língua. No entanto, obviamente que com o passar das décadas essa situação mudou significativamente, já que as necessidades cotidianas das pessoas que vivem no interior sofreram alterações e mesmo quem vive no campo teve que aprender, minimamente, certas condutas para melhores resultados no cultivo,

## XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

na colheita, bem como para gerir sua vida, como por exemplo tendo que se submeter a um mínimo de procedimentos, para uma simples transação bancária, para se submeter a algum exame de saúde. Enfim, não acreditamos mais que esse dialeto seja, como afirmava Amaral há quase um século, uma modalidade da língua que representa um estado atrasado do português.

De toda forma, alguns usos da língua como a manutenção de certos hábitos e a resistência, felizmente, de determinadas comemorações podem ser importantes objetos em sala de aula, para a construção de conhecimentos variados e que abrangem diferentes áreas, desde a geografia, a história, a língua, como a música.

Já há um século vários importantes pesquisadores, com ou sem formação acadêmica, vislumbravam a possibilidade de mostrar o Brasil e sua diversidade cultural, por meio desse instigante mosaico de usos e de tradições do povo do interior.

Quando nos colocamos a analisar algumas palavras usadas no interior de São Paulo, por exemplo, entendemos como passaram a fazer parte de seu dialeto, ao mencionar termos que teriam vindo em virtude das viagens dos tropeiros ao sul do país:

(...) esses termos nos vieram por intermédio do Rio Grande do Sul, com o qual mantiveram outrora os paulistas intensas relações de comércio, sobretudo de comércio de animais, sendo frequentíssimas as viagens de tropeiros de uma para a outra província. Dessas relações guardam ainda vocabulários comuns, não só de origem estrangeira, como de elaboração própria (...). Encontra-se no falar caipira de S. Paulo, e na própria linguagem das pessoas educadas, toda uma multidão de neologismos derivados, alguns muito expressivos e já indispensáveis àqueles mesmos que procuram fugir à influência do regionalismo (assuntar, campear, festar, moçar, pururucar etc.). (AMARAL, 1976, p. 41)

Evidentemente, muitos desses vocábulos caíram em desuso e podem estar presentes apenas na linguagem de pessoas mais velhas, ou na lembrança destas, em relação a seus antepassados. Alberto Isaac é um cronista em atividade, que foca seu olhar para um município do interior de São Paulo, Itapetininga, e que busca, com sua memória, recontar um pouco de sua cidade natal e como eram algumas comemorações na localidade, bem como a origem destas.

Em um de seus textos, fala do Largo do Rosário e uma típica festividade anual, iniciada provavelmente no século XIX e que perdurou até os anos 40 do século XX. Tratava-se do louvor a uma santa, venerada pelos negros e que, no dia 25 de dezembro, “era comemorada com a tradi-

cional congada. Esta percorria as ruas do bairro, anunciando, com seus estranhos cânticos e danças (...) a homenagem à milagrosa santa”. A festa durava uma semana e além da música e da dança, as pessoas se fartavam com diversos quitutes.

Em algumas crônicas, com sua sutileza e habilidade, recupera o falar da comunidade, inserida numa determinada época, e ao refletir sobre alguns termos antigos, afirma que há palavras que podem estar em desuso “mas que também são lembradas como engajadas no vocabulário popular” e se reporta a Petrônio:

Pelos séculos as palavras gastam-se. Aderem às salvas. Correm nas bocas. Estiolam papéis, papiros, atas. Iluminam as iluminárias, se eternizam nos livros, tratados, florilégios. Resistem em incunábulos e in-folios. (ISAAC, 2014)

Como exemplo de outro estudioso interessado pelo interior do Brasil e que também percorreu a cidade de Itapetininga, a fim de explorar a vida de seu povo e suas tradições reportamo-nos a Mário de Andrade. O mesmo largo, o do Rosário, mencionado por ele em *Aspectos da Música Brasileira* (1965), citado por Isaac (2008), ao se referir ao famoso carnaval dos negros, no final do século XIX, quando estes dançavam o lundu. Mário de Andrade, também há um século, entendia a relevância de explorar esse universo do interior do Brasil, para valorizar regiões mais distantes dos centros, com seu povo e sua forma de viver.

Há estudos que articulam o trabalho com variantes da língua por meio de ricos textos literários. Estudos com o cordel são recursos bastante explorados e servem de exemplo. Tendo em vista nosso foco no interior de São Paulo e de Minas Gerais, ressaltamos o trabalho de Pedro Pires Bessa, de Minas Gerais, ao analisar a obra de Jadir Vilela de Souza. Trata-se de uma pesquisa apresentada em um congresso de Letras em Caratinga, Minas Gerais e se intitula “O dialeto caipira na obra poética de Jadir Vilela de Souza”.

Souza compôs sua primeira obra em 1946, “E o Manué se vingô” e esta é a referência do estudo de Bessa. A obra, para além de abordar o dialeto popular caipira, apresenta com delicadeza e sensibilidade uma história de amor e seus descaminhos.

A riqueza do trabalho de Bessa foi explorar a poesia, a linguagem atribuída aos personagens e entremear menções a gramáticos e a linguistas e suas visões quanto à modalidade de pouco prestígio da língua, a fala caipira.

## XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOGIA

De início, reporta-se a um tradicional gramático, para exemplificar o claro preconceito lingüístico por tantos anos perpetrado nas escolas.

O dialeto caipira está condenado a desaparecer devido à ação da escola e dos meios de comunicação. /.../ A língua popular é a fala espontânea e fluente do povo. Mostra-se quase sempre rebelde à disciplina gramatical e está eivada de plebeísmos, isto é, de palavras vulgares e expressões da gíria. É tanto mais incorreta quanto mais incultas camadas sociais que a falam. Diz-se, com mais propriedade, linguagem popular. (CEGALLA, 2000, p. 564 e 565)

Na sequência, busca outros estudiosos e suas concepções quanto a esse uso da língua, como é o caso de Celso Cunha e Lindley Cintra, com posicionamentos mais próximos ao que se vê na lingüística hoje. Em seguida, reporta-se a outro acadêmico, que também enfatiza o ranço preconceituoso, pautado numa visão valorativa da língua. Contudo, vai além à crítica a maneira de encarar essa modalidade, especialmente de fala e afirma:

Achamos natural exigir que o aluno aprenda a norma culta para utilizá-la em determinadas situações sociais de comunicação, mas achamos absurdo, por exemplo, exigir que alguém tivesse de aprender o dialeto caipira para falar com o pessoal da zona rural de determinadas regiões do país (sobretudo sul de Minas Gerais e parte de São Paulo). Por quê? Os falantes de norma culta 'exigem' que o caipira aprenda seu modo de falar para circular entre eles, mas o contrário não acontece; os caipiras não 'exigem' que os falantes da norma urbana culta aprendam seu dialeto para circular entre eles. Aprender dialeto caipira será sempre uma 'concessão' dos membros do outro grupo social por interesse científico, ou porque isso pode ser interessante, cômico, exótico, etc. Os caipiras têm com relação à outra variedade o mesmo estranhamento lingüístico, tanto que 'acham graça' do outro modo de falar, mas não o tacham de errado. Não poderiam fazê-lo? O mesmo raciocínio pode ser feito com relação a qualquer par ou grupo de variedades que entrem em confronto. (TRAVAGLIA, 1997, p. 64)

Para finalizar nosso trabalho, segue o mencionado poema, objeto de Bessa. Enfatizamos, assim, a importância da obra de Souza, justamente pela beleza artística literária possível de ser encontrada em qualquer modalidade da língua.

<b>E o Manué se vingô</b> <i>Jadir Vilela Souza</i>	
Foi o dia 3 de agosto dia marcado a mau gosto pru Manué se casá. Prá casá c'á Inhá Rusinha, a moça qui era a rainha de beleza do arraiá!	Quando a festa terminô e o povo se arretirô da casa do Coroné, foi que intão Inhá Rusinha toda chic e bunitinha, foi drumi có Manué.

<p>Chegado o dia marcado, ajuntaro os convidado pru dia bem festeja. Intão tava uma bondade, pois intê dava vontade da gente tamem casá!</p>	<p>E o Chiquinho do Sinhô, num aguentano uma dô qui no seu peito cuntinha, juro pru Virge Maria, de tê que fala um dia cum a danada da Rusinha!</p>
<p>Foi uma prução de gente, parícia intê semente lá no meio do arrozá, acumpanhano os casado pelos caminho infeitado da casa deles mora!</p>	<p>Num supurtano a paxão qui tinha no curaçã pru causo da Rosa bela, foi numa noite de lua lá batê na casa sua, pra mode fala cum ela!</p>
<p>Vivero munto feliz até qui a sorte num quis juntinha deles fica, e a tristeza intão aconteceu o qui agora eu vô cuntá!</p>	<p>Cumo o silêncio era bão pruveitô da casião prá fala do seu amô. Rusinha meio assustada, ficô logo apaxonada pru Chiquinho do Sinhô!</p>
<p>Manué, caboclo forte, num temia nem a morte mais tinha bão curaçã. Gozava munta amizade, e só dexava sodade aqui no nosso sertão!</p>	<p>Cada dia qui passava Os seus amô omentava Pono os ôto em confusã e a Rusinha cubiçada, se torno seno falada cá pras banda do sertão!</p>
<p>Pois era ele um bão rocêro trabaiava o dia intêro na fazenda do Migué. E pru sê munto distante longe de casa bastante, lá drumia o Manué.</p>	<p>Mais um dia foi no ovido dum caboco distimido qui era irmão de Manué, qui num priguntano nada, meteu logo os pé na istrada foi cuntá cumé qui é!</p>
<p>Mais intão Inhá Rusinha pru sê munto bunitinha era munto cubiçada. Tinha o cabelo cumprido, munto gôsto nos vestido e uma facinha rosada!</p>	<p>E o Chiquinho, apaxonado, ficô munto amedrontado e na hora dele saí cunvidô Inhá Rusinha se quiria bem susinha de noite cum ele fugi!</p>
<p>Ficô tudo apaxonado, os mucinho apreparado qui morava no arraiaá, e a Rusinha constrangida, ficô seno pirciguída pru mode dum seu oiá!</p>	<p>E a Rusinha intão temeno o qui tava acunteceno a proposta ela aceito. Intão bem de madrugada se ponharo pela istrada nem nutiça eles dexô!</p>

## XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOGIA

<p>E o Janjão, caboco forte, um tipo do home do norte, e nervoso cumo que, insinô pru Manué bem tudo cumé qui é qui ele tinha de fazê!</p> <p>Vancê fica acumudado, finge tá se acunfurmado, qui ela um dia há de vortá! E ancê fica de tucaia, Ninguém vê nem atrapaia Vancê a Rosa mata!</p> <p>Manué iscutô tudo mais inté fingiu de mudo prá mode se praticá, e cumo nada pensano, já ficô ele isperano a Inhá Rusinha vortá!</p> <p>Imagina, meu patrão, qui o Janjão parece qui divinhô! Será ‘coisa’ qui ele féis? Num levô mais nem um méis, Inhá Rusinha vortô!</p> <p>E de tão arripindida Ficô inté iscundida Lá na gruta do gambá! Mais o Tunico intão viu, correno o morro subiu, pru Manué foi cuntá.</p> <p>Manué tudo enraivado, pelo Janjão insinado, juro intão se vingá! Cum dois revorve nas mão, Bem cheio de animação, Foi a Rusinha incuntrá!</p> <p>Intrô na gruta susinho, de vaga, bem de mansinho, qui nem um ramo mecheu. E dispois viu a Rusinha ninano uma criancinha qui a pôco tempo nasceu!</p>	<p>Manué intão, coitado, ficô tudo invermeiado e qui inté mitia dó! No lugá bem iscundido, ele intão dispircibido féis baruio nos sipó.</p> <p>E a Rusinha amedrontada, se prostô ajueiada e pidino mi perdão. Tinha o vestido rasgado o corpo tudo arranhado, suluçano de aflição!</p> <p>Dispois ela intão chorano pediu ele, lastimano, apontano pru bebê, qui matasse ela somente, e qui dexasse o inucente do fio dela vivê!</p> <p>Manué ovuiu aquilo qui aperto seus grugumilo, pois inté quase choro! E ficô cumpadicido, num quereno sê bandido, a Rusinha perduô!</p> <p>Pode vim muié danada, vancê já tá perduada, prá casa pode vortá! E leve esse fio seu, qui apesá de num sê meu eu quero ele trata.</p> <p>Foi quano de supetão apareceu o Janjão qui de pressa priguntô: “Diga logo Manué me diga pru qui é qui vancê num se vingô?”</p> <p>A gente vingá, Janjão, num é só matano, não tem mais modo de vingá! Apois veja, iscuita só, Qui a vigança foi maió, Pois c’o nenê vô fica!</p>
--	--

A linguagem trabalhada de forma dinâmica e flexível torna-se relevante no ensino de língua materna, em sala de aula, propiciando uma abordagem e uma análise substancial das variantes, assegurando um ambiente dialógico, cujos estímulos facilitam a aprendizagem.

Nesse contexto, esse artigo mostra que, através do estudo da língua portuguesa e suas variações, os poemas e/ou letras de música são suporte atraente e possibilita inúmeras leituras interpretativas, mostrando/revelando história, costumes, identidade, cultura, evolução da linguagem e contraste sociais.

Assim, concluímos que a abordagem das variantes da língua, especificamente as ainda encontradas longe das metrópoles e, de algumas formas preservadas, é recuperar a história da tradição de comunidades do interior do Brasil, é entender uma cultura formada por longos fios condutores, que tecem teias intrincadas, complexas, ora claramente articuladas, ora tenuamente continuadas, mas que muito contribuem para uma reescrita da história do Brasil, ou uma história de brasileiros. Entretanto, essa história apresenta relações que atravessaram os oceanos. Dessa forma, mais uma vez damos voz a Freyre: “(...) é preciso que se estude nos objetos de arte brasileira a influência da Índia, da África, da China, do Japão, através de Portugal, onde traços exóticos foram assimilados, antes de se comunicarem ao Brasil”. (FREYRE, 2010, p. 63)

Além disso, acreditamos também que

(...) o entendimento sobre questões como a do preconceito linguístico passa pelo conhecimento dos condicionadores internos explicam a variação nos diferentes níveis linguísticos e pelo conhecimento dos condicionadores externos que explicam como as formas em variação se encaixam na estrutura social e como elas são avaliadas na sociedade. (COELHO, 2015, p. 165)

Afinal de contas, o conhecimento científico e a prática pedagógica precisam estar mais próximos e caminhar juntos, para que sejam alcançados os objetivos postulados para o ensino de português no Brasil. O professor de português tem o dever, frisam Bortoni-Ricardo e Rocha (2015, p. 37) de, na escola, ajudar os alunos a refletir sobre sua língua materna e a desenvolver a competência comunicativa dos alunos, ampliando-lhes o número e a natureza das tarefas comunicativas que já são capazes de realizar na língua oral e, depois, também, por meio da língua escrita.

## XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMARAL, Amadeu. *O dialeto caipira*. São Paulo: Hucitec, 1976.
- ARAÚJO, Marcilene de Assis Alves. *Linguagem e identidade cultural: uma abordagem sociolinguística*. Disponível em: <<http://www.juraraca.ufsm.br>>. Acesso em: 21-03-2015.
- BELINE, Ronald. A variação linguística. In: FIORIN, José Luís (Org.). *Introdução à linguística: objetos teóricos*. São Paulo: Contexto, 2010.
- BENTES, Anna; MUSSALIM, Fernanda. *Introdução à linguística: domínios e fronteiras*, vol. 1, 5. ed. São Paulo: Cortez, 2005.
- BESSA, Pedro Pires. O dialeto caipira na obra poética de Jadir Vilela de Souza. In: V Congresso de Letras, 2005, Caratinga (MG). *V Congresso de Letras, Discurso e Identidade Cultural* [Publicação eletrônica]. Caratinga: UNEC Centro Universitário de Caratinga, 2005, vol. 01, p. 01-08.
- BORTONI-RICARDO, Stella Maris; ROCHA, Maria do Rosário. O ensino de português e a variação linguística em sala de aula. In: MARTINS, M. A.; VIEIRA, S. R., TAVARES, M. A. *Ensino de português e sociolinguística*. São Paulo: Contexto, 2014.
- BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais*. Língua portuguesa: ensino de primeira à quarta série. Brasília: MEC/SEF, 1997.
- \_\_\_\_\_. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais: Terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: introdução aos parâmetros curriculares nacionais*. Brasília: MEC/SEF, 1998.
- \_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. *Parâmetros Curriculares Nacionais: ensino médio*. Língua portuguesa. Brasília: MEC/SEF, 2007.
- CHAGAS, Paulo. A mudança linguística. In: FIORIN, José Luís. (Org.). *Introdução à linguística: objetos teóricos*. São Paulo: Contexto, 2010.
- COELHO, Izete L. C. et alii. *Para conhecer sociolinguística*. São Paulo: Contexto, 2015.
- FREYRE, Gilberto. *O mundo que o português criou*. Recife: E-Realizações, 2010.

ISAAC, Alberto. *Vivas memórias: histórias, personagens, crônicas*. Itapetininga: Correio de Itapetininga, 2009.

\_\_\_\_\_. Outros tempos, outras palavras. *Correio de Itapetininga*, 17 a 23/1/2014.

MARTINS, M. A.; VIEIRA, S. R.; TAVARES, M. A. *Contribuições da sociolinguística brasileira para o ensino de português*. In: MARTINS, M. A.; VIEIRA, S. R.; TAVARES, M. A. *Ensino de português e sociolinguística*. São Paulo: Contexto, 2014.

ORLANDI, Eni. *Terra à vista! Discurso do confronto*. São Paulo: Cortez, 1990.

SANTOS, Irenilde Pereira. Memória coletiva, geolinguística e relações textuais e discursivas. In: SANTOS, João Bosco Cabral dos (Org.). *Sujeito e subjetividade: discursividades contemporâneas*. Uberlândia: UFU, 2009, p. 339-347.

SIGNORINI, Inês. *Língua(gem) e identidade: elementos para uma discussão no campo aplicado*. Campinas: Mercado das Letras, 20012.

SOARES, Magda. *Linguagem e escola: uma perspectiva social*. São Paulo: Ática, 1980.

SOUZA, Antônio Escandel de; PAULTZ, Sílvia. *A diversidade linguística no contexto escolar*. Disponível em: <<http://www.sociodialeto.com.br/edicoes/8/09052011091540>>. Acesso em: 20-03-2015.

TARALLO, Fernando. *A pesquisa sociolinguística*. São Paulo: Ática, 1997.

OS PERSONAGENS FEMININOS  
NA MÚSICA POPULAR BRASILEIRA

*Manuela Chagas Manhães* (UENF/UNESA)  
[manuelacmanhaes@hotmail.com](mailto:manuelacmanhaes@hotmail.com)

RESUMO

Este trabalho analisa diferentes personagens femininos construídos em letras poetas da música popular brasileira. Tais construções são de suma importância para que possamos pensar e analisar as diferentes conotações com que a mulher é representada na realidade social, repletas de sentidos, significações e representações que transcendem a linguagem artístico-musical e tem se alicerçado no contexto sociocultural da sociedade brasileira. Ora vistas como musas, ora vistas como vilãs, representam papéis sociais legítimos ou imorais, profanos ou sagrados, podendo estar presentes não só na veia criadora do letrista, mas em suas aspirações e ideologias, e vivenciados em suas distintas dinâmicas sociais, atrelados aos costumes, hábitos e valores pertencentes a cultura brasileira, sendo, então, traduzidos na música popular brasileira – uma maneira de dar visibilidade ao que está implícito na constituição da própria atribuição dos papéis sociais. Estes personagens femininos se tornam imagens que traduzem a forma com que a mulher foi sendo constituída e se constituiu nas relações sociais em diferentes contextos sociopolíticos e históricos, em que a práxis social favoreceu a mudança do rumo da história e do próprio movimento social que tem a mulher como sujeito social que age e reflete diferentes maneiras de se perceber enquanto mulher, entre o feminino e sua feminilidade.

**Palavras chave:** Mulher. Linguagem artística. Música popular brasileira

**1. Introdução**

Sabe-se que a linguagem é mediadora de todas as relações mantidas em nossas vidas, por ser o meio de expressão e comunicação estabelecido pelas conjunturas sociais (estruturas internas), políticas (poder ideológico), históricas (fatores cronotópicos) e culturais (identidade). Ela favorece uma espécie de junção entre a experiência vivida e a formulação de uma linguagem artística subjetiva, com características históricas.

Neste contexto, a poesia e a música são consideradas grandes expressões de paradigmas, valores, construção de identidades e sentimentalidades, utilizadas como formas de comunicação, contribuindo para a constituição da cultura e de seus elementos. Percebe-se que a arte poético-musical, de forma geral, faz um grande bem à sociedade, favorecendo a subjetividade encontrada no cotidiano através de diversas formas de manifestação que utilizam a linguagem como instrumento de comunicação universal em sua função artística. O indivíduo se utiliza da poesia e

da música como pontes, com as interações referentes às emoções e princípios que regem a formação do pensamento e de questões sociais.

Entre tais questões, encontramos a relação de gênero e a modificações de atribuições de papéis sociais relacionados ao sexo no passado, no desenrolar da dinâmica social. Ou seja, como forma de expressão social, a música poetada tem sido uma das bases de formação social, que traduz, em sua métrica, maneiras de se perceber a mulher em diferentes contextos, significações e representações. É a partir deste fato que pretendemos realizar as análises. Para isso, utilizamos a análise do discurso como instrumento de interpretação e análise, além de fundamentações teóricas sociológicas e antropológicas acerca do gênero e suas distintas definições, que estão refletidas e manifestadas na música popular brasileira.

## **2. *Poesia e música: duas linguagens subjetivas na música popular brasileira***

Nunez y Mendieta (1967) nos diz que o elemento crucial da arte deriva das interações humanas que criam uma série de conceitos, de ideias e de sentimentos coletivos, nos quais o artista necessariamente se inspira, pois se dele se afasta, sua obra se torna vazia de interesse e não pode despertar emoção e reflexão. Como consequência das interações humanas, os caminhos são infinitos, pois depende de como o artista trabalha determinado tema.

Dessa forma, a criação artística depende da captação do elemento social que sempre está em mudança e, por isso, não tem esgotamento, tornando-a sempre renovável e dinâmica. Isso se deve a mudança de conceitos morais e de costumes da sociedade, de maneira geral, sendo a arte influenciada pela sociedade. Logo, capta esse elemento e lhe dá sentido por meio de expressão adequada para produzir emoção estética e sublimação do artista como porta voz da construção social a partir de seus valores, concepções e representações em diferentes contextos sócio-históricos.

Isso significa dizer que toda arte é condicionada pelo seu tempo e representa a humanidade em consonância com as ideias, aspirações, necessidades e as esperanças relativamente a uma situação histórica particular. Mas, por outro lado, a arte supera essa limitação e, de dentro do

## XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOGIA

momento histórico, cria também um momento de humanidade que promete constância no desenvolvimento social.

Portanto, o fenômeno artístico é perceptível na verdadeira natureza da realidade: a arte é condição de um princípio ontológico do ser, é a chave que nos permite o acesso ao mundo, é o caminho mais original da compreensão da realidade. É na arte que encontramos um processo interpretativo onde objetos apreendidos pelos sentidos e pela razão dão representação, de acordo com os círculos de convivência social e seus parâmetros de atribuição de papéis sociais.

A poesia, a música e a literatura, por sua vez, podem ser consideradas como formas de liturgias que têm como instrumento a linguagem verbal, repleta de símbolos, e é obra coletiva, indubitavelmente social e com fins de transmitir, de comunicar alguma coisa aos demais.

É neste aspecto que Perrone (1988), em *Letras e Letras da Música Popular Brasileira*, expressa a importância da linguagem artística no cenário brasileiro a partir dos anos 60 e 70. Segundo ele, há presença de elementos literários na linguagem da canção brasileira contemporânea. A poesia musicalizada e a poesia destinada à leitura possuem origens históricas comuns e mantêm afinidades, como expressão da forma de pensar, valores intrínsecos no meio social e suas emoções, sensações e atribuições de papéis sociais.

Sant'Anna (1978) nos traz outro elemento estrutural para ser considerado quando tratamos a poesia-canção brasileira: os recursos retóricos e as figuras de linguagem. Ele nos lembra que há muitas afinidades entre a poesia e a canção. Todos esses elementos favorecem o desenvolvimento da sensibilidade e a acessibilidade aos diversos caminhos poéticos que os compositores, letristas ou poetas podem explorar na dimensão sonora e verbal.

Tal fato é visto por Augusto de Campos (in PERRONE, 1988) quando retrata a música popular brasileira dos anos 60 aos 80, chamando atenção para a criatividade e a linguagem utilizada, aplicando modelos literários para fazer suas análises e críticas. Contudo, Campos não descarta a possibilidade de algumas letras resistirem como poesia independentemente de sua música. Comparando os músicos-poetas brasileiros contemporâneos aos trovadores que estudou e traduziu, Campos sugere que a elaboração intrincada e os padrões rigorosos permitem que sejam tratadas como poesia. Ou seja, as letras de algumas canções brasileiras causam o efeito poético. A canção brasileira em meados e fins da década de 60 cor-

responde a uma importante evolução poética da música popular que traduz as diferentes visões e identidades, além de trabalharem diferentes questões sociais, entre elas a de gênero.

### **3. *Compreendendo constituições de diferentes papéis femininos através da música popular brasileira***

A naturalização dos papéis e das relações de gênero faz parte de uma ideologia que tenta se definir a partir das questões biológicas, de maneira que traz uma atribuição da essência masculina e feminina, como se homens e mulheres fossem desde tênue idade. Entretanto sabe-se que tais atribuições são determinações sociais que foram sendo construídas e modificadas ao longo da história, por estarem dentro da dinâmica social. Ou seja, as pessoas vão aprendendo a ser homens e mulheres dentro de uma lógica cultural e histórica repleta de sentidos e de significações que trazem definições de seus papéis, ações e maneiras de se perceberem enquanto seres sociais em diferentes relações sociais.

Esta questão social tem ganhado diferentes repercussões na linguagem artística, em particular, na música popular brasileira, demonstrando os diferentes papéis da mulher a partir das construções poético-musicais de nossos compositores. É desta forma que percebemos a mulher, sempre fonte de inspiração, constituída por diferentes prismas na música popular brasileira. Mas o que isso significa? Quem são estas mulheres?

#### **3.1. *Entre a musa e a amante***

Para Vinícius, a mulher sempre teve uma função primordial na sua existência. Foi com as mulheres de sua vida que ele aprendeu a apreciar a feminilidade e o ser feminino, aprendeu a ser um romântico inveterado. Assim, mulheres e mulheres viriam para a sua vida e seriam musas, para que seus versos tomassem forma e tivessem riqueza de sentimentalidades e analogias: a beleza conotativa encarnada na natureza, na imagem feminina e no amor. Não saberia viver sem a musa-mulher e sem mulher-musa. Isso significa dizer que a mulher e o amor estariam entrelaçados. Se o amor percorre a contemplação e a contemplação se encarna na figura da mulher, esta mulher ficaria no imaginário, num mundo fantasioso; porque só com a existência da mulher, a beleza, a leveza e amor poderiam trazer o sentido da própria vida, contempladas em seus versos.

## XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA

Tais questões, que retratam o sentido da mulher enquanto musa, encontram-se explicitadas na canção poetada de Vinícius e Carlos Lyra:

### Coisa mais linda

Coisa mais linda é você, assim  
Que é o amor  
Perfumando a natureza numa forma de mulher  
Porque tão linda assim  
Não existe a flor  
Nem mesmo a cor não existe  
E o amor  
Nem mesmo o amor existe  
E eu fico um pouco triste  
Um pouco sem saber  
Se é tão lindo o amor  
Que eu tenho por você.

Vinícius de Moraes e Carlos Lyra [  ]

O sentido encontrado da mulher viniciana é a justaposição da musa, exatamente por ser ela o motivo do amor e da felicidade. Estes são sentimentos abstratos que só podem ser sentidos quando temos a imagem desta mulher que ronda, no subconsciente, o desejo de concretude da sensação e da emoção amorosa. Uma mulher, que estaria presente em fatos simples e alusões que se referem à existência ou não do próprio amor, por ser a fonte de beleza, sentimentalidade e harmonia, traz a leveza de sentir-se inebriado pela musa inspiradora, sendo esta o seu referencial.

O que dizer daquele que é considerado como decifrador da alma feminina? Chico Buarque de Holanda, letrista e poeta da música popular brasileira em diversas poesias musicalizadas ou músicas poetadas, tem a imagem da mulher retratada, decifrada. Entre tantas, escolhemos para contrapor a imagem da musa viniciana a mulher amante, arquitetada na música sob medida. A referência a uma mulher que traz suas certezas e determinações de desejo, que desce do céu para ao mundo mundano, que serpenteia o chão raso, que carrega estigmas, por ser quem é e por revelar de maneira explícita o seu ardor, a sua cobiça. Por isso, por vezes é condenada, estereotipada como profana. Entretanto a autenticidade desta mulher, que quebra amarras e paradigmas, instala-se na modernidade, quando passa a se entender como atora e autora social, questionando e dando respostas para si mesma e para seu par – entre elas, a do direito ao corpo, à vida, à escolha amorosa, como sujeito social, e não só objeto de desejo ou imagem de criação que vive no intocável.

Então, é numa métrica buarquiana que temos a construção da mulher como sujeito na relação amorosa igual ao homem. Apenas as distinções sexuais, ou seja, biológicas, os diferenciam, mas, entre as representações de gênero, encontramos ambos sujeitos sociais dentro da equidade de papéis sociais.

**SOB MEDIDA**



*Chico Buarque de Holanda*

Se você crê em Deus	Traíçoera e vulgar
Erga as mãos para os céus	Sou sem nome e sem lar
E agradeça	Sou aquela
Quando me cobiçou	Eu sou filha da rua
Sem querer acertou	Eu sou cria da sua
Na cabeça	Costela
Eu sou sua alma gêmea	Sou bandida
Sou sua fêmea	Sou solta na vida
Seu par, sua irmã	E sob medida
Eu sou seu incesto	Pros carinhos seus
Sou igual a você	Meu amigo
Eu nasci pra você	Se ajeite comigo
Eu não presto	E dê graças a Deus
Eu não presto	

Se você crê em Deus  
Encaminhe pros céus  
Uma prece  
E agradeça ao Senhor  
Você tem o amor  
Que merece.

A construção de Chico Buarque vem revelar uma mulher que não mais se amedronta nas relações amorosas. Ergue no meio social uma mulher que traz em si suas marcas, suas escolhas e se define como aquela que é cria da costela, é o par, é a irmã. Que vive entre as ruas, solta no mundo para ter suas experiências, legitimando-se como mulher numa nova identidade. Neste arquétipo, vivemos um limiar que distingue as figuras da mulher. Se em Vinícius encontramos aquela mulher-musa inspiradora de um amor maior, sublime, nesta temos uma mulher, cuja atitude é viver o amor. Sendo amante do próprio amor, traz a concretude de saber, de modo que o homem deve, sim, levantar as mãos para o céu por ser ela que está em sua vida. Destemida, ao dizer que é “sob medida para os carinhos seus”, demonstra que tanto quanto ele, está ali, para ser quem ela é e sem negar quem ela é. Não representa diferenciações entre os gêneros. Ao contrário, a partir das definições tradicionais, coloca-se de

igual para igual em relação à representação masculina. Então, dentro desta formação, o homem forte, viril, que vive e transita no espaço público, que não presta e que está onde deve estar, passa a ser também a representação feminina desta nova imagem da mulher. Por isso, “traíçoeira e vulgar, sem nome e sem lar”. E, numa sociedade em que os estigmas são claros e as definições trazem um padrão cultural, esta mulher, por assumir quem é, não presta. É considerada como vulgar e bandida, por não caber dentro do que é esperado que a mulher seja, enquanto ser feminino.

### 3.2. Entre o feminismo e a feminilidade

Ao pensar nos conceitos de feminismo e feminilidade, deparamos com um drama frequente hoje no tecido social: a mulher moderna se constitui de representações de papéis ainda cobrados na e pela sociedade. As representações destes papéis sexuais definidos como masculinos e femininos determinam funções, características, valores, ações e espaços. Transitar na modernidade tornou-se difícil e necessário. Não mais só musa nem só amante, não mais só feminina; a mulher, fonte de inspiração, de desejo e de especulações (se o que faz é certo e errado), por instantes se perde diante da fluidez de sua identidade que está em constante construção. Acaba por ser uma mistura que personagens. Ora renegando o sentido de ser mulher, definido socialmente como frágil, bela, que segue a ditadura da beleza, sensível e feita apenas para amar e cuidar dos seus. Ela hoje se diferencia e refaz seu percurso dentro do feminismo, mesmo sem saber. Suas ações cotidianas – sendo sujeito social que deseja, que quer, que renega o que antes fora definido para ela –, favorece para novas constituições do sentido de ser mulher.

Representando estas questões, temos “Pagu”, de Rita Lee. Lidando com paradoxo e uma versão de quem foi Pagu – uma artista de vanguarda da sociedade brasileira – Rita Lee, com toda a sua ironia, descreve esta mulher feminista que se firma na sociedade contemporânea.

Pagu



Rita Lee

Mexo, remexo na inquisição  
Só quem já morreu na fogueira sabe o que é ser carvão  
Eu sou pau pra toda obra, Deus dá asas à minha cobra  
Minha força não é bruta, não sou freira nem sou puta  
Porque nem toda feiticeira é corcunda, nem toda brasileira é bunda

Meu peito não é de silicone, sou mais macho que muito homem  
Nem toda feiticeira é corcunda, nem toda brasileira é bunda  
Meu peito não é de silicone, sou mais macho que muito homem  
Sou rainha do meu tanque, sou Pagu indignada no palanque  
Fama de porra-louca, tudo bem, minha mãe é Maria ninguém  
Não sou atriz, modelo, dançarina  
Meu buraco é mais em cima  
Porque nem toda feiticeira é corcunda, nem toda brasileira é bunda  
Meu peito não é de silicone, sou mais macho que muito homem  
Nem toda feiticeira é corcunda, nem toda brasileira é bunda  
Meu peito não é de silicone, sou mais macho que muito homem

Em sua composição, Rita Lee brinca na construção poética, desde as questões dos contextos históricos, quando retrata a Inquisição, a fogueira, que culpabilizava a mulher por ser quem é e aos símbolos do masculino que são encontrados na mulher. Quem é a feiticeira? quem é a dona de casa? quem é a puta? quem é a santa? quem é a porra louca? quem é esta rainha? Em todas elas encontramos uma expressão comunicativa que afirma a mulher no feminismo, na formação de novas representações sociais sobre o sentido da mulher na modernidade, que não mais por ser a fonte de inspiração pela beleza, fragilidade e docilidade, que ainda são referências para definir a mulher, mas por ser forte, por ser tudo aquilo que ela precisa ser para encarar as situações do cotidiano “mais macho que muito homem”. O sentido da representação masculina se contrapõe e, paradoxalmente, afirma o contexto atual em que temos a mulher, dona de casa, que é chefe de família; a mulher que enfeitiça pela sedução e pela inteligência; a mulher que desafia as construções de gênero tradicionais para uma nova forma de se ver e perceber o feminino.

Bandeiras foram levantadas pelo movimento feminista e, como a sociedade é construída pela dinâmica social, continuamos a levantá-las, mas sob novas vertentes. Entretanto, a forma de pensar os valores que definem os sexos pelas representações entre os gêneros ainda está nos indivíduos, que teimosa e historicamente a reproduzem no meio social, definindo o que é papel de mulher. É nestas confluências que a música transporta novas visões, podendo desconstruir os antigos valores, traduzindo a riqueza que transita entre feminilidade e feminismo. E é neste aspecto que a Rainha do Rock é formidável. Ela descreve e faz alusões em que, independentemente do papel social que a mulher faça, ela, por si só, é sujeito de sua vida, ela se equipara a qualquer homem, enquanto sujeito social. E sem olhar para trás ou se importar com antigas convicções do que ela teria que ser para ser considera a mulher, é que ela segue adiante; ela vai se redefinindo segundo suas necessidades, objetivos e vontades.

## XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOGIA

Não se esconde e nem se retrai, simplesmente ela é uma versão de van-guarda da nossa Pagu.

Em contrapartida, para entendermos estas definições conceituais que se refletem no cotidiano das diferentes versões encontradas sobre a mulher, torna-se fundamental demonstrarmos as atribuições de representações sociais e sexuais pontuadas para e na feminilidade. É a partir deste referencial que escolhemos “Coragem, Mulher”, de Ivan Lins. Ivan Lins pode ser considerado um trovador contemporâneo. Temos o perfil desenhado de um poeta que busca determinar a alma feminina e todas as suas dificuldades e desafios por ter esta alma feminina.

### Coragem, Mulher



#### Ivan Lins

Essa firmeza nos teus gestos delicados  
Essa certeza desse olhar lacrimado  
Haja virtude, haja fé, haja saúde  
Pra te manter tão decidida assim  
Que segurança pra dobrar tanta arrogância  
Que petulância de ainda crer numa esperança  
Quem é o guia que ilumina os teus dias  
E que te faz tão meiga e forte assim?

Coragem, coragem, coragem, mulher!  
Coragem, coragem, coragem, mulher!

Como te atreves a mostrar tanta decência?  
De onde vem tanta ternura e paciência?  
Qual teu segredo, teu mistério, teu bruxedo  
pra te manter em pé até o fim?

Coragem, coragem, coragem, mulher!  
Coragem, coragem, coragem, mulher!

Como te atreves a mostrar tanta decência?  
De onde vem tanta ternura e paciência?  
Qual teu segredo, teu mistério, teu bruxedo  
pra te manter em pé até o fim?

Coragem, coragem, coragem, mulher!  
Coragem, coragem, coragem, mulher!

O que é interessante nesta música poetada é o fato de Ivan Lins, em um artesanato de palavras, articular os adjetivos que são correlacionados a figura feminina. Entender-se como atribuições femininas: paciência, fé, ternura, esperança, decência, segurança, meiguice, gestos deli-

cados e olhos lacrimejados, em outras palavras, a sensibilidade que só a mulher, segundo as atribuições femininas, pode ter. A alma feminina sempre repleta de atributos que determinam não só quem ela é em seu mundo, mas como ela é no mundo dos homens, o que se espera dela, de suas atitudes passam a ser descritos em cada verso a partir de uma dicotomia: firmeza, certeza e virtude, petulância e segurança. Ou seja, para ser a mulher feminina não basta ser, tem que ter em sua formação as definições necessárias para se afirmar como tal, por isso “Essa firmeza nos teus gestos delicados, essa certeza desse olhar lacrimejado, haja virtude (...) para manter tão decidida assim”.

Quando adota outra postura ou tem outras características passa então a ser questionado que petulância seria esta, para e por ser assim seria um segredo, um mistério ou estaria além das definições mundanas, por isso, o teu bruxedo. Diante do homem e de seu mundo o que a mulher precisa ter para ser como é, é coragem. Por tanto, a mulher que transita no meio social gera uma expectativa. Ser a mulher feminina, que faz o que é necessário para manter se em pé, que seria ter paciência, esperança, saber ser meiga e forte. Sim uma força para sobreviver e definir-se como tal a partir dos padrões culturais tendo comportamentos, pensamentos que estruturam a sua feminilidade requer sempre a coragem.

### **3.3. Quem é esta mulher: Dona**

Nunca será fácil ser a mulher, a coragem é mais do que necessária, e a base para ser mulher. Diferentes papéis e definições formam os personagens encontrados na música popular brasileira, assim como na vida cotidiana. Como toda arte que faz a comunicação mediante a expressão que a linguagem é e representa, a linguagem artística musical poética é construída a partir das observações, das ideologias, dos paradigmas, dos costumes, dos valores, das sentimentalidades e das vivências. A arte é o que oxigena a sociedade e independentemente de sua função ela favorece a comunicação com os diferentes contextos e formações sociais, que estão refletidos nos sujeitos sociais e nas suas atribuições.

É neste sentido que pensamos Dona de Sá e Guarabira. Em dona encontramos esta multiplicidade de ser mulher. Talvez antes mesmos de termos estas redefinições da mulher moderna, encontramos em dona, inúmeros personagens femininos. Sua representação demonstra como a mulher, fonte de desejo, admiração e sublimação, transita entre os mundos: sagrado e profano, sujeito e objeto, musa e amante. Ora pausa ora

## **XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA**

plana, que alça voos, e por tal atitude passa a ser considerada dona: dona de seus passos, de seus desejos, de seus não, de seus sonhos.

**Dona**



**Sá e Guarabira**

Dona desses traiçoeiros  
Sonhos, sempre verdadeiros  
Oh Dona desses animais  
Dona dos seus ideais  
Pelas ruas onde andas  
Onde mandas todos nós  
Somos sempre mensageiros  
Esperando tua voz  
Teus desejos, uma ordem  
Nada é nunca, nunca é não  
Por que tens essa certeza  
Dentro do teu coração  
Tã, tã, tã, batem na porta  
Não precisa ver quem é  
Pra sentir a impaciência  
Do teu pulso de mulher  
Um olhar me atira à cama  
Um beijo me faz amar  
Não levanto, não me escondo  
Porque sei que és minha Dona...  
Dona desses traiçoeiros...  
Sonhos sempre verdadeiros  
Não há pedra em teu caminho  
Não há ondas no teu mar  
Não há vento ou tempestade  
Que te impeçam de voar  
Entre a cobra e o passarinho  
Entre a pomba e o gavião  
Ou teu ódio ou teu carinho  
Nos carregam pela mão  
É a moça da cantiga  
A mulher da criação  
Umhas vezes nossa amiga  
Outras nossa perdição  
O poder que nos levanta  
A força que nos faz cair  
Qual de nós ainda não sabe  
Que isso tudo te faz  
Dona, Dona...

A dona da força, da canção, da perdição, da serenidade, da inspiração. Tantas numa só. Tantas atribuições a definem e a fazem persistir. Não há o que a impeça, não há quem a coloque numa dimensão menor que a faça sentir objeto. Uma mulher que está entre nós. Nós mesmas.

Talvez nossas mães, nossas filhas, ou uma amiga, que admiramos por ter esta coragem, por ser aquela que sem perceber é a feminista de vanguarda como Pagu, como Chiquinha Gonzaga, como Dercy Gonçalves, como Zuzu Angel, como Dalva de Oliveira, como Rita Lee, como Marília Medalha, como Leila Diniz, entre tantas outras que se legitimaram no meio artístico, no meio político e social e que se tornaram referência para se perceber a mulher enquanto sujeito social. Tantos nomes conhecidos e quantos outros anônimos são a inspiração de nossos artistas. Quantos outros irão surgir para manter se viva a história que se repete nos nossos cotidianos.

É neste sentindo que Dona seria uma parte de nós, mulheres modernas que estão buscando exorcizar seus medos para poderem viver plenamente em suas escolhas. Então que é esta mulher: eu, você? Uma junção de todas as mulheres que trocam passos consigo mesmas, que são invisíveis, mas reconhecidas pelo espelho? Que se vê, mas não se enxerga? Quem é esta mulher que busca ser aquela que quiser e para isso quebra paradigmas, quebra protocolos e é estigmatizada? Sim, é a dona, dona de si, dona de sua história e de suas identidades. E neste mundo, quem ainda percorre ao passado para vê-la, cuidado que ela está ai, vivendo, sonhando e voando... e entre a musa e amante, a feminina e feminista ela se reconstrói, se redefine e segue adiante na vida social sendo a referência poética de personagens femininos na música popular brasileira.

#### **4. Conclusão**

Entendemos que assim como a poesia erudita, a poesia musicalizada está repleta de fontes de inspiração para os nossos compositores da música popular brasileira. Por isso, acreditamos que a música popular brasileira faz uma alusão às diferentes construções de realidades sociais em que são constituídas as representações das atribuições dos papéis sexuais social e culturalmente definidos.

É nesta conjectura que entendemos as constituições dos papéis sexuais. Tais constituições se encontram, na verdade, nas interações sociais, e são contempladas na linguagem artística, musical, poética. Considerando estes compositores como poetas da música popular brasileira, podemos perceber as diferentes representações da mulher em suas músicas poetadas, nas quais vislumbramos definições das identidades da mulher moderna que tem diferentes contextualizações e referências. Suas construções perpassam pela vida cotidiana, pelos valores, pelos paradig-

mas que rondam o meio social e definem diferentes maneiras de se perceber a mulher. Embora tenhamos estes diferentes personagens feministas, podemos dizer que em todos eles a mulher é sujeito social, apesar de trazerem diferentes significados e considerações do que define sua identidade e os sentidos do que é ser mulher.

Assim, numa sociedade que perpassa por tantos movimentos e redefinições, as identidades são remodeladas, e é a partir de tal fato que pensamos o feminino e a mulher, o feminismo e a mulher, a musa e a mulher, a amante e a mulher. Hoje, ser a mulher de nosso tempo traz diferentes representações sociais. Suas máscaras sociais e seus significados ainda são definidos e questionados por tudo e por todos. São colocadas entre a sagrada e a profana, ainda são elas, as mulheres, objeto de inspiração na arte, em que têm sido representadas como protagonistas, com distintos sentidos, muito bem construídas pelos poetas da música popular brasileira (entre outros), que em diferentes contextos, construções e percepções as enaltecem por serem fonte de inspiração, desafio e reflexão.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BEGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. *A construção social da realidade*: tratado de sociologia do conhecimento. 22. ed. Trad.: Floriano de Souza Fernandes. Petrópolis: Vozes, 1985.

CALDAS, Waldenyr. *A cultura político-musical brasileira*. São Paulo: Musa, 2005.

\_\_\_\_\_. *Iniciação à música popular brasileira*. 2. ed. São Paulo: Ática, 2001.

CANDIDO, Antônio. *Literatura e sociedade*: estudos de teoria e história literária. 8. ed. São Paulo: T. A. Queiroz, 2000.

COLI, Jorge. *O que é arte*. São Paulo: Brasiliense, 2013.

DAGHLIAN, Carlos (Org.). *Poesia e música*. São Paulo: Perspectiva, 1985.

FISCHER, Ernest. *A necessidade da arte*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

## XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Trad.: Tomaz Tadeu da Silva e Guaracira Lopes Louro. 7. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

\_\_\_\_\_. *A questão da identidade cultural*. 7. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

MANGUENEAU, Dominique. *O contexto da obra literária: enunciação, escritor e sociedade*. Trad.: Marina Appenzeller: revisão de tradução: Eduardo Brandão. 2. ed. São Paulo: Martins Fonte, 2000.

MURARO, Rose Marie. *Feminismo e masculino: uma nova consciência para os encontros das diferenças*. Rio de Janeiro: Sextante, 2002.

MURIN, Edgar. *Cultura de massa no século XX*, vol. II: Necrose. Trad.: Agenor Soares Santos. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

NUNEZ Y MENDIETA, Lucio. Sociologia da arte. In: \_\_\_\_\_. *Sociologia da arte*, vol. II. Organização: Gilberto Velho. Rio de Janeiro: Zahar, 1967, p. 54-73.

PERRONE, Charles A. *Letras e letras da música popular brasileira*. Trad.: José Luiz Paulo Machado. Rio de Janeiro: Elo, 1988.

SANT'ANNA, Affonso Romano de. *Música popular brasileira*. Petrópolis: Vozes, 1978.

SANTA'ANNA, Romildo. *As rimas da música popular brasileira e moderna poesia brasileira*. Petrópolis: Vozes, 1978.

SCOTT, J. História das mulheres. In: BURKE, Peter. *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1992.

SHUSTERMAN, Richard. *Vivendo a arte: o pensamento pragmatista e a estética popular*. Trad.: Gisela Domshke. São Paulo: Editora 34, 1998.

ZINANI, Cecil Jeanine Albert. *Literatura e gênero: a construção da identidade feminina*. 2. ed. Caxias do Sul: Educs, 2013.

**O PORTUGUÊS DE CONTATO  
NA ÁREA DO LIBOLO/ANGOLA  
– ASPECTOS METODOLÓGICOS  
DE UMA PESQUISA EM ANDAMENTO**

Raquel Azevedo da Silva (USP)  
[raquel.azevedo.silva@usp.br](mailto:raquel.azevedo.silva@usp.br)

**RESUMO**

Neste trabalho pretende-se apresentar o português de contato falado na área do Libolo/Angola (Kwanza Sul). Visamos apresentar aspectos metodológicos de pesquisa de Silva (2014), a qual prevê uma descrição e análise da categoria sintática *tópico* nesta variedade de português.

**Palavras-chave:**

**Português de contato. Português do Libolo. Português falado na África.**

**1. Introdução**

Este trabalho tem por objetivo apresentar o português de contato falado no Libolo/Angola (Kwanza Sul) – centrando-se em aspectos metodológicos de pesquisa de mestrado em andamento – Silva (2014). A pesquisadora Silva prevê uma descrição e análise da categoria sintática *tópico* nesta variedade de português.

A categoria *tópico* está amplamente descrita e analisada em variedades do português falado no Brasil – ver Berlink, Duarte & Oliveira (2009), entre outros – e no português falado em Portugal – ver Duarte (2013), entre outros; – no entanto, trabalhos centrados na chamada “periferia à esquerda” em variedades do português falado na África estão em fase inicial de investigação. No tocante ao português falado no Libolo, há pesquisa sobre a categoria *foco* – ver Figueiredo & Santos (2014) –, porém, estudos sobre a categoria *tópico* ainda não foram iniciados na área – embora se atestem pesquisas iniciais sobre ‘tópico’ no português de Angola. (SANTOS, 2011; CAMPOS & SANTOS, 2012)

Faz-se necessário destacar, ainda, que a pesquisa de Silva (2014) é um estudo sobre uma variedade de português que tem como substrato o quimbundo, uma língua africana do grupo banto. Assim, a pesquisa centrada em dados do português falado no Libolo visa tanto contribuir para ampliar o entendimento acerca de uma variedade de português falado na África, no tocante a um quesito gramatical em específico, a categoria *tópico*, quanto contribuir para alargar o co-

## XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA

nhecimento dessas construções em variedades do português em contato direto com uma língua banta.

Além desta introdução, este trabalho está dividido em 4 seções: na seção (1), apresentamos aspectos sócio-históricos e linguísticos do Libolo; na seção (2), introduzimos a metodologia utilizada para a construção de um *corpus* específico para a pesquisa de Silva (2014); na seção (3), apresentamos o português do Libolo e alguns dados de construção de tópico. Por fim, na seção (4), apresentamos as considerações finais do trabalho.

### 2. *Libolo – aspectos sócio-históricos e linguísticos*

Nesta seção, apresentamos ao leitor alguns aspectos de ordem sócio-histórica e linguística do município do Libolo, área em que se centra nosso estudo.

#### 2.1. Aspectos sócio-históricos

O Libolo é um município localizado na província do Kuanza Sul, Angola, e é constituído por quatro comunas: Calulo, Munenga, Quissongo e Cabuta. O município ocupa uma área de 9000 km<sup>2</sup> e cerca de 2/3 de suas fronteiras são delimitadas pelos rios Kuanza (a norte), Longa (a sul) e Luinga (a leste), sendo, portanto, uma região rica em recursos hídricos naturais. O Libolo caracteriza-se ainda por ser uma região montanhosa e de altitude elevada, variando entre 1220 e 900 metros de altitude – para detalhes, ver Figueiredo & Oliveira (2013, p. 118-123).

Relatos históricos apontam que os portugueses chegaram pela primeira vez no atual território angolano em 1482, liderados por Diogo Cão, quando contornavam a costa ocidental da África em busca de escravos, metal e de um caminho para as Índias.

A expansão dos portugueses ocorreu, primeiramente, nas zonas litorâneas, sendo a penetração para o interior bastante limitada. Isso se deve também ao fato de terem sua atenção essencialmente voltada para o comércio de escravos, no qual Angola foi o principal abastecedor para as plantações de açúcar no Brasil. (FIGUEIREDO & OLIVEIRA, 2013, p. 116).

No século XIX, com a independência do Brasil, o fim do comércio de escravos e a pressão por parte de outras potências europeias, que

reclamavam sua parte na África, os portugueses traçaram um plano para a colonização efetiva do interior angolano através dos cursos fluviais. Por ser uma região montanhosa e interiorana, o Libolo foi uma das últimas regiões a serem ocupadas pelos portugueses, constituindo pontos estratégicos na resistência à ocupação dos colonos.

Em 1895 iniciam-se as primeiras revoltas no Libolo, lideradas pelo soba<sup>8</sup> local e seus aliados, devido à prisão de alguns nativos por parte dos portugueses. Neste mesmo ano, foi criado um posto militar em Calulo, comuna sede do município, para conter revoltas, levando a um período de intensos confrontos. A pacificação da região ocorreu apenas em 1918 com a punição ou execução dos últimos sobas revoltosos. Com o fim dos conflitos, houve desenvolvimento do comércio, instalações agropecuárias e de extensos palmares e roças de café e sisal. (Cf. FIGUEIREDO & OLIVEIRA, 2013, p. 120)

No século XX, iniciam-se as movimentações em Angola pela independência, que irá resultar na eclosão da guerra colonial em 1961. A guerra colonial durou até 1975 quando, finalmente, Angola torna-se independente de Portugal. Logo após a libertação, inicia-se a disputa pelo poder entre os principais grupos que lutaram pela independência, o MPLA – Movimento Popular de Libertação de Angola –, a UNITA – União Nacional para a Independência Total de Angola – e o FNLA – Frente Nacional de Libertação de Angola. Dessa disputa, o MPLA sai vencedor e assume o poder. No entanto, dá-se início a uma guerra civil, em que a UNITA, ao lado da FLNA, irá lutar contra o MPLA – ver Hernandez (2008, p. 560-581), entre outros.

Neste período, o Libolo sofreu incursões por parte das tropas da UNITA. Por ser uma região próxima ao Bailundo, onde a UNITA instalou seu quartel general, as tropas deste movimento dominaram praticamente todo o município, chegando a ocupar Calulo, onde se instalaram as tropas do Governo. Os combates na região do Libolo foram bastante intensos, abalando toda a infraestrutura do município. (Cf. FIGUEIREDO, no prelo, seção 2.3).

Passados quase 30 anos, a guerra civil teve fim em 2002, após a morte do líder da UNITA e com o MPLA permanecendo no poder.

---

<sup>8</sup> Os sobas são lideranças locais.

### 2.2. Aspectos linguísticos

No Libolo são faladas a língua portuguesa e a variante libolo do quimbundo, chamada de *ngoya* (ANGENOT et al., 2011), uma língua africana do grupo banto. O município, que possui cerca de 87 mil habitantes, em sua maioria falantes do quimbundo *ngoya* como língua materna – L1 –, e muitos são bilíngues em português e quimbundo. Por outro lado, parte substancial da população tem o português como L2 (língua não materna). (FIGUEIREDO & OLIVEIRA, 2013, p. 173)

O município do Libolo localiza-se na zona H20<sup>9</sup> (GUTHRIE, 1948; LEWIS, SIMONS & FENNIG, 2015) e conflui com zonas de falantes que utilizam outras variantes de quimbundo (*kissama* e *kilala*), com áreas que utilizam o *songo* e ainda com áreas próximas aos *ovimbundo*, cujos falantes usam o *umbundo*. (FIGUEIREDO & OLIVEIRA, 2013, p. 118)

A variedade quimbundo falada no Libolo, como já mencionado anteriormente, chama-se *ngoya*, no entanto, estudos dialetológicos ainda não determinaram que variedade seja essa e ainda não é clara para os pesquisadores do “Projeto Libolo” (FIGUEIREDO & OLIVEIRA, 2013) a situação de contato entre o quimbundo *ngoya* e o português falado no Libolo, embora haja pesquisas em andamento nessa área de estudo. (Cf. ARAÚJO, 2013 e 2014).

### 3. Metodologia

O *corpus* da pesquisa de Silva (2014) sobre construções de tópico em português falado no Libolo é constituído a partir de dados de fala coletados no Libolo em 2013 pela equipe do “Projeto Libolo” e em 2011 por um de seus coordenadores. O grupo que esteve no município em julho de 2013 foi composto por pesquisadores das áreas de linguística, história, antropologia e educação, sendo que a equipe de linguística coletou dados nas quatro comunas do município (Calulo, Munenga, Calulo e Quissongo).

---

<sup>9</sup> A classificação de Guthrie (1948), aprimorada em Guthrie (1953), toma por base três critérios geolinguísticos, a saber, traços comuns entre as línguas africanas, contiguidade espacial entre as mesmas e um máximo de nove línguas por grupo. As línguas são designadas pelas letras do alfabeto e subdivididas por dezenas.

Os dados coletados estão em fase de transcrição e seguem uma metodologia específica organizada para o “Projeto Libolo” que se vê em Bandeira *et al* (2014). Trata-se do que vem sendo referido como “Manual do Libolo”, que traz uma metodologia voltada para a transcrição e organização de dados de fala, e que foi construído a partir de um somatório de experiências e pesquisas com textos de fala dentro do Grupo de Estudos de Línguas em Contato (GELIC/USP)<sup>10</sup> e dentro do próprio “Projeto Libolo” nos últimos dois anos.

As gravações realizadas em 2013 encontram-se, em parte, transcritas e revisadas. Em relação aos áudios gravados em 2011, há, no momento, cerca de 270 minutos transcritos e em fase de revisão. Trabalho que vem sendo realizado pela proponente deste trabalho em conjunto com outros pesquisadores.

A delimitação de sentenças que envolve constituintes deslocados à esquerda da sentença é feita a partir de uma leitura criteriosa do conteúdo das transcrições, visando à apreensão de dados com construções de *tópico*. Após delimitadas, essas sentenças serão numeradas e a cada uma delas será atribuído um código correspondente à transcrição de onde foi retirada, seguida da indicação da linha, de modo que seu contexto poderá ser localizado:

EXEMPLO

1. Luanda vou porque tenho lá meus dois irmão. (LSDO-1.5)

Assim, cada sentença está sendo tomada como um dado autônomo que, ao final, constituirá o *corpus específico* da pesquisa de Silva (2014). Cada dado está sendo descrito e analisado, de modo a se propor uma tipologia do *tópico* para o português falado no Libolo.

#### **4. O português do Libolo e construções de *tópico***

Como apontamos na seção 1.2., no município do Libolo são faladas a língua portuguesa e o quimbundo *ngoya*. No entanto, quando se fala em língua portuguesa no Libolo, e em Angola de modo geral, é preciso ter em mente que não se está falando da mesma língua lusitana, mas sim, de um português que entrou em contato com outras línguas e que sofreu modificações que possivelmente a estejam transformando em uma variedade distinta daquela trazida pelos portugueses.

<sup>10</sup> Sobre o GELIC, ver <<http://gelic.fflch.usp.br>>.

## XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOGIA

Estudos na área do Libolo apontam para especificidades no português falado na área que permitem que se reclame uma identidade própria a este como parte do português angolano – ver Figueiredo & Oliveira (2013, p. 175). Figueiredo & Oliveira (2013), partindo de dados reais de fala, procederam ao cotejo dos sistemas de pronominalização do português de Jurussaca – Pará, Brasil – e do português do município do Libolo, apontando, também, para a necessidade de novos olhares para se compreenderem as motivações que determinam a aproximação no uso de pronomes entre as duas regiões – sobretudo os clíticos – e, por extensão, entre Angola e Brasil. Em continuidade aos estudos desses autores (*op. cit.*), Figueiredo, Jorge & Oliveira (2015) dão início a uma investigação de perspectiva gerativista, em versões minimalistas (CHOMSKY, 2000, 2001, 2005, 2008), propondo que as diferenças entre as línguas seriam explicadas pela forma como os traços constituintes dos itens do léxico se apresentam.

Em relação às construções de tópico na variedade de português falada no Libolo, tema sobre o qual se centra a pesquisa de Silva (2014), seguem alguns dados:

(1) Eh... *bolo de Berlim* eu faço com leite, *óvo*, açúcar, manteiga, água...

(2) *Luanda* vou porque tenho lá meus dois irmão.

Sintaticamente, uma construção com tópico caracteriza-se pela extraposição de um termo para a periferia esquerda da sentença, o elemento topicalizado, seguido do restante do enunciado que funciona como um comentário. Em (1) observa-se uma topicalização de objeto direto, em que o objeto direto do verbo *fazer*, “*bolo de Berlin*”, foi deslocado para a periferia esquerda da sentença. Em (2) atesta-se uma construção de movimento de um sintagma preposicional, “*Luanda*”, sem a preposição, caracterizando a chamada topicalização selvagem, neste caso, assim como na topicalização, há o movimento de um elemento interno à sentença-comentário, no entanto, as propriedades de seleção do predador verbal do comentário não são respeitadas.

A topicalização selvagem é um tipo de construção amplamente atestado em variedades de português brasileiro. Araújo (2009), ao propor uma tipologia para o tópico no português afro-brasileiro da Bahia, atesta este tipo de construção em seus dados, conforme exemplificado em (3). Berlink, Duarte & Oliveira (2009), por sua vez, atestam esse tipo de construção no português brasileiro urbano, conforme exemplificado em (4):

(3) Ah, *lacraia* já fui mordido muitas vez. (RC-8)<sup>11</sup>

(4) *Olinda*, ninguém mora [ \_ ]. Ninguém diz é lá que eu moro; não, diz é lá que eu pernoito<sup>12</sup>.

Em português europeu, Duarte (2013) atesta dados de topicalização selvagem<sup>13</sup>:

(5) *Cenas dessas*, não precisamos –<sup>14</sup>

No entanto, a autora aponta que, em português europeu, construções como essa só ocorrem na fala e que só são toleradas quando a preposição suprimida não possui valor semântico. Deste modo, a supressão da preposição *de*, por exemplo, pode ocorrer com verbos como *gostar* e *precisar*, mas não com verbos como *partir* ou *vir*, em que a preposição exprime a origem do movimento.

Assim, a pesquisa de Silva (2009) pretende, ainda, a partir da descrição e análise de construções de tópico em português falado no Libolo, estabelecer cotejos entre estes tipos de construções em português falado no Libolo e no português falado no Brasil e em Portugal.

## 5. Considerações finais

Neste trabalho foram apresentados aspectos metodológicos da pesquisa de Silva (2014), a qual tem por objetivo descrever e analisar a categoria sintática *tópico* nesta variedade de português. Iniciamos o trabalho abordando alguns aspectos sócio-históricos e linguísticos do município do Libolo. Em seguida, apresentamos a metodologia utilizada para a construção de um *corpus* específico para a pesquisa de Silva (2014), que será constituído de dados coletados no Libolo em 2011 e 2013, e cuja transcrição e organização, conforme explicitado, seguiram o *Manual do Libolo*, que se vê em Bandeira *et al* (2014). Explicitou-se ainda, como está sendo feita a delimitação e organização dos dados após a transcrição.

A seção (3) foi dedicada ao português do Libolo. Foram apresentados alguns aspectos acerca desta variedade de português e alguns dados

---

<sup>11</sup> Araújo (2009, p. 242), dado (46), renumerado.

<sup>12</sup> Berlink, Duarte & Oliveira (2009, p. 157), dado (104)d, renumerado.

<sup>13</sup> A autora chama este tipo de construção de “topicalização não canônica”

<sup>14</sup> Duarte (2013, p. 421), dado (76)a, renumerado.

## XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA

de construção de tópico em português falado no Libolo e em português brasileiro e português europeu, a fim de apontarmos para o fato de que pesquisas como estas possibilitarem ainda o cotejo com outras variedades de português, como a brasileira e a europeia.

Por fim, vale salientar que o português falado no Libolo está ainda em fase inicial de investigação e que estudos como o proposto por Silva (2014) visam ampliar o entendimento acerca desta variedade de português, colocando em pauta discussões e análises sobre o português falado na África, já que a maior parte dos estudos sobre a língua portuguesa centra-se nas variedades do português brasileiro e do português europeu.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANGENOT, Jean-Pierre; MFUWA, Ndonga; RIBEIRO, Michaela Araújo. As classes nominais do kibala-ngya, um falar bantu de Angola não documentado, na intersecção dos grupos kimbumdu [H20] e umbundo [R10]. *PAPIA*, vol. 21, n. 2, p. 253-266, 2011.

ARAÚJO, Edivalda. As construções de tópico. In: LUCCHESI, Dante; BAXTER, Alan; RIBEIRO, Ilza. *O português afro-brasileiro*. Salvador: Edufba, 2009, p. 231-250.

ARAÚJO, Paulo Jeferson Pilar. *O português e o quimbundo [H20], Kuanza Sul, Angola – Avaliando modelos teóricos de línguas em contato*. Projeto de pesquisa de pós-doutorado. FFLCH-USP/FAPESP, 2013, [Digitado].

\_\_\_\_\_. Algumas considerações sobre línguas africanas e políticas linguísticas em Angola. *Web-Revista Sociodialeto*, vol. 5, p. 161-117, 2014. Disponível em:

<<http://www.sociodialeto.com.br/edicoes/18/08082014101805.pdf>>

BANDEIRA, Manuele et al. “Projeto Libolo” – organização e metodologia para transcrições dos dados. 2014, [Digitado].

BERLINK, Rosane; DUARTE, Maria Eugênia Lamoglia; OLIVEIRA, Marilza. Predicação. In: KATO, Mary; NASCIMENTO, Milton do (Orgs.). *Gramática do português culto falado no Brasil*. Campinas: Unicamp, 2009, vol. III, p. 101-188.

CAMPOS, Ednalvo Apóstolo; SANTOS, Eduardo Ferreira dos. A categoria tópico: aproximação entre o português do Brasil e o português de Angola. *PAPIA*, vol. 23, n. 1, p. 129-140, 2012.

CHOMSKY, Noam. Minimalist inquiries: the framework. In: MARTIN, R. et al. (Eds.). *Step-by-step*. Essays on minimalist syntax in honor of Howard Lasnik. Cambridge, MA: The MIT Press, 2000, p. 89-155.

\_\_\_\_\_. Derivation by phase. In: KENSTOWICZ, M. (ed). *Ken Hale: A life in language*. Cambridge, MA: The MIT Press, 2001, p. 1-52.

Chomsky, Noam. *On phases*. Cambridge, MA: The MIT Press, 2005. Disponível em: <[http://www.fossil.in/Chomsky\\_Phases.pdf](http://www.fossil.in/Chomsky_Phases.pdf)>. Acesso em: 12-04-2014.

\_\_\_\_\_. On phases. In: FREIDIN, R. et al. (Eds.). *Foundational issues in linguistic theory: essays in honor of Jean-Roger Vergnaud*. Cambridge, MA: The MIT Press, 2008, p. 133-166.

DUARTE, Maria Inês. Construções de topicalização. In: RAPOSO, Eduardo B. P. et al. (Orgs.). *Gramática do português*. Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian, 2013, vol. 1, p. 401-426.

FIGUEIREDO, Carlos Filipe Guimarães. *Aspectos histórico-culturais e sociolinguísticos do Libolo: aproximações com o Brasil*. Conferência inédita, no prelo.

\_\_\_\_\_. Retratos do Libolo. In: FIGUEIREDO, Carlos Filipe Guimarães; OLIVEIRA, Márcia Santos Duarte de (Orgs.). *Projeto Libolo: município do Libolo, Kwanza Sul, Angola: aspectos linguísticos-educacionais, histórico-culturais, antropológicos e socioidentitários*. Lisboa: Chiado, 2015, vol. 2.

\_\_\_\_\_; OLIVEIRA, Márcia Santos Duarte de. Português do Libolo, Angola, e português afro-indígena de Jurussaca, Brasil: cotejando os sistemas de pronominalização. *PAPIA*, vol. 23, n. 2, p. 105-185, 2013.

GALVES, Charlotte. Tópicos, sujeitos, pronomes e concordância no português brasileiro. *Caderno de Estudos Linguísticos*, Campinas, vol. 34, p. 19-31, 1998.

HERNANDEZ, Leila Leite. *A África na sala de aula: visita à história contemporânea*. São Paulo: Selo Negro, 2008.

OLIVEIRA, Márcia Santos Duarte de. *Análise sintática do português falado no Brasil*. Rio de Janeiro: Multifoco, 2010.

## XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

SANTOS, Eduardo Ferreira dos. *A periferia esquerda da sentença no português de Angola*. 2010. Dissertação (de Mestrado). – FFLCH/USP, São Paulo.

\_\_\_\_\_. A categoria tópico no português de Angola. *Linha d'Água*, n. 24, p. 116-126, 2011.

SILVA, Raquel Azevedo. *As Construções de tópico no português falado no Libolo/Angola*. 2014. Projeto de Mestrado. – FFLCH/USP, São Paulo, [Digitado].

**O PRECONCEITO LINGUÍSTICO  
DE UM GRUPO DE MORADORES  
DA COMUNIDADE VILA OPERÁRIA DO PALHETA**

*Denise Ramos Cardoso (UFPA)*  
[dcardoso2005@hotmail.com](mailto:dcardoso2005@hotmail.com)

**RESUMO**

Este artigo tem por objetivo refletir a cerca do preconceito linguístico na comunidade “Vila Operária do Palheta”, localizada no município de Muaná (Marajó). O mesmo aborda o contexto histórico do preconceito linguístico e suas relações entre língua e sociedade, numa visão heterogênea, que busca combater a mitologia do preconceito linguístico, que prejudica a sociedade, problematizando o ensino do português no Brasil, sendo vinculado ao círculo vicioso, que são transmitidos em grau maior ou menor em nossa sociedade. Viabilizando a busca de soluções ao combate do preconceito linguístico na referida comunidade.

**Palavras-chave:** Preconceito Linguístico. Língua. Sociedade. Mitologia.

**1. Introdução**

A história já provou que a língua é instrumento de poder em diversos aspectos, entre outros exemplos, temos desde a bíblica história da Torre de Babel, na qual, para mostrar seu poder, Deus mistura os idiomas para que os povos não mais se entendessem impossibilitando a construção da torre. Na história das colonizações, como a do Brasil, aos povos dominados é imposta a língua do dominador, em resumo, as línguas humanas são mais do que instrumentos de comunicação, são, além disso, “reflexo da cultura de um povo”, “mecanismos de identidade”. (SCHERRE, 2005, p. 10)

Não há sociedade sem linguagem, tal como não há sociedade sem comunicação. Tudo que se produz como linguagem tem lugar na troca social para ser comunicado. Assim sendo, quando nos referimos à linguagem e sociedade forma um conjunto perfeito, já que estão em harmonia permanente, sendo impossível conceber uma sem a outra.

Da mesma maneira que um país apresenta sua língua oficial, assim também, os grupos sociais expressam-se por meio de diferentes níveis de linguagem, mesmo que a língua oficial seja considerada única dentro dos limites geográficos. Tal variação se faz presente nas línguas em geral, cria os dialetos regionais, sociais e os registros, havendo mu-

## XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA

danças bastante significativas, razão porque, para cada grupo haverá sempre um falar característico mesmo que a língua oficial seja única e que exista uma norma culta para a qual normalmente se voltam todas as atenções, já que ela significa prestígios e represente um fato de engrandecimento sociocultural.

Partindo desse patamar que se faz presente nas comunidades linguísticas e pelo fato das mesmas sofrerem com essa variação, isso nos fez optar por essa esfera que é o preconceito linguístico, que já perdura por séculos, tal preconceito tem raízes antigas e bem atuais. Desde os tempos do Império Romano já era observada e nomeada “errada” a heterogeneidade na fala das pessoas. O fato da língua latina se tornar internacional e expandir-se por todo o Império, levou os gregos a julgarem-se superiores, menosprezando os estrangeiros que não falavam a língua latina. Por esse motivo a língua desses povos estrangeiros passou a ser considerada inferior “errada”.

Diante disso, a heterogeneidade linguística é vista na relação com o social e frente a sua própria subjetividade, o sujeito é livre para escolher e adequar-se as várias situações de uso da língua. As diversidades, coletivas ou individuais, são formas de identificação dos “membros de uma nação, ligados por traços socioculturais, econômicos e políticos, tradicionalmente firmados, identificam-se e distinguem-se dos membros de outra pelo seu instrumento de comunicação”. (CAMACHO, 1988, p. 29)

Estudos revelam que na atualidade não se deve mais estudar verdadeiramente a língua sem que levasse em consideração a sociedade em que a mesma é falada e foi com tal pensamento que nos encaminhamos a uma comunidade de falantes da linguagem não padrão. Além disso, é de suma importância conhecer as diferentes variedades linguísticas, para que não fiquemos sem compreender o sentido das mensagens linguísticas proferidas por nós. E acima de tudo não julgar o modo de falar do próximo e muito menos incitar o preconceito linguístico.

Segundo essa vertente, esse artigo tem por objetivo investigar a fala de um grupo de ribeirinhos moradores no município de Muaná, na localidade “Vila Operária do Palheta”. E a partir dessa investigação, refletir e conscientizar os membros dessa comunidade pelo respeito com a fala desses ribeirinhos, que por mais que seja diferente, fazem parte da diversidade cultural de nossa sociedade.

Pensar na erradicação do preconceito linguístico seria uma utopia, no entanto, não seria ilusão buscarmos amenizá-lo. Para que isso aconte-

ça faz-se necessário uma proposta de conscientização, a cerca da variação linguística nessa comunidade.

## **2. O contexto histórico do preconceito linguístico**

Por volta do século II a.c. já era perceptível a noção de erro no que concerne a língua. Na Antiguidade, a língua latina tornou-se o idioma internacional e expandiu-se por todo o império, com isso os gregos passaram a “rotular” de bárbaros todos os indivíduos estrangeiros que não usavam esse idioma como língua materna, tal característica de superioridade cultural denomina-se etnocentrismo, ou seja, trata-se de uma “tendência de se pensar que a própria cultura, os próprios valores, o próprio idioma são modernos para todos os outros povos”, de acordo com Bueno (2008), em seu artigo “Origem Curiosa das Palavras”. Reforçando essa ideia Soares afirma que:

Somente o etnocentrismo pode explicar a avaliação de culturas como “inferiores” cumplicidade ou logicidade, isso explica o fato de os gregos se considerarem superiores, e assim menosprezarem os povos estrangeiros que possuíam culturas diferentes. (SOARES, 2006, p. 39)

Pode-se afirmar a partir do que foi visto acima que esse conceito errôneo vem se infiltrando em nossa sociedade há tempos remotos, daí tudo explica a origem do preconceito, o qual inferioriza a cultura de alguns povos e os fazem serem vítimas de tal discriminação.

Quando se faz uma análise mais detalhada do ponto de vista social, seja da Antiguidade ou na atualidade, percebemos que há uma transferência daquilo que a sociedade acusa a pessoa de ser para a “língua” que ela fala. Então, se a pessoa é pobre a “língua” dela é pobre, se a pessoa vive numa região atrasada a “língua” dela vai ser considerada atrasada, mas se o indivíduo pertencer a uma classe dominante a língua deste será considerada de prestígio na sociedade. São essas as tramas perversas do preconceito linguístico que se observa desde a antiguidade da civilização humana.

## **3. Relação entre língua e sociedade**

Vivemos em uma sociedade heterogênea. Por isso, seria natural esperarmos diversidades. Diversidade de raça, cor, religião, sexo e principalmente linguística. Não seria sábio esperar que milhões de brasileiros (190 milhões) com situações sociais econômicas diferentes, culturas dis-

## **XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA**

tintas, as quais foram influenciadas por diferentes imigrantes, falassem da mesma forma.

Essa realidade, porém, não é aceita pela maioria da sociedade especialmente pelos falantes “cultos” da língua (gramáticos, jornalistas, e até professores). Surge então o preconceito linguístico, responsável pela exclusão e discriminação de pessoas que muitas vezes já estão afastados da sociedade e de outros grupos sociais, principalmente num país como o nosso. De acordo com Bagno:

Todo falante nativo de uma língua, capaz de discernir intuitivamente a gramaticalidade ou agramaticalidade de um enunciado, isto é, se um enunciado obedece ou não às regras de funcionamento da língua. Ninguém comete erros ao falar sua própria língua materna, assim como ninguém comete erro ao andar ou respirar. (BAGNO, 2007, p. 113)

Assim todo falante, já traz consigo uma bagagem linguística, porque foi assim que aprendeu a interagir em seu meio social, não importando o falar culto da língua, pelo fato que, da maneira que se expressa, consegue transmitir suas ideias, seus valores. Por isso não precisa falar bonito para que vença na vida e sim seus esforços como pessoa e cidadão na construção de um mundo melhor.

### **3.1. Preconceito linguístico**

A língua é uma faculdade sociolinguística da espécie humana, ela está intrinsecamente veiculada a nossa cognição e a nossa vida social.

E são precisamente os processos sociolinguísticos que levam as línguas a grandes transformações.

A variação linguística é decorrente de poderosos fatores cognitivos que atuam no processamento da linguagem em nossos cérebros. Há também fatores de ordem fonológica, como a organização do nosso aparelho fonador (língua, cordas vocais, dentes, palatos, laringe, faringe etc.) que atua inconscientemente sobre a produção sonora da língua. Elas são faladas por sociedades heterogêneas, cada uma das diferentes comunidades de fala vai ser portadora de diferentes maneiras de falar a língua, maneiras que recebiam antigamente o nome de dialetos que hoje preferimos chamar de variedades linguísticas.

Nossa população socioeconômica mais privilegiada não faz da leitura um de seus hábitos culturais mais frequentes, além disso, o ensino

tradicional linguístico do indivíduo, deixa-se expressar-se livremente para somente depois corrigir sua fala ou sua escrita.

Existe atualmente uma crise no ensino da língua portuguesa, porque sentem falta de outros instrumentos didáticos que possam não substituir, mas pelo menos complementar criticamente quem acredita e defende que as variedades urbanas de prestígios devem construir o objeto de Ensino aprendizagem nas escolas.

Entretanto o preconceito do qual tanto falamos está ligado a confusão criada entre língua e gramática normativa. Nossa tarefa mais urgente é desfazer essa confusão, porque a gramática normativa não é a língua, mas só uma descrição parcial dela. Essa descrição tem seu valor e seus méritos, mas não pode ser autoritariamente aplicada a todo o resto da língua. É essa aplicação autoritária, intolerante e repressiva impera na ideologia geradora do preconceito linguístico, é um dos muitos mecanismos de exclusão social em nosso País.

#### **4. Mitologia do preconceito linguístico**

A língua portuguesa falada no Brasil apresenta uma unidade surpreendente.

Este é o maior e o mais sério dos muitos que compõem a mitologia do preconceito linguístico no Brasil. Ele está tão arraigado em nossa cultura que até mesmo intelectuais de renome, pessoas de visão crítica e geralmente boa observadoras dos fenômenos sociais brasileiros, se deixam enganar por ele.

Esse mito é prejudicial à educação, porque ao não reconhecer a verdadeira diversidade do português falado no Brasil, a escola tenta impor a sua norma linguística como se ela fosse, de fato, a língua comum a todos os milhões de brasileiros, independente de sua idade, de sua origem geográfica de sua situação socioeconômica, de seu grau de escolarização etc.

No Brasil, embora a língua falada pela grande maioria da população seja o português, esse português apresenta um alto grau de diversidade e de variabilidade, não só por causa da grande extensão do país que gera as diferenças regionais, bastante conhecidas e também vítimas, algumas delas, de muito preconceito, mas principalmente por causa da trágica injustiça social que faz do Brasil o segundo país com a pior distri-

buição de renda em todo o mundo. São essas graves diferenças de status sociais que explicam a existência, em nosso país, de um verdadeiro abismo linguístico entre os falantes das variedades não padrão do português brasileiro – que são a maioria de nossa população - e os falantes da (suposta) variedade culta, que é a língua ensinada na escola.

A educação ainda é privilégio de poucas pessoas em nosso país, uma gigantesca quantidade de brasileiros sem língua. Se formos acreditar no mito da língua única existem milhões de pessoas neste país que não tem acesso a essa língua, que é a norma literária culta, empregada pelos escritores e jornalistas, pelas instituições oficiais, pelos órgãos do poder. São os sem língua que falam uma variedade do português não padrão, com sua gramática particular, que, no entanto, não é conhecida como válida, que é desprestigiada ridicularizada, alvo de chacota e de escárnio por parte dos falantes do português-padrão, por isso podemos chamá-los de sem língua.

Muitas vezes os falantes das variedades desprestigiadas deixam de usufruir diversos serviços a quem têm direitos simplesmente por não compreenderem a língua empregada pelos órgãos públicos. Como diz Gnerre (1995) em seu livro “língua escrita e poder”.

A constituição afirma que todos os indivíduos são iguais perante a lei, mas essa mesma lei é rígida numa língua que só uma parcela pequena de brasileiros consegue entender. A discriminação social começa já no texto da Constituição Porque na realidade há contraste, pois não é bem assim que acontece, principalmente no que diz respeito a linguagem. (GNERRE, 1995, p. 21)

Existe algo de concreto na afirmação de Gnerre, pelo fato que na constituição vemos apenas o abstrato, enquanto que na realidade é totalmente diferente. É claro que ele não está querendo dizer que na constituição devia estar escrita em língua não padrão, mas que todos os brasileiros a que ela se refere, deveriam ter acesso mais amplo e democrático à língua padrão.

Outros mitos existentes, com base ao preconceito são:

- Brasileiro não sabe português / só em Portugal se fala bem português.
- Português é muito difícil.
- As pessoas sem instrução falam tudo errado.
- O lugar onde se fala melhor português é no Maranhão.
- O certo é falar assim porque se escreve assim.

- É preciso saber gramática para falar e escrever bem.
- O domínio da norma culta é um instrumento de ascensão social.

Percebe-se que os mitos acima, são responsáveis pelas ideologias errôneas criadas por pessoas preconceituosas, ignorantes, que não têm conhecimento, com o dinamismo da língua e tão pouco pela diversidade encontrada no território brasileiro. Esse desconhecimento causa restrição por parte do falante culto, levando-o a todo esse preconceito.

### **5. O ensino do português no Brasil**

A grande problemática é que depois de mais de cento e setenta anos de independência política, continuamos com os olhos voltados para a norma linguística de Portugal. As regras gramaticais consideradas “certas” são aquelas usadas pelos falantes “cultos” de lá, que servem para a língua falada lá, que retratam o funcionamento da língua que os portugueses falam. É a concepção que impera. Sacconi:

A lua é mais pequena que a terra. Eis aí uma frase corretíssima que muitos imaginam o contrário. Mais pequena é a expressão legítima, usada por todos os portugueses, que usam, menor quando se trata de ideia de qualidade, poeta menor, escritor menor. (SACCONI, 1998, p. 64)

A fundamentação acima tem lógica pelo fato de que maior e menor se tratam de adjetivos que indica tamanho e não qualidade de um indivíduo.

O preconceito linguístico contra o português brasileiro chega às vezes a assumir formas grotescas para não dizer escandalosas. É o caso do seguinte texto publicado no jornal correio brasiliense.

O correio brasiliense passa a publicar a partir de hoje, uma seção de crítica ao idioma português falado e escrito por autoridades brasileiras em discurso, entrevistas e documentos. A seção vai se chamar “A última do português e não deve ser entendida como uma alusão aos nossos irmãos do além-mar, que falam o idioma melhor que os brasileiros”. (*Correio Brasileiro*, 19 de fevereiro de 1995)

O comentário acima fere intensivamente o português brasileiro, pois não passa de uma crítica preconceituosa contra as autoridades. Estas e outras críticas se fazem comum em nosso dia a dia, expressadas por indivíduo mal preparado linguisticamente.

6. *O círculo vicioso do preconceito linguístico*

Os mitos apresentados neste artigo são transmitidos e perpetuados em nossa sociedade, cada um deles em grau maior ou menor por um mecanismo que podemos chamar de círculo vicioso do preconceito. Sendo formado pela união de três elementos que são: a gramática tradicional, os métodos tradicionais de ensino e os livros didáticos.

Como forma-se esse círculo vicioso?

Apresenta-se da seguinte forma. A gramática tradicional inspira a prática de ensino, por sua vez provoca o surgimento da indústria do livro didático, cujos autores – fechando o círculo – recorrem à gramática tradicional como fonte de concepções e teorias sobre a língua.

De acordo com os *Parâmetros Curriculares Nacionais* (1997), reconhecem que existe.

Muito preconceito do valor atribuído às variedades padrão e ao estigma associado às variedades não padrão, consideradas inferiores ou erradas pela gramática. Essas diferenças não são imediatamente reconhecidas e quando são, são objetos de avaliação negativa. (*Parâmetros Curriculares Nacionais*, 1997, p. 21)

Para cumprir bem a função de ensinar à escrita e a língua padrão, a escola precisa livrar-se de vários mitos principalmente o de que existe uma forma “correta” de falar, o de que a fala de uma região é melhor do que a outra, ou de que a fala “correta” é a que se aproxima da língua escrita, ou que brasileiro fala mal o português, e que português é uma língua difícil o outro é que precisa “consultar” a fala do aluno para evitar que ele escreva errado.

Todas essas crenças que são transmitidas para a sociedade, são insustentáveis, produzindo uma prática de mutilação cultural. Por isso às escolas que são instituições que tentam combater vários tipos de preconceitos e tentam resgatar às diversidades culturais, devem ser a base, ou seja, o caminho para a desconstrução do preconceito, que vem afetando nossa sociedade.

As observações do *locus* pesquisado realizaram-se na comunidade “Vila Operária do Palheta”, localizada às margens da baía do Marajó no município de Muaná, zona rural.

A comunidade analisada é uma das variadas ilhas da região do Marajó, no município de Muaná, conhecida como “Vila Operária do Palheta”. Nessa vila moram 20 famílias, de descendência quilombola, onde

possui um chalé de arquitetura portuguesa. Ela foi fundada em 5 de setembro de 1965. Segundo as pessoas que conheceram bem o lugar, contam que foi plantado o primeiro pé de café do estado do Pará, e que era muito movimentado, por que na época havia cerraria, refinaria de açúcar, e o cultivo de várias plantações.

Atualmente a base da economia é voltada para a pesca e cultivo do açai. Na mesma possui uma escola que funciona com educação infantil, fundamental e ensino médio. A igreja de Nossa Senhora da Penha, cuja festividade é comemorada em agosto, possui também um posto de saúde, para atender os ribeirinhos.

A pesquisa foi realizada com cinco (05) informantes do público alvo masculino e feminino com idade de 50 a 70 anos os quais não tiveram acesso a escola, nem oportunidade de estudar. Por esse motivo serve de chacota e crítica para os demais que tem acesso a escola. Para cada investigado foi aplicado um questionário contendo cinco (05) perguntas que são:

- 1- Qual seu nome e sua idade?
- 2- Há quanto tempo mora na localidade?
- 3- Antigamente como era aqui na Vila Palheta?
- 4- Quais serviços ofereciam aos ribeirinhos?
- 5- Conte um fato ocorrido que marcou sua vida?

## **6.1. Respectivas respostas dos informantes**

### **a) Informante 01**

Meu nome é Benedito Oliveira, tenho 70 anos, mouro nesta localidade mas de 60 anos. Cande chiguei tinha mas família, dispus furam imhora. Mais aqui era muito bunitu, muita fartura di alimentu. Tinha um barracão que as pisava si hospidava, ofricia muito mas trabalhos nu ruçada, ondi prantava arrus, milho, fijão. Tinha tumbém sirraria, refinaria, fáblica de parmito, tiração de garapa.

O fato que aconteceu fui cande viajei par tirá madêra imTucartis, intão passei muitas difircudade.

### b) Informante 02

Sou Francisca Conceição, 70 anos, naci aqui, vivú nessi lugá tuda minha vida. Aqui era muito mas bunitu, tinha um ingenu de açúcar, cachaça. Dispus acabou tudu. Mais aqui já fui muito bunitu.

Nós trabalhava nu canaviar, na fablica de parmitu, cirraria, tira ação de madêra nu mato. O fatu que aconteceu foi candu perdi meu maridu e minha filha, que murreu juven.

### c) Informante 03

Sou Maria Marquês, tenho 70 anos, nasci aqui e sinrpe vivi aqui. Aqui era muito bunitu, tinha muitas gente, casas, iscula com duas sala de aula, mais era pequena. Eu trabalhava na cana, cirraria, ingenu di açúcar, tiração de madêra, nu parmitu. Aqui tinha um lugá gande que vindia tudus tipos de alimentu.

O fatu qui aconteceu qui marcô a minha vida, foi candu foi chamada prá trabalha na iscola de selventi.

### d) Informante 04

Sou Manoel Oliveira, tenho 69 anos, moru 56 ano nesta lualidade. Aqui era uma Vila, que tinha indústria, fazia cachaça, açúcar, arcool, o pessuá se mantinhu do selviçu do ruçadu, outru trabalhavu no ingenu, fáblica de parmitu. Nessa época não podia pesca, caçá e nem vende nada na bêra do rio, mais as pessoa deixava as canoa cercada pela madêra, que ficava na praia. Mais nesse lugá tinha husina, fábrica de sabão, cacau, milho, arrus, cana-de-açúcar, armazém que vindia tudo: tecidos e produto alimentícios.

Os trabalhos que ofereciam era agricultura: arrus, milho, cana, cacau, limpeza de ruçadu, tudo era manual. Tinha os serviços da serraria de fita, tudu rápido. O rolo da praia era puchado nu guindaste, tinha caldeira para gerar prersão e dar força no motor. Outros serviços era fábrica de parmito e a produção era tirada da fábrica, tinha mas de 100 funcionários.

Essa fábrica durou dois anu, daí passou tudo, a empresa faliu da ilha.

O qui marcô a minha vida, aconteceu muitas coisa, principarmente a morte de um jovem no locar de trabalho, que a cerra abriu no meio, um acidente comigo qui quebrou a minha mão, minha perna que peldí. Tudú isso no trabalho, mais cunsegui sobrevivê.

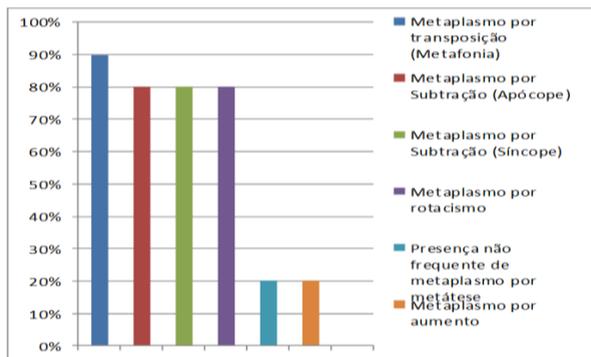
### e) Informante 05

Sou Elza Maria Oliveira, tenho 57 anos e nunca estudei. Aqui murei até os 9 ano de idade. Aqui tinha a iscola era ampla, de madêra e não tinha calor, dispus a iscola passou a ser numa sede ondi tinha umas 4 sala e funcionava

com 2 horário, de manhã e tarde. A sede ficava e resta só as ruína dessa indústria.

O fato que marcou minha vida foi quando a serra partiu no meio um rapaz, outro perdeu o braço e mas um senhor que foi eloclutado. Esses fatu abalô muito essa lualcidade.

## 6.2. Análise e descrição dos dados dos aspectos do nível fonético



Percebe-se que os pontos mais comuns, apresentados em todas as entrevistas, referem-se aos processos fonológicos, os quais interferem nos aspectos semânticos e morfossintáticos. Observa-se que nas informações houve forte presença de metaplasmos que segundo a revista *Socio-dialeto*.

"São modificações fonéticas que sofrem às palavras na sua evolução. Os fonemas constituem o material sonoro da língua e este material está como tudo o mais, sujeito às leis fatais das transformações". (*Web-Revista Sociodialetto*, n. 6, p. 4, 2012)

As palavras sofrem variações, de acordo com os falantes da língua obedecendo a certo nível classificatório como: sexo, idade, escolaridade, nível social. Assim surgem as transformações da língua.

Devido a todos esses fatores, a coleta dos dados analisadas no gráfico acima apresenta 100% de variações ao usarem indevidamente os fonemas, com isso o surgimento dos metaplasmos e de outros fenômenos do nível morfossintático.

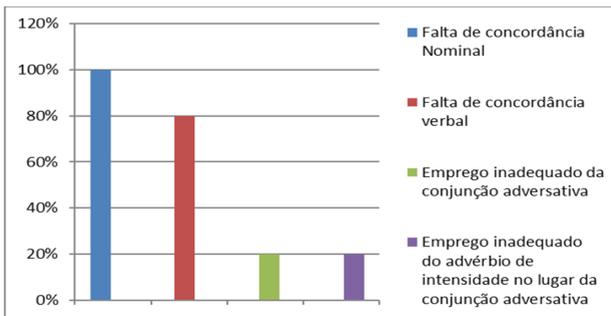
De acordo com o gráfico 90% apresenta metaplasmo por transposição (metafonia) que segundo Botelho e Isabelle Lins (2012, p. 85). Es-

se fenômeno acontece uma alteração no timbre ou altura de uma vogal. Ex.: moru, nista, lualidade, chigui, furam, imhora, muito, bunitu, di, alimentu, pissua, si, hospidaria, oferecia, nu, ruçado, ondi, tumbém, sirra-ria, fui, em, tucantis, intão, vivu, tuda, tudu, murreu, juvem, sinrpe, anus, ingenu, di, parmitu, vindia, bucado, épua, podia. No mesmo gráfico, sendo apresentado na percentagem de 80%, mostra-se outro fenômeno denominado metaplasmo por subtração (apócope) que na visão dos mesmos autores, suprime os fonemas nos finais dos vocábulos, Ex.: fazê, lu-gá, pescá, caçá, tirá, vendê, abalô, peldí, trabalhá, sobrevivê.

Outro fenômeno que apresenta um percentual de 80% temos a (síncope), que também é um (metaplasmo por subtração) e que acontece a supressão de fonemas ao meio do vocábulo. Ex.: madêra, fijão, difer-cidade, gande, candu, fabica, naci, sinrpe, depus, bêra. Ocorrendo assim com a mesma percentagem (80%) temos o metaplasmo por rotacismo, que segundo os autores são as alterações ou transformações de um fone-ma por outro. Ex.: temos (l) por (r) premitiu, princirparmente, prantação, locar, persuar, canaviar. Por lambdacismo que é a transformação do fo-nema (r) por (l). Ex.: selventi, fablica, blaço, eloclutado, selviçu, peldí.

Em uma escala mais baixa de 20% presença não frequente de me-taplasmo por metátese que é a transposição de um fonema em uma mes-ma sílaba de um vocábulo. Ex.: açúcra, dispus, par, lugá, sinrpe. Na mesma percentagem de 20% apareceu o metaplasmo por aumento (epên-tese) que é o aparecimento do fonema no meio do vocábulo. Ex.: dis-pus,tucartins, indusistria, princirparmente.

### 6.3. Análise e descrição dos dados dos aspectos do nível morfos-sintático



Nesse nível, não poderia ser diferente as variações, que correspondem a concordância nominal e verbal, pois segundo o conceito Chomskyano de competência, a linguagem foi produzida por um falante nativo da língua, que tem conhecimento das regras básicas das variedades e dos estilos dessa língua que compõem o seu repertório.

De acordo com o gráfico, podemos perceber que em todas as falas dos informantes, ou seja, 100% apresentou falta de concordância nominal nas sentenças. Ex.: duas sala, as pessoa, uns ingenu, muro 56 ano, os serviço, dois horário, dessas indústria, esses fato, produtos alimentícios, muitas, diferacidade, muito trabalhos, muitas gente, tudustipus de alimentu, muitas coisa, até os 9 ano de idade, as pessoa, produto alimentícios, as pessoa deixava as canoa, as ruina, muitas gente.

Na concordância verbal 80% dos informantes apresentaram variações, como temos nos exemplos: ofiricia trabalhos, prantava arrus, milho, fijão, bucadostrabalhavu nu ruçado, aconteceu muitas coisas, as pessoa-deixavu as canua, nós trabalhava, vindiatudus, ofereciam aglicultura. Na percentagem de 20% emprego inadequado da conjunção adversativa no lugar do advérbio de intensidade. Ex.: mura nistalucalidade mas de 60 ano, Tinha mas família, ofiricia muito mas trabalho, era muito mas bunitu, tinha mas 4 sala, mas o senhor que foi eloclutado.

Em uma escala mais baixa temos 20% emprego inadequado do advérbio de intensidade no lugar da conjunção adversativa. Ex.: mais as pessoas deixava as canoa cercada pela madêra, maisnesselugá havia husina, mais era piquena, mais passei muita diferacadadi pá estuá, mais conseguiu sobrevivê.

Conforme os resultados das pesquisas já eram esperados, porque o ato da fala se diferencia da escrita, isso porque quando falamos, a fala soa com mais descontração. E é por esses fatores que se multiplicam determinados processos fonológicos que são responsáveis pelos metaplasmos e outros fenômenos morfossintáticos que são representados através da fala.

Outro fator que influencia para o aparecimento desses processos, foi o distanciamento que os informantes tiveram do não acesso a uma educação formal, muitas das vezes por falta de oportunidade e até mesmo da carência de instituições de Ensino na época. Porém isso não impediu que os entrevistados tivessem uma interação conosco, nem que entendêssemos a sua linguagem.

## XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA

Por isso nos convém ressaltar que sem comunicação, cada pessoa seria um mundo fechado em si mesmo, não importa a maneira como se expressem, porque é dessa forma que compartilham experiências, ideias e sentimentos. E juntos modificam a realidade onde estão inseridos.

### 7. *Considerações finais*

As questões sociolinguísticas encerram um valor muito importante para entendimento do fenômeno linguagem, isso porque muitos aspectos linguísticos só podem ser justificados se considerarmos a natureza social da linguagem. Somente através da sociolinguística podemos entender os níveis de linguagem e avaliá-las sem preconceito ou qualquer outra atividade que atinja o maior poder da palavra, a sua força comunicativa.

Talvez um dos problemas que decorram desse fato seja a questão da linguagem oral quando se espera que ela deve na medida do possível refletir a forma padrão ou formal. Entretanto é muito frequente que nem sempre isso ocorra principalmente nos grupos sociais que não tiveram acesso ao estudo dessa língua padrão. Daí porque acontecem os deslizes gramaticais no ato da fala.

Possivelmente isso ocorra pelo fato de que a língua seja um produto de múltiplos fatores, e que serve como instrumento a diferentes usuários, cada um deles carregando consigo uma carga socioeconômica cultural bastante expressiva e que reflete situações diversificadas. Jamais poderemos esperar que seja um bloco monolítico e projetar uma só realidade.

É preciso, portanto, que as demais instituições voltadas para a educação e a cultura abandonem esse mito da unidade do Português do Brasil e passem a reconhecer a verdadeira diversidade linguística de nosso país para melhor planejarem suas políticas de ação junto à população amplamente marginalizada dos falantes das variedades não padrão. Visto que seja reconhecida e aceita a existência de muitas normas linguísticas diferentes. É fundamental para que o ensino de nossa escola seja consequente com o fato comprovado de que a norma linguística empregada no cotidiano é uma variedade do Português não-padrão.

Nesse caso convém conciliar as duas formas de linguagem, pois são fenômenos que ocorrem em nossa sociedade, e que ambas ocupam

um papel de extrema importância em nossas vidas. Por isso devemos aceitá-las sem demonstrar nenhum tipo de preconceito.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAGNO, Marcos: *Preconceito linguístico: que é, como se faz*. São Paulo. Loyola 1995.

\_\_\_\_\_. *Não é errado falar assim*. Em defesa do português brasileiro. 2. ed. São Paulo: Parábola, 2010

\_\_\_\_\_. *Nada na língua é por acaso: Por uma pedagogia da variação linguística*. São Paulo: Parábola, 2007

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. *Educação em língua materna: a sociolinguística na sala de aula*. São Paulo: Parábola, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação/Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais: língua portuguesa* 3. ed. Brasília: MEC/SEF, 1997, vol. 2.

CAMACHO, R., G. A variação linguística. In: \_\_\_\_\_. *Subsídios à proposta curricular de língua portuguesa para o 1º e 2º graus*. São Paulo, SE/CENP, 1988, vol. 3, p. 29-41.

FIORIN, José Luiz. (Org.). *Introdução a linguística: objetos teóricos*. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2008.

GNERRE, Maurizio: *Linguagem, escrita e poder*. São Paulo: Martins Fontes, 1985.

SACCONI, Luiz Antonio. *Não erre mais!* 23. ed. São Paulo: Atual, 1998.

SOARES, Magda. *Linguagem e escola uma perspectiva social*. São Paulo: Ática, 2006.

**OS FALARES DO SERTÃO BAIANO:  
UM RESGATE AO RECONHECIMENTO  
DO CARÁTER PLURIÉTNICO DO PORTUGUÊS BRASILEIRO**

*Moacir da Silva Côrtes Junior* (UNEB)  
[m.cortes.jr@bol.com.br](mailto:m.cortes.jr@bol.com.br)

**RESUMO**

Este projeto visa desenvolver pesquisas em vernáculo do português brasileiro, em amostras de fala rural na região do sertão sisaleiro do estado da Bahia. Os estudos são desenvolvidos com base nas teorias da sociolinguística e da gramática gerativa. As pesquisas utilizam a metodologia variacionista para as análises relacionadas aos aspectos sociais da língua e a teoria gerativista para as análises intralinguísticas dos diferentes fenômenos analisados. Busca-se, com este projeto, fornecer fundamentos empíricos para um melhor entendimento da realidade linguística do português popular brasileiro.

**Palavras-chave:**

**Sociolinguística. Gramática gerativa. Português brasileiro. Fala rural.**

**1. Considerações iniciais**

Este trabalho tem dois objetivos: o primeiro é apresentar um projeto de pesquisa cujo título nomeia este próprio trabalho, que tem por finalidade também duas grandes tarefas principais: a de construir um banco de dados de fala rural do sertão da Bahia, mais especificamente, da região sisaleira localizada a partir da cidade de Conceição do Coité e comunidades circunvizinhas, além de desenvolver pesquisas nas áreas da sociolinguística e da gramática gerativa com graduandos do curso de letras da UNEB, *Campus XIV*, na referida cidade, bem como disponibilizar o banco de dados para pesquisadores interessados. O segundo é mostrar que é possível se fazer pesquisa empírica unindo duas teorias de objetos de estudo tão distintos e consideradas opostas no cenário científico, isto é, a teoria sociolinguística e a gramática gerativa.

Na primeira seção deste texto, faço uma breve explanação dos objetivos do projeto citado; descrevo a equipe de trabalho; apresento a metodologia que guia todos os procedimentos de coleta e análise dos dados e por fim, mostro algumas propostas de estudo desenvolvidas. Discorro também sobre a proposta de intervenção que o projeto pretende realizar nas comunidades parceiras que abrem suas portas para nos receber e dialogar conosco.

Na segunda seção, aponto para as perspectivas de pesquisa conciliando a teoria sociolinguística e a gramática gerativa mostrando que é possível um trabalho de complementaridade. Faço também um breviário das duas teorias, apresentando uma pesquisa já realizada neste sentido e os resultados alcançados.

Na terceira e última seção, trago as considerações finais sintetizando as discussões tratadas neste texto focalizando as questões relacionadas ao projeto de pesquisa, às abordagens teóricas selecionadas para estudo e as controvérsias acerca dos caminhos hoje percorridos pela língua portuguesa falada no Brasil.

## **2. Os falares do sertão baiano em foco**

A elaboração deste projeto partiu de uma vontade de contribuir com as pesquisas linguísticas que buscam desmistificar os ditos “erros” apontados na fala de pessoas de origem rural ou de camadas sociais menos privilegiadas de nossa sociedade cujos vernáculos são extremamente estigmatizados e mostrar que muitas dessas construções consideradas como desvios da norma padrão também estão presentes na fala do povo brasileiro em geral, de intelectuais, de empresários, de jornalistas, de donas de casa, de professores, do ensino básico ou de nossas universidades, entre tantas outras profissões, com maior ou menor frequência.

Busca-se com este projeto, principalmente, fazer ouvir as vozes dos indivíduos moradores da zona rural do sertão da Bahia, das comunidades sertanejas, que, por natureza, já sofrem pelo sol ardente do dia a dia na tarefa árdua de tirar o sustento da família na terra seca do sertão. Nossa proposta vai além de apenas coletar dados de fala para *scanear* a língua desses indivíduos, servindo-nos de meros ‘objetos’ para a análise dos fenômenos linguísticos existentes na sua fala<sup>15</sup>, a ideia é manter um diálogo contínuo com essa comunidade para saber de seus objetivos de hoje e de amanhã, disponibilizando-nos a trabalhar em conjunto em busca de melhorias para a comunidade. Pensamos ser essa a nossa contrapartida para essas comunidades que gentilmente abrem suas portas para nos receber, contando suas histórias de vida, suas alegrias e frustrações, propondo-nos a fazer uma ‘intervenção’ nas comunidades. Pensam-

---

<sup>15</sup> Para conhecer mais sobre as análises predominantes na academia que usa os informantes como meros ‘objetos’ de pesquisas ver: Pierre Boudieur, *A Reprodução – Elementos para uma teoria do sistema de ensino* (1975).

## XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOGIA

do em ‘intervenção’ como um “trabalho conjunto” entre nossos pesquisadores e os indivíduos moradores das comunidades visitadas. Sendo assim, a visão de ‘intervenção’ acolhida aqui remete à de Gilvan Müller que é:

(...) estabelecer *parcerias* com as comunidades falantes das línguas brasileiras, isto é, as línguas faladas pelos cidadãos brasileiros: escutar essas comunidades, suas demandas culturais e linguísticas, colocando-se a serviço de seus planos de futuro; qualificar suas demandas a partir de uma relação dialógica, (...). ‘Intervenção’ significa então: trabalho conjunto com as comunidades linguísticas que conformam o país. (OLIVEIRA, 2005)

A partir dessa perspectiva de diálogo e de trabalho conjunto com as comunidades selecionadas, pretendemos desenvolver nosso trabalho de parceria, vivenciando sua história do lado de dentro, não mais do lado de fora, tal qual o comportamento restrito a discussões e debates do meio científico acadêmico.

O projeto conta com uma equipe de pesquisadores formada por alunos graduandos do curso de letras vernáculas da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), do Departamento de Educação, *Campus XIV*, Conceição do Coité, Bahia e professores também do mesmo departamento. Os graduandos/pesquisadores desenvolvem pesquisas, sob a orientação de um professor, acerca da gramática das comunidades de fala rural do sertão baiano, analisando diferentes processos sintáticos, fonológicos e morfológicos da língua em seu funcionamento real, buscando compreender a “relação entre língua e o funcionamento da mente humana, por um lado, e da constituição histórica da língua e da evolução da sociedade, por outro, [...]”. (LUCCHESI, 2015, p. 16)

A proposta do projeto se baseia na construção de um banco de dados de fala rural da região sisaleira do sertão da Bahia, em cinco comunidades situadas nos distritos de Aroeiras, Bandiaçu, Joazeiro, São João e Salgadália<sup>16</sup>, que compõem a cidade de Conceição do Coité, distrito que deu o nome à cidade a partir da divisão territorial datada de 2014. O município de Conceição do Coité está situado a cerca de 210km da cidade do Salvador, capital da Bahia, com área territorial de 1.016.006Km<sup>2</sup>, segundo censo demográfico 2010 do IBGE. Sem fugir da regra dos municípios criados no estado da Bahia, o de Coité começou por uma povoação com aspecto de fazenda ou sítio de família. A economia do município es-

---

<sup>16</sup> Antes da criação do projeto, a professora Lucia Parcerro, também da UNEB, Coité, integrante do projeto, já havia produzido um *corpus* de fala rural da comunidade de Maracujá, que hoje faz parte do banco de dados do projeto.

tá baseada na produção de sisal, numa cultura de exportação, na criação de gado de corte, criação de caprinos e nas lavouras de alimentos, como mandioca, feijão, milho, numa estrutura fundiária de pequenas e médias propriedades rurais. Ainda segundo o instituto, em 2010 a população da cidade era de 62.040, estimando um crescimento em mais de 67.651, previsto para 2014.

Na constituição dos *corpora*, foram selecionados doze indivíduos de cada comunidade pesquisada, perfazendo um total de sessenta indivíduos. Para uma maior homogeneidade de parâmetros, foram considerados os seguintes fatores para os informantes entrevistados: (i) ter nascido e residido na localidade até os 14 anos de idade; (ii) após os 14 anos, não ter residido fora da localidade por mais de dois anos; (iii) ser filho de pais nativos da comunidade; (iv) ter pouca ou nenhuma escolaridade. Quanto aos critérios sociais para a seleção dos informantes, foram consideradas as seguintes variáveis: a *faixa etária* (faixa I de 20 a 35 anos, faixa II de 36 a 55 anos e faixa III a partir de 56); *sexo*: masculino (M) feminino (F); *tempo de permanência na comunidade* (os informantes deverão ter no mínimo passado os 10 últimos anos de permanência na comunidade); *escolaridade* (analfabeto e semianalfabeto).

Para cada comunidade considerada adequada para pesquisa, foram selecionados 12 (doze) indivíduos sendo, 2 homens e 2 mulheres correlacionando-os com os fatores descritos acima da seguinte forma:

- 2 mulheres da faixa I, analfabeta e semianalfabeta, com e sem estada fora da comunidade; 2 homens da faixa I, analfabeto e semianalfabeto, com e sem estada fora da comunidade;
- 2 mulheres da faixa II, analfabeta e semianalfabeta, com e sem estada fora da comunidade; 2 homens da faixa II, analfabeto e semianalfabeto, com e sem estada fora da comunidade;
- 2 mulheres da faixa III, analfabeta e semianalfabeta, com e sem estada fora da comunidade; 2 homens da faixa III, analfabeto e semianalfabeto, com e sem estada fora da comunidade.

A descrição dos indivíduos pode ser melhor observada a partir do quadro – 1 abaixo.

Código da comunidade	Sexo do informante	Faixa etária	Escolaridade	Estada fora da comunidade
XX-01	F	I	S	E
XX-02	M	I	A	N
XX-03	F	I	S	E

## XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA

XX-04	M	I	A	N
XX-05	F	II	S	E
XX-06	M	II	A	N
XX-07	F	II	S	E
XX-08	M	II	A	N
XX-09	F	III	S	E
XX-10	N	III	A	N
XX-11	F	III	S	E
XX-12	M	III	A	N

**Quadro – 1. Descrição dos informantes entrevistados na pesquisa**

No que se refere à escolha do fator escolaridade dos indivíduos selecionados, para uma maior evidência de vernáculo rural do português brasileiro, condicionou-se para a pesquisa indivíduos com baixa escolaridade ou nenhuma, variando entre analfabeto e semianalfabeto. Com isso, pretende-se confrontar-se com um dialeto sem as marcas da prescrição da normatização escolar, apesar de uma realidade de ensino longe do que se esperaria de uma formação adequada quanto à aprendizagem da norma padrão da língua.

### 3. *Breve panorama das teorias em estudo*

No que se refere às pesquisas linguísticas em foco no nosso projeto, tentamos revelar parte do panorama de hoje do vernáculo rural na perspectiva de perceber as variedades do português brasileiro a partir de um “contínuo dialetal que se estende desde os vernáculos rurais isolados em um extremo até a variedade urbana padrão das classes de mais prestígio” (BORTONI-RICARDO, 2005, cap. 4). Criou-se então um cenário linguístico bipartido da sociedade brasileira desde o período colonial que se seguiu durante e após o processo de urbanização que resultou em duas culturas distintas, a rural e a urbana que, sem dúvida, produziu um enorme fosso linguístico entre os indivíduos das duas populações. (Cf. LUCCHESI, 2009)

Desde a colonização, os sertões brasileiros tiveram participação decisiva na constituição do que hoje se configura como o português do Brasil, seja em sua modalidade popular ou em sua modalidade culta, considerando que mesmo nessa última as interações, tanto culturais quanto linguísticas, que as populações urbanas e rurais estabeleceram entre si é fato incontestável, excetuando-se as comunidades rurais que se mantiveram isoladas e quase sem contato com a população das cidades.

Pode-se dizer que o processo de urbanização no Brasil se desenvolveu com características bem atípicas se comparado ao de países ocidentais da Europa e da América do Norte, por exemplo, uma vez que a urbanização nesses países teve atrelada ao crescimento industrial e consequente desenvolvimento tecnológico. No caso de o Brasil, por exemplo, a vinda da coroa portuguesa, em 1808, foi um marco no seu processo de urbanização. Após a corte portuguesa se instalar na cidade do Rio de Janeiro, tornando-a capital do país, a cidade se desenvolveu rapidamente e logo se transformou no centro de difusão do padrão de língua e no modelo de urbanização e expulsão cultural nos moldes europeus.

Para Pereira de Queiroz (1978 *apud* BORTONI-RICARDO, 2011, p. 31), o fenômeno de crescimento das cidades que aconteceu no Brasil não deveria ser considerado como processo de urbanização de fato, visto que este está diretamente ligado à industrialização, sendo assim, melhor caracterizá-lo como “difusão cultural do modo de vida burguês ocidental eminentemente urbano”. Aderir a esse modelo de vida burguês, contudo, estava condicionado maior poder econômico, o qual, no caso do Brasil, vinha do desenvolvimento agrícola e não da industrialização. Embora o Rio de Janeiro não tivesse seu desenvolvimento urbano caracterizado pela expansão industrial, e sim impulsionado pela cora portuguesa, uma vez que o processo de industrialização brasileiro só teve início no final de 1940, sua sociedade exibia um sistema de estratificação social típico de modelos de comunidades urbanizadas e industrializadas.

Segundo Southall (1973), há uma distinção entre industrialização econômica e industrialização social, fato que deve ser considerado quando da análise do desenvolvimento econômico e social de comunidades urbanizadas. Para ele, é necessário distinguir industrialização econômica da industrialização social e naturalmente vários graus de cada uma delas. Em uma cidade que é economicamente industrializada, a função principal é industrial; já uma cidade que não seja industrial, mas cuja estrutura e população pressupõem e dependem de tecnologias e de produtos industrializados, trazidos de fora, é socialmente industrializada. Enquanto a industrialização no Ocidente [Europa e América do Norte] foi primeiro econômica e depois social, no restante do mundo geralmente ocorreu o contrário. (SOUTHALL, 1973)

Como explica Pereira Queiroz, esse processo de crescimento que aconteceu nas cidades litorâneas brasileiras produziu um abismo entre a cultura popular do interior e a cultura burguesa que emergia nos centros das cidades mais ricas. Esse abismo entre cidade e campo fez crescer um

## XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA

sentimento de superioridade dos habitantes das cidades em relação aos habitantes das áreas rurais no que diz respeito à condição socioeconômica e à proximidade do modelo de língua lusitano falada pela população urbana.

Referindo-se à questão da variação linguística e à formação do português brasileiro, Lucchesi (2009) aponta para o fato de os estudos da historiografia linguística do Brasil ter que superarem as limitações dos registros históricos que, em sua maioria, restringiram-se “à língua da elite colonial e do Império, de indivíduos que adquiriam o português como língua materna a partir de modelos de falantes nativos dessa língua” (p. 30). Ele afirma que essas análises diacrônicas, feitas em tempo real, tratam o que ocorreu apenas com um terço da população brasileira, deixando à margem o que aconteceu com os outros dois terços de descendentes africanos e indígenas. Para Lucchesi (2009), a polarização sociolinguística define e marca a formação histórica da realidade linguística brasileira, que de um lado tinha uma elite sempre de olhos voltados para a Europa, copiando seus modelos culturais e linguísticos e de outro a grande maioria da população de pluralidade étnica e cultural, tão marginalizada e discriminada. Tal polarização desfaz qualquer estudo que apresente uma única história para o português brasileiro.

Nos estudos que desenvolvemos com nossos pesquisadores graduandos, também nos debruçamos no processo de urbanização do Brasil no período colonial e as implicações que isso acarretou na língua dos povos que aqui viviam, pois consideramos de grande importância para que se compreendam melhor as transformações que sofreu o português em terras brasileiras. A urbanização do Brasil teve reflexo direto na relação entre as populações que moravam no campo e as que moravam nas cidades litorâneas, bem como na relação entre a diversidade linguística e a estratificação das classes sociais.

Como afirma Lucchesi (2009), toda a sócio-história brasileira apresenta motivos de sobra para que sua realidade linguística seja vista como um *sistema polarizado*, dividido por dois grandes subsistemas, de um lado uma *norma culta* e de outro uma *norma popular*. Acrescenta que cada um desses subsistemas tem sua lógica própria, “com suas respectivas tendências de mudança linguística e seu sistema particular de avaliação subjetiva”. (LUCCHESI, 2009, p. 42)

Serafim da Silva Neto (1951, p. 88-89, *apud* LUCCHESI, 2009, p. 53) em seus estudos para traçar a história da língua portuguesa, nos

inícios do ano 1950, já apontava para a existência de duas modalidades do português falado no Brasil, que ele chamava de “dualidade linguística”, em que se tinha lado a lado; a “nata social”, uma pequena elite, composta por brancos e mestiços que ascenderam socialmente, cujos indivíduos dominavam o *português culto*, aproximado ao português padrão lusitano; e uma massa de descendentes de “índios, negros e mestiços da colônia”, totalmente à margem de qualquer modelo digno de cidadania, que falava um *português popular*, bem distante do padrão d’além mar, um português resultante da mistura das línguas de índios e negros africanos e seus descendentes que o adquiriram a partir do que Lucchesi chama de *processo de transmissão linguística irregular*, nas situações de contato entre línguas abrupto, massivo e radical. (LUCCHESI, 1998, 2001a, 2002b, 2006a)

### **3.1. A sociolinguística em resumo**

Os estudos linguísticos que relacionam a língua e os fatos sociais foram fundamentais para desfazer as ideias estruturalistas que propunham estudar a língua eliminando tudo que não fosse proveniente de sua estrutura abstrata. Em meados do século XIX, Antoine Meillet<sup>17</sup> já apontava em seus textos a importância de estudar a língua e seu caráter social, afirmando que “a linguagem é eminentemente um fato social” (CALVET, 2002, 13). Segundo Calvet (2002), o duelo entre as abordagens estruturalistas e sociolinguísticas teve início logo depois da publicação (póstuma) do *Curso de Linguística Geral*, de Ferdinand de Saussure, e foi com William Labov, com seus estudos empíricos, que a sociolinguística se consolidou de uma vez como uma ciência social.

Em 1963, Labov destaca o papel decisivo dos fatores sociais na explicação da variação linguística na realização do seu trabalho sobre a variação dos ditongos pelos falantes da ilha de Martha’s Vineyard, localizada em Massachusetts (EUA). Nesse texto, o autor relaciona fatores como sexo, ocupação, origem étnica e atitude ao comportamento linguístico manifesto dos vineyardenses. As técnicas desenvolvidas em Martha’s Vineyard foram melhor elaboradas e aplicadas, em 1964, por Labov

---

<sup>17</sup> Embora Antoine Meillet, no início de sua trajetória, tivesse seus estudos comparados a Saussure, considerado até como seu discípulo, após a publicação do *Curso de Linguística Geral*, ele demonstrou seu total distanciamento, afirmando que “ao separar a variação linguística das condições externas a que ela depende, Ferdinand Saussure a priva de realidade, ele a reduz a uma abstração que é necessariamente inexplicável”. (MEILLET, 1921, *apud* CALVET, 2002)

em outra pesquisa sobre a estratificação social do inglês de Nova York. Ao finalizar sua pesquisa, Labov fixa um modelo de descrição e interpretação do fenômeno linguístico capaz de dar conta da influência de fatores extralinguísticos no contexto social de comunidades urbanas. Esse modelo ficou conhecido como sociolinguística variacionista ou teoria da variação.

Na obra intitulada *Modelos Sociolinguísticos*, Labov (1983) deixa claro que, ao publicar seus primeiros estudos sobre Martha's Vineyard e a cidade de Nova York, na década de 60, a sua intenção era introduzir a contraparte social inerente às línguas, que até então ficara de lado nos estudos realizados. A sua pretensão era estudar “a língua falada tal como é utilizada na vida cotidiana pelos membros de uma sociedade organizada, esse veículo de comunicação em que eles argumentam com suas esposas, brincam com seus amigos e enganam seus inimigos”.<sup>18</sup> (LABOV, 1983, p. 23, tradução nossa)

Discorrendo sobre a variação, Monteiro (2000, p. 16) afirma que “os propósitos de descrever a heterogeneidade linguística e de encontrar um modelo capaz de dar conta da influência dos fatores sociais que atuam na língua somente passaram a ter êxito com os trabalhos de Labov”. Aparentemente caótica e aleatória, a face heterogênea imanente da língua é regular, sistemática e previsível. A sistematização da variação implica a delimitação dos fenômenos variáveis a serem analisados (variável dependente) e dos fatores que os regulam (variáveis independentes). Assim, a principal tarefa da sociolinguística é correlacionar a variável dependente com variáveis independentes como contexto linguístico, estilo ou categorias sociais.

A variação é percebida como requisito ou condição do próprio sistema linguístico. Ela é essencial à própria natureza da linguagem humana, pois a língua não é usada de modo homogêneo por todos os falantes. Em nosso projeto, ao trabalharmos com o conceito de variação linguística, pretendemos demonstrar que ela ocorre em todos os níveis de funcionamento da língua, seja fonológico, morfológico, sintático, semântico, sendo mais perceptível na pronúncia e no vocabulário. Assim, estamos desenvolvendo pesquisas, analisando fenômenos linguísticos em diferentes níveis de funcionamento da língua.

---

<sup>18</sup> *el lenguaje hablado tal como lo utilizan en la vida cotidiana los miembros de una sociedad organizada; ese vehículo de comunicación en que discuten con sus esposas, juegan con sus amigos y engañan sus enemigos.* (LABOV, p. 23)

### **3.2. A gramática gerativa em resumo**

Embora saibamos que é possível se falar em uma gramática do português brasileiro, sabemos que cada comunidade de fala pode apresentar diferentes opções em relação a algumas de suas propriedades estruturais; assim, em diferentes comunidades podem concorrer gramáticas com algumas particularidades distintas em cada grupo.

A questão da relação entre “gramática” e “comunidade de fala” é um dos temas que tem gerado grandes discussões dentro das ciências linguísticas, apresentando diferentes pontos de vista condicionados por perspectivas teóricas distintas. A caracterização da diversidade teórica nas ciências linguísticas é exatamente a possibilidade de se realizarem diferentes abstrações acerca de um mesmo objeto. E cada teoria linguística é, na verdade, um modo particular de ver a realidade da linguagem humana. (BORGES, 2004, p. 22)

Uma das concepções sobre o conceito de gramática, relacionada com sua substância, foi a de que “a gramática é uma e a mesma para todas as línguas, ainda que possa variar acidentalmente” (BACON, *apud* CHOMSKY, 1994, p. 21). O entendimento de “substância”, invariável, nessa concepção, foi por muito tempo vista como a mente e seus atos, sendo que as línguas particulares se utilizam de muitos mecanismos, uns originados da razão humana e outros arbitrários e casuais, para que possam expressar continuamente o pensamento nas línguas humanas.

Para Chomsky, a definição de gramática está relacionada ao conhecimento que o falante tem de sua língua materna, sendo esse conhecimento inato e geneticamente determinado. E acrescenta o conceito de gramática universal, como o estágio inicial de um falante que está desenvolvendo uma língua. Essa gramática universal é constituída de valores (princípios e parâmetros) que vão sendo fixados na mente do falante e que se constituirão nas gramáticas particulares, isto é, nas línguas naturais. Essa gramática, ou essa capacidade humana de desenvolver uma linguagem única, sem dúvida, diferencia os seres humanos de qualquer outra espécie viva do planeta. Supondo ser tudo isso verdadeiro, Chomsky postula que o ser humano possui, em seu aparto genético, uma faculdade da linguagem, como um órgão qualquer de sua estrutura biológica, tal qual o sistema circulatório, o sistema visual, ou o sistema imunológico. Uma espécie de subsistema de um sistema mais complexo.

## XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOGIA

Para Chomsky, essa faculdade da linguagem faz parte de cada um dos aspectos da vida dos indivíduos, dos pensamentos e também da interação entre os seres humanos. Acrescenta que

ela é, em grande parte, responsável pelo fato de, sozinhos no universo biológico, os seres humanos terem uma história, uma diversidade e evolução cultural de alguma complexidade e riqueza, e mesmo sucesso biológico, no sentido técnico de seu número ser enorme. (CHOMSKY, 1998, p. 18)

Desse modo, ele não desconsidera que a linguagem humana está diretamente ligada a toda espécie de cultura e toda a sócio-história que constituem a complexidade a vida humana. Para ele, no estudo da espécie humana, “a cultura e o contexto entram na medida em que você tenta construir um entendimento mais completo de como é a vida humana. Essas abordagens não estão em conflito: uma apoia a outra” (CHOMSKY, 1998, p. 62). Com isso, Chomsky tenta mostrar que não há problema algum no fato de uma teoria deter-se mais na natureza biológica da linguagem enquanto outra estuda a linguagem considerando o contexto e cultura. Acrescenta ainda que pesquisas sérias nessas áreas se enriquecem, tirando conclusões umas das outras.

Ao questionar a língua como um fator de identificação cultural, Mira Mateus (2006) afirma ter sido levada a rever as diferentes perspectivas acerca das relações entre língua e cultura, considerando os diversos pontos de vista dos filósofos da linguagem. Destaca que para Humboldt (1972, p. 33, *apud* MATEUS, 2006, p. 65), “uma língua nunca alcançará uma excelente constituição gramatical se não tiver o feliz privilégio de ser falada, pelo menos uma vez, por uma nação de inteligência viva ou de pensamento profundo”. Para ele, o mérito de uma língua está em suas formas gramaticais, o que permite “a representação do pensamento abstrato”. Segundo Mateus (2006), fica evidente, portanto, haver entre língua e pensamento que caracteriza uma nação ou sua cultura, uma dialética que impele a elevação do pensamento abstrato, tendo como mola propulsora a superioridade nacional.

Pinker (2002), em seu livro *O instinto da linguagem*, ao discorrer sobre a relação linguagem e cultura, observa que a primeira não pode ser considerada como uma mera invenção da segunda, mais sim, “um produto de um instinto humano específico”. Nesta relação, afirma que:

As invenções culturais variam muito de sociedade para sociedade em termos de sofisticação; dentro de uma sociedade, as invenções têm o mesmo nível de sofisticação. Alguns grupos contam fazendo marcas em ossos e cozinham em fogos que eles produzem girando gravetos na lenha; outros usam computadores e fornos de micro-ondas. No entanto, a linguagem acaba com

essa correlação. Existem sociedades da Idade da Pedra, mas não existe uma língua da Idade da Pedra<sup>19</sup>. (PINKER, 2002, p. 21)

Evidencia-se, portanto, nas palavras de Pinker, que de um lado está a interpretação da linguagem como manifestação das capacidades cognitivas e da organização conceptual do conhecimento, e de outro, como uma atividade advinda da experiência cultural e social do indivíduo. Como observa Mateus (2006), a interpretação de Pinker mostra-se completamente distante da perspectiva romântica que entendia a língua apenas como um produto da cultura de um povo.

#### **4. Considerações finais**

Como mencionado nas considerações iniciais deste texto, nossas pesquisas buscam conciliar as abordagens teóricas da sociolinguística e da gramática gerativa. Aparentemente, poder-se-ia pensar: como é possível realizar uma pesquisa sob a luz de duas teorias cuja concepção do objeto de estudo é tão diferente? Faraco (2005, p. 102-103) afirma que “[...] essa é a questão central [...] (a concepção de linguagem) que vai direcionar o modo como dada orientação teórica vai entender a mudança, o que, por sua vez, vai determinar seus diferentes métodos. Contudo acrescenta:

Em razão da diversidade teórica que caracteriza a ciência em cada momento de sua história, e em razão dos respectivos conflitos entre teorias e a teoria e o real, o processo acumulativo se dá menos por somas do que por amplas reelaborações teóricas, isto é, por retomadas de questões empíricas e procedimentos analíticos em novas chaves interpretativas (FARACO, 2005, p. 105)

E prosseguindo sua análise, Faraco diferencia o ecletismo (um amontoado acrítico, ingênuo, de teorias) da possibilidade de compatibilizar teorias, isto é, de compartilhar interpretações teóricas com o objetivo de colher bons frutos, como observou Duarte (1996, p. 160) ao se referir aos estudos de Fernando Tarallo (1987) que, reinterpretando os modelos importados, propôs uma “sociolinguística românica paramétrica”, procurando conjugar as teorias sociolinguística e gerativista, em busca de um melhor entendimento da sintaxe do português brasileiro.

---

<sup>19</sup> *Cultural inventions vary widely in their sophistication from society to society; within a society, the inventions are generally at the same level of sophistication. Some groups count by carving notches on bones and cook on fires ignited by spinning sticks in logs; others use computers and microwave ovens. Language, however, ruins this correlation. There are Stone Age societies, but there is no such thing as a Stone Age language.* (PINKER, 1995, p. 27)

## XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA

Concordando com Faraco sobre a possibilidade de trabalho com diferentes linhas teóricas, Mattos e Silva (2008) explica que o Programa para a História da Língua Portuguesa (PROHPOR), na prática de quase quinze anos, não segue uma linha teórica única, pois em seu grupo participam estruturalistas, variacionistas, gerativistas, funcionalistas, filólogos, lexicólogos/lexicógrafos, todos em busca de reconstruir a sócio-história do português brasileiro.

Sem desconsiderar as distâncias que separam esses dois grandes modelos teóricos, a sociolinguística e a gramática gerativa, ambos têm contribuído, decisivamente, para a compreensão das questões que envolvem a mudança linguística: nos planos dos princípios teóricos, nos planos da metodologia, bem como nos critérios de verificação empírica.

Esta pesquisa, portanto, a partir da união da teoria sociolinguística variacionista com a teoria da gramática gerativa, analisando o comportamento linguístico de comunidades de fala popular em regiões do Sertão baiano e reafirmando a posição de Lucchesi e Ribeiro, busca “integrar os elementos da teoria da gramática e a análise dos padrões coletivos de uso linguístico de uma forma minimamente consistente”. (LUCCHESI & RIBEIRO, 2009, p. 126)

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. *Do campo para a cidade: estudo sociolinguístico de migração de redes sociais*. São Paulo: Parábola, 2011.

CHOMSKY, Noam. *Linguagem e mente: pensamentos atuais sobre antigos problemas*. Trad.: Lúcia Lobato. Brasília: Universidade de Brasília, 1998.

\_\_\_\_\_. *O conhecimento da língua sua natureza, origem e uso*. Trad.: Ana Bela Gonçalves e Ana Tereza Alves. Lisboa: Caminho, 1986.

FARACO, Carlos Alberto. *Linguística histórica: uma introdução ao estudo da história das línguas*. São Paulo: Parábola, 2005.

LABOV, William. *Modelos sociolinguísticos*. Trad.: José Miguel M. Herreras. Madrid: Cátedra, 1983.

\_\_\_\_\_. *Padrões sociolinguísticos*. Trad.: Marcos Bagno, Maria Marta Pereira Scherre e Caroline Rodrigues Cardoso. São Paulo: Parábola, 2008.

LUCCHESI, Dante. *A variação na concordância de gênero em uma comunidade de fala afro-brasileira: Novos elementos sobre a formação do português popular do Brasil*. 2000a. Tese (de doutorado). – UFR, Rio de Janeiro.

\_\_\_\_\_. Norma linguística e realidade social. In: BAGNO, Marcos (Org.). *Linguística da norma*. São Paulo: Loyola, 2002.

\_\_\_\_\_. O conceito de transmissão linguística irregular e o processo de formação do português do Brasil. In: RONCARAT, Claudia; ABRAÇADO, Jussara. (Orgs.). *Português brasileiro: contato linguístico, heterogeneidade e história*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2003.

\_\_\_\_\_; BAXTER, Alan; RIBEIRO, Ilza. (Orgs.). *O português afro-brasileiro*. Salvador: Edufba, 2009.

MATEUS, Maria Helena Mira. Se a língua é um factor de identificação cultural, como se compreende que a mesma língua identifique culturas diferentes? In: CARDOSO, Suzana Alice Marcelino; MOTA, Jacyra Andrade; MATTOS E SILVA, Rosa (Orgs.). *Quinhentos anos de história linguística do Brasil*. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo do Estado da Bahia, 2006.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. *Ensaio para uma sócio-história do português brasileiro*. São Paulo: Parábola, 2004.

PINKER, Steven. *O instinto da linguagem: como a mente cria a linguagem*. Trad.: Claudia Beliner. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

SOUTHALL, A. (Org.). *Urban Anthropology*. Londres: Oxford University Press, 1973.

**PROEJA E EJA:  
UM ESTUDO COMPARATIVO À LUZ DA LINGUÍSTICA**

*Cristiana Barcelos da Silva* (UENF)

[cristianabarcelos@gmail.com](mailto:cristianabarcelos@gmail.com)

*Gerson Tavares do Carmo* (UENF)

[gtavares33@yahoo.com.br](mailto:gtavares33@yahoo.com.br)

**RESUMO**

Este trabalho tem por objetivo, estimular reflexões ligadas às questões que envolvam o entrosamento entre a oralidade e os recursos utilizados em sua prática espontânea e diária. Busca fundamentado em teorias linguísticas, analisar o elemento discursivo “*ah*” e identificar, do ponto de vista lexical, o tipo de função pragmático-discursiva desse elemento presente no corpus “*A Língua Falada na região Norte-Noroeste Fluminense*”. Para construção deste trabalho, observamos de forma comparativa, o seu uso nas falas orais de dois diferentes grupos formados por alunos matriculados na chamada Educação de Jovens e Adultos (EJA) e em um programa denominado Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos. (PROEJA).

**Palavras-chave:** EJA. PROEJA. Discursivização.

**1. Introdução**

O presente trabalho teve como objetivo analisar o uso do item “*ah*” na fala de alunos do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Educação de Jovens e Adultos (PROEJA) e da Educação de Jovens e Adultos (EJA), residentes na região norte-noroeste fluminense do estado do Rio de Janeiro. Como *corpus* de análise utilizamos a coletânea intitulada *A Língua Falada na Região Norte-Noroeste Fluminense*, organizada pela professora Eliana Crispim França Luquetti, da Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF). A escolha pelo *corpus* se deu pelo fato de conter textos produzidos em situações reais de fala. Já a opção pelo item “*ah*” ocorreu devido a sua frequência na fala de alunos jovens e adultos dessa região.

A partir da leitura de autores basilares, como: Martelotta (1996), Bagno (2007) e Labov (2008), dentre outros, verificamos que o item em questão desempenhou diferentes funções pragmático-discursivas do ponto de vista da sociolinguística variacionista, a saber: dêitico catafórico, dêitico anafórico e preenchedor de pausa. A função mais evidenciada do item, considerando todos os sujeitos desta pesquisa, foi a de dêitico ca-

tafórico, como podemos visualizar nos gráficos apresentados ao longo do desenvolvimento deste trabalho. Este uso correspondeu à gênese de um processo de discursivização da língua. É importante destacar que, para a análise, levamos em consideração o contexto linguístico, seu comportamento sintático, bem como sua noção semântica no contexto das falas.

Cada informante produziu cinco tipos distintos de textos orais: a) narrativa de experiência pessoal; b) narrativa recontada; c) descrição de local; d) relato de procedimento; e e) relato de opinião. Entretanto, ao analisarmos as transcrições, foi possível perceber a ocorrência do “ah” somente em narrativas orais de experiência pessoal, já que este subgênero explora o campo da experiência com eventos do dia a dia, registrados na lembrança, contados para outros.

Neste estudo, estivemos interessados no papel desempenhado pelo item “ah” no processo de comunicação, não importando o ponto de vista conservador de gramáticos tradicionais.

Assim, a elaboração deste artigo foi organizada da seguinte forma: *a priori*, buscamos estudar os marcadores discursivos do ponto de vista histórico, identificando os autores que realizaram os primeiros estudos a respeito dessa temática. Num segundo momento, nos propomos a realizar a tarefa de estudar o processo de discursivização com o objetivo de compreender de que maneira algumas partículas linguísticas passam a desempenhar funções diversas na língua falada, analisando que tipos de funções podem ser essas e como elas podem, portanto, serem categorizadas. Em seguida, apresentamos a metodologia utilizada nesta pesquisa. A próxima etapa foi subdividida em três momentos: análise das ocorrências do termo “ah” nos discursos orais presentes no *corpus*, tabulação numérica desses dados e categorização do ponto de vista da lexical e funcional da partícula nas falas. Por fim, apresentamos algumas considerações finais.

## **2. História dos marcadores**

A sociolinguística, segundo Bagno (2007), surgiu enquanto ciência nos Estados Unidos em meados da década de 1960, impulsionada por William Labov que se debruçou-se sobre os estudos da língua com foco na variação linguística.

A publicação da obra seminal, em 1972, *Sociolinguist Patterns* (*Padrões Sociolinguísticos*), marcou o nascimento oficial dessa área de

## XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA

estudos, quando Labov (2008) esclareceu o objetivo de desvendar os enigmas das mudanças linguísticas, pautando-se na ideia de que a língua muda, porque não há línguas e sim falantes vivendo em sociedades complexas, hierarquizadas, heterogêneas e que a transformam.

Por consequência das pesquisas desse estudioso, a sociolinguística variacionista encontrou campos férteis a partir da década de 1970 no Brasil, visto que a variação foi entendida como fenômeno da língua, cuja primazia era desvendar os enigmas das mudanças linguísticas a partir dos falantes. (BAGNO, 2007)

Desse modo, identificamos que estudos direcionados aos marcadores discursivos aumentaram na segunda metade do século XX, sobretudo, voltados para a percepção de que a base do conhecimento intersubjetivo na linguística tem de ser encontrada na fala e nos seus aspectos discursivos. Assim, observou-se, nos estudos linguísticos contemporâneos, um esforço em ultrapassar o limite das estruturas gramaticais da oração para a abertura de um novo olhar em relação à língua. (VEZ, 2000)

Pesquisadores da língua, como Almeida & Marinho (2003) e Escandell (2006), argumentaram que uma das maneiras de fazer com que um texto tenha sentido seria por meio de elementos que funcionem como conexões entre as palavras, frases, orações e parágrafos. Segundo Escandell (2006), um dos problemas que mais preocupou gramáticos, filósofos e pragmaticistas foi encontrar uma maneira de descrever o valor desses elementos. Devido à diversidade de questões teórico-metodológicas, foi possível encontrar termos como *marcadores de relação textual*, *operadores discursivos*, *enlaces extraoracionais*, *conectores discursivos*, *conectores pragmáticos*, *partículas pragmáticas* e *partículas discursivas*. Todos esses nomes, apesar da diversidade, referiam-se aos mesmos elementos.

A partir do século XX, estudos identificaram certos elementos linguísticos que não se ajustavam às classes gramaticais já existentes e, pela primeira vez, linguistas analisaram as suas características particulares como usos discursivos, empregos enfatizadores, valores expressivos, entre outros. Gili Gaya pareceu ser uma das primeiras pessoas a nomeá-los de *enlaces extraoracionais*, apontando para certas propriedades, como o fato de pertencerem a registros diferentes, bem como chegarem a se constituírem como apoios na fala. (ESCANDELL, 2006)

Nesse sentido, Almeida & Marinho (2003) apontaram que, a partir da década de 1970, o estudo dos marcadores discursivos recebeu uma atenção especial por meio de orientações teóricas muito diferentes e com aplicação no uso social da língua.

O termo *marcadores do discurso* (ou *marcadores discursivos*) foi comentado pela primeira vez por Willian Labov e David Fanshel e a pesquisadora Deborah Schiffrin talvez tenha sido uma das pioneiras que se dedicou, em profundidade, aos marcadores discursivos em sua obra intitulada *Discourse Markers* (1987) – momento em que os considerou elementos que marcavam unidades sequencialmente dependentes do discurso e não cabiam facilmente em uma só classe linguística – já que incluíam recursos paralinguísticos e gestos não verbais. (ALMEIDA & MARINHO, 2003)

O espanhol José Portolés (1998), ao conceituar os marcadores, explicou que tais elementos não possuíam função determinada, desempenhando funções indefinidas no discurso e, por isso, relevantes para o estudo da língua.

Os “marcadores do discurso” são unidades linguísticas invariáveis, não exercem função sintática no marco da predicação oracional e possuem uma incumbência coincidente no discurso: o de guiar, de acordo com suas diferentes propriedades morfossintáticas, semânticas e pragmáticas, as inferências que se realizam na comunicação. (PORTOLÉS, 1998, p. 23-24)

O pesquisador utilizou o termo marcador, referindo-se aos estruturadores da informação, conectores e reformuladores. Em certo ponto, todavia, foi inegável afirmar que houve historicamente uma interseção entre os grupos de pesquisadores que estudaram essas unidades discursivas, considerando que existia a conexão da relação entre as unidades linguísticas e as unidades contextuais. (PORTOLÉS, 1998)

Outro elemento utilizado para referir-se a esses elementos foi a palavra conector, como preferiu denominar a suíça Rossari que, inicialmente, chamou-o de conector pragmático, referindo-se a unidades discursivas que tinham por função, significar uma relação que se estabelecia entre unidades linguísticas ou contextuais. Do ponto de vista conceitual, considerou-se que as relações podiam ser definidas em termos lógicos e temporais que subsistiam entre os acontecimentos evocados. (ALMEIDA & MARINHO, 2003)

Em resumo, os marcadores textuais seriam “[...] expressões linguísticas que, ao poder atuar tanto na estrutura oracional como fora dela,

ou seja, no âmbito textual, desempenham importante função na articulação do discurso”. (MARINHO, 2005, p. 14)

### 3. *Elementos dêiticos e os processos de gramaticalização e discursivização da língua*

No livro *Introdução à Linguística II*, Fiorin (2005) apontou a pragmática como a ciência linguística do uso, que considerava o usuário e o contexto das interações verbais. Seu objeto de pesquisa, portanto, referia-se ao estudo da língua pelos seus interlocutores. Por essa perspectiva, dirigiu-se aos dêiticos enquanto elementos que indicavam o lugar ou tempo em que a fala foi produzida, podendo somente “[...] ser entendido dentro de uma dada situação de comunicação”. (FIORIN, 2005, p. 162)

Observando a ocorrência de elementos que tendiam a desempenhar funções diferentes em relação à língua falada e à língua escrita, Almeida & Marinho (2003) assinalaram os marcadores discursivos como

[...] aqueles signos que não contribuem diretamente para o significado conceitual dos enunciados, mas que os orientam e ordenam as inferências que se obtêm a partir deles. Ou seja, o significado dos marcadores contribui para o processamento do que se comunica e não para a representação da realidade comunicativa. (ALMEIDA & MARINHO, 2003, p. 177-178)

Nessa vertente, Martelotta (1996) abordou o processo de discursivização da língua quando definiu o marcador discursivo como processo no qual um elemento não teria mais relação com as normas gramaticais, mas com o discurso. Para o autor, uma vez que esses elementos não possuíam lugar na gramática da língua, acabavam inserindo no processo de gramaticalização, recebendo a denominação de marcadores discursivos. Martelotta (1996) reforçou o conceito, demonstrando que

Gramaticalização é um termo que tem sido usado com vários sentidos. Interessa-nos o sentido em que designa um processo unidirecional segundo o qual itens lexicais e construções sintáticas, em determinados contextos passam a assumir funções gramaticais e, uma vez gramaticalizados, continuam a desenvolver novas funções gramaticais. Um processo em cujo final o elemento linguístico tende a se tornar mais regular e mais previsível, pois sai do nível da criatividade eventual do discurso para penetrar nas restrições da gramática. (MARTELOTTA, 1996, p. 24)

De acordo com Castelano et al. (2012), o processo de discursivização, foco deste trabalho, por sua vez, levaria a unidade linguística a adquirir a função de marcador discursivo, modalizando ou reorganizando a produção oral quando a sua linearidade for, momentaneamente, perdida

ou utilizada para preencher os vazios ou interrupções na fala. A autora reforçou que no quadro da linguística funcional, a discursivização foi um fenômeno associado ao processo de regularização do uso da língua. Devido ao seu viés de marcador na produção da fala, também relacionou a importância do marcador discursivo ao fenômeno sociolinguístico de variação da língua (CASTELANO et al., 2012). Dessa forma, a trajetória do processo de discursivização foi marcada por uma passagem do léxico para o discurso, via gramática, ou seja, um elemento, inicialmente lexical, passa a ser usado com função gramatical e, em seguida, assume função de marcador. (MARTELOTTA, 1996)

#### **4. Metodologia**

Ao analisar outros elementos, percebeu-se que nesta pesquisa os usos do elemento “*ah*” possuíam uma origem espacial/temporal, e se explicavam por um processo de discursivização espaço > (tempo) > texto. A partir desse processo, o elemento pareceu desempenhar as seguintes funções pragmático-discursivas na fala: a) dêiticos catafóricos; b) dêiticos anafóricos; e c) preenchedores de pausa. Notório ressaltar que, analisando os resultados, percebeu-se uma maior predominância nas ocorrências do elemento como dêitico catafórico.

Pautando-se na ideia de que vários elementos da língua são marcadores discursivos e compreendendo, por vezes, que não possuem função gramatical rígida, optou-se por analisar o uso da partícula “*ah*” como item lexical utilizado com certa frequência no uso social da língua. (MARTELOTTA, 1996)

Utilizou-se, neste trabalho, como referência de análise, o *corpus* “A Língua Falada na Região Norte Noroeste Fluminense” (LUQUETTI, 2014), constituído por um conjunto de entrevistas orais e escritas. Foram analisadas entrevistas na modalidade oral com todos os cinco tipos de narrativas: narrativa de experiência pessoal, narrativa recontada, relato de opinião, relato de procedimento e descrição de lugar.

Com o objetivo de chegar a uma análise qualitativa e quantitativa dos dados, analisamos 29 ocorrências do elemento “*ah*” nas narrativas, com a seguinte distribuição: 24 ocorrências no depoimento dos 21 alunos do PROEJA e seis ocorrências dos cinco depoimentos dos da EJA. A opção de analisar a fala ocorreu devido ao entendimento de que a oralidade ofereceria recursos férteis para análise da língua enquanto produto social.

Em relação ao *corpus*, Maingueneau (1997, p. 46) reforçou que: “Na realidade, mesmo os *corpora* escritos não constituem uma oralidade enfraquecida, mas algo dotado de uma ‘voz’. Embora o texto seja escrito, ele é sustentado por uma voz específica: “a oralidade não é o falado [...]”.

Assim, a partir da análise do elemento “*ah*”, procurou-se observar a relação entre a função pragmático-discursiva referente à distribuição das ocorrências do elemento na língua falada. Esta, caracterizada pela diversidade e pela heterogeneidade, descrita de forma sistemática nas pesquisas sociolinguísticas.

Desse modo, utilizou-se os estudos teóricos de Martelotta (2004), Almeida e Marinho (2003) como referência neste trabalho para evidenciar o uso do marcador discursivo “*ah*”, com o intuito de demonstrar sinais de gramaticalização e as funções desempenhadas pelo elemento nas circunstâncias de comunicação. O recorte da comunidade de fala que constituiu a amostra estratificada deste trabalho foi composta por depoimentos de discentes residentes em cidades do interior do estado do Rio de Janeiro, sendo um grupo matriculado em escolas de EJA e outros em instituições que ofereciam (PROEJA) EJA integrada a um curso profissionalizante.

Levando em consideração o uso social e comunicativo da língua, suas complexidades e algumas pesquisas linguísticas na contemporaneidade, esperou-se que este estudo contribuísse, mesmo que de maneira simplória, com a produção de conhecimento nessa área, uma vez que

[...] toda língua apresenta áreas que estão em fluxo, o que faz com que surjam novas variações, decorrentes do aspecto criativo do discurso. Por outro lado, a comunicação pressiona a língua em direção a uma maior regularidade e iconicidade. A competição dessas duas forças faz com que as gramáticas das línguas nunca sejam estáticas. (MARTELOTTA, 1996, p. 26)

Acreditando na vivacidade da língua e na necessidade de compreender alguns dos aspectos que explicam os diferentes usos característicos da oralidade foi que se empenhou na realização deste trabalho.

### 5. *Discussão dos resultados*

#### 5.1. O marcador “*ah*” como dêitico catafórico

Quanto ao valor espacial dos marcadores, Martelotta (1996) admitiu existirem duas trajetórias distintas que geraram diferentes usos de uma partícula. Uma capaz de levar o elemento a assumir funções anafóri-

cas e outra catafórica, que, por sua vez, gerou valores temporais e inferíveis. A função catafórica se referia, às vezes, que um determinado elemento se reportava a um item que ainda não havia aparecido no discurso, tratando-se, portanto, de uma inferência ao novo. (MARTELOTTA, 1996)

Os segmentos abaixo apresentaram exemplos da expressão “*ah*” com a função de introduzir uma nova fase de relato no discurso:

**Ex.: 1.**

E: João Batista... conta pra mim alguma coisa que você escreveu e que te marcou...

I: *ah*:: o que me marcou é:: as passagens da igreja que diz... que nós devemos amar ao próximo como a nós mesmo... entendeu... e isso me marca muito... (Narrativa de experiências pessoal, João, 46 anos, PROEJA – Ensino Médio, p. 201).

**Ex.: 2.**

E: conte pra mim então alguma coisa que você escreveu e que te marcou... um fato:: aconteceu... engraçado... constrangedor... que marcou você muito nessa trajetória da escrita...

I: eu fiz formação de professor durante quatro anos... [*ah é...*] e:: nessa formação de professor...cada estágio que a turma:: [uhn... uhn...] é:: fazia na escola... a professora pedia um relatório no final de cada:: de cada aula... um relatório escrita à mão... de caneta azul... e foi isso... durante esses quatro anos... todo final de aula... a gente relatava aquilo que aplicava na sala de aula junto com os alunos... (Narrativa de experiências pessoal, Renata, 22 anos, PROEJA – Ensino Médio Incompleto, p. 209).

Na análise das transcrições, pode-se perceber que após a utilização do dêitico “*ah*”, os alunos do PROEJA inseriram uma inédita informação no decorrer do discurso. Analisando as falas, percebemos a ocorrência desse elemento em narrativas orais de experiência pessoal, momento no qual os falantes foram induzidos a explorarem o campo de suas experiências e eventos cotidianos, registrados na lembrança. Tratou-se, portanto, da utilização na comunicação oral, de um elemento coesivo catafórico, uma vez que seu uso se transformou em um recurso que apontava para a emergência de um novo nível discursivo. Este uso correspondeu à gênese de um processo de discursivização da língua, conforme reforçou os trechos abaixo:

## XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOGIA

### Ex.: 3.

E: Nivaldo... conte pra mim alguma coisa que você escreveu e que te marcou...

I: *ah*:: uma alteração de uma receita que eu fiz... até brincando a: a vaca atolada... eu botei o nome da receita de: bezerra atolada... que a carne não continha osso... eu fiz com a picanha... ((risos)) (Narrativa de experiências pessoal, Nivaldo, 36 anos, PROEJA – Ensino Médio Incompleto, p. 209).

### Ex.: 4.

E: me ensina a fazer alguma coisa que você saiba fazer super bem...

I: *ah*... o que eu sei fazer bem é pipa...

E: uhn...

I: ou seja... primeiro você pega o bambu... corta o bambu... deixa ele fino... bem fino... seja... três bambu... um grande... no meio e dois... assim... no caso... na:... horizontal... aí você pega a linha... passa a linha primeiro no meio... na vareta... ela tá na vertical... no caso... você amarra as outras duas na horizontal... aí cê pega a linha... passa a linha em volta dela todinha... corta o papel de seda... igual... do mesmo tamanho... assim:... no caso... e bota/cola... entendeu?... (Relato de Experiência, Edivaldo, 17 anos, EJA – Ensino Fundamental, p. 219).

Nos trechos anteriores, quando os tipos de narrativas foram as de experiência pessoal e os relatos de experiências, os sujeitos da EJA e do PROEJA, após utilizarem o elemento “*ah*”, fixaram uma nova ideia e/ou explicação ao longo do processo de comunicação.

Ainda quanto à ocorrência do marcador na categoria dêitico catafórico, verificaram-se os seguintes dados a partir da análise do *corpus* (Gráfico 1):

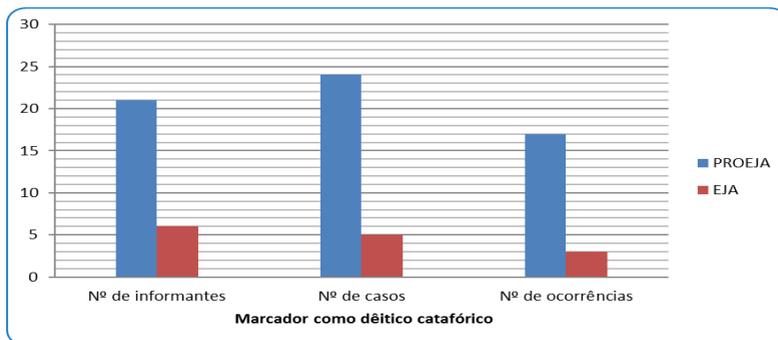


Gráfico 1 – O marcador “*ah*” como dêitico catafórico.

Alguns quadros foram organizados com o intuito de demonstrar a ocorrência do termo, uma vez que se fundamentando no estudo da sociolinguística quantitativa, acredita-se que variantes podem ser demonstráveis a partir de números e dados estatísticos. (LABOV, 2008, p. 10)

A esse respeito, o **Gráfico 1** demonstrou que um expressivo número de alunos do PROEJA apropriou-se do dêitico catafórico “*ah*”, sendo também marcante o número de ocorrências na EJA.

Talvez fosse possível considerar que houve uma considerável tendência das modalidades de educação examinada, EJA, na região Norte Noroeste Fluminense, levando em conta o número de ocorrências do elemento discursivo “*ah*” em termos quantitativos.

## **5.2. O marcador “*ah*” como dêitico anafórico**

Como dêitico, um elemento poderia assumir um valor anafórico, ao fazer referência a um item previamente explicitado no discurso. Os relatos de alunos da EJA e PROEJA do Norte Noroeste Fluminense do Estado do Rio de Janeiro trouxeram alguns exemplos desse uso:

**Ex.: 5.**

E: descreve pra mim então a frente da sua escola... Ruan...

I: bom... depende né... porque... tipo... tá falando o quê... que não tem estacionamento bom... iluminação...

E: como que você acha que é a frente da escola?

I: *ah*:: devia ter mais um pouco de iluminação né... [ahn... ahn...] ser asfaltada... [uhn... uhn...] tem muito buraco aí né...

(Narrativa de experiências pessoal, Ruan, 21anos, PROEJA – Ensino Médio Incompleto, p. 204).

**Ex.: 6.**

E: não eu não sou daqui...

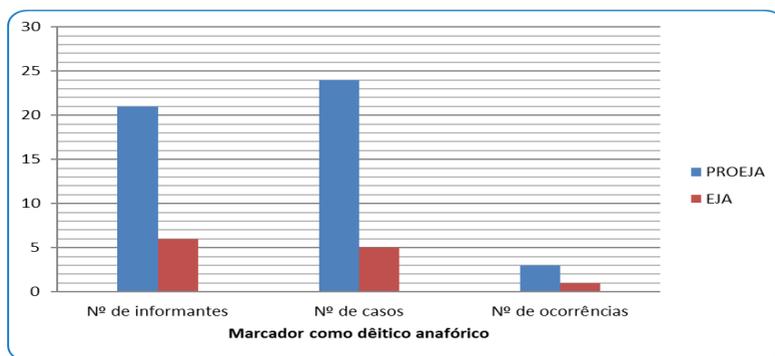
I: *ah* cê num é daqui?...

(Narrativa de experiências recontada, Creuza, 51anos, EJA – Ensino Fundamental, p. 245).

Nos fragmentos anteriores, verificou-se nas narrativas de experiência pessoal e nas de experiência recontada que os indivíduos fizeram uso da partícula “*ah*” para se referir a uma fala anteriormente menciona-

da no processo comunicativo. Os relatos nos permitiram compreender também, a importância das narrativas nas pesquisas sociolinguísticas, no sentido de capturar as falas, na sua forma mais espontânea. A esse respeito, Tarallo (1986, p. 22) escreveu que o uso das narrativas “têm demonstrado que, ao relatá-las, o informante está envolvido emocionalmente com o que relata (...)” (TARALLO, 1986, p. 22). E é precisamente esta situação natural de comunicação almejada pelo pesquisador sociolinguística.

Em relação à ocorrência numérica desse marcador como dêitico anafórico, foi possível verificar no *corpus*, como apresentado no **Gráfico 2**:



**Gráfico 2 – O marcador “ah” como dêitico anafórico.**

Visualizou-se, a partir do **Gráfico 2**, o relativo percentual de usos do elemento. Em relação ao número de ocorrências, foi possível perceber o uso da partícula “ah” como elemento enfático de uma informação anteriormente mencionada. Nos fragmentos dos discursos orais, percebeu-se que os informantes da EJA, em relação aos do PROEJA, utilizaram em maior número a partícula dêitica anafórica, com o intuito de impedir a repetição daquilo que já teria dito.

### 5.3. O marcador “ah” como preenchedor de pausa

Martelotta (2004) mostrou que *gramaticalização* e *discursivização* constituíam processos especiais de mudança linguística. Retomando esses conceitos, o autor conceituou *gramaticalização* como um processo que levaria um item lexical ou construção sintática a assumir funções referentes à organização interna do discurso ou estratégias comunicativas.

Enquanto que, a *discursivização* levaria o item já gramaticalizado a assumir uma função de marcador discursivo, reorganizando o discurso, quando a sua linearidade fosse perdida, ou servindo para preencher o vazio causado por essa perda da linearidade na fala. (MARTELOTTA, 2004)

Fundamentando-se nos estudos de Martelotta (2004), percebeu-se que ambos os processos contribuiriam para que o elemento “*ah*” desempenhasse a função de preenchedor de pausa, sobretudo o de *Discursivização*, marcando um momento de interrupção no processo de raciocínio do indivíduo, a fim de evitar uma parada no fluxo da fala dos discentes. (MARTELOTTA, 2004)

Desse modo, o elemento por essa ótica, incorporou a função de organizador do discurso, apropriando-se do artifício da pausa, para organizar mentalmente seus pensamentos, como exemplificou o diálogo seguir:

**Ex.: 7.**

E: explica pra mim uma experiência que você fez no seu curso?

I: bom... uma experiência que eu fiz no meu curso... *ah...* foram tantas... e: pode escolher uma aí... dessas tantas... (Relato de procedimento, Jean, 36 anos, PROEJA – Ensino Médio Incompleto, p. 199).

No exemplo 1, o elemento “*ah*” figurou um sentido temporal, indicando uma ideia de marca no tempo, desempenhando um papel de pausa da fala. Talvez demonstrasse um intervalo na comunicação oral e uma espécie de continuidade no fluxo nos processos mentais. Esse uso teve como particularidade preencher o vazio causado pela linearidade do discurso como pudemos observar:

**Ex.: 8.**

E: durante o tempo que você estudou... algo que tenha te marcado... que aconteceu...

I: *ah...* são os professores daqui... nunca tive professores... tipo/tem muitos professores aqui que te apoiam muito... mas... tem muitos que te botam pra baixo entendeu?... (Narrativa de experiências pessoal, Ruan, 21 anos, PROEJA – Ensino Médio Incompleto, p. 203).

Como afirmou Martelotta (1996), de um modo geral, os marcadores discursivos foram usados, primariamente, para reorganizar linearmente as informações no ato do discurso, quando em seu curso, houve a necessidade de organizar as relações textuais. Talvez pudéssemos afirmar

## XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOGIA

que seu uso foi motivado pelo intuito de evitar que algo impedisse o desenvolvimento da comunicação. Segue outros exemplos:

### Ex.: 9.

E: Monique... conte pra mim... alguma coisa que você escreveu... e te marcou muito... pode ser algo positivo... ou negativo... um fato engraçado ou constrangedor... que te marcou muito...

I: *ah...* é tanta coisa que eu escrevo... (Narrativa de experiências pessoal, Monique, 20 anos, PROEJA – Ensino Médio, p. 217).

### Ex.: 10.

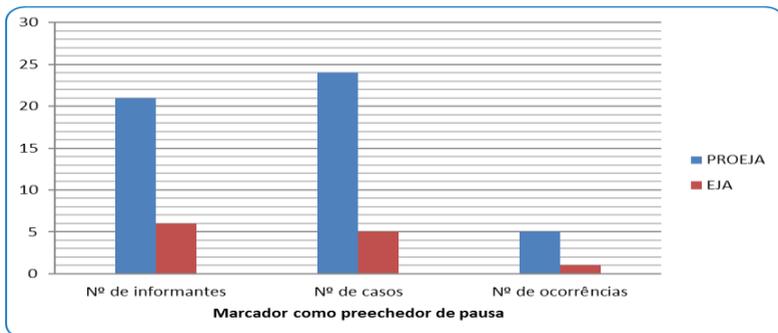
E: Creusa:... cê pode me contar alguma coisa que tenha marcado a sua vida:?:

I: *ah...* o que marcou a minha vida: foi assim:... um caso que eu tive:... entendeu?... muito bom na minha vida... (Narrativa de experiências pessoal, Creuza, 51 anos, EJA – Ensino Fundamental, p. 217).

Pudemos observar que o elemento “*ah*” fora empregado, como um recurso para completar uma pausa o que, por certo, oferecia condições para que o informante vasculhasse em seu repertório mnemônico o termo mais adequado e reformulasse o seu discurso oral, sendo, portanto por essa característica, considerado preenchedor de pausa.

Avaliando os fragmentos, foi possível concluir que o “*ah*” pouco apresentou valor sintático e semântico, uma vez que, retirado do discurso, não afetaria, contudo, o processo de comunicação e, por conseguinte, do entendimento do contexto em que acontecia o diálogo.

Quanto à ocorrência numérica desse marcador, verificou-se o que apresenta no **Gráfico 3**:



**Gráfico 3 – Marcador como preenchedor de pausa.**

Em termos explicativos, percebeu-se nos quadros acima, um maior percentual de alunos da EJA que se apropriou do “ah” como preenchedor de pausa, mesmo o número de ocorrências sendo mais elevado no PROEJA. Em ambos os casos, porém, a ocorrência não exerceu função gramatical, mas desempenhou uma função de reorganizadora da fala. Apostamos na interpretação de que a preocupação do falante foi de auto sustentar sua fala, solicitando a atenção do entrevistador com o uso do elemento “ah”. Notório ressaltar, que esse tipo de uso nos pareceu recorrentes na oralidade, apontando para pistas que nos permitiram demonstrar as estratégias utilizadas pelos informantes para alcançar um dos objetivos sociais da língua: uma eficiente comunicação.

## **6. Breves considerações...**

Neste artigo, considerou-se a realidade e o uso social da língua que os autores utilizados para a construção deste trabalho se referiram, ao elencar a base do conhecimento intersubjetivo como complexo vivo da língua falada. Tentou-se, também, explorar e analisar a língua, com foco na fala e sobremaneira em seu uso na vida diária e cotidiana.

A partir dos depoimentos dos informantes dos discentes da EJA moradores da Região Norte e Noroeste do Estado do Rio de Janeiro, em situações reais e espontâneas de interação, percebeu-se que tanto o “ah”, categorizado como dêitico anafórico, quanto na forma de dêitico catafórico, evidenciaram um processo de discursivização tanto no discurso dos discentes da EJA como do PROEJA.

Confirmou-se, também, na análise empírica dos dados, que o mesmo processo levou a partícula “ah” a assumir função de preenchedor de pausa, tratando-se, em notas conclusivas, de um artifício mais abstrato, em que o elemento assumiu a função de orientador da organização discursiva.

Um último dado percebido nas análises dos resultados foi que houve, em termos gerais, em primeiro lugar, uma maior predominância nas ocorrências do elemento, desempenhando a função pragmático-discursiva identificada como dêitico catafórico, sobretudo nas falas dos discentes do PROEJA. Tal dado nos permitiu concluir que, houve nas falas desses discentes, uma maior frequência do uso desse marcador, como uma referência que marcou a introdução de uma nova fase de relato no discurso desses sujeitos.

## XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, D. M. V.; MARINHO, J. H. C. Dos marcadores discursivos e conectores: conceitualização e teorias subjacentes. *Gláuks*, vol. 12, n. 1, p. 169-203, 2012.
- BAGNO, M. *Nada na língua é por acaso: por uma pedagogia da variação linguística*. São Paulo: Parábola, 2007.
- CASTELANO, K. L.; LUQUETTI, E. C. F.; SOUZA, C. H. M. de. Funcionalismo e ensino: uso do operador argumentativo “assim” na fala da região noroeste fluminense. *Revista Interscience Place*, ed. 20, n. 6. jan./mar. 2014. Disponível em: <<http://www.interscienceplace.org.pdf>>. Acesso em: 26-08-2014.
- ESCANDELL, V. M. V. *Introducción a la pragmática*. Barcelona: Ariel, 2006.
- FIORIN, J. L. *Introdução à linguística II: princípios de análise*. (Org.). 4 ed. São Paulo: Contexto, 2005.
- MAINGUENEAU, D. *Novas tendências em análise do discurso*. 3. ed. Trad.: Freda Indursky; revisão dos originais da tradução: Solange Maria Ledda Gallo e Maria da Glória Vieira de Moraes. Campinas: Pontes; UNICAMP, 1997.
- MARINHO, J. H. C. A atuação do *onde* na articulação discursiva. In: SARAIVA, M. E. F.; MARINHO, J. H. C. (Orgs.). *Estudos da língua em uso: relações inter e intrassentenciais*. Belo Horizonte: Núcleo de Estudos da Língua em Uso, Grupo de Estudos Funcionalistas da Linguagem, Faculdade de Letras da UFMG, 2005.
- MARTELOTTA, M. E. Operadores argumentativos e marcadores discursivos. In: \_\_\_\_\_. et al. *Gramaticalização*. Rio de Janeiro: Faculdade de Letras da UFRJ, 2004.
- \_\_\_\_\_; VOTRE, S.; CEZARIO, M. M. (Orgs.). Gramaticalização no português do Brasil: uma abordagem funcional. In: MARTELOTTA, M. E.; NASCIMENTO, E.; COSTA, S. *Gramaticalização e discursivização de assim*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.
- LABOV, W. *Padrões sociolinguísticos*. Trad.: Marcos Bagno. São Paulo: Parábola, 2008.

*Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos*

LUQUETTI, E. C. F. (Org.). *A língua falada e escrita na Região Norte-Noroeste Fluminense*. Núcleo de Estudos Linguagem e Educação, [No prelo].

PORTOLÉS, J. *Marcadores del discurso*. Barcelona: Ariel, 1998.

VEZ, J. M. *Fundamentos lingüísticos en La enseñanza de lenguas extranjeras*. Barcelona: Ariel, 2000.

**REFLEXÕES SOBRE A TRADIÇÃO:  
A INFLUÊNCIA DOS PENSAMENTOS LINGUÍSTICOS  
SOBRE A NORMA GRAMATICAL**

*Thiago Soares de Oliveira (UENF)*

[so.thiago@hotmail.com](mailto:so.thiago@hotmail.com)

**RESUMO**

Este trabalho objetiva a reflexão teórica a respeito da possibilidade da influência dos diversos pensamentos acerca da linguagem no comportamento da gramática normativa (considerada como compêndio que reúne as normas relativas à variedade padrão da língua), colaborando para que, dessa forma, fosse firmada uma ideologia da padronização linguística que, na maioria das vezes, impulsiona o preconceito linguístico contra os indivíduos que não dominam a norma-padrão. Para tanto, adotou-se como metodologia a pesquisa bibliográfica, tendo em vista a necessidade de se delinear a trajetória dos pensamentos linguísticos a fim de, em seguida, refletir sobre a tradição gramatical como uma doutrina que se pereniza por meio da gramática normativa. Nesse rumo, são articuladas diversas concepções de estudiosos da linguística e da sociolinguística variacionista sob o viés da língua não apenas como instrumento de comunicação, mas também como um meio de prática social. Ao fim, após pertinentes incursões teóricas, conclui-se que o conhecimento da norma-padrão compilada pela gramática normativa preserva sua importância em diversos momentos da vida do indivíduo e que, apesar da evolução do pensamento linguístico trazida especialmente pela sociolinguística, poucas modificações foram incorporadas às intenções normativas dos compêndios gramaticais.

**Palavras-chave:** Língua Portuguesa. Sociolinguística. Gramática.

**1. Introdução**

É sabido que a trajetória de evolução do tratamento dispensado ao conhecimento é longa o suficiente para influenciar, senão alterar, os modos de pensar no decorrer do tempo. Relativamente aos estudos da linguagem, que reportam a uma preocupação muito antiga relacionada aos aspectos da comunicação humana, abordados em geral por meio do viés filosófico, passou-se, muitos anos depois, com o advento da sociolinguística, a uma preocupação muito mais ampla, abarcando não apenas a língua em seu efeito comunicativo, mas também em seu efeito social.

Dessa forma, esse ramo da linguística, apesar da especial ênfase à questão da variação linguística registrada na fala, também aborda com detida atenção as demandas relativas ao preconceito e estigma linguísticos e à mobilidade social, bem como os tópicos referentes à escrita quando deles partem elementos componentes e/ou causadores das discussões

sociolinguísticas. Por isso, a fim de cumprir o objetivo de refletir teoricamente sobre a possibilidade de que os inúmeros pensamentos sobre a língua possam ter sido ou não absorvidos pela tradição que reveste a gramática normativa, adotam-se as percepções da sociolinguística, mais especificamente a vertente variacionista.

Tendo em vista a riqueza de conteúdos capazes de subsidiar o delineamento de uma concisa trajetória da preocupação com a língua através do tempo, bem como de embasar as reflexões sobre a tradição gramatical, adota-se a pesquisa bibliográfica como metodologia mais apropriada ao desenvolvimento deste trabalho, cujas reflexões se justificam pelas atuais contendas que envolvem estudiosos da língua portuguesa, tanto em relação ao caráter formal do tratamento linguístico quanto em relação à língua considerada em seu caráter social. Nesse rumo, após revistos sinteticamente os principais pensamentos acerca da linguagem, desde as ideias de Platão até as críticas de Bakhtin à obra de Saussure, parte-se para uma reflexão sobre a tradição gramatical sob o viés sociolinguístico.

É preciso registrar, considerando as pretensões que foram apresentadas para este trabalho, que a discussão a respeito da tradição gramatical e das possibilidades de influência recebidas pelas gramáticas normativas é bastante ampla, não se intencionando, portanto, esgotar o assunto, mas levantar mais um ponto de vista com o intuito de colaborar para o entendimento da relação existente entre a gramática normativa e a trajetória do pensamento linguístico.

## **2. A trajetória da preocupação com a língua através do tempo**

Antes mesmo do surgimento da necessidade de normatizar a língua, o registro da história da linguística ocidental se inicia pelo confronto entre duas visões fundamentalmente opostas acerca da língua/linguagem<sup>20</sup>: a primeira, considerando-a como fonte do conhecimento; a segunda, como mero meio de comunicação. Na verdade, em Atenas, por volta do século V a. C., a atmosfera era de questionamento, inclusive no que diz respeito à língua/linguagem. Sobre isso, "os gregos se perguntavam se a conexão entre as palavras e aquilo que denotavam provinha da natureza, *physei*, ou era imposta pela convenção, *thései*" (WEEDWOOD, 2002, p. 25).

---

<sup>20</sup> O termo "língua/linguagem" foi assim registrado na obra da autora porque, no inglês, a palavra *language* refere-se tanto à noção de língua quanto à de linguagem.

## XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA

Esse pensamento a respeito da língua recebeu considerações de Platão, em *Crátilo*, texto que retrata o diálogo entre três interlocutores, sendo que o primeiro deles, Crátilo, sustentava que a língua espelhava exatamente o mundo; o segundo, Hermógenes, defendia a posição de que a língua era arbitrária, claramente em posição contrária ao primeiro interlocutor; o terceiro, Sócrates, ressaltava tanto os pontos fortes como as fraquezas dos argumentos dos outros, adotando uma posição intermediária e uma solução conciliatória que fora ilustrada por meio de associações semânticas e simbolismos sonoros. (WEEDWOOD, 2002)

Assim como Platão, Aristóteles, seu discípulo, tentou determinar qual era a relação exata entre as palavras e as coisas, entendendo que, para todos os homens, as impressões e as coisas diferiam das palavras porque estas representavam as interpretações. Além desses dois filósofos, outros debates foram promovidos pelos estoicos, por Apolônio Díscolo e por Dionísio Trácio. Nesses últimos já havia preocupação com os níveis de linguagem e com a gramática escrita grega. (WEEDWOOD, 2002)

Ainda que toda essa discussão filosófica acerca da língua/linguagem tenha sido importante, de forma preliminar, para o entendimento acerca do registro da história da linguística ocidental, a necessidade de se "criar um padrão uniforme e homogêneo que se erguesse acima das diferenças regionais e sociais para se transformar num instrumento de unificação política e social" (BAGNO, 2007a, p. 63) nasceu das conquistas de Alexandre Magno "de um enorme território que ia desde a pequenina Grécia, na Europa, até o Egito, na África, passando pelo Oriente Médio, pela Mesopotâmia, e chegando até o rio Indo, no limite entre o grande império persa e a Índia" (*Idem*, p. 62). Em consequência desse apoderamento territorial, a língua do povo dominador foi imposta aos dominados, fato a partir do qual se costuma tachar a gramática tradicional de instrumento de dominação, pois combinava "instituições filosóficas e preconceitos sociais". (*Idem*, p. 63)

Desse modo, data do século III a. C. o surgimento do que se denomina, na área dos estudos linguísticos, de gramática tradicional, cujos pilares de apoio são, consoante Bagno (2010), o poder e a autoridade, propagadores de uma ideologia que "se caracteriza por ser um discurso preso ao passado e, portanto, nada disposta a 'progredir' por meio da crítica" (*Idem*, p. 20). Sem embargo dessas citações, o mesmo autor entende que a gramática tradicional

É um patrimônio cultural do Ocidente, um monumento inestimável de saberes acumulados ao longo de mais de dois milênios, um repositório de refle-

xões, investigações e especulações filosóficas acerca da linguagem feitas por alguns dos mais brilhantes pensadores da humanidade (BAGNO, *op. cit.*, p. 16).

Relacionando o entendimento do autor supracitado ao da história da linguagem contida na obra de Lyons (2011), pode-se notar que a citação é evidência do reconhecimento de que "a linguística, como qualquer outra disciplina, constrói sobre o passado, não só desafiando e refutando doutrinas tradicionais, mas também desenvolvendo-as e reformulando-as" (LYONS, 2011, p. 28). Por isso, registra Bagno (2007a, p. 64) que "a gramática tradicional merece ser estudada como um importante patrimônio cultural do Ocidente, mas não para ser aplicada cegamente como única teoria linguística válida".

Passados anos de evolução dos estudos linguísticos e de discussões acerca do real objeto de estudo da linguística, somente no início do séc. XX, mais precisamente em 1916, com a publicação póstuma da obra denominada *Curso de Linguística Geral*, de Ferdinand Saussure, organizada pelos alunos Bally e Sechehaye e baseado nas ideias expostas nas aulas do mestre, que a linguística passou a ser considerada ciência. É, então, a partir daí que emerge a linguística moderna tal como hoje é conhecida.

Essa obra póstuma delimitou a língua como objeto da linguística, distinguindo ainda os conceitos de língua e linguagem. Esta era entendida como a "faculdade que nos é dada pela Natureza, ao passo que a língua constitui algo adquirido e convencional, que deveria subordinar-se ao instinto natural em vez de adiantar-se a ele" (SAUSSURE, 1995, p. 17). Assim, enquanto a língua era entendida como uma parte essencial e determinada da linguagem, esta, por sua vez, "não se deixa classificar em nenhuma categoria dos fatos humanos, pois não se sabe como inferir sua unidade" (*idem*, p. 17). E complementa Saussure (1995) que a língua

É, ao mesmo tempo, um produto social da faculdade da linguagem e um conjunto de convenções necessárias adotadas pelo corpo social para permitir o exercício dessa faculdade aos indivíduos. Tomada em seu todo, a linguagem é multiforme e heteróclita; a cavaleiro de diferentes domínios, ao mesmo tempo física, fisiológica e psíquica, ela pertence além disso ao domínio individual e ao domínio social [...]. (SAUSSURE, 1995. p. 17)

Nesse excerto, já se verifica a tentativa do autor de dar à língua um tratamento social, entendendo-a, entretanto, como "classificável entre os fatos humanos, enquanto que a linguagem não o é" (*idem*, p. 23) e definindo-a "como um sistema de signos que exprimem ideias, e é comparável, por isso, à escrita, ao alfabeto dos surdos-mudos, aos ritos simbóli-

## XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOGIA

cos, às formas de polidez, aos sinais militares etc. [...]” (*idem*, p. 24). Devido a comparações como essas, ao longo dos séculos XX e XXI, várias críticas recaíram sobre as concepções do linguista genebrino, porque, para ele,

O fato de ser a língua uma instituição social é simplesmente um princípio geral, uma espécie de exortação que muitos linguistas estruturalistas retomam depois dele, sem nunca prover os meios heurísticos para assumir essa afirmação: dá-se como certo o caráter social da língua e se passa a outra coisa, a uma linguística formal, à “língua em si mesma e por si mesma”. (CALVET, 2002, p. 15-16).

Apesar disso, Calvet (2002) reconhece que, por se tratar de uma obra póstuma não escrita por Saussure (1995), mas por seus alunos, na tentativa de compilar os ensinamentos do mestre, existe a possibilidade de que o *Curso de Linguística Geral* não descreva à risca os pensamentos do linguista suíço. Na verdade, não se pode garantir com certeza que a obra citada não desenvolveria caminhos diversos para o entendimento de que a língua é realmente um fato social, não só porque essa obra saussuriana foi publicada anos antes do nascimento do próprio Calvet, mas também porque o pai do estruturalismo europeu não delimitou como seu campo de estudo a fala, mas a língua.

Ademais, acerca da contribuição de Saussure (1995), é importante entender a divisão do estudo da linguagem (posteriormente conhecida como dicotomia entre língua e fala) em duas partes: “uma, essencial, tem por objeto a língua, que é social em sua essência e independente do indivíduo; [...] outra, secundária, tem por objeto a parte individual da linguagem, vale dizer, a fala [...]” (SAUSSURE, 1995, p. 27). Essa separação é um dos pontos-chave no que tange às críticas à gramática normativa, bem como o é a teoria do signo<sup>21</sup>, que futuramente receberia críticas de Bakhtin (2009), por entender que o linguista suíço “não soube ver que o signo linguístico é o lugar da ideologia” (CALVET, 2002, p. 21), bem como críticas de Jakobson, em razão de “sua visão sobre a relação entre linguagem e contexto social, em que a noção de comunicação tem também um papel central”. (ALKMIM, 2001, p. 25)

Aliás, Bakhtin (2009), ao criticar Saussure, entende que este não compreende com clareza e precisão o funcionamento intrínseco da língua como um sistema objetivo, oscilando entre os dois sentidos que a palavra

---

<sup>21</sup> Para Saussure (1995), o signo linguístico seria formado pela junção entre dois elementos: o significante e o significado. O primeiro seria a parte física e representativa do segundo, a imagem acústica do primeiro. Para maior aprofundamento desse assunto, conferir Saussure (1995).

"objetivo" pode conter se aplicada ao sistema linguístico, seja "expressando o ponto de vista da consciência subjetiva do autor", seja significando o "objetivo no sentido próprio" (*idem*, p. 95). E complementa explicando que

A consciência subjetiva do locutor não se utiliza da língua como um sistema de formas normativas. Tal sistema é uma mera abstração, produzida com dificuldade por procedimentos cognitivos bem-determinados. O sistema linguístico é um produto de uma reflexão sobre a língua, reflexão que não procede da consciência do locutor nativo e que não serve aos propósitos imediatos da comunicação. Na realidade o locutor serve-se da língua para suas necessidades enunciativas concretas [...]. (BAKHTIN, 2009, p. 95)

Na verdade, Bakhtin (2009) tenciona firmar que, em todos os atos de compreensão, assim como nos atos interpretativos, a palavra está presente, significando que aquele que dela se vale, além de se comunicar, transmite uma ideologia. Aliás, para o autor, a palavra é lugar de ideologia. Isso significa que a língua, muito mais do que apenas comunicar, lugar a alguém, expressa sentimentos e fornece indícios de classe social, lugar de origem, etc., ou seja, a palavra comporta muito mais informação do que apenas o intuito comunicativo. É preciso tem em mente, contudo, que Saussure (1995) não teve a oportunidade de aprofundar o tratamento que de fato dispensaria à língua, mas deixa traços em sua obra a partir dos quais é possível entender a língua como social, ainda que priorize o seu caráter sistêmico.

Assim sendo, traçada de forma concisa a trajetória da preocupação com a língua através do tempo, percebe-se que o pensamento linguístico, antes da emergência da linguística moderna, incluía uma abordagem filosófica que foi se desenvolvendo por meio de novas concepções ora de caráter agregador ora de caráter dissidente. Com a emergência da linguística moderna, outras preocupações se firmaram em Saussure (1995), cuja obra recebeu inúmeras críticas, sempre com o fito de aprofundar os estudos sobre a língua.

### **3. Refletindo sobre a tradição gramatical**

A sociolinguística, como uma das subáreas da linguística, entende a língua não apenas como um veículo de comunicação, mas também de informação e expressão entre os diversos indivíduos, considerando as peculiaridades inerentes a cada situação de fala e entendendo a língua falada com diversificada e heterogênea, ainda que essa heterogeneidade possa ser sistematizada. Dessa forma, a sociolinguística, como sugere o pró-

## XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA

prio nome, é uma ciência da linguagem de cunho eminentemente social, pois dispensa a devida atenção aos diversos falares (TARALLO, 1999).

A sociolinguística variacionista, ou seja, aquela que se vale da teoria da variação de William Labov, emerge na década de 1960, quando "uma linguística socialmente realista parecia uma perspectiva remota" (LABOV, 2008, p. 13). Essa subárea da linguística, no que diz respeito à concepção de língua, considera a importância do contexto social levando à discussão de dois aspectos: "o primeiro relacionado ao caráter eminentemente social dos fatos linguísticos e o segundo, à percepção da variabilidade a que tais fatos estão continuamente submetidos" (MONTEIRO, 2000, p. 13).

Segundo Tarallo (1999), são denominadas *variantes* as diversas formas de variação, ou seja, as múltiplas maneiras de se dizer algo em um mesmo contexto. Afinando ainda mais essa conceituação, o autor utiliza o termo *variantes linguísticas*. "Ao conjunto de variantes dá-se o nome de 'variável linguística'" (*idem*, p. 8). Sobre esse assunto, Mollica (2013) explica que

Cabe à sociolinguística investigar o grau de estabilidade ou de mutabilidade da variação, diagnosticar as variáveis que têm efeito positivo ou negativo sobre a emergência dos usos linguísticos alternativos e prever seu comportamento regular e sistemático (p. 11).

Nesse rumo, a sociolinguística variacionista de Labov é, por excelência, quantitativa, tendo como especial objeto a variação, embora o estigma e o preconceito linguísticos, além da mobilidade social, também sejam temas que interessam aos sociolinguistas (MOLLICA, 2013). Vale ressaltar, sobre isso, que o próprio Labov rejeitou durante anos o termo sociolinguística, "já que ele implica que pode haver uma teoria ou prática linguística bem-sucedida que não é social" (LABOV, 2008, p. 13). Contudo, o autor assevera que

Existe uma crescente percepção de que a base do conhecimento intersubjetivo na linguística tem de ser encontrada na fala - a língua tal como usada na vida diária por membros da ordem social, este veículo de comunicação social com que as pessoas discutem com seus cônjuges, brincam com seus amigos e ludibriam seus inimigos (LABOV, *op. cit.*, p. 13).

Ocorre que, de forma análoga ao estruturalismo europeu de Saussure (1995), os fenômenos da fala têm pouca importância para a gramática normativa, a não ser que seja para discipliná-los a fim de "atingir a forma ideal da expressão oral e escrita" (CEGALLA, 2000, p. 14). Sobre a obra *Novíssima Gramática da Língua Portuguesa*, de Cegalla (2000),

Oliveira (2014) entende que, enquanto o normativismo mais se interessa pelas regras da fala e da escrita, a sociolinguística preza pelo respeito aos aspectos que revestem a variabilidade linguística, não significando, no entanto, que o estudo das normas seja desnecessário, uma vez que é justamente em razão dos preceitos normativos que se "descortinam noções e aspectos a partir dos quais se sustentam as contraposições necessárias ao aprimoramento do ensino da língua" (*Idem*, p. 168).

Nesse viés de entendimento, vale ressaltar que a gramática normativa (GN) de hoje é claramente influenciada pela gramática tradicional (GT), cabendo aqui a distinção entre ambas, proposta por Bagno (2010). Para ele, "a GT é o 'espírito', a 'mentalidade', a 'doutrina' (a ideologia) que dá alento, vigor e *ex-sistentia* ao 'ser', ao 'objeto', à 'coisa material' que podemos adquirir, manusear e submeter aos nossos sentidos, chamada gramática normativa" (BAGNO, 2010, p. 15). Essa diferenciação é importante também para entender por que as gramáticas normativas, apesar de diferirem uma da outra, mantêm esse "espírito" a que se refere Bagno (2010): por causa da gramática tradicional.

Feita essa distinção, como deve, então, ser entendida a manutenção de uma ideologia da padronização, mesmo após o advento da sociolinguística, acompanhada da questão da variação e da heterogeneidade linguísticas? De acordo com Fiorin (2007), o fato de o conhecimento estar comprometido com interesses sociais, o conceito de ideologia se amplia. Para o autor, ideologia é "uma 'visão de mundo', ou seja, o ponto de vista de uma classe social a respeito da realidade, a maneira como uma classe ordena, justifica e explica a ordem social" (FIORIN, 2007, p. 29). Assim, parece bem verdade que, de certa forma, há interesse na manutenção da padronização linguística em detrimento dos aspectos da variação, haja vista que essa manutenção pereniza também uma ordem social com base em falsos aspectos valorativos.

Recorrendo à obra de Bagno (2007a), percebe-se que a formação de um bom falante ou escritor não se relaciona necessariamente ao conhecimento de nomenclaturas gramaticais. Aliás, Oliveira (2014, p. 168), ao analisar a obra de Cegalla (2000), também recorre a esse entendimento e acrescenta que, em razão da pressão normativa, o indivíduo acaba por se tornar um "sujeito-resultado de um fracasso no ensino na medida em que se sente incapaz de assimilar os postulados de seu próprio idioma". Isso significa que conceitos precisam ser revistos e novas posturas devem ser adotadas no que diz respeito ao excesso de exigência de pa-

## XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOGIA

dronização, ainda que, em certos momentos da vida, os indivíduos precisem do conhecimento terminológico.

À exceção dos concursos públicos, das entrevistas de emprego, das redações artigos e trabalhos científicos, que notadamente necessitam de desempenho normativo devido às particularidades das próprias seleções, uma ideologia de inversão da realidade, apregoadora de que o indivíduo culto é aquele que tem conhecimento da norma-padrão pode ser prejudicial àquele que maneja o idioma e pode incitar o preconceito linguístico contra as pessoas que não se adequam a determinado perfil linguístico. Por isso, Bagno (2007a) separa as expressões "norma culta" e "norma-padrão", sendo que esta, na verdade, não é de domínio dos indivíduos considerados cultos, mas aquela outra, representativa do real falar e escrever das pessoas com maior nível de escolaridade e mais urbanas.

Seguindo esse raciocínio, é importante pontuar que, para Chauí (2000, p. 76),

A noção de ideologia veio mostrar que as teorias e os sistemas filosóficos ou científicos, aparentemente rigorosos e verdadeiros, escondiam a realidade social, econômica e política, e que a razão, em lugar de ser a busca e o conhecimento da verdade, poderia ser um poderoso instrumento de dissimulação da realidade, a serviço da exploração e da dominação dos homens sobre seus semelhantes. A razão seria um instrumento da falsificação da realidade e de produção de ilusões pelas quais uma parte do gênero humano se deixa oprimir pela outra.

Com efeito, a percepção da autora sobre a noção de ideologia pode ser resgatada com o objetivo de entender o porquê da manutenção dos excessos normativos em algumas gramáticas, apesar da longa trajetória de mudanças do pensamento a respeito da língua e de sua importância. Em outras palavras, se a excessiva preocupação com a norma se perpetua, isso pode ser reflexo da realidade social em que a norma está inserida. Não há de se discutir a importância da norma e da padronização em inúmeros momentos da vida do indivíduo, eis que isso é óbvio; a crítica aqui recai apenas sobre os excessos que desconsideram as nuances da variabilidade linguística, que representa a existência tanto da heterogeneidade linguística quanto da heterogeneidade social.

A título de exemplo, importa citar o compêndio de Ulisses Infante (2001), denominado *Curso de Gramática Aplicada aos Textos*, dado que, apesar de se propor normativa, a obra demonstra preocupação com os aspectos da comunicação oral e da escrita, reservando da página 12 à 86, ou seja, a parte I da gramática, para a discussão de conceitos e percep-

ções linguísticas que consideram a língua como prática social. Há, inclusive, algumas laudas reservadas à questão da variedade linguística, em que se contemplam fatores geográficos, sociais, profissionais e situacionais. Infante (2001, p. 27) entende, relativamente aos fatores situacionais, que, "em diferentes situações comunicativas, um mesmo indivíduo emprega diferentes formas de língua". Isso ratifica que é o ambiente linguístico de fala ou escrita que, de fato, determinará a variedade a ser utilizada. Por isso, também é necessário o conhecimento da norma-padrão, mas não da forma como propõe Cegalla (2000), de acordo o entendimento de Oliveira (2014).

Ainda que a tradição esteja presente nos compêndios gramaticais em geral, afora alguns poucos que reservam tratamento diferenciado, como é o caso de Infante (2001), é importante asseverar que, a fim de evitar a propagação do preconceito linguístico, "o conhecimento não pode ser ideologia ou, em outras palavras, não pode ser máscara e véu para dissimular e ocultar a realidade servindo aos interesses da exploração e da dominação entre os homens (CHAUÍ, 2000, p. 134). Na verdade, o conhecimento deve ter caráter de emancipação do indivíduo, e não de diminuição pessoal pelo desconhecimento ou não uso de determinada variedade linguística. Assim, o falante e o escritor da língua devem ter acesso a uma ampla gama de variedades, inclusive a norma-padrão.

Ante o exposto, é preciso registrar, por fim, que todo conhecimento está sujeito às mudanças e às novas abordagens, absorvendo-as ou não, incorporando-as ou não, podendo acatar ou refutar críticas, tudo conforme o decorrer do tempo. Quanto ao conhecimento gramatical, registrado nas gramáticas normativas, mas não apenas nessas obras, desde que ele não seja um fim em si mesmo, ou seja, contanto que não despreze a diversidade linguística que é fruto da heterogeneidade social, deve ser contemplado normalmente como uma variedade tão importante quanto as outras, podendo elevar ou diminuir sua relevância a depender da situação em que é empregada.

#### **4. Considerações finais**

A literatura linguística é farta em relação ao momento do surgimento da necessidade da normatização e ressalta que esse momento foi marcado por uma relação de poder em que o povo dominado tinha uma nova língua imposta pelo dominador, demonstrando que a normatização, em sua gênese, carrega o caráter de dominação. Essa tradição da padro-

## XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA

nização, perpetuada através dos tempos, não se amolda à realidade outra na qual se encaixam os séculos XX e XXI, uma vez que os conhecimentos a respeito da variação linguística emergiram naquele século e estão em voga neste. A sociolinguística tem, pois, papel importante e agregador aos conhecimentos já cristalizados pela gramática normativa.

Como se percebe, existem inúmeras variedades linguísticas, assim como existem inúmeros tipos de indivíduos. Por isso, o conhecimento da diversidade linguística que, por óbvio, inclui a norma-padrão, deve estar disponível a todas as pessoas para que o preconceito contra uma variedade mais estigmatizada não se instale ao ponto de coagir o falante ou escritor em seu próprio domínio idiomático, como tradicionalmente ocorria há vários séculos. Nesse caso, a tradição era claramente desvantajosa para o povo dominado, que assistia impotente à dilapidação de sua língua pelo dominador. Isso representa que, além da dominação, havia e há uma ideologia embutida na palavra, já que a destruição de uma língua significava a subjugação de um povo.

Na verdade, o ensino da norma-padrão não deve ser descartado nem ela deve ser afastada do conhecimento dos indivíduos, sob pena de que se afastem, também, algumas oportunidades profissionais, visto que o domínio dessa variedade da língua é exigência de certames e meio de acesso a determinados cargos. Não deve a normatização, contudo, ser facilitadora do preconceito linguístico ou da exclusão do falante, pois seria equivocado atribuir a apenas uma variedade a incumbência de promover a ascensão social. Aliás, a trajetória de desenvolvimento dos pensamentos linguísticos fornece indícios de que a evolução do conhecimento deve agregar, e não excluir indivíduos pelo assentamento de uma ideologia fragmentária de diminuição pessoal, em vez de conciliadora e emancipadora, capaz de considerar que a situação de uso indicará a melhor variedade a ser empregada.

Ante o exposto, é importante pontuar, por fim, que, mesmo havendo compêndios gramaticais que materializam e perenizam a antiga tradição de domínio linguístico, há uma tendência que aponta para a consideração das contribuições trazidas pela sociolinguística. Ocorre que muitos pensamentos linguísticos se desenvolveram, mas pouco foi aproveitado pela gramática normativa que, a passos lentos, resiste às mudanças.

Há de se pontuar, em contrapartida, que as obras que se propõem normativas, como é o caso da gramática de Cegalla (2000), tendem a se

apresentar como disciplinadoras da língua e, de fato, cumprem o que apregoam. Outros compêndios, como o de Infante (2001), demonstram considerar o que de social há na língua, ainda que sigam com a exposição da norma-padrão. Por isso, não se pode afirmar de forma taxativa que a evolução do pensamento linguístico não influenciou a gramática normativa; ao revés, há de considerar, ainda que minimamente, a possibilidade de mudança no que se refere à preocupação de alguns gramáticos em incluir na obra de sua autoria uma seção relativa a considerações sobre a língua como prática social.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALKMIM, Tânia Maria. Sociolinguística - Parte I. In: MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. (Orgs.). *Introdução à linguística*. São Paulo: Cortez, 2001.

BAGNO, Marcos. *Dramática da língua portuguesa: tradição gramatical, mídia & exclusão social*. 5. ed. São Paulo: Loyola, 2010.

\_\_\_\_\_. *Nada na língua é por acaso: por uma pedagogia da variação linguística*. 1. ed. São Paulo: Parábola, 2007a.

BAKTIN, Mikhail Mikhailovitch. *Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico da linguagem*. 13. ed. São Paulo: Hucitec, 2009.

CALVET, L. J. *Sociolinguística: uma introdução crítica*. 2. ed. São Paulo: Parábola, 2002.

CEGALLA, Domingos Paschoal. *Novíssima gramática da língua portuguesa*. 43. ed. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 2000.

CHAUÍ, Marilena. *Convite à filosofia*. São Paulo: Ática, 2000.

FIORIN, José Luiz. *Linguagem e ideologia*. 8. ed. São Paulo: Ática, 2007.

INFANTE, Ulisses. *Curso de gramática aplicada aos textos*. 6. ed. São Paulo: Scipione, 2001.

MOLLICA, Maria Cecilia. Fundamentação teórica: conceituação e delimitação. In: MOLLICA, M. C.; BRAGA, M. L. (Orgs.). *Introdução à sociolinguística: o tratamento da variação*. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2013.

## XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

MONTEIRO, José Lemos de. *Para compreender Labov*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

LABOV, William. *Padrões sociolinguísticos*. 1. ed. São Paulo: Parábola, 2008.

LYONS, John. *Lingua(gem) e linguística: uma introdução*. Rio de Janeiro: LTC, 2011.

OLIVEIRA, Thiago Soares de. O prefácio de Cegalla: análise sob as perspectivas sociolinguísticas e o conceito de ethos da análise do discurso francesa. *Vértices*, Campos dos Goytacazes, vol. 16, n. 1, p. 155-169, jan./abr. 2014

SAUSSURE, Ferdinand. *Curso de linguística geral*. São Paulo: Cultrix, 1995.

TARALLO, Fernando. *A pesquisa sociolinguística*. São Paulo: Ática, 1999.

WEEDWOOD, Barbara. *História concisa da linguística*. 1. ed. São Paulo: Parábola, 2002.

**RUÍDOS NA COMUNICAÇÃO,  
POLISSEMIA E DIFERENÇAS CULTURAIS:  
COMPREENSÃO E INCOMPREENSÃO HUMANAS**

*Dostoiowski Mariatt de Oliveira Champangnatte* (UNIGRANRIO)

[prof.tico@gmail.com](mailto:prof.tico@gmail.com)

*Lidiane Nunes de Castro* (UNIGRANRIO)

[lidiprocult@hotmail.com](mailto:lidiprocult@hotmail.com)

**RESUMO**

Com a apresentação deste trabalho tem-se a pretensão de abordar os ruídos que ocorrem na comunicação, a partir do modelo de Shannon e Weaver, no intuito de discutir suas influências na compreensão e incompreensão humanas de questões relacionadas à polissemia, às diferenças culturais, às regras de etiqueta, aos perigos da *self-deception* e do fanatismo. Além de abordar a tolerância e a compreensão planetária, individual, intelectual e subjetiva, a partir de experiências imigratórias e a busca do igual *outsider*.

**Palavras-chave:** Imigração. Compreensão. Incompreensão.

**1. Introdução**

A questão da compreensão é um tema de grande relevância e envolve grupos e situações dos mais diversos, principalmente, quando se tratam de problemas ou empecilhos para que esta seja concretizada. Os ruídos na comunicação e a incompreensão se fazem presentes por muitas vezes e as suas causas são diversas, mas conflitos culturais acontecem com muita frequência, por vezes ocasionados por um desconhecimento da cultura em que o indivíduo está se inserindo e, em outras situações, pela repulsa ao estrangeiro que é encontrada em algumas nações e culturas.

Um dos grandes problemas que ocasiona a incompreensão é o comportamento da pessoa que busca justificativas para os seus próprios atos e condena esses atos no outro, a *self-deception*, e o fanatismo que não permite diálogo com outro, pois encerra-se em si mesmo e nas suas verdades absolutas. Os imigrantes estão entre os que muito sofrem com a incompreensão, *self-deception* e o fanatismo, sendo que, muitas vezes, acabam por se organizarem em guetos como forma de enfrentar o isolamento por parte dos cidadãos do local.

Apesar dos obstáculos, existem caminhos para a tolerância e a compreensão que vão desde aspectos mais amplos, uma compreensão planetária, até individuais, que perpassa a compreensão no nível intelectual e no nível subjetivo.

## 2. Ruído na comunicação e incompreensão

Dentre os diversos problemas que podem ocasionar a incompreensão entre diferentes pessoas ou grupos está o ruído na comunicação. O ruído representa a perda de informações quando uma mensagem é transmitida durante o processo comunicativo e foi primeiramente abordado dentro do modelo criado por Shannon e Weaver (1975). O modelo criado por eles possui três níveis nos quais os problemas podem ocorrer: problema técnico, questões de precisão da transmissão e problema de semântica.

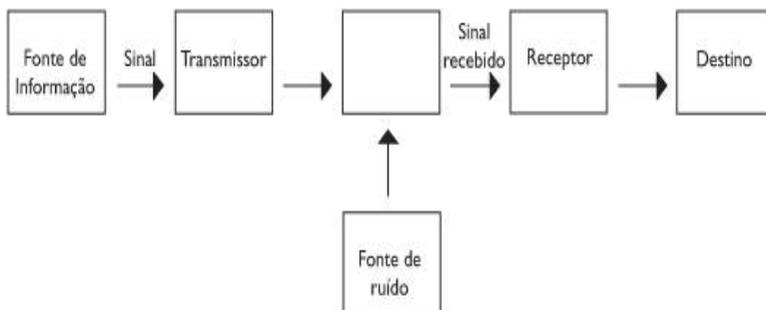


Fig. 1 - MODELO DE SHANNON E WEAVER  
<[http://www.infopedia.pt/\\$modelo-de-comunicacao](http://www.infopedia.pt/$modelo-de-comunicacao)>

A incompreensão também pode ser ocasionada por vários outros fatores e Edgar Morin em *Os Sete Saberes Necessários à Educação do Futuro* (2014) menciona algumas delas: a polissemia, no qual algo é dito com um significado e é interpretado com um significado diferente; a ignorância quanto ao conhecimento dos hábitos e dos costumes do outro; a incompreensão de valores imperativos dentro de determinada cultura e de seus imperativos éticos; a impossibilidade de compreender ideias ou outra visão de mundo; a impossibilidade de compreender uma estrutura mental diferente.

Existem ainda as regras de etiquetas que podem diferir muito de uma cultura para outra, por exemplo: arrotar, enquanto à mesa, é considerado falta de educação no Brasil, mas na China é esperado que a pessoa

arrote, pois isso significa que a comida estava boa; na Tailândia o garfo é usado para colocar a comida na colher e ela que é levada à boca para comer; na Coreia quando outra pessoa enche o seu copo, você deve segurá-lo com as duas mãos e nunca começar a comer antes do mais velho da mesa; na França é uma ofensa recusar vinho em um almoço de negócios.

Na Inglaterra a pessoa falar alto ou gesticular demais é considerado uma gafe imperdoável, assim como chegar atrasado para um compromisso; no Japão é costume sempre fazer barulho ao tomar uma sopa para mostrar que está apreciando a refeição; no Oriente Médio não se deve tocar a comida com a mão esquerda porque ela é a mão utilizada para a higiene das partes íntimas e isto é considerado um gesto impuro por eles.

Um indivíduo que não está familiarizado com as regras de determinada cultura, ao inserir-se nela por alguma razão, pode acabar cometendo atos de ofensa ao outro que podem gerar desconforto e desentendimentos, sem saber o que fez para tal e sem que tenha sido a sua intenção fazer algo que levasse a uma ofensa.

### **3. *Self-deception e fanatismo***

Morin (2014) expõe a questão do egocentrismo e da *self-deception* como algo que faz com que o indivíduo acabe por achar uma justificativa para os seus atos, atos que condenaria no outro, glorificando os seus próprios atos e condenando aqueles que não partem dele.

O processo de *self-deception* é o de enganar a si mesmo e aceitar coisas sobre si como verdadeiras ou válidas quando na verdade não o são. É uma maneira de justificar crenças sobre si mesmo, e para si mesmo, que não são verdadeiras.

Isso acontece com frequência no caso de pais que acreditam que os filhos estão dizendo a verdade, quando todas as evidências indicam o contrário, motivado pelo desejo de que o filho fale a verdade ou a inabilidade de avaliar as evidências de forma apropriada. A *self-deception* pode ser explicada tanto de modo cognitivo, quanto fazendo uso de referências ao inconsciente e suas motivações.

O fanatismo é outra condição que pode levar ao ato de condenar o outro por não se enquadrar dentro daquilo que o indivíduo acredita fervorosamente que seja a verdade absoluta. Morin (2014, p. 86) fala em "pos-

sessão por uma ideia, uma fé, que dá a convicção absoluta de sua verdade, aniquila qualquer possibilidade de compreensão de outra ideia, de outra fé, de outra pessoa".

O grande perigo do fanatismo são os atos concretizados em nome dessa crença maior que determinado indivíduo defende em detrimento de todas as outras crenças que ele não consegue ou não deseja compreender. Assim Morin (2014, p. 86) lista as possessões, juntamente com as reduções, o talião, a vingança, o egocentrismo, a autojustificação e a *self-deception*, como os mais graves obstáculos à compreensão humana.

Segundo o *Dicionário Aurélio*, o fanático é aquela pessoa que segue cegamente uma doutrina ou partido. Este termo não está ligado unicamente a doutrinas políticas ou religiosas, tudo o que leva o indivíduo ao exagero é considerado como uma forma de fanatismo. Tal possessão por muitas vezes leva a pessoa a cometer atos insanos e tudo isto em nome de algum ideal, ou crimes passionais no caso de envolvimento amorosos. O excesso é sempre perigoso e deve ser evitado.

#### 4. A tolerância e a compreensão

Morin (2014) discorre por diversas vezes sobre a questão da compreensão, abordando tanto o polo planetário que "é o da compreensão entre humanos, os encontros e as relações que se multiplicam entre pessoas, culturas, povos de diferentes origens culturais" (p. 81) quanto no polo individual que "é o das relações particulares entre próximos. Estas estão, cada vez mais, ameaçadas pela incompreensão..." (2014, p. 81).

Os obstáculos e ruídos na comunicação são muitos e algo ser comunicado não significa garantia de compreensão, para tal, existem várias questões envolvidas e, conforme relata Morin (p. 82), "o compreender pode significar um compreender no nível intelectual e objetivo ou no nível humano e intersubjetivo". Enquanto no nível intelectual ela passa pela inteligibilidade e explicação, quando é o caso da compreensão humana, a explicação aqui não tem a mesma importância, pois não é suficiente para este tipo de compreensão.

Morin (2014) relatou como funciona essa compreensão subjetiva:

Esta comporta um conhecimento de sujeito a sujeito. Por conseguinte, se vejo uma criança chorando, vou compreendê-la, não por medir o grau de salinidade de suas lágrimas, mas por buscar em mim minhas aflições infantis, identificando-a comigo e identificando-me com ela. O outro não apenas é per-

cebido objetivamente, é percebido como outro sujeito com o qual nos identificamos e que identificamos conosco, o *ego alter* que se torna *alter ego*. Compreender inclui, necessariamente, um processo de empatia, de identificação e de projeção. Sempre intersubjetiva, a compreensão pede abertura, simpatia e generosidade. (p. 82)

Essa compreensão subjetiva demanda do indivíduo que ele possa compreender de modo desinteressado e que seja tolerante também, caso contrário será difícil compreender o outro ao lidar com pessoas fanáticas. Ele afirma que "Compreender o fanático que é incapaz de nos compreender é compreender as raízes, as formas e as manifestações do fanatismo humano". (p. 86-87)

Segundo o autor o alcance de tal compreensão é facilitado quando utilizamos o "bem pensar" e nos esforçamos para "compreender igualmente condições objetivas (*self-deception*, possessão por uma fé, delírios e histerias)" (p. 87) e através da introspecção, considerando que "a prática do autoexame permanente é necessária, já que a compreensão de nossas fraquezas ou faltas é a via para a compreensão das do outro". (p. 87)

## **5. Relato de imigração**

Dentre os prejudicados pela incompreensão entre os grupos, estão os imigrantes. A relação entre os habitantes locais e os imigrantes costuma ser das mais difíceis, principalmente, quando entra em cena o etnocentrismo/sociocentrismo e os membros daquela cultura nutrem a xenofobia e racismo, de tal forma, que, para eles, o estrangeiro é despojado da condição de ser humano e isto justifica que sejam tratados como seres inferiores ou até mesmo com requintes de crueldade. (MORIN, 2014)

Tendo a oportunidade de viver por determinado tempo em países europeus, na cidade de Dublin, na Irlanda, e na cidade de Barcelona, na Espanha, foi possível sentir, na própria pele, essa questão ao vivenciar situações diferentes lidando com pessoas diferentes em locais com suas peculiaridades.

A moradia em Dublin se deu por conta de um desejo de aprimoramento profissional através da realização de um curso de inglês seguido de um curso de negócios com módulos de Marketing e Comunicação Internacional para Negócios. Durante esses cinco meses foram feitas diversas amizades com outros brasileiros e alguns mexicanos, o único europeu com que foi criado um vínculo de amizade foi um polonês que namorava um dos amigos brasileiros.

## XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOGIA

Tudo era experimentado e vivenciado dentro do pequeno gueto de brasileiros, existindo alguns momentos de interação com os moradores locais, mas sem a criação de nenhum vínculo efetivo. O grupo de amigos, brasileiros e mexicanos, estava ali havia mais tempo e trabalhavam, com exceção do namorado do polonês, em empregos como ajudante de cozinha e faxineiros.

A experiência em Barcelona foi um pouco diferente, tendo ido com o intuito de realização de um *trainee* em uma empresa de tintas e não mais por conta própria, como foi em Dublin. Houve, então, uma maior integração com os outros *trainees* que estavam trabalhando na mesma empresa e com *trainees* que trabalhavam em outras empresas na região da Catalunha. Depois, houve uma mudança de apartamento e a convivência dentro de casa passou a ser com um espanhol, uma catalã e um alemão, que passou toda a vida na Catalunha e se considera catalão.

A experiência em Barcelona foi completamente diferente de Dublin, havendo uma interação maior com estrangeiros e nativos ali presentes. Considerando-se que o clima menos frio da cidade facilitava os encontros e interações, no lugar do isolamento mais comum em locais mais frios. Houve uma inserção na comunidade local, que ocorreu desde a chegada, por já fazer parte de uma rede global de estudantes que possibilitou o contato e auxílio desde o princípio.

A inserção na cultura local de modo geral já é um pouco mais complicada, o povo catalão é conhecido por ser bastante fechado e reservado e uma amiga do Paquistão, que por ali vive desde uns 10 anos atrás, relatou que durante todo esse período não conseguiu fazer uma amizade de verdade com nenhum nativo da região.

A cidade é bastante multicultural e paquistaneses e indianos estão espalhados por toda a Barcelona, podendo-se encontrar os mercadinhos apelidados de "paquis" em quase todas as esquinas da cidade. Mas eles costumam viver em comunidades mais isoladas por ali, a não aceitação por parte do nativo, como se fosse um deles, faz com que busquem seus iguais e formem suas próprias unidades para amizades e relacionamentos.

Com tantas culturas diferentes há sempre a possibilidade de conhecer um pouco melhor uma nova cultura e compreender o outro e seus hábitos que, num primeiro olhar, podem parecer incoerentes ou irracionais e, assim, admirar uma cultura diferente da sua sem subjugar. Aprender a compreender subjetivamente, respeitar e se deixar deleitar nas belezas desconhecidas.

## 6. Conclusão

A compreensão aqui abordada, não é fácil de ser alcançada e exige um exercício constante tanto interior, a questão do autoexame permanente, quanto de modo exterior na maneira de se comunicar, entender e se relacionar com o outro. Que algumas vezes não vai ser fácil se compreender, como no caso dos fanáticos, e é por isso que não é uma tarefa simples, mas ainda assim necessária.

Caso essa compreensão seja exercitada, possui o poder transformador de fazer com que o outro não seja mais desumanizado como ocorre por muitas vezes nos casos da imigração. Muitos desses imigrantes não possuem a escolha de voltar para o seu próprio país, pois lá as perspectivas são ainda piores do que no local em que se encontram. Outros ainda acabam ficando de modo ilegal e sujeitam-se aos empregos que os nativos não desejam. Além de sofrerem diversos tipos de abuso que seriam evitados se fosse fomentada, através da compreensão, uma mudança nas relações e atitudes com relação a essa camada que ali vive.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- DUPUY, Jean Pierre. Editor. *Self-Deception and Paradoxes of Rationality*. Cambridge University Press: 1998.
- FINGARETTE, Henry. *Self-Deception*. University of California Press: 2000.
- KRUGER, Justin; DUNNING, David. Unskilled and Unaware of It: How Difficulties in Recognizing One's Own Incompetence Lead to Inflated Self-Assessments. *Journal of Personality and Social Psychology*, vol. 77, 1999.
- MCLAUGHLIN, Brian P.; RORTY, Alelie; RORTY, Amelia O. (Eds.). *Perspectives on Self-Deception*. University of California Press, 1988.
- MELE, Alfred R. *Self-Deception Unmasked*. Princeton University Press: 2001.
- MORIN, Edgar. *Os sete saberes necessários à educação do futuro*. São Paulo: Cortez, 2014.
- SHANNON, C. E.; WEAVER, W. *A teoria matemática da comunicação*. 11. ed. São Paulo: DIFEL, 1975

## XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA

SERRA, J. Paulo. *Manual de teoria da comunicação*. Beira Interior: Universidade da Beira Interior, 2007.

TAYLOR, Shelly E. *Positive Illusions: Creative Self-Deception and the Healthy Mind*. New York: Basic Books, 1989.

WISEMAN, Richard. *Deception & Self-Deception: Investigating Psychics*. Prometheus, 1997.

**SOCIOLINGÜÍSTICA NOS QUADRINHOS:  
UM ESTUDO DA VARIAÇÃO LINGÜÍSTICA  
EM TIRAS RETIRADAS DE UMA COLEÇÃO  
DE LIVROS DE LÍNGUA PORTUGUESA**

Catarina Santos Capitulino (UEMS)

[cacaulevitaibg@hotmail.com](mailto:cacaulevitaibg@hotmail.com)

Karine Albuquerque (UEMS)

[karine.albuquerque@ufms.br](mailto:karine.albuquerque@ufms.br)

Nataniel dos Santos Gomes (UEMS)

[natanielgomes@uol.com.br](mailto:natanielgomes@uol.com.br)

**RESUMO**

O presente trabalho tem como finalidade verificar como são trabalhadas as variações linguísticas e a norma culta nas tiras retiradas do livro didático de língua portuguesa do ensino fundamental II. O gênero história em quadrinho tornou-se um elemento que desde o final do século XIX integra a arte, o jornalismo, a literatura, e atrai públicos diversos. Esse gênero interliga a linguagem verbal e não verbal de forma harmônica. As histórias em quadrinhos abrangem o coloquialismo, as imagens, texto escrito e oral que por meio das imagens dos gestos, a mensagem é entendida pelo leitor. O artigo fundamenta-se nos estudos desenvolvidos por Bortoni-Ricardo (2004), Calvet (2002), Ferreira; Gomes (2014), Leite; Callou (2002), Mollica; Braga (2003). Nessa perspectiva, as histórias em quadrinhos é um componente útil para o estudo das variações linguísticas tendo em vista que existem diversos modos de expressão, portanto observa-se que não existe certo ou errado no uso da língua e sim situações de adequação. A escola tem o objetivo de formar indivíduos com o hábito e o exercício de ler, dessa maneira insere-se gêneros textuais para favorecer o prosseguimento da capacidade leitora, crítica e criativa.

**Palavras-chave:** Sociolinguística. Variações linguísticas. Histórias em quadrinhos.

**1. Introdução**

O presente trabalho pretende, inicialmente, verificar como são trabalhadas as variações linguísticas e a norma culta nas tiras retiradas do livro didático de língua portuguesa do ensino fundamental II, especificamente com a coleção *Língua Portuguesa, Comunicação e Cultura*. (PROENÇA FILHO, 2004)

O gênero histórias em quadrinhos tornou-se um elemento que desde o final do século XIX integra a arte, o jornalismo, a literatura, e atrai públicos diversos. Esse gênero interliga a linguagem verbal e não verbal de forma harmônica.

As histórias em quadrinhos abrangem o coloquialismo, as imagens, texto escrito e oral que por meio das imagens dos gestos, a mensagem é entendida pelo leitor. Identificar o funcionamento dessa união é, portanto, uma atividade linguístico-cognitiva a ser realizada pelos usuários.

O artigo fundamenta-se nos estudos desenvolvidos por Bortoni-Ricardo (2004), Calvet (2002), Ferreira; Gomes (2014), Leite & Callou (2002), Mollica & Braga (2003). Nessa perspectiva, as histórias em quadrinhos é um componente útil para o estudo das variações linguísticas tendo em vista que existem diversos modos de expressão, dessa maneira observa-se que não existe certo ou errado no uso da língua e sim situações de adequação.

Portanto, não existe uma variante boa ou má, mas uma variabilidade na produção. A unidade linguística, língua portuguesa, é compreendida por todos brasileiros, o que ocorre são os falares brasileiros, com diferenças fonéticas, na sintaxe ou no léxico.

Pois, o Brasil é um país onde existe um pluralismo étnico cultural muito vasto em que a relação entre as diversas culturas e as raças ao longo da história, ocasionou as diferenças entre regiões brasileiras bem como nas áreas geográficas do país e, portanto, responsáveis pelos diversos falares no país.

Nesse sentido o papel da escola é de proporcionar aos usuários o acesso aos diversos recursos da língua e o exercício de leitura. Para isso, inserem-se gêneros textuais para favorecer o prosseguimento da capacidade leitora, crítica e criativa.

### **2. *Tiras das histórias em quadrinhos nos livros didáticos***

O gênero história em quadrinhos alcança leitores de todas as faixas etárias. É um gênero no qual se aliam a linguagem verbal e linguagem não verbal. Porém, muitos livros didáticos de língua portuguesa se utilizam de forma superficial sem aprofundar na linguagem quadrinista.

No final do século XIX, as histórias em quadrinhos foram introduzidas, mais especificamente nos Estados Unidos nas páginas dos jornais e se difundindo pelo mundo. Inicialmente, apresentavam caráter cômico, satíricos e caricaturas, e em seguida abordavam assuntos familiares, personagens feministas, conservando o humor.

Na história das histórias em quadrinhos, Estados Unidos e Europa a considerou a considerou nona arte. Mas, a partir da década de 1960, as histórias em quadrinhos enfrentaram certo preconceito. Vergueiro (2004, p. 08) afirma que “[...] a entrada dos quadrinhos em sala de aula encontrou severas restrições, acabando por serem banidos, muitas vezes de forma até violenta [...]”. Consequentemente, a entrada da história em quadrinho nos livros didáticos de Língua Portuguesa foi tardia.

A partir dos anos 1970, as histórias em quadrinhos começam timidamente a serem introduzidas nos livros didáticos de Língua Portuguesa.

Nos anos seguintes, com os *Parâmetros Curriculares Nacionais de Língua Portuguesa* é que o estudo do gênero história em quadrinho começa a ser aprofundado nas suas especificidades linguísticas. De acordo com Cavalcante; Gomes; Tavares (2014, p.07) [...] é necessário tão somente que o professor conheça o gênero, seus recursos multimodais e perceba o quanto as histórias em quadrinhos podem abrilhantar suas aulas.

### **3. Variação linguística segundo a sociolinguística**

Segundo Mollica (2010), a sociolinguística é um dos campos da linguística que tem como seu objeto de estudo a língua em seu uso, concentrando nos aspectos linguísticos e sociais. Portanto, é uma ciência que faz fronteira entre a língua e a sociedade, visando o uso linguístico real, com relevância os de forma heterogênea.

Dessa maneira, existe uma heterogeneidade no português do Brasil. Leite; Callou (2002) afirmam que a variação linguística é resultado do movimento populacional e da ação do contato dos diversos grupos étnicos e sociais nos diferentes períodos da nossa história.

São fatos dessa natureza que comprovam que não se pode pensar no uso linguístico em termos de certo ou errado, e em variante regional melhor ou pior, mas faz-se necessário reconhecer as diversas situações de adequação.

O falante não somente utiliza as regras gramaticais para desenvolver uma sentença bem formulada, mas também utiliza as normas de adequação estabelecidas em seu meio cultural.

## XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOGIA

Assim, em cada situação, seja mais formal, onde o falante irá monitorar mais seu estilo, ou em situações mais informais, onde o uso de estilos coloquiais será mais presente, leva-se em consideração o papel social que se está inserido para haver a adequação linguística.

Bortoni-Ricardo (2004) aponta que não existem erros, mas diferenças na forma de utilizar os recursos linguísticos. Se uma regra é tida como errada, é meramente porque ela é diferente da regra imposta pela gramática normativa, que se embasa em uma elite de falantes letrados.

Sabe-se da existência do mito da superioridade de uma variante ou maneira de falar sobre as demais, mas antes de tudo, toda variante é um instrumento identitário. “Os falantes que são detentores de maior poder – e por isso gozam de mais prestígio – transferem esse prestígio para a variante linguística que fala”. (BORTONI-RICARDO, 2004, p. 33)

O Brasil é marcado por fatores históricos, pois ao longo dos séculos XVI e XVII usuários da região litorânea sempre obtiveram maior prestígio, portanto, são fatores históricos, políticos e econômicos que proporcionam o prestígio a determinados dialetos ou variedades regionais. A hegemonia da língua portuguesa dependeu de fatores históricos e não linguísticos. De acordo com Leite & Callou (2002, p. 22)

nos últimos dois séculos e meio que ocorreu uma normatização do português falado no Brasil em direção ao português ‘padrão’ apesar de intrinsecamente variado regional e socialmente, passou a gozar de prestígio e representar a ‘norma’ para o bem falar e o bem escrever.

A consequência desse processo é a rejeição e a presença do preconceito linguístico a outras variantes linguísticas. A história da colonização se reflete na diversidade linguística. E o preconceito linguístico é um fato difícil a ser combatido, pois existe uma contínua pressão social e as mídias agem a seu favor.

No entanto, ao ensinar a língua escrita, observa-se que procura desfazer as marcas identificadoras dos diversos grupos sociais, a fim de alcançar uma norma padrão abstrato e idealizado que seja supranacional.

Porém, em cada falar, mesmo o padrão culto, tem sua norma, variantes que prevalecem em alta frequência por questões ideológicas, mas que não anulam a existência de outras.

A variação linguística, variedades e dialetos, estilos e monitoração estilística estão presentes em toda comunidade, seja pequena, como um espaço semirrural, ou grande, como as capitais. Sempre haverá variação

linguística resultante a fatores como: grupos etários, gêneros, status socioeconômicos, grau de escolarização, mercado de trabalho e rede social.

Além disso, ao estudarmos a variação linguística, consideramos, também, os fatores da própria língua – fatores linguísticos estruturais, como o ambiente fonológico, as classes das palavras, a estrutura sintática etc.

Bortoni-Ricardo (2004) afirma que o papel da escola é de facilitar a ampliação da competência comunicativa dos alunos, permitindo-lhes o acesso aos diversos recursos comunicativos necessários para se desempenharem de maneira adequada, com segurança, a cada situação de adequação. Pois a escola é o lugar do conhecimento sistematizado e o estudo dos conhecimentos historicamente formulados.

Logo, os falantes vão adquirindo recursos comunicativos à medida que vão aumentando suas práticas linguísticas no meio social e alcançam diferentes papéis sociais.

Segundo Leite & Callou (2002), para que a educação seja democrática e igualitária, faz-se necessário que se reconheça a diversidade linguística no Brasil e que possibilitemos aos alunos o acesso às normas prestigiadas e às mesmas oportunidades.

#### **4. Breve análise: tiras das histórias em quadrinhos**

Da coleção *Língua Portuguesa, Comunicação e Cultura* (PROENÇA FILHO, 2004) observaram-se os livros da 6<sup>a</sup> a 8<sup>a</sup> séries. Os livros apresentam tiras das histórias em quadrinhos com o objetivo de interpretação textual, específica a linguagem quadrinista e as mostra como maneira de diversão.

Proença (2004) divide os livros em quatro unidades, sendo que cada uma subdividida em até três capítulos. No livro da 8<sup>a</sup> série não há presença de tiras de histórias em quadrinhos.

No livro da 7<sup>a</sup> série são trabalhadas com onze tiras, sendo três histórias em quadrinhos e oito tiras de histórias em quadrinhos abordadas em um único capítulo intitulado *Interpretando tiras e quadrinhos*.

Segundo o manual do professor, o objetivo desse capítulo é de analisar e interpretar tiras e histórias em quadrinhos; reconhecer características desse gênero do discurso; associar linguagem verbal e não verbal;

relacionar iras e história em quadrinhos com narrativa e invenção; relacionar tiras e histórias em quadrinhos com a realidade social.

O capítulo está dividido em tópicos. O primeiro momento propõe-se o trabalho em grupos para discussão e interpretação de tiras. No segundo tópico, “Entendendo a estrutura das histórias em quadrinhos”, ainda em grupo, observam a formação da história em quadrinho. No terceiro tópico, “Entendendo o discurso dos quadrinhos”, trabalha-se com as onomatopeias e questões gramaticais. E no último tópico, o livro volta-se para momento de lazer com quadrinhos.

É importante destacar que existe nessa coleção o tópico “Momentos de lazer” com todos os gêneros apresentados ao decorrer do estudo. Proença (2004) especifica no manual do professor seu entendimento de que a língua é a principal forma de comunicação de uma comunidade, vinculando-a ao conhecimento da realidade cultural brasileira.

Proença Filho (2004) possui o entendimento das múltiplas linguagens presentificadas na comunicação, bem como a compreensão de que a língua portuguesa é pautada por uma unidade na diversidade e uma diversidade na unidade. E que o falante já sabe falar português e que deve ser possibilitado de a consciência dos diversos recursos linguísticos.

No livro da 6ª série, trabalha-se com a variação linguística apresentando a seguinte história em quadrinhos: (**Imagens 1 e 2**)

Ao apresentar a história em quadrinho, somente o primeiro quadrinho revela a variante linguística. A presença do “tu”, utilizado na região Sul do Brasil. Portanto, não ocorre uma reflexão mais ampla sobre as variantes regionais. Mas, na questão número seis, percebe-se a preocupação com a relação social e a fala ao perguntar a maneira de falar com uma pessoa desconhecida.

Dessa maneira, Bortoni-Ricardo (2004) afirma que

[...] em todos os domínios sociais, há regras que determinam as ações que ali são realizadas. [...], porém, sempre haverá variação de linguagem nos domínios sociais. [...] porque a variação é inerente à própria comunidade linguística. (BORTONI-RICARDO, 2004, p. 25)

A autora denomina os espaços sociais como domínios sociais, existindo, portanto, papéis na sociedade que são construídos na própria interação humana ao utilizarmos a linguagem para nos comunicarmos.

**1.** Dialogando ao apresentar-se ou ser apresentado.

1. Você já foi apresentado a alguém? Como se sentiu? O que foi que você disse?

Respostas abertas.

2. Veja como agem os personagens dos quadrinhos numa situação dessas:

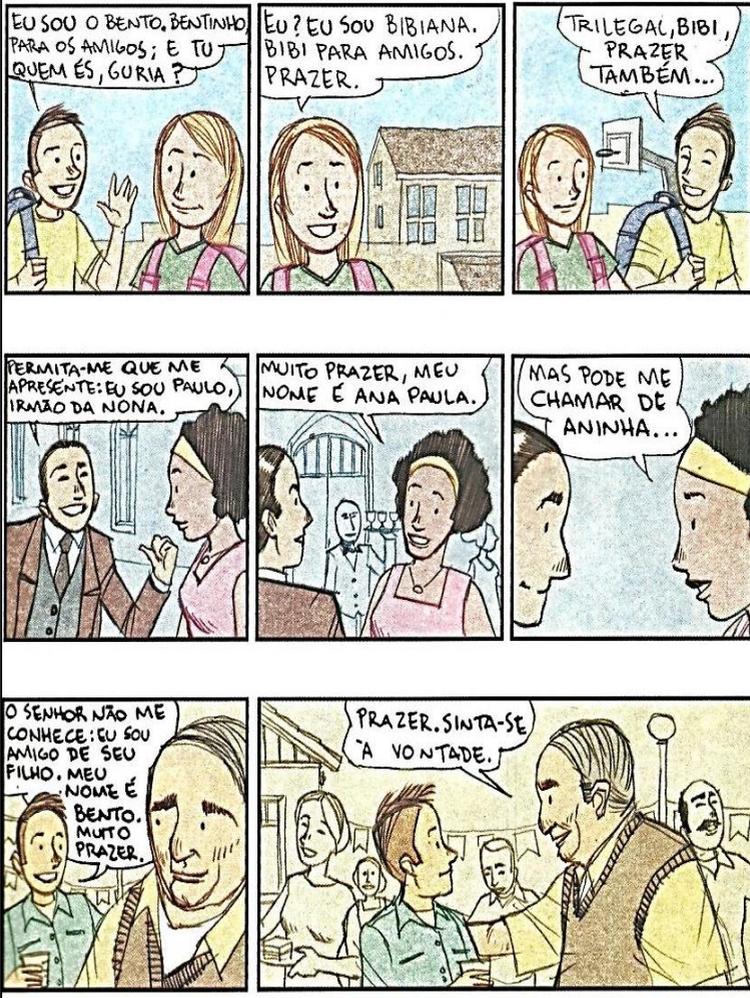


Imagem 1

**3.** Observe bem os quadrinhos e responda: você acha que a situação de fala influi na maneira de se apresentar? Justifique sua resposta.  
Resposta afirmativa. Justificativa em aberto.

**4.** Na seqüência de quadrinhos número quatro, o casal de vizinhos se apresenta e apresenta os filhos. Você conhece outra maneira de apresentar uma pessoa a outra?  
Resposta aberta.

**5.** Um dos diálogos apresentados nos quadrinhos possibilita identificar o jeito de falar de uma região do Brasil. Diga qual é e justifique sua resposta.  
A fala do primeiro quadrinho: – E tu quem és, guria? – Trilegal, Bibi. Modo de falar típico de Porto Alegre.

**6.** Como você se apresentaria ao responsável pela seção de filmes educativos de uma televisão, se estivesse encarregado de fazer uma pesquisa sobre ecologia?  
Resposta aberta.

Imagem 2

No domínio do lar, predomina a cultura da oralidade mediada pelo afeto e informalidade e a cultura do letramento, por outro lado, é tratado na escola visando a formalidade da língua e consciência dos domínios sociais. Portanto, na história apresentada, ao se comunicar com falantes desconhecidos existe uma maior vigilância na fala.

Ressalta-se que se pode trabalhar com a utilização dos diminutivos pelos falantes, como em “Betinho”, pois o diminutivo é utilizado em muitos casos para expressar carinho. E no quarto quadrinho, a palavra “nona” de origem italiana para se referir à avó, revela a diversidade cultural no Brasil.

Ferreira; Gomes (2014, p. 127) apontam que é relevante “usar as histórias em quadrinhos como instrumento para se discutir a diversidade de raças e culturas presentes em nossa sociedade e como ferramenta didática [...]”.

A seguir, atenta-se a um tópico do livro da 7ª série que se refere a um personagem da tira de história em quadrinho, porém não aparece a imagem. **(Imagem 3)**.

**Entendendo os arranjos das palavras na frase**

1. Volte à fala do bode Orellana:

“Castigai-nos, Senhor! que a procela e as intempéries surrem-nos impiedosamente!”

a) Diga o que indica a palavra “Senhor”, em termos de arranjos das palavras nas frases.  
Ver sugestões no Manual do professor.

b) Você é capaz de indicar o modo e a pessoa em que está conjugado o verbo *castigar*, na mesma fala?  
Ver sugestões no Manual do professor.

c) Destaque o complemento do verbo *castigar*.  
Nos.

d) Compare a seqüência das formas verbais: *castiga-o*, *castigue-o*; *castiguemo-nos*; *castiguem-no*. Observe a terminação do verbo e diga o que acontece com o pronome que está depois dele.  
Ver sugestões no Manual do professor.

**Imagem 3**

O objetivo na atividade é estudar a formação do vocativo na frase, a conjugação verbal e pronomes oblíquos átonos. Porém, existe a falta de sentido para quem não conhece as tiras do bode Orellana.

A escola deve trabalhar a linguagem numa perspectiva sociointeracionista, levando em consideração que “não há linguagem no vazio, seu grande objetivo é a interação, a comunicação com o outro, dentro de um espaço social...” (PCNEM, 1999, p. 125, *apud* VIEIRA, 2013, p. 245)

Nessa perspectiva, é possível observar que as variações linguísticas e a norma culta nas tiras retiradas do livro didático de língua portuguesa do ensino fundamental II são trabalhadas de forma a beneficiar a norma padrão e cabe ao professor oportunizar ao falante o acesso aos diversos recursos linguísticos por meio dos deferentes gêneros textuais como prática social.

### 5. *Considerações finais*

O presente trabalho objetivou verificar como são trabalhadas as variações linguísticas e a norma culta nas tiras retiradas do livro didático de língua portuguesa do ensino fundamental II, especificamente com a coleção *Língua Portuguesa, Comunicação e Cultura* (PROENÇA FILHO, 2004) das 6<sup>a</sup> a 8<sup>a</sup> séries.

O gênero histórias em quadrinhos tornou-se um elemento que desde o final do século XIX integra a arte, o jornalismo, a literatura, e atrai públicos diversos. Esse gênero interliga a linguagem verbal e não verbal para dar sentido à história.

As histórias em quadrinhos abrangem o coloquialismo, as imagens, texto escrito e oral que por meio das imagens dos gestos, a mensagem é entendida pelo leitor. Identificar o funcionamento dessa união é, portanto, uma atividade linguístico-cognitiva a ser realizada pelos usuários.

Nessa perspectiva, as histórias em quadrinhos é um componente útil para o estudo das variações linguísticas, tendo em vista que existem diversos modos de expressão. Dessa maneira, observou-se que não existe certo ou errado no uso da língua e sim situações de adequação. Consequentemente, uma maior ou menor vigilância no que se refere ao uso dos recursos linguísticos.

Portanto, não existe uma variante boa ou má, mas uma variabilidade na produção. A unidade linguística, língua portuguesa, é compreendida por todos brasileiros, o que ocorre são os falares brasileiros, com diferenças fonéticas, na sintaxe ou no léxico.

Pois, o Brasil é um país onde existe um pluralismo étnico cultural muito vasto em que a relação entre as diversas culturas e as raças ao longo da história, ocasionou as diferenças entre regiões brasileiras bem como nas áreas geográficas do país e, portanto, responsáveis pelos diversos falares no país.

Nesse sentido o papel da escola é de proporcionar aos usuários o acesso aos diversos recursos da língua e o exercício de leitura. Para isso, inserem-se gêneros textuais para favorecer o prosseguimento da capacidade leitora, crítica e criativa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. *Educação em língua materna: a sociolinguística em sala de aula*. São Paulo: Parábola, 2004.

CARVALHO, M. S.M. de. *O gênero discursivo tira em atividades de leitura em sala de aula*. São Paulo: Universidade de Taubaté/UNITAU. 2008.

CAVALCANTE, M. J. M.; GOMES, A. C. de A.; TAVARES, L. H. M. da C. *As histórias em quadrinhos no livro didático de Português: uma análise multimodal*. XVII congresso internacional asociación de lingüística y filología de América Latina (ALFAL 2014). João Pessoa. Disponível em: <<http://www.mundoalfal.org/CDAnaisXVII/trabalhos/R0723-2.pdf>>. Acesso em: 23-07-2015.

FERREIRA, M. d. C.; GOMES, N. dos S. Personagens negros e indígenas nas histórias em quadrinhos: uma proposta inclusiva. *Cadernos do CNLF*, vol. XVIII, n. 9 – Leitura e Interpretação, Rio de Janeiro: CIFE-FIL, p. 112-128, 2014. Disponível em: <[http://www.filologia.org.br/xviii\\_cnlf/cnlf/09/007.pdf](http://www.filologia.org.br/xviii_cnlf/cnlf/09/007.pdf)>.

LEITE, Yonne; CALLOU, Dinah. *Como falam os brasileiros*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

MOLLICA, Maria Cecília. Fundamentação teórica: conceituação e delimitação. In.: \_\_\_\_; BRAGA, M. L (Orgs.). *Introdução à sociolinguística: o tratamento da variação*. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2010.

PROENÇA FILHO, Domício. *Língua portuguesa, comunicação e cultura*. São Paulo: Editora do Brasil, 2004, 6ª a 8ª séries.

VERGUEIRO, W. Uso das HQs no ensino. In.: ALEXANDRE, B.; RAMOS, P.; VILELA, T.; RAMA, A.; VERGUEIRO, W. (Orgs.). *Como usar histórias em quadrinhos na sala de aula*. São Paulo: Contexto. 2004.